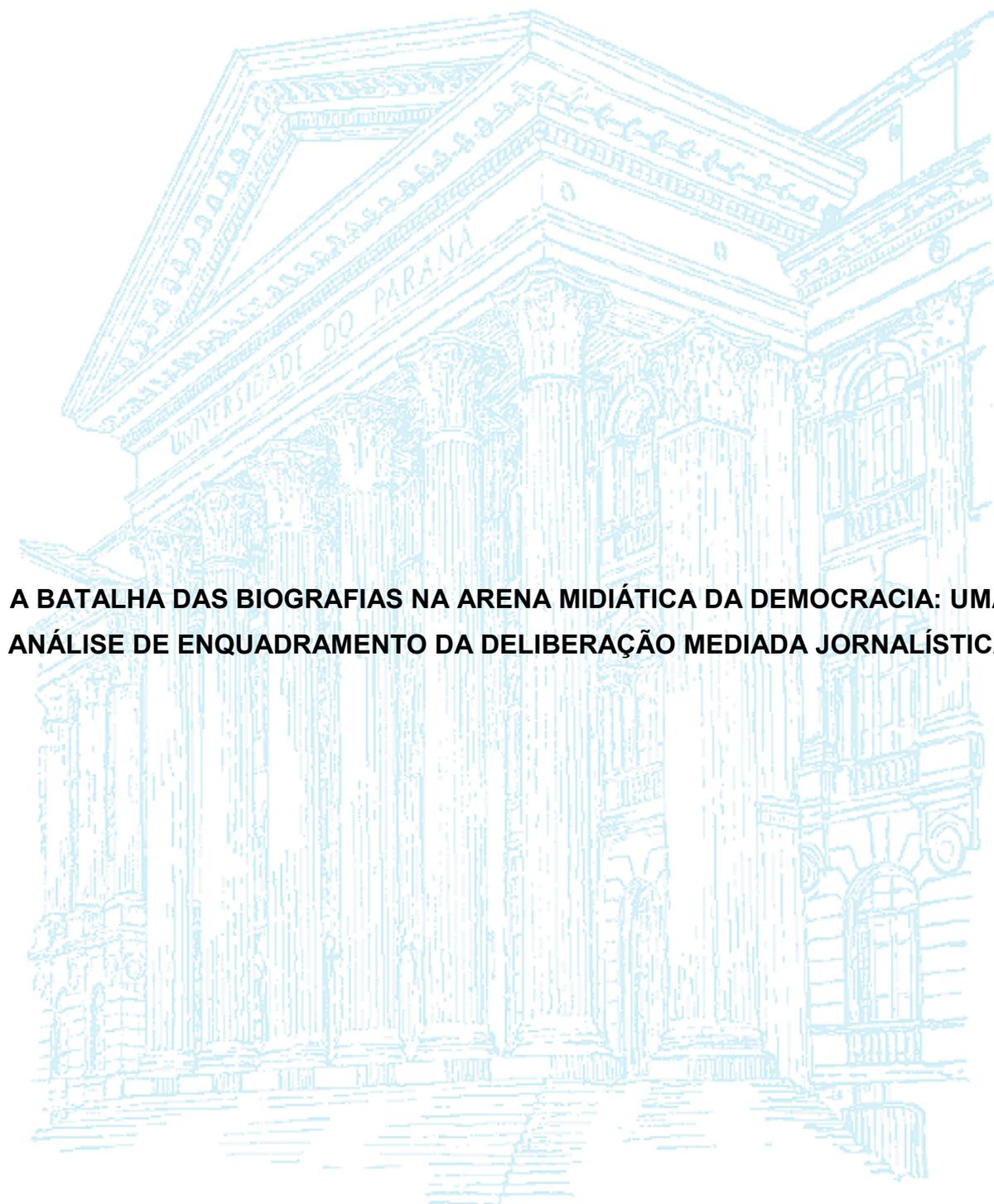


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PAULO FERRACIOLI SILVA



A BATALHA DAS BIOGRAFIAS NA ARENA MIDIÁTICA DA DEMOCRACIA: UMA ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO DA DELIBERAÇÃO MEDIADA JORNALÍSTICA

CURITIBA

2017

PAULO FERRACIOLI SILVA

**A BATALHA DAS BIOGRAFIAS NA ARENA MIDIÁTICA DA DEMOCRACIA: UMA
ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO DA DELIBERAÇÃO MEDIADA JORNALÍSTICA**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Comunicação, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Setor de Artes, Comunicação e Design, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Carla Candida Rizzotto

CURITIBA

2017

Catálogo na Publicação
Sistema de Bibliotecas UFPR
Karolayne Costa Rodrigues de Lima - CRB 9/1638

Silva, Paulo Ferracioli

A batalha das biografias na arena midiática da democracia: uma análise
de enquadramento da deliberação mediada jornalística / Paulo Ferracioli

Silva – Curitiba, 2017.

147 f., il. color.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Carla Candida Rizzotto

Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Setor de Artes, Comunicação
e Design, Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade
Federal do Paraná.

1. Enquadramento noticioso 2. Deliberação (Teoria deliberativa da
democracia) 3. Biografias não-autorizadas I.Título.

CDD



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
Rua Bom Jesus, 650 - Juvevê - Fone: 3313-7025

PAULO FERRACIOLI SILVA



PARECER

A banca examinadora, instituída pelo colegiado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, do Setor de Artes, Comunicação e Design da Universidade Federal do Paraná, após arguir o candidato **PAULO FERRACIOLI SILVA**, em relação ao seu trabalho de dissertação intitulado "A batalha das biografias na arena midiática da democracia: uma análise de enquadramento da deliberação mediada jornalística", é de parecer favorável à APROVAÇÃO do acadêmico, habilitando-o ao título de Mestre em Comunicação, linha de pesquisa "Comunicação, Política e Atores Coletivos" da área de concentração em Comunicação e Sociedade. Curitiba, 23 de fevereiro de 2017.

Ana Carolina S.C. Vimeiro
Profa. Dra. Ana Carolina Soares Costa Vimeiro - UFMG

Rafael Sampaio
Prof. Dr. Rafael Cardoso Sampaio

C. Rizzotto
Profa. Dra. Carla Candida Rizzotto
Orientadora e presidente da banca examinadora

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, por todo o apoio. Sem vocês, nada disso seria possível.

Ao meu irmão, Miguel.

À minha orientadora, prof^a Carla Rizzotto, por me guiar com dedicação ao longo de todo o mestrado.

Aos professores Rousiley Maia, Ana Carolina Vimieiro e Rafael Cardoso Sampaio, pelos comentários dados na banca de qualificação e na defesa dissertação, que foram essenciais para o aprimoramento dessa dissertação.

Aos colegas de turma do mestrado, com quem tive proveitosas trocas de ideias e que me permitiram encontrar um caminho para a dissertação.

Aos professores e funcionários do PPGCOM, que tornaram muito mais agradável os dois anos de estudo.

Aos amigos que estiveram comigo desde o ensino fundamental e médio no Bom Jesus, nas graduações de Jornalismo e Direito e aqueles que fiz ao longo do mestrado, que nesses dois anos ouviram pacientemente minhas digressões sobre o mestrado, biografia, deliberação e outros temas que talvez vocês não achassem tão interessantes assim.

Arte é política, ciência pode ser
política, a cidadania faz-se na polis
(Carmem Lúcia, junho de 2015, voto como relatora no julgamento da
liberação das biografias)

RESUMO

O objetivo da presente pesquisa é analisar como os enquadramentos noticiosos se relacionam com o potencial deliberativo de uma cobertura jornalística. A base teórica principal se assenta sobre os estudos de Habermas (1997, 2006), de modo a entender a deliberação como uma perspectiva democrática que valoriza um debate idealmente igualitário com argumentos racionais e acessíveis a todos. Nas sociedades complexas atuais, a política é mediada pelos meios, sendo que as narrativas jornalísticas, em especial, podem fornecer visões amplas e equilibradas sobre os casos a serem objeto de deliberação (MARQUES, MIOLA, 2010). Como objeto, optou-se pelo debate sobre a publicação de biografias não-autorizadas, tema que, em 2013, ganhou notória repercussão midiática ao opor dois direitos relevantes e grupos de interesse opostos. O corpus a ser analisado consiste nas 56 matérias publicadas nos jornais Folha de S. Paulo (21 notícias), O Globo (16) e O Estado de S. Paulo (19), ao longo do mês de outubro de 2013. Os procedimentos metodológicos adotados partem dos enquadramentos jornalísticos (ENTMAN, 1993), adotando os seguintes generic frames: conflito, interesse humano, consequências econômicas, moralidade e responsabilidade (SEMETKO, VALKENBURG, 2000). Uma vez definidos os frames presentes, foi realizado um cruzamento com os dados provenientes das categorias utilizadas para investigar o potencial deliberativo, quais sejam: inclusividade, civilidade, provimento de razões, responsividade e orientação para o bem comum (RINKE et al, 2003; STEENBERGEN, 2003). Os dados encontrados demonstram que o conflito foi o enquadramento mais recorrente na cobertura, com 20 aparições, seguido pelo responsabilidade e interesse humano. Houve poucas ocorrências dos *frames* econômico e moralidade. As relações entre enquadramentos apontam que o conflito se destacou negativamente na responsividade, ao focar a degradação da posição contrária. Ao mesmo tempo, as outras variáveis deliberativas não apresentaram resultados tão negativos nesse frame. O *frame* responsabilidade esteve relacionado com características negativas, na inclusividade, responsividade e provimento de razões. No interesse humano, merece destaque a predominância do interesse voltado para o particular, que contradiz os paradigmas deliberativos. O enquadramento econômico foi consistente, ao apresentar os mesmos aspectos em quase todo o conjunto de matérias, como a orientação particular e a relação causal da argumentação. Não foi possível avaliar o *frame* moralidade, tendo em vista que só foi encontrado um texto no corpus.

Palavras-chave: Enquadramento noticioso. Deliberação mediada. Biografias. Potencial deliberativo. Jornalismo impresso.

ABSTRACT

The aim of this research is to analyze how news frames relate to the deliberative potential of journalistic coverage. The main theoretical basis rests on the studies of Habermas (1997, 2006), in order to understand the deliberation as a democratic perspective that values an ideally egalitarian debate with rational arguments and accessible to all. In today's complex societies, politics is mediated, and journalistic narratives, in particular, can provide broad and balanced views on the cases to be deliberated (MARQUES, MIOLA, 2010). As an object, it was chosen the debate on the publication of unauthorized biographies, a topic that, in 2013, gained noticeable media repercussion by opposing two relevant rights and opposing interest groups. The corpus to be analyzed consists of the 56 articles published in the newspapers Folha de S. Paulo (21 news), O Globo (16) and O Estado de S. Paulo (19), during the month of October 2013. The methodological procedures were founded in journalistic frameworks (ENTMAN, 1993), adopting the following generic frames: conflict, human interest, economic consequences, morality and responsibility (SEMETKO, VALKENBURG, 2000). Once the frames were defined, a cross-check was made with the data from the categories used to investigate the deliberative potential, namely: inclusiveness, civility, reasoning, responsiveness and orientation towards the common good (Rink et al., 2003; Steenberg, 2003). The data shows that the conflict was the most recurrent framework in coverage, with 20 appearances, followed by responsibility and human interest. There were few occurrences of economic and morality frames. The relations between frameworks indicate that the conflict was negatively highlighted in the responsiveness, when focusing the degradation of the opposite position. At the same time, the other deliberative variables did not present such negative results in this frame. The frame responsibility was related to negative characteristics, at inclusivity, responsiveness and provision of reasons. In human interest, it is worth emphasizing the predominance of private interest, which contradicts the deliberative paradigms. The economic framework was consistent, presenting the same aspects in almost all the set of subjects, as the particular orientation and the causal relation of the argumentation. It was not possible to evaluate the frame morality, since only one text was found in the corpus.

Key-words: News frame. Mediated deliberation. Biographies. Deliberative potential. Print journalism.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01.....	52
FIGURA 02.....	79
FIGURA 03.....	82
FIGURA 04.....	85
FIGURA 05.....	87

.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – ENQUADRAMENTOS PREDOMINANTES	57
GRÁFICO 2 – ENQUADRAMENTOS SEPARADOS POR VEÍCULO.....	60
GRÁFICO 3 – INCLUSIVIDADE.....	64
GRÁFICO 4 – CIVILIDADE	67
GRÁFICO 5 – RESPONSABILIDADE	69
GRÁFICO 6 – PROVIMENTO DE RAZÕES	71
GRÁFICO 7 – ORIENTAÇÃO PARA O BEM COMUM	73

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – RELAÇÃO ENTRE ENQUADRAMENTOS E CARACTERÍSTICAS DELIBERATIVAS PREDOMINANTES	77
--	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 O DEBATE MEDIADO: ESFERA PÚBLICA, DELIBERAÇÃO E OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO	16
2.1 A PRIMEIRA GERAÇÃO – CONSOLIDANDO OS CONCEITOS DE DELIBERAÇÃO	17
2.2 NOVAS VISÕES E CRÍTICAS SOBRE A DELIBERAÇÃO: SEGUNDA, TERCEIRA E QUARTA GERAÇÕES.....	23
2.3 MÍDIA E DELIBERAÇÃO.....	28
3 ENQUADRAMENTOS: ANÁLISE DE FRAMES E RELAÇÕES COM A DELIBERAÇÃO	39
3.1 SOBRE O ENQUADRAMENTO	39
3.2 CLASSIFICAÇÕES POSSÍVEIS	43
3.3 ENQUADRAMENTOS E DELIBERAÇÃO	46
3.4 ENQUADRAMENTOS GENÉRICOS DA PESQUISA	49
3.5 CATEGORIAS PARA MEDIR O POTENCIAL DELIBERATIVO.....	53
4 ANALISANDO AS NOTÍCIAS: O TEMA DAS BIOGRAFIAS E SEU POTENCIAL DEMOCRÁTICO	56
4.1 ENQUADRAMENTOS PREDOMINANTES.....	57
4.2 CARACTERÍSTICAS DELIBERATIVAS PREDOMINANTES.....	63
4.3 RELACIONANDO OS ENQUADRAMENTOS E AS CARACTERÍSTICAS DELIBERATIVAS	77
4.3.1 Conflito: destaque para degradação da posição contrária	78
4.3.2 Responsabilidade: prevalência de fontes oficiais e ausência de menção a outros argumentos	81
4.3.3 Interesse humano: prevalectimento da orientação voltada para o individual	83
4.3.4 Econômico: homogeneidade nas características	86
4.4 DISCUSSÃO SOBRE OS RESULTADOS	88
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS	97
ANEXO	102
APÊNDICE A	147

1 INTRODUÇÃO

Compreender a democracia a partir de teoria deliberacionista exige focar o aspecto discursivo da atuação política, em que o debate sobre as questões controversas embasaria o processo democrático. Uma democracia nesses termos, com justificativa racional sobre as decisões tomadas que possam ser compreendidas por todos os cidadãos (GUTTMAN, THOMPSON, 2004), constitui um desafio para as sociedades complexas contemporâneas.

Por ser um espaço que atinge ampla parcela da população, os espaços midiáticos figuram como local possível para que a deliberação possa acontecer. Nessa ótica, a mídia, e mais especificamente o jornalismo, podem desempenhar um papel importante no sistema deliberativo, através, por exemplo, do fornecimento de opinião plural e da promoção de um debate de qualidade (MARQUES, MIOLA, 2010).

Ao pensar na importância que os *media* tem em fornecer vozes diferentes e pontos de vista diversos, é possível estabelecer uma correlação com os enquadramentos noticiosos, ou seja, como os meios de comunicação salientam certos aspectos dos fatos na construção das notícias em detrimento de outros (ENTMAN, 2007). O intercâmbio de argumentos é parte constitutiva da deliberação e, no contexto de deliberação mediada, os enquadramentos que as matérias disponibilizam aos leitores assumem relevância. É dessa ligação entre esses dois campos que se originou o problema de pesquisa que orienta esse trabalho: de que maneira os enquadramentos jornalísticos estão relacionados com o potencial deliberativo de uma cobertura jornalística?

Para estudar essas relações entre mídia e deliberação, essa dissertação se concentra em um caso específico, que foi intitulado de 'batalha das biografias' pelo jornal O Globo. Essa discussão teve amplo espaço nas páginas dos periódicos nacionais em outubro de 2013, a partir de uma manifestação inicial de um grupo Procure Saber, ao qual se seguiu uma ampla discussão nos veículos impressos entre variados atores.

Esse embate pode ser entendido como um confronto político, ou seja, uma disputa em que um grupo pleiteia uma reivindicação que configura uma ameaça para outros setores da sociedade (TARROW, 1997). Essa ação contenciosa ocorre

de diversas formas, sendo o posicionamento público, especialmente por meio da imprensa, uma maneira de resistência registrada com frequência.

O objetivo geral da presente pesquisa, portanto, é compreender como os enquadramentos jornalísticos estão associados com a capacidade deliberativa da cobertura midiática do caso “batalha das biografias”.

Os objetivos específicos consistem em: 1 – determinar quais são os enquadramentos utilizados pela cobertura jornalística do caso; 2 – avaliar a relação entre os enquadramentos identificados e as características deliberativas; 3 – apontar possíveis enquadramentos que favoreçam um maior grau de deliberação.

Esse histórico de disputas entre os sujeitos envolvidos na liberação de uma biografia data de algum tempo no cenário nacional. As biografias nunca estiveram livres de disputas, que se concentraram entre os biógrafos e os biografados. O imbróglio judicial brasileiro mais famoso e que exemplifica bem esse embate se deu entre Roberto Carlos e a Editora Planeta, responsável pela publicação da biografia *Roberto Carlos em Detalhes*, escrita por Paulo César de Araújo. A pedido do cantor, o juízo da 20.^a Vara Cível do Rio de Janeiro decidiu em caráter liminar pela suspensão das vendas da biografia não-autorizada. Houve acordo posterior entre o biografado e a editora, de forma que a obra foi retirada do mercado e este processo em trâmite foi extinto.

Não são poucos os livros biográficos que enfrentam restrições no Poder Judiciário, uma vez que os biografados e seus herdeiros são legalmente autorizados a demandar reparações e até mesmo o recolhimento de determinada obra que infrinja direitos como privacidade, honra e imagem. Essa insegurança jurídica que circunda as biografias produzidas no Brasil contribui para que muitos jornalistas-biógrafos não produzam mais obras desse gênero, uma vez que a liberdade de circulação da biografia pode ser tolhida (é o caso de Ruy Castro, que já declarou que não escreverá mais nenhuma biografia enquanto a legislação nacional não for alterada).

Para evitar confrontos judiciais, alguns autores preferem só começar um novo trabalho biográfico com autorização dos familiares. É o caso de Nelson Motta, que realizou acordo com os herdeiros de Tim Maia e Glauber Rocha antes da publicação das respectivas obras, com pagamento de *royalties* e a imposição de “cláusula de garantia que eles não iam apitar” (MOTTA, 2012, p. E3). Esse tipo de conflito é criticado por outros biógrafos, como Ruy Castro, que revela ser “a favor de

um convívio razoável com herdeiros, no sentido de facilitarem o meu trabalho, mas sem qualquer forma de acordo. Acho anti-higiênico” (CASTRO, 2012, p. E3).

O cantor Djavan foi o primeiro artista do grupo que se manifestou publicamente na discussão aqui estudada, através de nota publicada em 04 de outubro de 2013 na coluna do jornalista Ancelmo Gois, do jornal *O Globo*, na qual defendia o estabelecimento de compensações financeiras aos biografados, por terem suas vidas expostas nas biografias e não receberem qualquer benefício monetário em decorrência disso.

Esse posicionamento acarretou a resposta de outros atores da sociedade, que mobilizaram argumentos a fim de defender a liberdade de expressão dos biógrafos, em oposição à intimidade pleiteada pelos biografados. A discussão só aumentou e foi ganhando espaço nos veículos impressos, no mês em que a Constituição da República Federativa do Brasil completava 25 anos de existência. Ressalta-se, inclusive, que o próprio título dessa pesquisa se relaciona diretamente com a cobertura dos veículos impressos: “batalha das biografias” foi uma das retrancas utilizadas pelo jornal carioca para abordar essa questão.

O âmbito da discussão entre os grupos, é importante ressaltar, não se limitou às aparições nos meios de comunicação e adentrou as esferas formais do Estado, ainda que não constituam o foco dessa pesquisa. A Associação Nacional dos Editores de Livros (Anel) ajuizou no Supremo Tribunal Federal a Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 4815, que pretendia declarar inconstitucionais os artigos 20 e 21 do Código Civil, previamente expostos, com o intuito de fazer uma interpretação conforme a Constituição dos dispositivos mencionados. Em junho de 2015, o STF enfim julgou a Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 4815 e acolheu o pedido, o que consolidou a liberdade dos biógrafos produzirem seus escritos.

A discussão também ainda está presente no Legislativo nacional, em razão do Projeto de Lei n.º 393/2011 da Câmara dos Deputados. Mesmo depois de ser aprovado pelo plenário da Casa legislativa em maio de 2014, o projeto foi encaminhado ao Senado, onde aguarda tramitação, pelo menos até o momento de elaboração desse trabalho (janeiro de 2017).

Analisar como a cobertura das biografias se comportou em termos do seu potencial deliberativo, portanto, permite averiguar a contribuição democrática do jornalismo nessa disputa e pode, inclusive, apontar parâmetros a serem

aprofundados e comprovados em pesquisas com a intenção de sedimentar as concepções dessa área de estudo.

Assim, a escolha pela questão das biografias também se mostra justificada, uma vez que as biografias são um dos gêneros literários mais consumidos entre os brasileiros. Exatamente por ser um produto cultural de tamanha relevância no país, a liberação (ou não) da publicação de obras é tema de interesse de toda a coletividade e cuja discussão tem nítido caráter político, uma vez que envolve grupos mobilizados na defesa de dois grupos de direitos constitucionais: a liberdade de expressão e o direito à intimidade.

A dissertação começa com uma exposição, no primeiro capítulo, da base teórica adotada, abordando o papel da deliberação e, em especial, da mídia no debate público. Inicialmente, é feita uma apresentação do conceito de esfera pública, a partir das obras habermasianas principais e das críticas que tais construções teóricas sofreram. Desses apontamentos decorre a própria noção de democracia deliberativa, ou seja, de um paradigma discursivo de democracia, que enfatiza a necessidade de cidadãos e governantes intercambiarem argumentos racionais com o intuito de alcançar decisões válidas a todos (GUTTMAN, THOMPSON, 2004), que é analisado detalhadamente nesse tópico.

Ainda nesse trecho, são estabelecidas as relações entre a mídia e o processo deliberativo, com atenção para o conceito de deliberação mediada: para essa concepção, os meios de comunicação são esfera de visibilidade e de discussão importantes, que ao lado das outras dimensões do Estado, desempenham papel relevante para a constituição do sistema deliberativo (MARQUES, MIOLA, 2010).

Para alcançar os objetivos propostos, será utilizada a metodologia da análise de enquadramento noticioso, explicada no segundo capítulo desta dissertação, com o intuito de precisar os conceitos que serão utilizados ao longo da pesquisa. Após uma breve apresentação das diferenças de enquadramento midiático e interpretativo, há a apresentação do entendimento de framing adotado ao longo do trabalho, que consiste, em suma, na saliência operada pelo texto jornalístico de determinados atributos do fato noticiado em detrimento de outros (ENTMAN, 1993).

A divisão entre *issue specific* e *generic news frames* é abordada em seguida, de modo a justificar a adoção desse segundo grupo para embasar a análise, acompanhada da consequente explicação sobre as cinco categorias de enquadramento a serem codificadas na etapa empírica dessa dissertação: conflito,

interesse humano, econômico, moralidade e responsabilidade (SEMETKO, VALKENBURG, 2000). Por fim, o capítulo se encerra com a explicação das cinco características de cunho deliberativo a serem verificadas: inclusividade, civilidade, provimento de razões, responsividade e orientação para o bem comum.

Em seguida, o terceiro capítulo traz a análise realizada com as 56 notícias que compõem o corpus da dissertação. Elas foram coletadas ao longo do mês de outubro de 2013 nos três *quality papers* de maior circulação no país, a saber: Folha de S. Paulo, O Globo e O Estado de S. Paulo, nessa ordem, conforme apontam os dados do Instituto Verificador de Comunicação (IVC) em 2015. Foi nesse mês específico que os jornais mais abordaram a questão, com um número de matérias muito maior do que nos outros meses do mesmo ano ou dos anos seguintes.

São apresentados, em primeiro lugar, os enquadramentos encontrados nessas notícias, com seu detalhamento. Após essa etapa, é feito o cruzamento com as categorias deliberativas já mencionadas, com o intuito de responder aos objetivos que norteiam esse trabalho de investigação, em especial as associações entre os enquadramentos noticiosos e as características deliberativas. O intuito, assim, é alcançar, ao final desse trabalho, algumas reflexões e apontamentos sobre o papel dos *frames* e da deliberação mediada no caso das batalhas das biografias.

2 O DEBATE MEDIADO: ESFERA PÚBLICA, DELIBERAÇÃO E OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

A cobertura midiática é a responsável por apresentar as ideias existentes e os pontos de vista relevantes sobre as questões de interesse público. A circulação de ideias, de pontos de vista, de argumentos e teses é essencial para a democracia. Entender esse papel numa democracia é fundamental para uma análise profunda desse fenômeno midiático.

No caso das biografias, por exemplo, que é o cerne dessa dissertação, os textos midiáticos foram os responsáveis por trazer ao público uma gama de argumentos tanto favoráveis quanto contrários à liberação das obras biográficas. Esses pontos de vista, por sua vez, compõem os debates democráticos sobre essa questão, com repercussão em diversas esferas estatais.

Para compreender as relações entre a cobertura dos veículos de comunicação, o debate de ideias e o sistema democrático, é preciso compreender, inicialmente, o conceito de esfera pública e de democracia deliberativa, com os consequentes desdobramentos na deliberação mediada.

Toda essa construção teórica sobre esfera pública possui vantagens para o estudo da área de comunicação política. A esfera pública suplanta a divisão pura entre Estado e a sociedade civil ao se estabelecer como instância intermediária, imersa por fluxos de comunicação (GOMES, 2007). Ainda, ela oferece uma maneira de examinar empiricamente as relações entre cidadãos e o sistema político, especialmente no que se refere à legitimação das decisões proferidas (GOMES, 2007).

É a esfera pública que permite situar fenômenos contemporâneos, como os meios de comunicação de massa, nas democracias complexas. E por fim, a esfera pública está intrinsecamente conectada ao desenvolvimento de um modelo de democracia, a deliberativa.

Com o intuito de melhor compreender a evolução da deliberação, é interessante entender os estudos de deliberação a partir da classificação proposta por Mendonça (2016) para captar as atualizações pelas quais passou.

2.1 A PRIMEIRA GERAÇÃO – CONSOLIDANDO OS CONCEITOS DE DELIBERAÇÃO

A primeira geração, encabeçada por Habermas, seria melhor descrita como propositora de uma teoria normativa que, embora estipulasse a participação de toda a sociedade, indicava parâmetros que são percebidos atualmente como quase impossíveis de atingir.

Em seus mais recentes trabalhos, Habermas entende a esfera como uma estrutura comunicacional na qual conteúdos são partilhados e posições são tomadas até que se formem opiniões públicas sobre os temas abordados. Essas opiniões são “potenciais de influência política, que podem ser utilizados para interferir no comportamento eleitoral das pessoas ou na formação da vontade nas corporações parlamentares, governos e tribunais” (HABERMAS, 1997, p. 95) e gozam de legitimidade decorrente do processo que as deu forma.

Um governo democrático deliberativo, portanto, funcionaria através da racionalização: mais do que desfrutar de legitimação popular, o poder disponível para a Administração varia conforme o uso público da razão e do poder comunicativo, que servem para fiscalizar o exercício e também para o programar (HABERMAS, 1994). A esfera pública é vista, aqui, como uma arena apta a detectar, identificar e interpretar os problemas sociais e que exerce o poder comunicativo, constante nas interações entre os elementos institucionais de formação de vontade e os públicos mobilizados.

Essa é uma visão que enxerga a deliberação como um componente de uma sociedade complexa, em que o sistema político integra outras esferas da vida e com ela interage (HABERMAS, 1994). A deliberação não está dependente de cidadãos que decidam agir pela coletividade, mas do estabelecimento de processos institucionais que permitam seu florescimento, criando o jogo entre centros de poder e discussões na opinião pública (HABERMAS, 1997).

A deliberação, ao se propor a achar a melhor solução em controvérsias políticas, atinge quatro propósitos (GUTTMAN, THOMPSON, 2004). Ela promove a legitimidade das decisões coletivas: aqueles que não foram abrangidos pela decisão

final são levados a aceitar a pertinência da medida. Ainda, a deliberação promove perspectivas embasadas de espírito público e acaba por mitigar o individualismo exacerbado e a falta de generosidade dos envolvidos. A deliberação também propicia o respeito mútuo entre os participantes, uma vez que pessoas com valores morais incompatíveis podem perceber a validade dos argumentos opostos aos seus. E por fim, a deliberação permite corrigir os erros coletivos decorrentes do desconhecimento. Ao expandir o conhecimento sobre os assuntos, permite-se a revisão das próprias posições e o entendimento do que é melhor para os cidadãos.

Não se trata da descrição de um sistema político atual em marcha: é um ideal de funcionamento democrático, mas que precisa de amparo na realidade para evitar se transformar em mera utopia (GUTTMAN, THOMPSON, 2004). A deliberação não ignora que algumas decisões acertadas possam ocorrer sem a deliberação. Ela é, no entanto, um melhor caminho para se chegar a decisões mais justas ou menos insatisfatórias. As alternativas a esse processo, como a tomada de decisões apenas por uma elite política ou pela barganha entre os grupos de interesse envolvidos, não são condizentes com os valores democráticos (GUTTMAN, THOMPSON, 2004).

Mesmo nos casos em que as trocas de argumento não forem efetivas, a deliberação retroativa pode proporcionar a revisão dessa decisão no futuro, de forma que é importante continuar a discussão mesmo após o resultado ((GUTTMAN, THOMPSON, 2004). Essa noção discursiva se baseia muito na ação comunicativa, ou seja, em uma visão que enxerga que a política é inseparável da linguagem, porque por meio dela nós sustentamos ou mudamos a realidade intersubjetivamente (MENDONÇA, 2016, p. 6).

Nessas discussões públicas os indivíduos alcançariam conclusões que ultrapassariam seus desejos particulares e levariam ao convívio público satisfatório, como sintetiza Kant, em algo que pode ser um embrião de sistema deliberativo:

Given a multitude of rational beings requiring universal laws for their preservation, but each of whom is secretly inclined to exempt himself from them, to establish a constitution in such a way that, although their private intentions conflict, they check each other, with the result that their public conduct is the same as if they had no such intentions¹ (KANT apud HABERMAS, 1991, p. 109)

¹ Tradução livre: dada a existência de múltiplos seres racionais requisitando leis universais para a sua preservação, mas ao mesmo tempo cada um deles está secretamente inclinado a se excluir dessas

Em síntese, ao invés de focar apenas no voto, um ato particular, o ato político por excelência nesse sistema é público: dar, avaliar, aceitar e rejeitar razões (PARKINSON, 2003).

Ainda que se sustente numa linha inaugurada por Habermas, os estudos sobre deliberação também podem se aproveitar de outras bagagens teóricas. A abordagem pragmática, por exemplo, é citada como uma maneira de enfrentar algumas deficiências da perspectiva habermasiana (MENDONÇA, 2016), pois permite unir as dimensões procedimental e substantiva da deliberação, além de enfatizar uma concepção democrática da mídia.

Habermas aponta que o paradigma deliberativo depende do preenchimento de três requisitos:

(a) publicidade e transparência para o processo deliberativo, (b) inclusão e igual oportunidade para a participação, e (c) uma pretensão justificada para resultados obtidos através da troca de argumentos (principalmente em vista do impacto dos argumentos nas mudanças racionais de preferências) (2008, p. 11)

A deliberação permite que a participação política ocorra através do intercâmbio de argumentos, sem que seja preciso envolvimento direto nas decisões (MAIA, 2008). Importante levar em conta que a deliberação conseguiu encontrar sua força legitimadora ao desenvolver a racionalidade que privilegiava o “fórum” sobre o “mercado” (BOHMAN, 1998). A democracia deliberativa, assim, institucionaliza as interações discursivas de modo a legitimar as decisões a serem tomadas por esse sistema (HABERMAS, 1997). O que importa mais é a procura cooperativa levada a cabo pelos cidadãos do que os ideais de agregação de vontade ou auto-determinação de uma nação homogênea (HABERMAS, 2008).

Pôde-se vislumbrar, portanto, um conceito de democracia deliberativa, definida como:

a form of government in which free and equal citizens (and their representatives), justify decisions in a process in which they

regras, estabelecer uma constituição de tal forma que, ainda que suas intenções privadas conflitem, elas sejam balanceadas, com o resultado de que a conduta pública será a mesma que haveria se eles não tivessem essas intenções.

give one another reasons that are mutually acceptable and generally accessible, with the aim of reaching conclusions that are binding in the present on all citizens but open to challenge in the future² (GUTMANN, THOMPSON, 2004, p. 7) (tradução livre)

O conceito supramencionado deixa claro alguns aspectos importantes da deliberação para esses primeiros autores da área. O primeiro diz respeito à importância conferida aos cidadãos. Não se pode considerá-los como meros seres passivos a serem afetados pelas leis produzidas e decisões tomadas, mas como agentes com autonomia para interferir no processo democrático e compreender os motivos do que está sendo discutido (GUTMANN, THOMPSON, 2004).

É preciso levar em conta também que a deliberação precisa ser acessível aos cidadãos, sob dois aspectos principais: as discussões devem ser públicas, ou seja, de acesso a todos, bem como os conteúdos e argumentos precisam ser entendidos pela população (GUTMANN, THOMPSON, 2004). Há a necessidade que não haja coações externas ou internas sobre os participantes. O aspecto de coação externo supõe que os participantes são soberanos “na medida em que estão submetidos apenas aos pressupostos da comunicação e às regras do procedimento argumentativo” (HABERMAS, 1997, p. 29). Tampouco há coações internas, quais sejam, aquelas que diferenciariam os participantes e impediriam a igualdade entre eles. Todos podem apresentar sugestões, opinar e debater sem privilégios.

A importância da inclusividade para a deliberação foi abordada por vários autores, como Nancy Fraser, que se centrou na noção de “counterpublic”. Ela defendeu que a igualdade entre os participantes não acontecia em moldes idealizados de igualdade absoluta, uma vez que é impossível uma discussão entre iguais em um sistema pautado por relações de subordinação e dominação (FRASER, 1990).

Em sociedades estratificadas, uma pluralidade de públicos permite uma paridade participativa melhor do que um único grupo singular. Em decorrência disso, surge a definição de públicos subalternos, que seriam “parallel discursive arenas

² Tradução livre: uma forma de governo, na qual cidadãos livres e iguais (e seus representantes) justificam decisões em um processo no qual eles dão uns aos outros argumentos que são mutuamente aceitáveis e acessíveis por todos, com o objetivo de alcançar conclusões que são obrigatórias no presente para todos os cidadãos mas estão abertas a serem transformadas no futuro

where members of subordinated social groups invent and circulate counterdiscourses, which in turn permit them to formulate oppositional interpretations of their identities, interests, and needs³” (FRASER, 1990, p. 67). É essa pluralidade de públicos que tornaria mais ampla as interações discursivas, com o conseqüente aprimoramento da esfera pública. Seriam públicos que se recolheriam e conversariam entre si, mas ao mesmo tempo funcionariam como espaços para que aquelas ideias fossem debatidas e depuradas antes de serem apresentadas perante o público geral.

Mesmo quando a deliberação acontece em ambientes selecionados, os representantes precisam levar as decisões para a deliberação pública, que garantirá a legitimidade. Qualquer procedimento contrário implica em tratar o público como objeto de legislação paternalista ao invés de cidadãos plenamente envolvidos no processo democrático (GUTMANN, THOMPSON, 2004).

Tendo em vista que as razões trazidas à deliberação precisam ser do entendimento de todos, há alguns argumentos que ficam fora da disputa (os de cunho religioso, por exemplo). Para entender quais razões são bem-vindas na democracia deliberativa, é preciso preencher os requisitos a seguir (GUTMANN, THOMPSON, 2004). Inicialmente, o argumento tem que partir de uma perspectiva desinteressada, que poderia ser adotada por qualquer membro da sociedade. Assim é possível distinguir argumentos egoístas daqueles válidos independente de raça, posição social, credo etc. Depois, é preciso garantir que os argumentos baseados em evidências empíricas estejam abertos a testes de reprodutibilidade por métodos universalmente aceitos. Por fim, as razões que não derivem de constatação empíricas não podem ser radicalmente implausíveis.

A deliberação não exige um resultado imediato, mas compreende a valorização da reflexão, da explicação dos interesses dos grupos, da ponderação sobre as conseqüências das possíveis decisões e da descoberta das “soluções possíveis” (MAIA, 2008). Essa concepção de democracia põe ênfase no caráter comunicativo da política, ao visualizar a tomada de decisões como conseqüência de trocas de argumentos relevantes nos mais variados espaços. É uma maneira de garantir que a legitimidade do poder político se dê através da justificação pública,

³ Tradução livre: arenas discursivas paralelas onde membros de grupos sociais subordinados inventam e circulam contradiscursos, que por sua vez permitem a formulação de interpretações de oposição quanto a seus interesses, identidades e necessidades.

cabendo aos indivíduos raciocinar com base nos argumentos apresentados e tirar suas conclusões em um processo de comunicação que ocorra da maneira mais livre possível (MAIA, 2008).

Toda e qualquer matéria pode ser objeto da deliberação, uma vez que até mesmo os temas ditos privados podem constituir objeto de interesse dos participantes, conforme já havia sido teoricamente construído nas discussões de esfera pública. É a própria deliberação que pode indicar quais os assuntos que entrarão ou serão excluídos do debate (GUTTMAN, THOMPSON, 2004).

A deliberação possui um caráter de revisibilidade. Os participantes sabem que as preferências expostas podem não ser as mesmas que terão no futuro e que, caso surjam novos argumentos, as decisões podem ser alteradas através de nova rodada deliberativa (GUTTMAN, THOMPSON, 2004). O respeito mútuo é elemento essencial para a democracia deliberativa, uma vez que as decisões são atingidas através de um debate e não da força. Em uma definição válida para esse contexto,

mutual respect is a form of agreeing to disagree. But mutual respect demands more than toleration. It requires a favorable attitude toward, and constructive interaction with, the persons with whom one disagrees. It consists in a reciprocal positive regard of citizens who manifest the excellence of character that permits a democracy to flourish in the face of (at least temporarily) irresolvable moral conflict (GUTTMAN, THOMPSON, 2004, p. 74)⁴.

Desse respeito entre os participantes, decorre também a necessidade de que os participantes se mantenham abertos à mudança, ao ponto até de passarem a compartilhar a visão do seu então oponente. Deve haver um balanceamento entre manter posturas firmes e ao mesmo tempo estar preparado para mudá-las caso a deliberação nos aponte outros caminhos (GUTTMAN, THOMPSON, 2004).

A deliberação não exige que se abra mão das convicções pessoais para chegar a um resultado, mas que sejam buscados pontos de convergência entre as questões opostas para evitar confrontos desnecessários. Além da disposição pessoal nesse sentido, é necessário que haja um desenho institucional dos fóruns

⁴ Tradução livre: respeito mútuo é uma forma de concordar em discordar. Mas respeito mútuo demanda mais que tolerância. Ele requer atitude favorável perante e interação construtiva com as pessoas com as quais se discorda. Ele consiste em um olhar recíproco positivo dos cidadãos que manifestam a excelência de caráter que permite à democracia florescer em face de (pelo menos temporariamente) conflitos morais irresolvíveis.

em que a deliberação ocorre para que se valorize o respeito mútuo (GUTTMAN, THOMPSON, 2004).

Ela precisa, ainda, estar fundada em princípios não meramente procedimentais, mas que carreguem conteúdo. Adotar apenas procedimentos para a deliberação pode levar à produção de resultados injustos, de forma que o conteúdo do que vai ser debatido precisa obedecer a certos padrões (GUTTMAN, THOMPSON, 2004). Essas regras, no entanto, não são fixas e podem ser mudadas a qualquer tempo, através de um processo deliberativo.

A reciprocidade é outro elemento necessário na deliberação. Os cidadãos têm que fornecer razões aos outros que sejam consistentes o suficiente para fundamentar a imposição de decisões sobre a coletividade. Isso tem o intuito de garantir que as decisões tomadas serão mais justas, pois são examinadas por participantes bem informados e devidamente inseridos no debate (GUTTMAN, THOMPSON, 2004).

O consenso era o objetivo final em visões mais antigas da deliberação, que previam a aceitação de todos sobre as decisões que os interferiam (BOHMAN, 1998). Esse resultado ideal era entendido como inalcançável, mas as falhas em atingir esse consenso poderiam ser remediadas para que a deliberação fosse desenvolvida (GUTTMAN, THOMPSON, 2004). Na realidade, a deliberação não espera que os participantes cheguem a um consenso, porque muitas vezes ela precisa ser complementada por outros processos democráticos, que não são deliberativos em si. Ela precisa chegar a um final, mas não há um procedimento obrigatório para isso. Os desacordos políticos entre os participantes fazem parte da coletividade e eliminá-los por completo seria prejudicial para a própria democracia, que precisa do confronto de ideias para não se tornar uma tirania (GUTTMAN, THOMPSON, 2004).

2.2 NOVAS VISÕES E CRÍTICAS SOBRE A DELIBERAÇÃO: SEGUNDA, TERCEIRA E QUARTA GERAÇÕES

Não são apenas vantagens, no entanto, que a literatura aponta no processo deliberativo. A sofisticação das ideias levou ao surgimento de novas maneiras de

compreender o processo deliberativo, que podemos agrupar sob gerações conforme defendido por Mendonça (2015).

Na segunda geração, que pode ser exemplificada por Dryzek e Young, o foco passou a ser integrar a deliberação com a pluralidade das democracias contemporâneas. Houve uma preocupação com aspectos das desigualdades dos sujeitos e uma possível instrumentalização da deliberação pelos atores mais influentes (MENDONÇA, 2016).

A mudança para a terceira geração implica em um foco no desenho institucional e na maciça ênfase na análise empírica. A abordagem passou a se preocupar em isolar determinadas situações para avaliar sua conformidade com a deliberação: daí o foco em orçamentos participativos, júris etc (MENDONÇA, 2016).

A quarta geração seria identificada com a proposição dos sistemas deliberativos, em uma tentativa de unir as concepções normativas, a atenção às instituições e o alcance de resultados empíricos. Há o retorno à importância da coletividade para a deliberação, um foco na divisão de funções entre cada ente (de modo que a baixa qualidade de um aspecto deliberativo em um setor possa ser 'compensada' pelas qualidades de outro).

Remonta a essa época o surgimento de perspectivas mais amplas, como a de Jane Mansbridge (1999), que propõe um sistema deliberativo, que consistiria em uma estrutura heterogênea de redes institucionais e informais, dentro das quais os atores sociais procuram soluções para questões públicas. Vislumbra-se, portanto, uma maneira de conferir maior legitimidade à democracia deliberativa: os diversos fóruns com características deliberativas interagem entre si para compor um amplo sistema deliberativo, e não apenas momentos isolados em que ocorrem deliberações (PARKINSON, 2003).

A deliberação ocorre através de um contínuo: de fóruns menores nos quais os participantes são representantes da população e têm maior dever de *accountability* até progressivamente se expandir em direção a espaços mais informais. O sistema deliberativo se diferencia das concepções clássicas por compreender a deliberação em uma escala de massa, por permitir a divisão de funções de cada setor e também por permitir que haja a busca por critérios de deliberação nos diferentes atores envolvidos (MENDONÇA, 2016).

Uma diferença crucial para todas as gerações, no entanto, é um afrouxamento das regras que constituem os processos deliberativos. O que leva a

críticos de determinados autores, que ressaltam a importância da normatividade da deliberação para avaliar a qualidade do processo democrático (MENDONÇA, 2016).

A deliberação depende do entendimento de que a convivência com pessoas de visões opostas é possível, uma vez que os detentores do poder são “accountable” e sempre buscarão a legitimidade das suas decisões na esfera pública. Alguns desacordos não podem existir no debate deliberativo, pois infringem as regras básicas (por exemplo, visões discriminatórias de qualquer grupo). Outros constituem a própria essência do debate deliberativo e não podem ser resumidos em certo e errado (GUTTMAN, THOMPSON, 2004). É exatamente essa junção de argumentos que favorece a deliberação, uma vez que

Each alone is likely to be mistaken if taken comprehensively, all together are likely to be incoherent if taken completely, but all together are likely to be instructive if taken partially. A democracy can govern effectively and prosper morally if its citizens seek to clarify and narrow their deliberative disagreements without giving up their core moral commitments⁵ (GUTTMAN, THOMPSON, 2004, p. 28)

Em sociedades complexas, a solução comunicativa dos conflitos, ou seja, a deliberação, se vislumbra como a única maneira de sustentar a solidariedade entre os cidadãos (HABERMAS, 1997). A deliberação não exclui outros processos de decisão, como a votação e a representação. No contexto atual, em que tempo é um recurso escasso, esses outros métodos se tornam uma necessidade (BOHMAN, 1998). A intenção não é que todos os métodos sejam deliberativos, mas que em algum momento as atividades políticas passem pela deliberação. Trata-se de “work not only to make the familiar institutions of democracy more friendly to deliberation but also to extend the scope of deliberation to institutions where it has not previously dared to go⁶” (GUTTMAN, THOMPSON, 2004, p. 56).

A deliberação enfrenta um dilema quanto às maneiras de medir o sucesso do seu processo. Se analisarmos apenas o resultado do material, despreza-se todo

⁵ Tradução livre: cada um sozinho é provável que esteja errado se entendidos compreensivamente, todos juntos serão provavelmente incoerentes se tomados na sua completude, mas todos juntos são provavelmente instrutivos se tomados parcialmente. Uma democracia pode governar de maneira efetiva e próspera moralmente se seus cidadãos buscarem clarificar e restringir seus desacordos deliberativos sem desistir de seus compromissos morais centrais.

⁶ Tradução livre: trabalhar não apenas para que as instituições de democracia que já nos são familiares se tornem mais amigáveis à deliberação mas também para estender o escopo da deliberação para instituições onde ela previamente não tinha ousado ir.

o processo deliberativo em prol apenas de fins que serão avaliados se são justos ou bons independentemente dos processos adotados (BOHMAN, 1998). Alguns problemas práticos são apontados na ideia de deliberação. As desigualdades no acesso ao poder e ao dinheiro se refletiriam na deliberação, que reproduziria essas assimetrias (GUTTMAN, THOMPSON, 2004). Para Guttman e Thompson, a própria deliberação é capaz de apontar os vieses de exclusão e construir princípios que amenizem essa situação.

Algumas críticas ainda persistem, como à concepção de que a esfera pública só funciona para o bem da sociedade civil e de que para isso é preciso a cooperação de todos os indivíduos, que seriam responsáveis pela autenticidade do fenômeno, numa visão com nuances marxistas (GOMES, 2007). A discussão sobre esfera pública, além disso, precisa sair da teorização e encontrar um respaldo no mundo real:

esferas públicas que satisfazem tais requisitos devem ser construídas, acompanhadas por uma cultura política favorável em que valores democráticos sejam compartilhados extensa e intensamente, devem ser guardadas e reforçadas. Sistemas de recompensas e de constrangimentos precisam ser construídos para a sua salvaguarda, instituições precisam ser desenhadas para a sua reprodução, leis precisam ser produzidas para que o Estado funcione como garantidor da sua existência, cidadãos precisarão ser convencidos da sua imprescindibilidade. Uma esfera pública pró-democrática é uma tarefa, não uma consequência que se possa extrair normativamente do seu conceito (GOMES, 2007, p. 7).

Além disso, grupos minoritários tendem a lançar mão de argumentos passionais e táticas mais agressivas para apresentar seus pontos de vista, o que iria de encontro ao provimento de razões desejado na deliberação. Falta, nesse ponto, reconhecimento de que a retórica emocional também tem seu lugar na arena pública e pode ser acompanhada de demonstrações lógicas (GUTTMAN, THOMPSON, 2004). Esse ponto (mesmo que não tenha sido ignorado por Habermas) não é muito aprofundado pelos deliberacionistas, que preferem focar nas contribuições racionais para o debate (MENDONÇA, 2016).

As críticas ao desrespeito com o passado enfocam a constante discussão que a deliberação propõe e possibilidade de alteração do que já foi estabelecido, por sua vez, representaria uma excessiva deferência ao tempo. Tampouco subsistem as ideias de que ela aumenta a polarização entre os cidadãos. Pelo contrário, mesmo se a deliberação não chega a um resultado devido a posições antagônicas

inconciliáveis, não é a deliberação que foi a responsável pela criação da controvérsia (GUTTMAN, THOMPSON, 2004).

O uso de linguagem vulgar ou agressiva depende muito do ambiente em que está ocorrendo a deliberação – uma discussão no *Twitter* implica um registro de fala muito diferente de uma discussão no Parlamento. E alguns estudos já comprovaram que a presença de respeito mútuo entre os participantes acarreta presença maior da reciprocidade, pois há uma necessidade de manter um nível apropriado do debate (MAIA, REZENDE, 2016).

Porém, não é apenas porque houve o uso de linguagem mais agressiva que os participantes não apresentarão justificativas e não contribuirão para o debate. Pelo contrário: as pesquisas recentes tendem a comprovar que os comentários desrespeitosos não são meras reações irracionais (MAIA, REZENDE, 2016).

Ainda, há divergências entre os defensores de processos deliberativos em todas as esferas da sociedade e aqueles que acreditam que ela só é necessária nas estruturas centrais da democracia. Nesse ponto, a presença ampla de deliberação na sociedade civil pode levar os cidadãos a se acostumar com esse processo e se familiarizar com os debates políticos, garantindo que não haja rupturas ou estranhezas entre a vida privada e a vida pública (GUTTMAN, THOMPSON, 2004).

Essa ampliação dos espaços da deliberação não passou imune às críticas de setores da Academia. A mudança da procura do consenso para uma tentativa de apenas esclarecer o conflito é um exemplo de um sintoma que é muito criticado: a adoção de critérios mais flexíveis para a deliberação que acabariam fazendo perder de vista os aspectos essenciais da boa deliberação (FARIA, 2012). Não se ignora as possíveis falhas dessa concepção, como a dissociação entre as esferas públicas e a dominação do sistema por alguma delas (MANSBRIDGE et al, 2012).

As mudanças englobam formas menos rígidas de discurso (uma vez que se privilegia o resultado sobre a forma), aceitação de atos como a barganha no processo de convencimento, expressões comunicativas que não se prendam somente ao racional e concepções mais amplas de bem comum, que estavam ausentes do padrão deliberativo clássico (FARIA, 2012).

Esse modo de compreender a deliberação é denominado pelos seus críticos de “pluralismo de segunda geração” ou “neocorporativismo” e por não pensar em uma esfera pública mais ampla que seria espaço para a formação da opinião pública

acaba por enfraquecer a deliberação, pois restam ausentes impactos na vida do cidadão (FARIA, 2012).

Apesar de ter sido iniciada por um expoente da Escola de Frankfurt, há visões que apontam o afastamento dos deliberacionistas da perspectiva crítica. Um argumento é de que a deliberação apenas legitima processos que valorizam o 'status quo'. Isso porque as exigências procedimentais da deliberação ocultariam as relações de dominação. A igualdade entre os participantes e a crença na força do melhor argumento, por exemplo, relevariam as condições de poder que existem na sociedade (MENDONÇA, 2013).

Há, ainda, a ponderação de que ela teria se acomodado às instituições existentes nas democracias liberais. O próprio conceito de sistema deliberativo (MANSBRIDGE, 1999) e de momentos deliberativos (GOODIN, 2005), a ser explicado mais adiante, seria a exemplificação desse acomodamento, uma vez que houve um aceite das configurações atuais de certas instituições (MENDONÇA, 2013).

Interesses e preferências não são simplesmente expressos para que alguma instância mediadora busque conciliá-los publicamente. Sem deixar de ser agonística, a esfera pública deliberativa não se restringe a um espaço de choque entre preferências pré-estabelecidas. Sua função é mais estrutural e envolve a própria formação de valores, preferências e atores sociais (MENDONÇA, 2013, p. 59)

A deliberação, contudo, ainda pode ser considerada uma ideia crítica, particularmente por encorajar os cidadãos a pensar e refletir de maneiras diversas sobre os problemas da esfera pública ampla (MENDONÇA, 2016; GUTTMAN, THOMPSON, 2004).

2.3 MÍDIA E DELIBERAÇÃO

Conforme já abordado, as relações entre meios de comunicação e a esfera pública foram sempre próximas. Tendo em vista a dinâmica desempenhada pelos media, que são capazes de selecionar as mensagens a serem distribuídas, influenciar agendas e enquadrar os assuntos, seu papel para a arena deliberativa é

relevante e merece atenção (HABERMAS, 2008). A noção de que a política atual é necessariamente mediada é predominante, garantindo aos meios um status de alicerce sustentador dos regimes democráticos contemporâneos, o que levou à propagação de sugestões de utilização dos meios para o aperfeiçoamento democrático (MARQUES, MIOLA, 2010).

Enquanto a imprensa nascente do século XVII foi considerada promotora dos debates racionais, à imprensa de massa, especialmente a partir do século XX, foi atribuído um papel negativo no desenvolvimento de esfera pública (HABERMAS, 1991).

A imprensa embrionária europeia era uma extensão do debate público, que apenas ampliava as discussões políticas então vigentes nos salões. Com o intuito de obter maiores números de venda, os jornais optaram por se despolitizar, preferindo se focar em temas mais leves do que em relatos políticos. Na concepção que Habermas expôs em *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, o mundo estruturado pela mídia de massa possui apenas a aparência de uma esfera pública (HABERMAS, 1991).

Habermas (1991) percebeu nos oligopólios dos meios de comunicação um empecilho para o desenvolvimento da esfera pública. Enquanto no período iluminista, as instituições de imprensa conseguiam escapar da dominação do poder público por estarem na mão dos particulares, a sua passagem para a mão de grupos economicamente concentrados acabou por ameaçar as funções críticas que se esperava da imprensa. Os meios de comunicação seriam responsáveis por promover uma despolitização da esfera pública, pela mistura de informação e entretenimento, abordagem episódica dos acontecimentos e ausência de contextualização adequada (1991).

A mídia cumpriria a função de criar a esfera pública abstrata, na qual os atores políticos podem contribuir para o debate ao trazer suas visões para o grande público. Os temas só conseguem atingir repercussão perante a sociedade a partir do momento em que são enfocados pela mídia (HABERMAS, 1997).

Autores deliberacionistas tradicionais, como Guttman e Thompson (2004), chegaram a afirmar que os meios de comunicação de massa não são amigáveis à deliberação, o que impediria os cidadãos de se prepararem para os processos democráticos. A possibilidade em se considerar uma deliberação mediada seria dificultada, ainda, pela ausência de interação face a face entre os cidadãos que

precisam chegar a uma decisão, além da ausência de reciprocidade entre os agentes com direito a fala e os receptores do discurso midiático (HABERMAS, 2008).

Essa concepção negativa da relação entre esfera pública e meios de comunicação, contudo, foi rebatida. Visões mais otimistas apontam que a mídia pode ser um locus para a deliberação (XENOS, 2000). Ainda que “os meios de comunicação não possam ser entendidos como uma ‘esfera pública’ em si, eles disponibilizam expressões, matérias, discursos, eventos para o conhecimento comum” (MAIA, 2008, p. 18). Dito de outro modo, a mídia não é a esfera pública, mas é capaz de estruturá-la através de um diálogo público generalizado.

A intenção da deliberação mediada é garantir que os indivíduos se exponham a posições conflitantes e possam avaliá-las para alcançar seus próprios julgamentos (GASTIL, 2008). A mídia, portanto, é um dos espaços encontrados pela esfera pública para reverberar a discussão dos problemas políticos. Os meios de comunicação são elementos essenciais porque não há outro fórum que possua tamanho alcance e repercussão (MAIA, 2008). A deliberação nesses casos pretende que, além da produção de decisões políticas, haja um aumento na informação disponível para os cidadãos (seja em quantidade ou qualidade), para que as políticas sejam mais efetivas e que se alcance maior *accountability* sobre os governantes (MIOLA, 2012).

Habermas propôs que o sistema mediático precisa atingir duas condições para que a deliberação ocorra na esfera pública: deve adquirir independência em relação ao seu ambiente social e, simultaneamente, deve haver um *feedback* entre os discursos da elite e a sociedade civil (HABERMAS, 2008).

Seguindo sua divisão já apresentada de esfera pública que conecta o centro da democracia com a sua periferia, a mídia ocuparia o papel de divulgar as informações a serem consumidas pelo grande público, ou seja, apenas uma das funções pretendidas no processo de deliberação (as outras duas são o processamento dos argumentos apresentados e a geração de atitudes racionalmente motivadas que levam a uma tomada de decisão) (HABERMAS, 2008). No modelo deliberativo, à esfera pública política cabe a tarefa, intermediada pelos meios de comunicação, de apresentar o maior número possível de argumentos sobre determinada questão.

Os meios de comunicação estão inseridos no que Habermas denominou “esfera pública abstrata”, uma vez que transportam os processos comunicativos típicos das interações face-a-face ou em pequenos grupos para uma audiência muito mais ampla e não-simultânea, seja de leitores ou espectadores (MAIA, 2008). Não é de se esperar, assim, que a comunicação política mediada preencha todos os requisitos almejados de um processo deliberativo. Os receptores, em tese, utilizam as informações de que têm acesso através dos meios de comunicação para, agregado ao background de que dispõem, formarem suas opiniões sobre as questões relevantes da esfera pública (HABERMAS, 2008).

Miola (2012) investigou a deliberação sobre a criação de um sistema público de mídia brasileiro e chegou a conclusões que valorizavam o papel da mídia:

há traços nos mass media que favorecem, em diferentes medidas, a consecução do debate público, tais como a visibilidade oriunda da ampla distribuição dos discursos, a possibilidade de desenvolver uma argumentação justificada adaptada às diferentes linguagens, gêneros e formatos e o valor conferido pelo próprio campo à exposição de perspectivas controversas (MIOLA, 2012, p. 135).

Embora não seja o único vetor a possibilitar a interação discursiva nas sociedades democráticas atuais, os meios de comunicação são responsáveis por garantir, pelo menos, um “repositório informacional minimamente adequado” (MARQUES, MIOLA, 2010). A partir disso, os cidadãos podem compreender melhor os acontecimentos, balancear os argumentos apresentados e assim motivar justificadamente uma decisão.

Na esfera dos meios de comunicação, os argumentos se transformam pois se constituem ambientes plurais, em que há concorrência interpretativa sobre o tema (MAIA, 2009). Quando precisam rebater argumentos contrários ou revisar suas posições, os participantes do debate mediado tendem a trazer novas informações e tornar mais complexos os próprios argumentos, com o intuito de apontarem as melhores soluções (MAIA, 2009).

Esse potencial democrático dos meios de comunicação valoriza a mídia frente a um público que não é apático:

Mesmo se as mensagens forem enquadradas e distorcidas pela comunicação de massa e que o acesso à esfera de visibilidade pública seja

desigual por sua estrutura de poder, esse poder é restrito pela “reflexividade peculiar” da esfera pública que permite a todos os participantes reconsiderarem o que é percebido como opinião pública (SAMPAIO, MAIA, MARQUES, 2011, p.217).

É a mídia que é responsável por promover a esfera de visibilidade, ou seja, o que é “produzido pelo aparato tecnológico dos meios de comunicação, onde um imenso conjunto de formas simbólicas – pronunciamentos, imagens, ações, eventos – pode ser publicizado, publicado, compartilhado” (MAIA, 2008, p. 94). Os atores sociais que não ocupam posições de destaque podem se organizar e conseguir, através dos media, trazer questões para o debate público (MARQUES, 2008).

A comunicação de massa, além de propiciar visibilidade, é essencial para garantir outro aspecto importante na esfera pública: a discutibilidade, ou seja, de que forma será discutido, por quais atores, com qual intensidade, qual será a duração (GOMES, 2007). Garante também que as razões apresentadas nas discussões precisam ser defendidas perante um amplo auditório, o que tende a afastar os argumentos egoístas e atrair os argumentos aptos a serem considerados em uma deliberação (GOMES, 2007).

É possível pensar em algumas características próprias que caracterizam o processo de deliberação mediada. A questão da acessibilidade é um aspecto crucial na mídia, pois os jornalistas, ao determinarem quem tem acesso a esse espaço e de que maneira ele será valorizado, permitem legitimar e hierarquizar determinadas estruturas de poder (MAIA, 2008). Isso motivou a escolha do critério de inclusividade para analisar a deliberação na cobertura das biografias.

A utilização de argumentos também é elemento típico do paradigma deliberativo que precisa estar presente na deliberação mediada, ainda que sejam apenas trechos das argumentações defendidas pelos envolvidos nos debates. Isso porque “os jornalistas e comentaristas podem fornecer “atalhos cognitivos”, destacando as principais posições e as linhas argumentativas em disputa, a fim de que essas se tornem mais facilmente acessíveis à audiência” (MAIA, 2008, p. 50).

A responsividade é outro critério de avaliação da deliberação mediada, ao buscar diagnosticar de que maneira os participantes respondem às indagações dos outros, construindo um diálogo. Em se tratando de cobertura jornalística, essa interação discursiva pode surgir ao longo dos textos, conforme o tema vai sendo exposto pelas notícias. Ainda assim, é possível que os participantes se recusem a

refletir sobre as posições contrárias, o que os torna fechados no seu próprio universo e podem até mesmo influenciar negativamente a credibilidade desses atores políticos (MAIA, 2008).

A ideia de reciprocidade, aqui, não pode ser vista como uma questão de altruísmo ou de harmonia ao lidar com conflitos, sob pena de entender erroneamente esse intercâmbio de ideias necessário para esse processo (MENDONÇA, FREITAS, OLIVEIRA, 2014). A reciprocidade inclusive pode ser percebida a partir de duas características: a direta, que consiste na troca direta de razões entre os participantes do debate (foi essa a perspectiva adotada para a categorização das notícias realizada); e uma reciprocidade discursiva, que foca os choques de discurso e consiste na rede discursiva que se estabelece ao longo do processo deliberativo (MENDONÇA, FREITAS, OLIVEIRA, 2014).

A visibilidade é outro elemento essencial para a deliberação permitido pela mídia, mas que pode também ser um empecilho para uma discussão coerente. Ao mesmo tempo em que a discussão visível permite que os discursos possam ser verificáveis, ela impede que alguns elementos caros à deliberação aconteçam, como a reversão de opiniões e o convencimento, em razão de um possível constrangimento (MIOLA, 2012).

Ainda na seara da publicidade, é possível pensar em um outro aspecto, o da discutibilidade, que se apoia na premissa de que o debate público pode ser uma maneira de fortalecer o debate público sobre determinadas questões (MIOLA, 2012). A deliberação mediada, nesse ponto, pode impulsionar esse aspecto, uma vez que propicia condições para que o debate seja amplificado.

Nessa compreensão sobre a importância dos meios para a deliberação, é preciso dar o destaque para os jornalistas e outros profissionais de comunicação, que são os responsáveis por criar essa arena, através da seleção de tópicos abordados, pessoas que serão ouvidas e qual o destaque que cada assunto terá (MAIA, 2008). Os atores que têm acesso aos canais de mídia o conseguem em decorrência do capital de que dispõem e de como influenciam os responsáveis pelos meios de comunicação, que detêm o poder de determinar quais vozes se destacarão nos fluxos da esfera pública (HABERMAS, 2008).

Em suma, os meios de comunicação podem ser apontados como atores importantes no processo deliberativo. Em sociedades complexas, os jornalistas cumprem melhor a tarefa de disseminar as informações para o maior número de

peessoas. Dessa forma, “mediated deliberation can be highly public and successful, but only if decentralization produces a variety of opinions and the division of political labor is capable of producing sufficient cognitive diversity and mutual criticism⁷” (PAGE, 1995, apud BOHMAN, 1998, p. 421).

Alguns aspectos da deliberação que parecem irrealizáveis entre inúmeros participantes podem ser minimizados pelos meios de comunicação. A inclusividade, por exemplo, pode ser alcançada através dos argumentos apresentados por vários lados, ainda que não estejam todos os cidadãos face a face discutindo a questão (MARQUES, 2008). A imprensa e sua cobertura sobre questões públicas pode evitar que a conversação generalizada seja rasa ou que a deliberação seja restrita a especialistas e não se torne acessível ao grande público (GOMES, 2007). Os meios de comunicação podem apresentar os indicadores que caracterizam o processo deliberativo, como acessibilidade, utilização de argumentos, reciprocidade e revisibilidade (MAIA, 2008). Os critérios pelos quais avaliar os meios serão detalhados nos capítulos seguintes, quando as opções metodológicas forem analisadas.

Os meios não são canais neutros, que apenas transmitem informações de maneira imparcial, pois são também atores dos campos político, econômico e social. Assim, é impossível dissociar sua atuação como agente e sua produção de conteúdo, tendo em vista que as relações por vezes conflitantes que eles estabelecem com grupos, é influenciada por essas questões (MAIA, 2008). É possível conceber três funções desempenhadas pelos media, sob a ótica da deliberação: 1) servir de instrumento; 2) prover, de acordo com sua deontologia e imperativos mercadológicos, insumos informacionais; 3) atuar enquanto um dos agentes interessados e que, por isso, também tomam parte ativa no jogo político (MARQUES, MIOLA, 2010).

A primeira abordagem entende os meios como mero instrumental capaz de fornecer visibilidade à deliberação. Ao transmitir o horário gratuito de propaganda eleitoral, por exemplo, a mídia cumpre essa função. Apesar de aparentar ser um entendimento arcaico, que só capta os meios como canais a unir emissores e

⁷ Tradução livre: deliberação mediada pode ser altamente pública e exitosa, mas somente se a descentralização produzir uma variedade de opiniões e se a divisão das tarefas políticas é capaz de produzir suficiente diversidade cognitiva e mútuas críticas.

receptores, tal função pode demonstrar o papel da mídia enquanto responsável pela visibilidade de discursos necessária para a deliberação.

Em pesquisa sobre a discussão trazida pelo referendo de proibição de armas no Brasil, que foi votado em 2005, Maia (2009) apontou que as organizações midiáticas concederam espaços proporcionais para os dois lados da disputa (as opções para o eleitor eram Sim ou Não nesse caso) e que os participantes defenderam posições através de argumentos para convencer a população. Mais do que isso, a discussão deliberativa foi um elemento para convencer a população sobre a seriedade do tema e a necessidade de tomar atitudes quanto a ele.

A segunda posição enfoca os media como fornecedores de informação qualificada, da qual o jornalismo é o melhor exemplo, a ser abordado posteriormente. Por fim, a terceira visão capta os meios como agentes que se posicionam no jogo político e expressam suas próprias visões e interesses (MARQUES, MIOLA, 2010).

Essas três possibilidades andam lado-a-lado na mídia e estão conectadas entre si no cotidiano, de forma que a compreensão da sua função precisa passar por estudos amplos desses aspectos. Os meios de comunicação

seja dando a ver atores com suas posições particulares, seja quando informam (orientando-se por critérios jornalísticos), ou mesmo quando oferecem seus próprios pontos de vista, pois, na qualidade de espaço de visibilidade pública de questões e perspectivas, compõem, juntamente com as demais dimensões discursivas formais e informais da sociedade e do Estado, um sistema deliberativo ampliado (MARQUES, MIOLA, 2010, p. 20).

Todo o posicionamento criado pela mídia não pode ser reduzido a uma visão dicotômica entre a favor ou contra, mas a partir das nuances que uma análise de enquadramento pode fornecer. O jornalismo não pode ser visto nem sob uma ótica liberal idealizada, que crê numa promoção perfeita de valores, mas também não pode ser demonizado, sob pena de que não se encontre saídas viáveis para o jornalismo no atual sistema capitalista (SOARES, 2009).

Esse *feedback* entre a mídia e seus leitores pode ser afetado por aspectos como a exclusão cultural de muitos indivíduos e a subsunção dos fluxos comunicativos pela lógica de mercado: tratar questões políticas com traços de entretenimento (tais como dramatização de eventos, personalização, simplificação) não contribuem para o fortalecimento da deliberação (HABERMAS, 2008).

O jornalismo não pode se limitar a relatar apaticamente as discussões travadas pelos grupos, pois ele deve ser um ator que persegue os argumentos a serem considerados em cada caso, buscando dar vozes para todos os envolvidos e garantindo assim que sejam respeitados os critérios da democracia deliberativa (ETTEMA, 2007). Ao conteúdo jornalístico caberia avaliar a aplicação dos argumentos a cada caso e apontar que as decisões tomadas podem não corresponder ao resultado das deliberações travadas.

O jornalismo é um dos principais responsáveis pelo provimento de razões, que embasará o público ao longo de todo o processo deliberativo. Considerando que as práticas se atenham a diretrizes de imparcialidade e objetividade, as narrativas jornalísticas podem fornecer visões amplas e equilibradas sobre os casos a serem objeto de deliberação (MARQUES, MIOLA, 2010). Face a outros interesses e variáveis que poderiam afetar as informações transmitidas, a deontologia jornalística permitiria uma cobertura relevante para a discussão pública.

Além disso, os meios de comunicação podem nos elucidar quais as posições tomadas por cada agente social, de forma que o público saiba quem são os emissores de cada discurso e isso seja um elemento no julgamento a ser formulado pela audiência. Os media ainda são responsáveis por promover debates sobre tema relevante, estimulando que as visões se choquem e sejam ponderadas no espaço público. E eles devem fiscalizar os agentes públicos, de forma a garantir que as decisões tomadas pelos membros do grupo político correspondam realmente ao melhor interesse da coletividade (MARQUES, MIOLA, 2010).

A esfera deliberativa propiciada pelos meios de comunicação já foi até assemelhada àquela parlamentar em alguns pontos pela literatura: os atores que dela participam dispõem de alta capacidade argumentativa, o que favorece a elaboração de argumentos suficientemente justificados e a consequente reflexão sobre as posições opostas (MIOLA, 2012).

Ainda que muitas das vantagens para a deliberação promovidas pelos meios de comunicação decorram do jornalismo, isso não implica que outros produtos veiculados pela mídia não possam permitir a ocorrência da deliberação entre os espectadores (GASTIL, 2008). Uma telenovela que aborde um tema conflituoso ou um programa de auditório que traga uma história de caráter público podem fornecer dados para o público, pois

a comunicação de massa é importante para a deliberação pública não somente quando se apresenta equilibrada ou fundamentada em critérios deontológicos que garantem um perfil determinado de prestação de informações: mesmo aquelas intervenções que, sabidamente, mostram-se alinhadas a determinadas visões de mundo, campos interpretativos ou interesses de grupo podem contribuir para a promoção de uma audiência crítica (MARQUES, MIOLA, 2010, p. 11).

O espaço produzido pelos meios de comunicação é, portanto, um local de enfrentamento dos diferentes pontos de vista e com potencial para constituir uma arena deliberativa (MARQUES, 2008). Não se ignoram os acessos desiguais aos canais midiáticos, mas busca-se uma compreensão da imprensa como dimensão privilegiada da esfera pública,

cuja função consiste em encampar, reconstruir e reproduzir pontos de vista diversificados, articulando o conteúdo discursivo que circula nas diferentes esferas deliberativas do processo político. Além disso, eles promovem um espaço de difusão e amplificação de temáticas e problemas, oferecendo condições para o desenvolvimento de uma dinâmica de esclarecimento e reformulação de argumentos entre atores posicionados em diferentes esferas públicas parciais ao longo do tempo (MARQUES, 2008, p. 34).

As possíveis desvantagens e insucessos dos meios de comunicação em seu papel dentro do sistema deliberativo já foram abordadas pela literatura especializada. A qualidade da informação fornecida pode não ser a melhor ou mais plural, até mesmo pela falta de aprofundamento sobre as grandes questões públicas (MARQUES, MIOLA, 2010). É possível citar a parcialidade na cobertura e os jogos de interesse dos meios de comunicação como fator complicador de uma deliberação satisfatória. Mesmo os estudos sobre o papel dos media no contexto da deliberação também sofrem críticas, porque ao retratar pontos interessantes dessa relação entre mídia e democracia acabam por justificar as instituições existentes e dificultar as inovações na sociedade (MENDONÇA, 2013).

No entanto, é preciso levar em conta que todo o processo de deliberação nos meios de comunicação tende a aprimorar a qualidade do ambiente informativo, exatamente por oferecer um espaço para trocas argumentativas em que os envolvidos buscam justificar seus argumentos para o público (MAIA, 2008).

A operacionalização das arenas deliberativas é posta em suspeição por alguns deliberacionistas, pois a população não prestaria a devida atenção aos argumentos expostos na mídia e não os analisaria com o devido cuidado. Muitos

indivíduos apenas escolhem um lado ao qual tem acesso e confiam e passam a repetir tais visões sem um juízo crítico, essencial para essa concepção democrática (MARQUES, MIOLA, 2010).

A imprensa, ainda que consiga garantir a pluralidade e aborde as controvérsias políticas, também sofreria com a concentração de propriedade em poucos grupos empresariais e familiares, que acaba influenciando essa perspectiva particular a circular mais. Os meios de comunicação fazem cobertura da pauta política e até abrem espaço para setores cujas reivindicações vão contra seus interesses, mas se organizam em lobbies próprios para garantir que as questões que mais lhes afetam sejam garantidas conforme seus interesses (MIOLA, 2012).

Ainda, os enquadramentos fornecidos pelos meios são criticados por imporem visões restritivas quanto aos assuntos em debate. Tal posicionamento, no entanto, é rebatido por pesquisadores, tais como Chambers (2009), com uma abordagem mais moderada, que não concebem os *frames* como um elemento negativo da atuação dos meios na deliberação.

O ponto principal é compreender que certos enquadramentos podem favorecer a deliberação democrática, ao mesmo tempo que outros aspectos, tais como a busca por audiência, o desinteresse em afrontar grupos políticos, a escolha de entretenimento, podem se sobrepor a esses *frames* desejáveis (MARQUES, MIOLA, 2010).

Entender a atuação dos meios de comunicação nesse intrincado jogo deliberativo passa por analisar quais os enquadramentos disponibilizados pela mídia e de que modo isso interfere na qualidade da deliberação.

3 ENQUADRAMENTOS: ANÁLISE DE FRAMES E RELAÇÕES COM A DELIBERAÇÃO

Dentre as metodologias possíveis para estudos dos processos comunicativos, a análise de enquadramento possui espaço considerável, ainda que não desfrute de profunda consistência teórica (BERINSKI, KINDER, 2006). Os estudos existentes dialogam pouco entre si, partindo de diferentes paradigmas e buscando respostas que dificultam a homogeneidade do campo.

Necessário, portanto, delimitar com exatidão qual o conceito de *frame* que será utilizado como base metodológica dessa dissertação, bem como a sua correlação com a deliberação.

3.1 SOBRE O ENQUADRAMENTO

Múltiplos conceitos coexistem na literatura sobre o que seria um enquadramento, sendo que essa pluralidade de visões pode atrapalhar a compreensão do estilo de pesquisa pretendido. Uma vez que um enquadramento pode ser esquema para ao mesmo tempo apresentar e compreender as notícias (SCHEUFELE, 1999), é interessante diferenciar os enquadramentos midiáticos, foco desse estudo, dos enquadramentos individuais, que são as maneiras pelas quais o público leitor consome o material jornalístico.

Conforme amplo levantamento realizado por Matthes (2009), os três autores mais citados para explicar o enquadramento noticioso nos periódicos científicos são Gitlin, Entman e Gamson e Modigliani.

Para Gitlin (1980), enquadramentos são “principles of selection, emphasis, and presentation composed of little tacit theories about what exists, what happens and what matters⁸”. Dessa forma, “frames enable journalists to process large

⁸ Tradução livre: princípios de seleção, ênfase e apresentação compostos de pequenas teorias tácitas sobre o que existe, o que acontece e o que importa.

amounts of information quick and routinely: to recognize it as information, to assign it to cognitive theories and to package it for efficient relay to their audiences⁹” (p. 07).

Na visão de Gamson e Modigliani (1987), o enquadramento consistiria em: “a central organizing idea or story line that provides meaning to an unfolding strip of events, weaving a connection among them. The frame suggest what the controversy is about, the essence of the issue¹⁰” (p. 376). Ainda, para Entman (2007), “the process of culling a few elements of perceived reality and assembling a narrative that highlights connections among them to promote a particular interpretation¹¹” (p. 164).

A partir dessas três visões apresentadas, as quais se somam outras¹², é possível identificar pontos em comum. Os frames se manifestam pela ausência ou presença de certas palavras-chave e outros elementos textuais que apontam para determinados julgamentos. A construção do frame se dá, portanto, na saliência de certos aspectos da informação em detrimento de outros, através do “sizing”: aumentar ou diminuir certos elementos conforme o quadro interpretativo que se deseja construir (ENTMAN, 1993). Os *frames* não são estruturas neutras: ao definir o tema mais importante da questão e dizer como devemos pensar sobre ele, os enquadramentos sugeririam o que deveria ser adotado para resolver o problema (BERINSKI, KINDER, 2006).

Os enquadramentos midiáticos “tend to cohere with an established discursive domain, a series of associated idea clusters that form a way of reasoning about a matter that is familiar to audience from other culture experiences¹³” (ENTMAN, 1991, p. 11). O papel da mídia iria além de determinar o que é importante e digno de ser noticiado, pois as notícias passam ao público também quais as opiniões e interpretações de um assunto controverso que são válidas (ANDSAGER, 2000).

⁹ Tradução livre: enquadramentos permitem que jornalistas processem grandes quantidades de informação rápida e rotineiramente: reconhecer algo como informação, assimilar a teoria cognitivas e empacotar para consumo das audiências.

¹⁰ Tradução livre: uma ideia organizadora central que fornece sentido para uma linha de eventos sucessivos, tecendo uma conexão entre eles. O enquadramento sugere do que se trata a controvérsia, a essência da questão.

¹¹ Tradução livre: o processo de recolher alguns poucos elementos da realidade percebida e estruturar uma narrativa que destaque as conexões entre eles para promover uma interpretação particular.

¹² A saber, as de NELSON, CLAWSON, OXLEY, 1997, por exemplo.

¹³ Tradução livre: tendem a ser coerente com um domínio discursivo estabelecido, uma série de clusters de ideias associadas que formam uma maneira de raciocinar sobre um assunto que é familiar à audiência de outras experiências culturais.

Enquadramentos noticiosos, assim, são ferramentas dos jornalistas para simplificar e priorizar certos aspectos da narrativa dos eventos. Os *frames* trabalham com conceitos-chave, frases de efeito e imagens estereotipadas com a intenção deliberada de reforçar certos vieses comuns de interpretação sobre um tema (NORRIS, 1995).

É recorrente na literatura a aproximação entre agenda-setting e enquadramento, sugerindo, inclusive, que esse é uma extensão das pesquisas realizadas sobre a primeira ótica (WEAVER, MCCOMBS, SHAW, 1998). Parece, no entanto, ser mais coerente o entendimento que enxerga as duas proposições como distintas (SCHEUFELE, 2000). Uma vez que a agenda-setting trabalha sob uma perspectiva causal, de que a frequência e quantidade com que um assunto são cobertos pela mídia interfere na sua posição na agenda pública, o desenho da pesquisa e os métodos aplicados pela pesquisa são aptos a compreender essa correlação de causa.

A pesquisa de enquadramento, no entanto, parte de uma outra suposição: a de que a maneira com a qual o texto jornalístico aborda um assunto altera a maneira como ele vai ser compreendido pelo público. Não tanto pelo destaque ele recebe ou deixa de receber, mas pela invocação de esquema interpretativos que influenciam a compreensão da notícia (SCHEUFELE, 2000).

A importância dos *frames*, especialmente na comunicação política, fez Entman considerá-lo um paradigma de pesquisa (ENTMAN, 1993). Os enquadramentos, para Entman, cumprem as seguintes funções:

define problems- determine what a causal agent is doing with what costs and benefits, usually measured in terms of common cultural values; diagnose causes-identify the forces creating the problem; make moral judgments-evaluate causal agents and their effects; and suggest remedies-offer and justify treatments for the problems and predict their likely effects (ENTMAN, 1993, p. 52)¹⁴.

Cabe ressaltar que um texto noticioso, no entanto, não precisa enquadrar os acontecimentos a partir dessas quatro perspectivas simultaneamente.

¹⁴ Tradução livre: definem problemas – determinam o que um agente causal está fazendo, com que custos e benefícios, geralmente medidos em termos de valores culturais comuns; diagnostica causas – identifica as forças criando o problema; faz julgamentos morais – avalia os agentes e seus efeitos; e sugere remédios – oferece e justifica tratamentos para os problemas e prediz os seus efeitos mais prováveis.

As críticas de Entman a essa pluralidade de perspectivas sobre o enquadramento foi rebatida por outros pesquisadores. Para D'angelo (2002), o conhecimento sobre enquadramento só se desenvolveu graças às diversas teorias utilizadas pela comunidade acadêmica. Segundo o autor, as pesquisas de enquadramento circulam ao redor dos seguintes objetivos:

a) to identify thematic units called frames, (b) to investigate the antecedent conditions that produce frames, (c) to examine how news frames activate, and interact with, an individual's prior knowledge to affect interpretations, recall of information, decision making and evaluations, and (d) to examine how News frames shape social-level processes such as public opinions and policy issue debates (D'ANGELO, 2002, p. 873)¹⁵.

D'Angelo propõe entender a pesquisa sobre enquadramento a partir de três paradigmas que englobariam as vertentes existentes: cognitiva, crítica e construcionista. Os trabalhos focados numa visão cognitiva percebem os enquadramentos como estruturas que organizam a informação e as integram ao conhecimento pre-existente. Já os adeptos da visão crítica entendem que os enquadramentos são o resultado de rotinas pelas quais o jornalista transmite informações a partir das perspectivas das elites políticas e econômicas. Os construcionistas, por sua vez, defendem que os jornalistas processam informação e criam pacotes interpretativos, que podem ser utilizados para o entendimento do tópico em debate (D'ANGELO, 2002).

A análise de enquadramento permite compreender a notícia por meio dos elementos simbólicos por ela organizados para definir o *frame* presente naquele texto jornalístico. Esses elementos são dispositivos de enquadramento porque cumprem múltiplas funções: são ferramentas disponíveis aos jornalistas no momento da elaboração do discurso jornalístico ao mesmo tempo em que representam estímulos psicológicos que são compreendidos pelo público receptor (PAN, KOSICKI, 1993). Isso não significa que os enquadramentos constantes das notícias

¹⁵ Tradução livre: identificar unidades temáticas chamadas enquadramentos; (b) investigar condições antecedentes que produzem frames, (c) examinar como os enquadramentos noticiosos ativam e interagem com um conhecimento prévio dos indivíduos para afetar as interpretações, a lembrança de informações, a tomada de decisões e as avaliações, e (d) examinar como os enquadramentos noticiosos dão forma aos processos sociais como os de opinião pública e debates de temas públicos.

implicam em sua exata correspondência na audiência, tendo em vista que isso depende de outros fatores que não serão analisados na presente dissertação¹⁶.

Os enquadramentos dominantes são tão imersos na cultura jornalística que passam a ser vistos como naturais e inevitáveis, o que leva a que informações que saiam dessas molduras sejam excluídas exatamente por não se encaixar nesses modelos estabelecidos (NORRIS, 1995). Adotar os mesmos enquadramentos é encarado como “journalism as usual” (NORRIS, 1995), o que pode ser entendido como o jornalismo de sempre, o usual, tradicional.

3.2 CLASSIFICAÇÕES POSSÍVEIS

Dentre as classificações que nos permitem enxergar por entre as múltiplas perspectivas de enquadramento, serão apresentados alguns apontamentos acadêmicos. Para Norris (1995), a pesquisa sobre produção foca como as rotinas jornalísticas e os valores afetam a formação dos *frames*; a pesquisa de conteúdo analisa as características dos enquadramentos; e a pesquisa de efeitos investiga o papel dos *frames* na interpretação pública dos fatos.

Em razão disso, faz-se necessária uma precisão, quanto à separação de enquadramento como variável dependente ou independente (SCHEUFELE, 1999). Os estudos do primeiro grupo pretendem entender os papéis de diversos fatores na construção dos enquadramentos, ao passo que os estudos que enxergam os *frames* como variável independente partem dos enquadramentos para averiguar outros elementos, nos quais está inserida essa dissertação.

A confiabilidade é um aspecto de crítica recorrente às análises de enquadramento (MATTHES, 2009; MATTHES, KOHRING, 2008), em razão das amostras pequenas e dos enquadramentos utilizados. Foi em decorrência de melhorar esses aspecto que Matthes e Kohring (2008) propuseram que as pesquisas de enquadramento sejam compreendidas a partir de cinco categorias diferentes, conforme as opções metodológicas de cada uma e suas consequentes vantagens e desvantagens.

¹⁶ Sobre isso, ver DRUCKMAN, 2004, 2001.

O primeiro grupo é definido como abordagem hermenêutica, que identifica os *frames* a partir de uma análise interpretativa dos textos midiáticos, fazendo a ligação entre enquadramento e elementos culturais mais amplos. Esses estudos geralmente tem uma abordagem qualitativa e utilizam pequenas amostras de notícias: assim, não há quantificação dos resultados, mas está presente um aprofundamento na descrição dos *frames*.

A crítica presente aqui é que os pesquisadores podem acabar encontrando os enquadramentos que, consciente ou inconscientemente, eles já estejam procurando, além de não haver confiabilidade nos dados, pois diferentes pesquisadores poderiam chegar a diferentes conclusões (MATTHES, KOHRING, 2008).

Uma segunda abordagem prevista é a linguística: aqui o enquadramento busca os *frames* através de frases e palavras em um texto, pois parte da noção de que as palavras seriam as unidades construtoras dos enquadramentos (MATTHES, KOHRING, 2008). A terceira corrente se dedica a abordagem holística manual, que realiza análises a partir de uma avaliação qualitativa de alguns textos, que evidencia os *frames* presentes e permite a utilização de um “livro de códigos”. Críticas a esse modelo continuam, ainda, focando na transparência ou não dos critérios utilizados para sua identificação, para evitar caixas pretas metodológicas (MATTHES, KOHRING, 2008).

Há, ademais, a abordagem assistida pelo computador, através do qual um sistema realiza um mapeamento de *frames* a partir de palavras que tendem a aparecer simultaneamente nos textos e não surgem em outras notícias. O elogio a esse método decorre de sua pretensa objetividade, uma vez que não é o pesquisador que encontra os enquadramentos, mas um “computador” que os identifica mecanicamente (MATTHES, KOHRING, 2008). As críticas, por sua vez, incidem sobre a premissa sobre a qual se funda essa técnica: acreditar que as palavras agrupadas terão sempre o mesmo sentido. Um pesquisador humano seria mais hábil em captar figuras de linguagem que para uma máquina tendem a passar despercebidos. Ainda, esse método se restringe a textos disponíveis eletronicamente.

Por fim, uma quinta abordagem é denominada “dedutiva”, por utilizar enquadramentos já amplamente discutidos pela literatura especializada e aplicá-los em análises de conteúdo em casos particulares. O revés, aqui, seria um caráter

rígido, não-flexível dos enquadramentos, por já serem pré-constituídos, o que dificultaria a identificação de novos enquadramentos.

A escolha pela utilização dessa abordagem na presente pesquisa se justifica uma vez que os enquadramentos não são as variáveis mais importantes da investigação, pois serão relacionadas com as características deliberativas dos textos. Além disso, o intuito de prosseguimento da pesquisa, com sua posterior comparação com outros dados, favorece a escolha.

A partir desses cinco modelos apresentados, Matthes e Kohring sugerem um enquadramento, que intitulam de “frames as clusters” (2008). Nessa análise, o enquadramento não está em palavras, mas em certos elementos dos textos jornalísticos, que podem ser codificados em análise de conteúdo pelos pesquisadores. A junção desses elementos em *frames*, no entanto, é feita por sistemas computacionais, que identificarão as recorrências que mais aparecem. Desse modo, os clusters indicam enquadramentos com elementos muito similares que os compõem, mas muito diferentes uns dos outros.

A vantagem defendida é que os clusters encontram os enquadramentos de maneira empírica, e não através da subjetividade do codificador, o que combina os benefícios das vertentes de análise manual e análise computadorizada. Ele permite, por exemplo, apontar quantos *frames* existem naquela cobertura, indicando facilmente novos enquadramentos surgidos.

Outra proposta para refinar a utilização do *frame* é a análise indireta de enquadramentos (MAIA, VIMIEIRO, 2011): nesse modo os *frames* são desdobrados em elementos (não apenas palavras), que possam indicar os enquadramentos resultantes. Nota-se a similaridade com o conceito de pacotes interpretativos, que podem ser definidos como “agrupamentos formados por determinados dispositivos simbólicos e que têm como essência o enquadramento, que seria um princípio abstrato e geral” (MAIA, VIMIEIRO, 2011, p. 242).

Uma outra classificação sobre enquadramento noticioso, com outro enfoque, expõe que elas podem ser agrupadas em dois grupos de estilos de análise, denominados de *generic news frames* e *issue-specific news frames* (DE VREESE, PETER, SEMETKO, 2001). Enquanto esses últimos estão relacionados ao tema das notícias que estão sendo analisadas, os primeiros podem ser aplicados em coberturas de temas diversos, em tempos diferentes e até mesmo em países

diferentes. No campo internacional, predominam as pesquisas de cunho genérico, com grande vantagem (MATTHES, 2009).

Os *issue-specific frames* permitem uma abordagem muito mais detalhada do tópico narrado nas matérias analisadas, cobrindo alguns aspectos de seleção e relevância dos temas que são típicos daquela discussão. No entanto, essa especificidade não permite sua comparação em outros contextos e até mesmo o fortalecimento da análise de enquadramento enquanto base teórica. Tais características estão presentes nos *generic frames*, mas abre-se mão de captar enquadramentos peculiares do acontecimento (DE VREESE, PETER, SEMETKO, 2001).

Tendo em vista a mencionada intenção de contribuir para a consolidação das pesquisas da área, a opção pelos enquadramentos genéricos permite uma maior generalização dos resultados encontrados e dos dados.

Dentre reconhecidas análises que se enquadram no que é denominado de *generic news frame*, é possível citar a pesquisa de Iyengar (1991) sobre a opção da mídia por dois enquadramentos: os “episodic”, cujo foco recai em eventos pontuais, e os “thematic”, que situam as questões políticas de maneira mais contextualizada.

A cobertura eleitoral, por exemplo, é avaliada em termos de *game* ou *strategic frame*, em comparação com o *policy frame* (VALENTINO, 2001). Para o primeiro enquadramento, os candidatos são atores numa competição eleitoral, ao passo que o outro enquadramento interpreta os políticos como agentes preocupados com os problemas sociais e interessados em resolvê-los.

Outra proposta de enquadramento genérica vem de Neumann et al (1992), que investigou os textos jornalísticos a partir das categorias: *human impact*, *powerlessness*, *economics*, *moral values* e *conflict*. Tais categorias foram em seguida aprimoradas por outros pesquisadores (SEMETKO, VALKENBURG, 2000), o que permitiu a consolidação dessas categorias em especial e sua consequente utilização nessa presente pesquisa.

3.3 ENQUADRAMENTOS E DELIBERAÇÃO

Pensar a correlação entre enquadramento noticioso e deliberação é tarefa que já vem sendo levada a cabo pelos estudos da área. Compreendendo os *frames* sob o aspecto deliberativo, a cobertura jornalística promove diversos *frames* que são postos em competição para que, ao final do processo, algum deles tenha emergido como vencedor (XENOS, 2000). Ademais, o debate nos meios de comunicação pode ter seu campo interpretativo delimitado pelos enquadramentos utilizados, influenciando a maneira como as questões têm seu significado construído (MAIA, 2009).

Prévias pesquisas já investigaram o papel dos enquadramentos para o funcionamento da democracia, tendo como foco especial a cobertura do período eleitoral. A promoção de uma cidadania bem informada é impedida por alguns fatores identificados, tais como: a ênfase nas interações dos candidatos em busca do voto, visão cínica da disputa, o uso excessivo do resultado das pesquisas e a utilização constante da metáfora de guerra para descrever a campanha. Quando alguns desses aspectos é utilizado numa matéria, a retenção de informação é reduzida (VALENTINO, 2001).

A opção dos jornalistas por enquadramentos de jogo nas eleições, ou seja, quem perde e quem ganha, também é vista como negativa para o funcionamento democrático, pois reduzem a quantidade de informação e podem acarretar uma visão cínica do processo (AALBERG, STROMBACK, DE VREESE, 2012).

Uma cobertura adequada da política prevê a pluralidade de enquadramentos fornecidos à população (ALDE, 2003). Os jornais impressos, indicam pesquisas já realizadas no ambiente brasileiro, permitem uma variedade maior de enquadramentos proporcionados, em comparação com os telejornais, por exemplo, que se limitam a fornecer enquadramentos mais simplistas (ALDE, 2003).

Uma extensa corrente de pesquisa procura em seus estudos a influência na população dos enquadramentos adotados pela mídia. Seja através do uso de grupos focais ou de amplos *surveys* com a população, pesquisadores já sedimentaram entendimentos sobre o impacto dos *frames* nos cidadãos (CHONG, DRUCKAM, 2007). É o caso de Druckman e Nelson (2003), que apontaram que a deliberação entre os cidadãos sobre temas públicos enfraqueceu a influência de *elite frames*, ou seja, dos enquadramentos fornecidos por setores da elite social, em grupos diversos. Quando os indivíduos se envolviam em discussões tendo sido expostos apenas aos mesmos *frames* dominantes, não havia grandes alterações mesmo após

os debates. No entanto, conversações entre indivíduos que foram expostos a enquadramentos conflitantes de um evento eliminaram as influências prévias e permitiram debates mais amplos, com reversão de pensamentos prévios.

Há, ainda, estudos nacionais que utilizaram os enquadramentos como maneira de compreender as mudanças dos discursos ocorridas ao longo do processo deliberativo (MENDONÇA, FREITAS, OLIVEIRA, 2014). Para esse intuito, os frames servem para mostrar o diálogo entre os argumentos das partes envolvidas, com suas modificações e tensionamentos conforme o debate avançava.

A linha pretendida na presente dissertação, no entanto, busca relacionar os enquadramentos midiáticos com o sucesso da deliberação, na qual há pouca produção acadêmica (RINKE et al, 2013). Cottle e Rai (2006), por exemplo, investigaram os enquadramentos em notícias televisivas, já delineando que a pluralidade dos *frames* apresentados contribuía para diferentes possibilidades de entendimento do público sobre os assuntos tratados e, conseqüentemente, para o aprofundamento da democracia. Agrupados em dois grandes grupos possíveis de *frames*, que foram nomeados de conflito e de consenso, dez possíveis enquadramentos foram identificados: *dominant*, *contest*, *contention*, *campaigning*, *investigative*, *community service*, *collective interests*, *cultural recognition* e *mythic tales*.

Os autores optaram por não discutir se um enquadramento era intrinsecamente melhor ou pior que outro, pois cada um deles acrescentava uma visão à discussão. Era a arquitetura comunicativa complexa das notícias dos telejornais, que fornecia um repertório de *frames* diferentes e identificáveis aos telespectadores que permitia a elaboração pública dos grandes temas e sua discussão (COTTLE, RAI, 2006).

Em artigo que pretendia relacionar os enquadramentos com aspectos deliberativos na cobertura jornalística sobre eleições, Rinke et al (2013) traçaram algumas hipóteses. A primeira previa que coberturas nas quais houvesse o enquadramento *strategic game* apresentariam menores índices de civilidade do que naquelas nas quais não houvesse tal enquadramento. As outras presunções dos cientistas eram de que a presença do *strategic game frame* também acarretaria pouca responsividade e provimento de razões.

Essas três primeiras hipóteses foram confirmadas pelos resultados encontrados, que demonstraram uma associação nas frequências entre os enquadramentos e as características.

As outras três hipóteses diziam respeito ao enquadramento de contestação: esperava-se que quando ele estivesse presente, seriam encontrados níveis maiores de inclusividade e provimento de razões, porém índices mais baixos no quesito civilidade. Já nesse aspecto, os dados não confirmaram apenas a primeira dessas presunções: não houve correlação visível entre o enquadramento de contestação e o nível de inclusividade da cobertura jornalística. As outras duas correlações, no entanto, foram confirmadas pelos dados empíricos coletados naquelas notícias.

Essa breve descrição sobre os trabalhos existentes já mostra o campo aberto existente para a análise dessas interrelações, ainda mais no universo jornalístico brasileiro. Essencial, assim, averiguar a performance dos enquadramentos no que diz respeito à deliberação mediada, levando em conta as suas associações com elementos desejáveis da cobertura jornalística.

As próximas seções serão dedicadas a expor em profundidade quais os enquadramentos adotados, bem como as características deliberativas que serão avaliadas pela análise.

3.4 ENQUADRAMENTOS GENÉRICOS DA PESQUISA

Para a presente dissertação, optou-se pela utilização de cinco enquadramentos genéricos, baseados naqueles já descritos por Semetko e Valkenburg (2000) e que serão especificados a seguir.

A classificação do enquadramento predominante de cada texto jornalístico ocorreu através das respostas das perguntas listadas abaixo, que admitiam as respostas “sim” ou “não”. Para cada notícia, portanto, foi atribuído o enquadramento referente ao grupo de questões para o qual houve mais respostas sim, o que permitiu designar um enquadramento preponderante por matéria.

Atribuição De Responsabilidade

Esse enquadramento enxerga o problema a partir do papel que desempenharia o governo para resolvê-lo. As questões públicas, assim, são abordadas com grande ênfase no papel dos entes públicos em indicar as saídas possíveis para a questão. Pode ser tanto uma visão que transfere o problema para o âmbito dos Poderes Executivo ou Legislativo, quanto uma atribuição de responsabilidade ao Judiciário ou à atuação do Ministério Público. Nesse caso, as seguintes perguntas foram respondidas sobre a matéria analisada:

- A matéria sugere que alguma esfera do governo tem habilidade para resolver o problema?
- A matéria sugere que alguma esfera do governo é responsável pelo problema?
- A matéria sugere soluções para o problema?
- A matéria sugere que um indivíduo ou grupo de pessoas atua para buscar soluções para o problema?

Interesse Humano

Sob esse código foram listadas as matérias que apresentam o problema a partir de um viés humano, ou seja, no qual um personagem é destacado e vira o foco das atenções ao longo do texto. No caso específico, por exemplo, abordar o problema das biografias noticiando um biógrafo que não consegue lançar sua obra, apontando as dificuldades particulares dele, remete ao *frame* “interesse humano”. As questões respondidas em cada texto foram:

- A matéria traz um exemplo, uma “cara humana” para o problema?
- A matéria emprega adjetivos ou recursos linguísticos para gerar sentimentos como ultraje, empatia, apoio ou compaixão?
- A matéria enfatiza como os indivíduos ou grupos são afetados pelos problemas?
- A matéria aborda aspectos privados da vida dos atores sociais mencionados?

Conflito

O enquadramento conflito pode ser sintetizado como a ênfase em abordar questões públicas por meio da disputa entre indivíduos específicos, como se tratasse de um jogo. Ou seja, há uma visão clara dos oponentes, a matéria aborda os próximos passos de cada lado, menciona como cada grupo pretende atingir a vitória. Assim, esse enquadramento foi predominante quando a matéria apresentou o tema nesses termos de embate, tendo respondido afirmativamente às seguintes perguntas:

- A matéria reflete o desentendimento entre partidos ou indivíduos ou grupos?
- Os grupos em conflito lançam comentários de reprovação uns aos outros?
- A matéria menciona a existência de dois ou mais aspectos da questão retratada?
- A matéria faz menção a um contexto de vitória ou derrota?

Moralidade

Nesse enquadramento, o problema é visto predominantemente por um lado moral, ético ou religioso. Ao invés de ser uma questão de leis, o tratamento da imprensa para a questão se volta para o caráter, o que é justo ou não, o que seria o moralmente correto na situação-problema. As indagações apontadas foram as seguintes:

- A matéria aborda algum aspecto moral/ético do tema?
- A matéria faz referência a aspectos religiosos que envolvem o problema?
- A matéria prescreve maneiras de como resolver o problema?
- A matéria menciona a superioridade moral de algum dos argumentos levantados?

Econômico

Esse enquadramento (também presente na literatura como consequências econômicas) é apontado quando a matéria se detém num olhar econômico para o problema posto. Pode se referir a causas macroeconômicas, como o aumento da taxa de juros, ou em âmbitos mais restritos, como endividamento familiar e afins. Para isso, foram formuladas as questões:

- A matéria menciona perdas ou ganhos financeiros dos envolvidos?
- A matéria aborda os custos e despesas relacionados à questão?
- Há referências às consequências econômicas de tomar ou não determinada atitude quanto ao problema?
- Há menção a argumentos econômicos utilizados por algum dos atores sociais?

Tem-se, portanto, os cinco *generic news frames* que servirão de categorias nas quais enquadrar as notícias da batalha das biografias, que consiste no primeiro passo da análise empírica dessa dissertação, a ser relatada no próximo capítulo, seguida pela devida análise com as variáveis provenientes das características deliberativas.

A matéria “Mautner defende pagamento de direitos a biografado” (anexo 05) será utilizada como exemplo para esclarecer de que maneiras as perguntas foram respondidas e os enquadramentos responsáveis foram encontrados nessa dissertação.

FIGURA 01

Mautner defende pagamento de direitos a biografado

‘Artista deve ter direito a tudo relacionado a ele’, diz o músico, um dos convidados do Festival de Biografias, que ocorre em novembro

JULIANA GRAGNANI
MORRIS KACHANI
DE SÃO PAULO

Na discussão sobre a proibição de biografias não autorizadas, que veio à tona depois da mobilização de artistas como Chico Buarque e Caetano Veloso, Jorge Mautner, decano da MPB, defende o pagamento de direitos autorais ao biografado: “Não se trata de proibir. Um livro só

poderia ser proibido se o artista não fosse remunerado”.

“O artista ganha a vida por mérito próprio. Portanto, deve ter direito a tudo que estiver relacionado a ele. É uma extensão do direito pela coisa que faço”, afirma o músico, cuja vida foi retratada no documentário “Jorge Mautner - O Filho do Holocausto” (2012), dirigido por Pedro Bial e Heitor D’Alincourt.

Para Mautner, Roberto Car-

los “está no direito dele” de proibir a publicação da história de sua vida: “A salvação de Roberto Carlos é por conta de um acidente particular, que guardou para si a vida inteira. É uma questão de foro íntimo. E junta com isso sua devoção católica muito profunda e dirigida para si mesmo na concepção das coisas. Acho fundamental por isso”, afirma.

Perguntado se considera a

proibição de **biografia** uma censura, o músico afirma que não se deve confundir as coisas: “A censura política do Estado tem a ver com outro tipo de exigência de direitos. Estamos falando sobre intimidade, autorização por parte de terceiros diretamente envolvidos”.

Mautner é um dos convidados do Festival de Biografias, que reunirá autores para debates em Fortaleza, de 14 a 17

de novembro. O evento acontece em momento propício, com o debate aquecido, mas foi concebido há três anos por uma produtora cearense.

“Queremos estimular a reflexão sobre a importância do registro da memória no país”, diz Mardonio Barros, coordenador do festival.

Está confirmada também a presença de Ruy Castro (biógrafo de Garrincha), Fernando Moraes (Olga Benário, Cha-

tô, Paulo Coelho), Paulo Cesar de Araújo (Roberto Carlos) e do cineasta Silvio Tendler (JK, Jango, Milton Santos), homenageado no evento.

“Sou biógrafo da época em que as famílias se sentiam honradas por terem a vida de seus familiares registrada. Ao citar [o guerrilheiro] Marighella em uma música, Caetano pagou direitos à família por isso?”, questiona o diretor Tendler.

Essa matéria foi classificada como enquadramento econômico, por ter respondido afirmativamente às quatro perguntas desse frame. Havia menção a perdas e ganhos dos envolvidos, os custos relacionados às biografias, bem como é claro o argumento econômico defendido pelo debatedor e as consequências da adoção desse tema.

Esse texto jornalístico não teve nenhuma resposta positiva para o enquadramento responsabilidade, ao passo que conseguiu uma resposta sim para o frame moralidade, pois havia referência a aspecto religioso do problema. Houve também duas respostas afirmativas cada para os enquadramentos conflito e interesse humano, o que não impediu que o aspecto econômico fosse o mais destacado nessa notícia.

Ao final da dissertação, no apêndice A, segue a tabela que demonstra como ocorreu a classificação de todas as matérias que compõem o corpus dessa pesquisa.

3.5 CATEGORIAS PARA MEDIR O POTENCIAL DELIBERATIVO

Toda a intensa produção teórica sobre deliberação desencadeou uma necessidade de medir, através de critérios científicos, como as diferentes etapas que compõem um sistema deliberativo se encaixariam perante os aspectos normativos da deliberação. Para o caso concreto, cinco critérios, já muito presentes na literatura, foram os escolhidos, a partir de algumas adaptações: inclusividade, civilidade, provimento de razões, responsividade e orientação para o bem comum (RINKE et al, 2013; STEENBERGEN et al, 2003). Todos serão descritos a seguir, sendo que a análise dos resultados irá compor o quarto capítulo da dissertação.

A base para o estabelecimento dos critérios veio do DQI (Discourse Quality Index), criado por Steenbergen et al(2003) para buscar uma maneira de mensurar aspectos que permitiriam a verificação da deliberação em situações reais. Esse esquema foi aplicado em diversas pesquisas ao redor do mundo e se centra em seis características principais da proposição habermasiana: participação aberta, justificativa das assertivas, consideração do bem comum, tratamento respeitoso, empenho para atingir um consenso racionalmente motivado e autenticidade.

Ainda que se reconheça algumas das fragilidades impostas por essa codificação, com destaque para as distinções que não são claras e terminam por confundir o codificador e o leitor, bem como visões que negligenciam as implicações do sistema deliberativo (MENDONÇA, 2015), ela é importante para estabelecer parâmetros de mensuração e análise. O próprio DQI passou por revisões (BACHTIGER et al, 2010), que incluíram a divisão da deliberação em dois tipos (um voltado para as discussões tradicionais e outro que abarca outras modalidades de discurso), além da valorização da sequencialização das falas.

Conforme levantamento de Sampaio, Barros e Morais (2012), há uma pluralidade de valores avaliados pelas pesquisas que pretendem avaliar a deliberação em contextos reais. Dos diversos indicadores encontrados, os autores se concentraram em poucos grupos, que sumarizavam as variáveis apresentadas e que também auxiliaram na formatação dos critérios utilizados nessa dissertação.

O primeiro a ser codificado é a *inclusividade*, que busca avaliar a diversidade social dos indivíduos aos quais foi permitido participar do debate midiático. A preocupação é garantir que haja ao menos a inclusão formal de todos os envolvidos, nos termos das premissas deliberativas. Nessa pesquisa, serão utilizadas as seguintes categorias: 1 – artistas ou sua família; 2 – biógrafos; 3 – advogados, área jurídica; 4 – editores de livros; 5 – jornalistas e colunistas fixos; 6 – políticos de alto escalão, parlamentares e membros do Judiciário; 7 – populares/cidadãos.

Em seguida, o critério da *civilidade* pretende demonstrar qual o grau de polidez com o qual o debate público é travado, em especial na interação com “o outro”. As matérias serão divididas em três categorias distintas: 1 – desrespeitoso: há menções de baixo calão entre os grupos, com uso de termos ofensivos para se referir ao oponente; 2- respeito implícito: situações em que não há menções desrespeitosas mas tampouco há saudações de estima entre os envolvidos; 3 – respeito expresso: esse código é aplicado quando alguns dos grupos saúda explicitamente e de maneira respeitosa os participantes do debate.

A *responsividade* é o aspecto por meio do qual se avalia a maneira com que ideias e opiniões são relacionadas uma com as outras e postas em diálogo, seja ao deixar que os debatedores se refiram uns aos outros ou através do texto do jornalista que intermediaria essas visões. Assim, as matérias serão dispostas nas seguintes categorias: 1 – não há menção a outros argumentos: os participantes ignoram completamente as opiniões contrárias; 2 – há a mera menção a outros

argumentos: uma posição contrária é mencionada pelo interlocutor, mas de maneira neutra, sem aspectos positivos ou negativos destacados; 3 – menção e valorização da posição contrária: o debatedor menciona e tece elogios aos argumentos da parte oposta; 4 – menção e degradação da posição contrária: o participante faz referência a visões opostas, mas de maneira a desprezar seu conteúdo ou seus defensores.

Através do critério *provimento de razões*, busca-se descobrir o grau em que os atores fornecem razões substanciais para as posições que defendem nas controvérsias públicas. Os códigos usados serão: 1 – posição não justificada: o participante apenas diz que X é correto, mas nenhuma razão é dada; 2 – relação causal, sem justificção: o debatedor menciona que X deve ser feito por causa de Y, mas a inferência é incompleta, fraca; 3 – forte justificção: é estabelecida uma relação complexa entre X e Y, de forma a tornar consistente a argumentação; 4 – justificativa com diferentes razões: há um processo argumentativo sofisticado, no qual a posição X é embasada em razões Y, W e Z.

Por fim, a *orientação para o bem comum* pretende aferir se a discussão foi voltada para a coletividade ou se apenas se concentrou nos interesses individuais de cada grupo, por meio das seguintes categorias: 1 - orientação individual ou a grupo específico; 2 - neutra ou sem menção; 3 - orientação para a coletividade.

São esses cinco critérios que serão utilizados para averiguar o potencial deliberativos de cada um dos enquadramentos noticiosos encontrados na cobertura midiática sobre a batalha das biografias. A identificação dos enquadramentos, que é etapa inicial da pesquisa, passa a ser detalhada no próximo capítulo.

4 ANALISANDO AS NOTÍCIAS: O TEMA DAS BIOGRAFIAS E SEU POTENCIAL DEMOCRÁTICO

Compreender como se dá a cobertura da “batalha das biografias” a partir dos enquadramentos jornalísticos e de sua correlação com a deliberação mediada consiste no objetivo principal dessa pesquisa. E é ao redor dessa pergunta central que foram desenhados os três objetivos específicos, a saber: determinar quais são os enquadramentos utilizados pela cobertura jornalística do caso; avaliar a relação entre os enquadramentos identificados e as características deliberativas; apontar possíveis enquadramentos que favoreçam um maior grau de deliberação.

Assim, uma vez apresentadas as bases teóricas na qual esse estudo se assenta, com as devidas considerações acerca da deliberação mediada e do enquadramento noticioso, é necessário prosseguir com a etapa empírica de maneira a buscar as respostas às indagações formuladas.

Para essa pesquisa, foram escolhidos três veículos nacionais: Folha de S. Paulo, O Globo e O Estado de S. Paulo. Segundo dados do IVC de 2015, são os três *quality papers*¹⁷ de maior circulação nacional. As matérias foram recolhidas em todo o mês de outubro de 2013¹⁸, na versão impressa desses periódicos que é disponibilizada em seus portais.

A coleta resultou em um corpus de 56 matérias, divididas na seguinte proporção entre os veículos: 21 da Folha de S. Paulo, 19 de O Estado de S. Paulo e 16 de O Globo. É esse o conjunto de matérias sobre os quais será realizada a análise, fracionada em três etapas: na primeira seção, serão apresentados os enquadramentos de cada jornal; na segunda seção, será feito o relato das características deliberativas das notícias; e, na sequência, será analisada a relação entre os enquadramentos e as características deliberativas a eles associadas.

¹⁷ O *quality paper* é categorização amplamente utilizada pela literatura para se distinguir dos jornais populares. A presunção nela contida é de que essa imprensa de referência detém papel mais relevante para a consolidação da opinião pública.

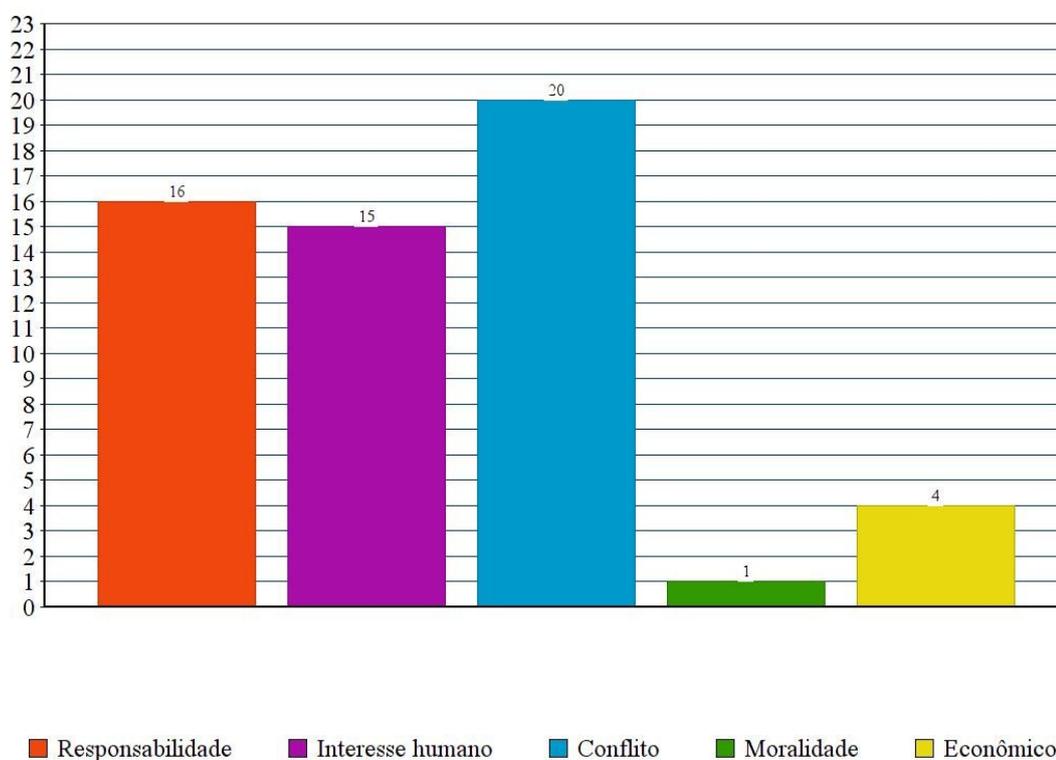
¹⁸ Esse mês foi o escolhido porque foi o período no qual se concentraram as discussões sobre o tema. O aumento do período temporal não representava, portanto, mudanças no número de matérias. Por exemplo, na Folha de S. Paulo, se o período escolhido fosse o ano completo de 2013, só haveria mais quatro matérias além das que já foram englobadas pelo nosso corpus.

Cabe citar ainda que, por uma questão de organização da leitura, quando houver menção a qualquer uma das matérias que constam do corpus dessa pesquisa, ela será referenciada em nota de rodapé, com a indicação do anexo a que corresponde e que está disponível ao final dessa dissertação.

4.1 ENQUADRAMENTOS PREDOMINANTES

Tendo como ponto de partidas os cinco enquadramentos genéricos oriundos da literatura especializada (SEMETKO, VALKENBURG, 2000), cuja verificação seguiu a resposta das perguntas descritas no capítulo anterior, a análise das notícias publicadas na Folha de S. Paulo, no O Globo e no Estadão gerou os seguintes resultados, demonstrados no gráfico 1 abaixo:

GRÁFICO 1 – ENQUADRAMENTOS PREDOMINANTES



Fonte: o autor (2016)

Contabilizando os três periódicos que compõem o corpus da análise, portanto, vislumbrou-se que três *frames* dominaram a cobertura: conflito, responsabilidade e interesse humano, conforme atesta o gráfico acima.

Com 20 aparições, o conflito foi o enquadramento predominante, ao abordar sempre a mesma disputa: biografados capitaneados pelo Procure Saber vs. biógrafos liderados pelos autores das obras mais vendidas. A publicação de biografias sem autorização foi na maioria das matérias um pano de fundo para apresentar as discussões entre as figuras públicas.

Como ilustra a matéria de 05 de outubro, ao mencionar, logo nos primeiros parágrafos, que “os músicos Caetano Veloso, Chico Buarque, Milton Nascimento, Gilberto Gil, Djavan e Erasmo Carlos agora estão a seu lado [de Roberto Carlos]. (...) Do outro lado da discussão está a ANEL (associação nacional dos editores de livros)”¹⁹. Nesse caso, já é estabelecido na abertura do texto o enquadramento que o conduzirá: a questão das biografias é uma disputa entre dois lados, que tenta seduzir o maior número de apoiadores para seu grupo.

As matérias desse *frame* enfatizavam os desentendimentos entre os grupos, com foco especial nos comentários depreciativos provenientes dos envolvidos. De um lado, Paula Lavigne, empresária que assumiu a linha de frente da discussão, e Roberto Carlos, membro do grupo que já havia protagonizado anos antes uma disputa no Judiciário com seu biógrafo Paulo César de Araújo e a editora Planeta. No lado dos biógrafos, assumiam destaque os biógrafos renomados, especialmente aqueles presentes na Feira de Frankfurt, que ocorreu em outubro daquele ano e acabou permitindo um espaço de visibilidade para que Laurentino Gomes e Ruy Castro, por exemplo, fizessem críticas aos artistas.

A escolha de um personagem de cada lado para a explicação do assunto foi recorrente nessas matérias que se encaixavam nesse enquadramento. Por exemplo, na notícia “Imprensa agiu como criança, diz Paula Lavigne na TV”²⁰, o assunto da publicação das biografias é abordado pela briga pública entre Lavigne e Barbara Gancia durante um programa de TV.

O segundo *frame* mais comum no geral foi responsabilidade, com 16 matérias. A ausência de regras claras na legislação atual sobre o assunto era o

¹⁹ Gil e Caetano se juntam a Roberto contra biografias, Folha de S Paulo, 05/10/2013. Anexo 02.

²⁰ Imprensa agiu como criança, diz Paula Lavigne na TV, Folha de S. Paulo, 17/10/2013. Anexo 11.

enfoque predominante desses textos, evidenciando a necessidade de o Estado intervir nesse tema. Cite-se, como exemplo, a matéria “Projeto de lei está parado há seis meses²¹”, na qual o principal aspecto salientado era a tramitação na Câmara dos Deputados de um projeto que alteraria as regras atuais sobre a publicação de biografias.

E em terceiro lugar, ainda no grupo de enquadramentos citados em grande frequência, está o interesse humano, com 15 notícias. A particularização de casos nos quais houve alguma disputa sobre a liberação da biografia foi a tônica desses artigos jornalísticos. Na Folha de S. Paulo, uma das notícias enfocava um livro sobre a vida de Caetano Veloso que nunca chegou a ser publicado²², discutindo o tema a partir desse enfoque.

Os outros dois *frames* utilizados na pesquisa tiveram aparições bem mais raras, sendo o enquadramento predominante apenas em textos esporádicos. O enquadramento econômico só foi encontrado em 4 matérias, que destacaram as implicações financeiras de uma possível repartição dos lucros das biografias entre biógrafos e biografados. Essas matérias repercutiram uma proposta dos artistas, biografáveis em potencial, para que fossem pagos royalties ao retratado sobre os valores conquistados com a venda do material, argumento rechaçado pelos biógrafos em todas as oportunidades. Havia também menções a todos os aspectos econômicos envolvidos na escrita de biografia, que consome tempo e recursos financeiros dos autores e envolvidos.

Isso ocorreu na notícia “Mautner defende pagamento de dinheiro a biografados²³”, como já indica a manchete. Os argumentos financeiros são o centro do texto, como indicam as falas do músico Jorge Mautner (“o artista ganha a vida por mérito próprio. Portanto, deve ter direito a tudo que está relacionado a ele. É uma extensão do direito pela coisa que faço”) e, em oposição, do cineasta Silvio Tendler (“ao citar Marighella em uma música, Caetano pagou direitos à família por isso?”).

O enquadramento moralidade só foi predominante em uma matéria, do jornal O Globo, que discutiu a liberdade de pesquisa sobre a vida dos biógrafos como

²¹ Projeto de lei está parado há seis meses, O Estado de S. Paulo, 16/10/2013. Anexo 47.

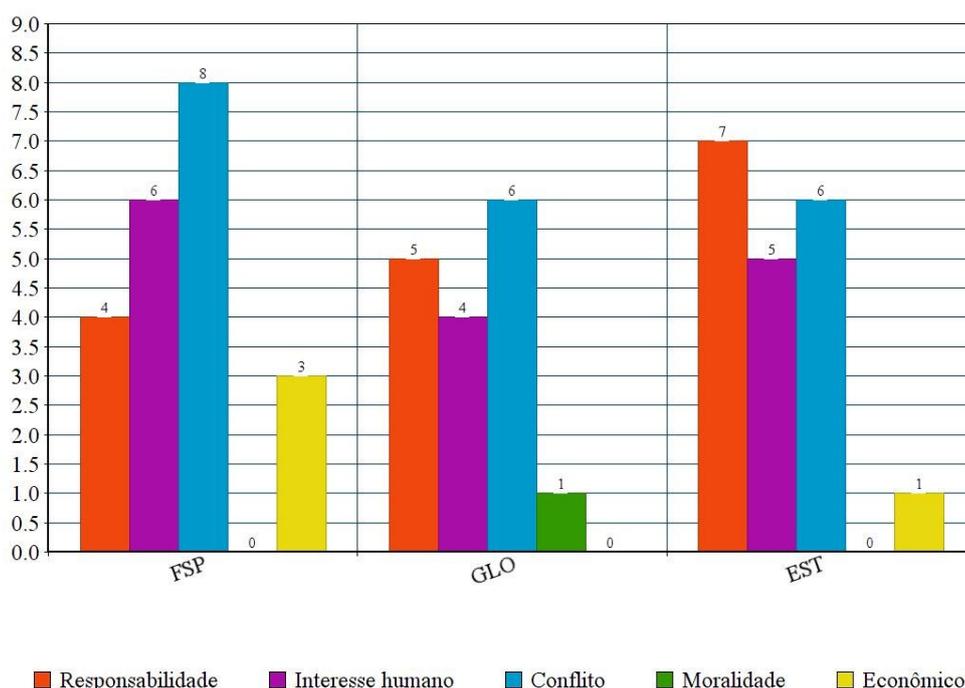
²² Sem autorização, livro sobre Caetano acabou engavetado, Folha de S. Paulo, 19/10/2013. Anexo 17.

²³ Mautner defende pagamento de dinheiro a biografados, Folha de S. Paulo, 11/10/2013. Anexo 05.

condição essencial em uma democracia, compreendendo a questão da liberação das biografias em termos de certo ou errado²⁴.

Além dessa análise é possível vislumbrar características específicas de cada jornal, conforme ilustra o gráfico 2 abaixo:

GRÁFICO 2 – ENQUADRAMENTO SEPARADO POR VEÍCULO



Fonte: o autor (2016)

O enquadramento de conflito foi o predominante na cobertura da Folha de S. Paulo. As notícias sobre a questão abordavam frequentemente a dicotomia entre o grupo Procure Saber, que representava todos os artistas e suas restrições a se tornarem biografados contra suas vontades, e os biógrafos, que entendiam o posicionamento dos artistas como censura à liberdade de expressão de que dispunham.

O segundo enquadramento mais presente nas notícias foi o enquadramento do interesse humano, ou seja, notícias que abordavam a questão das biografias com foco em personagens, com um viés mais emocional e narrativo para o tema. Assim,

²⁴ 'Não há biografia sem liberdade de pesquisa, O Globo, 19/10/2013. Anexo 31.

essas matérias abordavam a questão por meio de biografias que foram impedidas de circular ou enfatizavam, por exemplo, apenas o pedido de desculpas de Chico Buarque ao biógrafo Paulo Cesar de Araújo por haver se posicionado de maneira errônea sobre o tema.

No dia 18 de outubro, o jornal noticiou duas matérias relacionadas à família Buarque de Hollanda e diretamente relacionadas com a questão das biografias. A primeira relatava que a ex-ministra da Cultura Ana de Hollanda se opunha à posição do seu irmão sobre o assunto²⁵, enquanto a segunda noticiava que Buarque havia solicitado que um livro de entrevistas suas não fosse publicado²⁶. Ambas as matérias se concentraram em demonstrar as atitudes que cada personagem havia tomado com o intuito de abordar a questão das biografias. Nota-se, portanto, que o enquadramento do interesse humano foi a tônica das duas notícias veiculadas naquela data.

As quatro matérias da Folha de S. Paulo que trouxeram o enquadramento responsabilidade foram textos que discutiram o papel do governo nesse embate, seja ressaltando a inércia do Congresso Nacional, que não levava a plenário a votação de projeto de lei, seja repercutindo o papel do Judiciário, em especial o STF, ao poder determinar a circulação ou não das obras biográficas.

No dia 10 de outubro, a matéria “Proibição é censura, diz ministro da Justiça”²⁷ opta por abordar o papel da Câmara dos Deputados ao não apreciar em plenário o projeto de lei que regulamentaria a publicação de textos sobre figuras públicas sem autorização. E em 15 do mesmo mês, o enquadramento responsabilidade predominou em um texto que aponta o papel do Judiciário nas disputas entre biógrafos e biografados²⁸.

Ainda houve três notícias com enquadramento econômico, ou seja, cujo enfoque ao reportar a questão recaiu sobre os aspectos financeiros relacionados. Considerando que em toda a cobertura houve apenas quatro notícias com esse *frame*, o jornal paulistano foi o principal responsável por trazer o *frame* para a cobertura.

²⁵ Ana de Hollanda se opõe à autorização para biografia, Folha de S. Paulo, 18/10/2013. Anexo 14.

²⁶ Músico pediu para que livro de entrevistas suas não saísse, Folha de S. Paulo, 18/10/2013. Anexo 15.

²⁷ Proibição é censura, diz ministro da Justiça, Folha de S. Paulo, 10/12/2013. Anexo 04.

²⁸ Presidente do STF defende biografias não-autorizadas”, Folha de S. Paulo, 15/10/2013. Anexo 08.

Ao contrário do que ocorreu na Folha de S. Paulo, o enquadramento econômico não foi predominante em nenhuma das matérias em O Globo. O enquadramento de conflito, assim como no veículo paulista, foi o que mais se destacou, seguido de perto pelo *frame* responsabilidade, que contou com cinco matérias.

A matéria de 10 de outubro, “Debate quente chega a Frankfurt²⁹”, expõe o embate entre biógrafos e biografados através das falas de Laurentino Gomes, que tece críticas pesadas aos artistas do Procure Saber. Nota-se, portanto, que a abordagem do jornal carioca privilegiou o tratamento dessa questão das biografias por meio do embate entre os dois grupos que foram considerados diretamente envolvidos na questão, em claro privilégio do enquadramento conflito.

O papel atribuído ao Estado na resolução dessa disputa, que norteou o enquadramento responsabilidade nesse caso, apareceu em cinco matérias. No dia 23 de outubro, por exemplo, a abordagem recaiu nas possibilidades legislativas de garantir a circulação das obras sem que haja interrupção pelos biógrafos³⁰.

Houve também notícias enquadradas como interesse humano, que entendiam a questão da publicação pela ótica de casos específicos. Até mesmo por ter sido capitaneada pelos músicos membros do grupo Procure Saber, suas histórias eram sempre postas em destaque, com episódios de suas vidas sendo relacionados ao debate sobre a publicação das biografias não-autorizadas. Foi assim com Roberto Carlos³¹ e Chico Buarque³².

Uma diferença perceptível na cobertura de O Globo se deu na presença do enquadramento moralidade em uma única matéria (o que não ocorreu em nenhum dos jornais paulistas). Trata-se de um texto que, a partir das falas do biógrafo francês François Dosse, compara a liberdade usufruída pelos autores no Brasil e em outros países. A ausência de restrições às biografias é defendida, na matéria, como o simples respeito à liberdade de pesquisa e os argumentos contrários são entendidos como um “insulto” ao ofício do biógrafo.

No Estado de S. Paulo, o enquadramento predominante foi a responsabilidade. São matérias que privilegiaram a resolução da questão no

²⁹ Debate quente chega a Frankfurt, O Globo, 10/10/2013. Anexo 24.

³⁰ Câmara tentará votar hoje projeto que libera biografias, O Globo, 23/10/2013. Anexo 32.

³¹ Roberto Carlos se diz a favor de biografias não-autorizadas, O Globo, 28/10/2013. Anexo 33.

³² Chico pede desculpas, O Globo, 18/10/2013. Anexo 29.

Congresso Nacional: o trâmite do projeto pelas comissões e a demora em ser pautado para análise pelo plenário da Câmara dos Deputados³³. A possibilidade de o Supremo Tribunal Federal ditar as regras do assunto também era o centro narrativo dessas matérias, como o estabelecimento de audiência em que vários interessados seriam ouvidos pela corte antes da tomada de decisão pelos ministros³⁴.

Com seis notícias, o conflito também se destacou na cobertura desse tema em O Estado de S. Paulo, com longos textos que se debruçavam sobre as disputas entre os lados opostos desse debate. No dia 29 de outubro, a notícia “Para biógrafo, Roberto Carlos não mudou de opinião”³⁵ se dedica a repercutir com o biógrafo Paulo César de Araújo as declarações dadas pelo cantor ao programa Fantástico, da TV Globo.

A abordagem econômica apareceu uma única vez, ao pontuar os ganhos financeiros dos biógrafos que não são desfrutados pelos retratados nas biografias. Trata-se da matéria “Remuneração divide músicos e biógrafos”³⁶, de 14 de outubro, na qual o biógrafo Laurentino Gomes argumenta que a posição do grupo Procure Saber deve ser compreendida como uma tentativa de aumentar suas receitas econômicas, recebendo pelas biografias publicadas.

A moralidade, assim como na Folha de S. Paulo, não predominou como enquadramento principal em nenhum dos textos analisados desse jornal.

Concluído o diagnóstico dos enquadramentos, é necessário se aprofundar nas características deliberativas de cada um deles, que serão destrinchadas a seguir.

4.2 CARACTERÍSTICAS DELIBERATIVAS PREDOMINANTES

³³ Câmara deve apressar votação, O Estado de S. Paulo, 19/10/2013, Anexo 52; “Câmara e Senado unidos pelas biografias”, O Estado de S. Paulo, 30/10/2013. Anexo 56.

³⁴ Ministra marca audiência pública sobre a questão, O Estado de S. Paulo, 15/10/2013. Anexo 44.

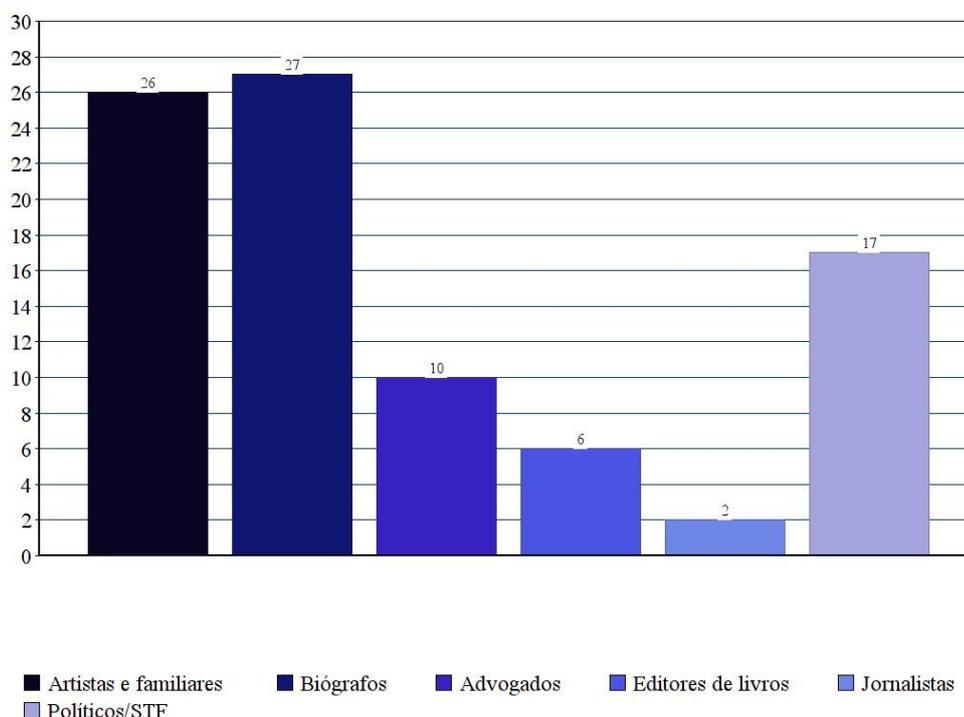
³⁵ Para biógrafo, Roberto Carlos não mudou de opinião, O Estado de S. Paulo, 29/10/2013. Anexo 55.

³⁶ Remuneração divide músicos e biógrafos, O Estado de S. Paulo, 14/10/2013. Anexo 42.

Conforme já exposto no capítulo anterior, essa pesquisa se debruçou sobre cinco características deliberativas, a saber: inclusividade, civilidade, responsividade, provimento de razões e orientação para o bem comum.

No que diz respeito à inclusividade, o gráfico 3 apresenta os grupos sociais que foram ouvidos e tiveram seus depoimentos retratados nos textos. Como era possível haver mais de um ator por matéria, a soma das quantidades não representa o total de notícias analisadas.

GRÁFICO 3 – INCLUSIVIDADE



Fonte: o autor (2016)

De início, é preciso destacar que havia uma categoria destinada a registrar a presença de pessoas comuns. No entanto, em todo o conjunto de matérias analisadas, não houve nenhuma que retratasse a opinião do público em geral, de maneira que ela foi excluída da análise. Até mesmo a Folha de S. Paulo, que é ligada ao Datafolha e utiliza comumente os dados de pesquisas em suas matérias, não trouxe nenhum registro de pesquisa que verificasse a opinião popular sobre o tema.

Houve uma indicação, portanto, de que a importância conferida aos cidadãos, característica que a deliberação valoriza, não apareceu em nenhum momento desse debate. Ao invés de serem agentes com autonomia no debate (GUTMANN, THOMPSON, 2004), a população aqui serviu como mera espectadora da discussão.

Com larga diferença para os demais, ainda que com uma leve vantagem para o grupo dos escritores, biógrafos e biografados foram os personagens que mais apareceram nas matérias. Mas dentro desses grupos, havia pouca diversidade de personagens. Do lado dos artistas, se dava voz quase sempre apenas aos membros do grupo Procure Saber: era raro quando outros artistas, como Nana Caymmi, Alceu Valença e Sandra de Sá, eram ouvidos para fugir dessa repetição de fontes. A presença do grupo mais seletivo dos músicos brasileiros só não foi mais constante porque houve diversas matérias em que havia o registro de que, embora procurados pela reportagem, eles se negaram a conceder entrevista.

Entre os biógrafos, havia uma preferência por alguns autores específicos: Paulo Cesar de Araújo (que escreveu sobre a vida de Roberto Carlos), seguido por Ruy Castro (que também é colunista da Folha) e Lira Neto.

A terceira categoria que mais surgiu foi a dos políticos e membros do Supremo Tribunal Federal, que apareciam para trazer soluções para esse embate existente, quase como mediadores do debate. Era nessa toada que eram apresentadas as declarações de ministros da Corte que se posicionaram publicamente (como Marco Aurelio Mello), bem como de parlamentares que discutiam a aprovação de um projeto que pretendia sanar as dúvidas existentes – ainda que alguns congressistas fossem interessados diretos, pois já foram retratados em obras e se insurgiram contra seus atores, como é o caso do senador Ronaldo Caiado.

Presentes em 10 matérias, os advogados eram fontes dedicadas a explicar as implicações jurídicas do conflito, refletindo sobre questões mais abstratas de liberdade de expressão e direito à privacidade. Nesse ponto, as matérias buscavam que a compreensão dos aspectos jurídicos se tornasse mais fácil pelo público leigo – garantindo assim que os argumentos referentes ao tema fossem acessíveis a qualquer cidadão (GUTMANN, THOMPSON, 2004).

Houve ainda uma pequena presença de editores de livros (que eram invocados para comentar as incertezas da publicação de obras que podem ser

proibidas depois) e também jornalistas, que nas duas únicas notícias se posicionavam ao lado dos biógrafos.

Interessante notar também que 50% das matérias (28 das 56) traziam mais de um grupo para participar da discussão. A combinação mais comum foi ouvir biógrafos e biografados (13 matérias se encaixam nessa categoria), o que só reforça a centralidade que o debate tomou para a imprensa: a discussão sobre biografias envolvia os que a escrevem e aqueles que são retratados nelas. Não havia amplo espaço para outros atores que também poderiam trazer contribuições para o debate, pois se trabalhou com a noção de que eram esses dois grupos que deveriam ser os protagonistas, excluindo outros setores da sociedade.

Mesmo ao considerar que a igualdade de condições de participação não é alcançável nos debates deliberativos de sociedades complexas, é possível pensar na ideia de que o ambiente deliberativo traga uma “constelação de discursos” (DRYZEK, 2001), ou seja, que apresente o maior número possível de ideias ao redor. Nesse ponto, a pouca diversidade e a pouca pluralidade de vozes indicam falhas da cobertura jornalística sob esse ponto de vista discursivo.

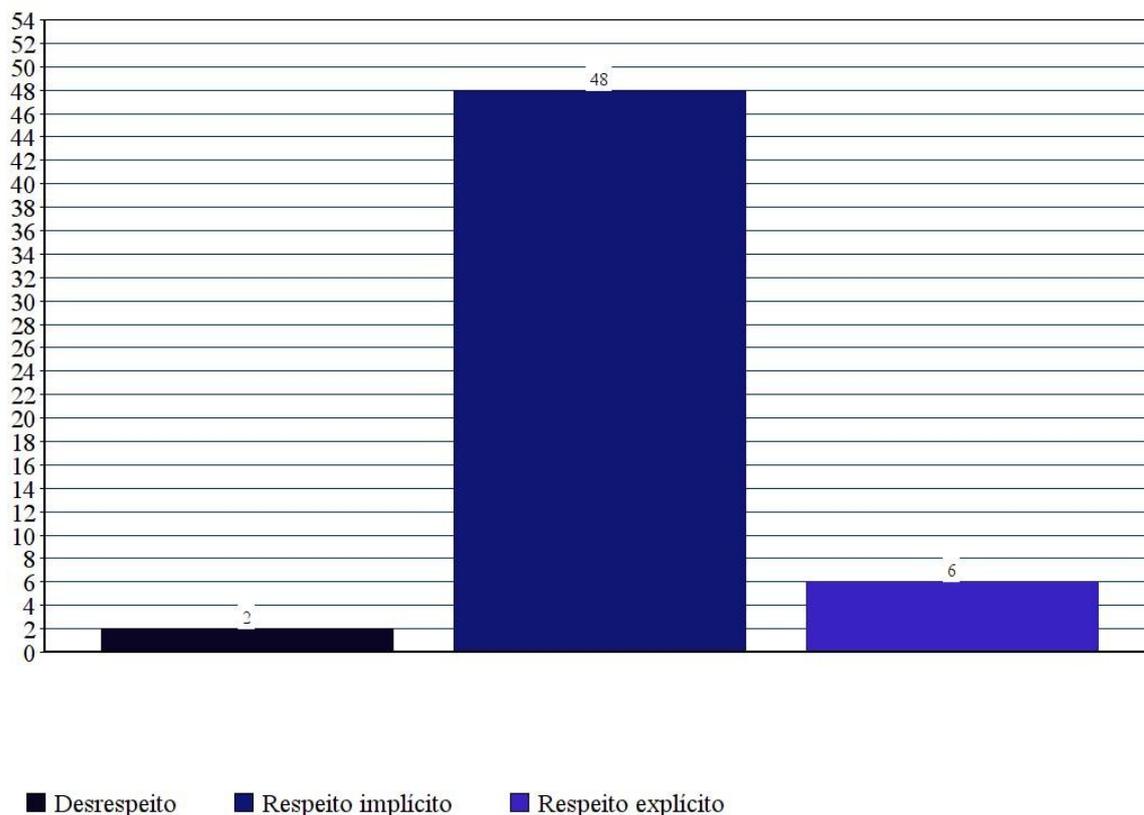
Ainda assim, é preciso prestar atenção para o outro lado do dado revelado acima: isso indica que a outra metade (50%) das matérias focou em apenas um grupo de debatedores para apresentar o seu ponto de vista. O grupo dos políticos, por exemplo, foi o que mais esteve presente em matérias nas quais eram os únicos interlocutores (nove textos). Tal dado pode indicar que essa cobertura midiática estabeleceu uma separação entre o aparato político institucional e as discussões sociais de tom político, pois havia baixa interlocução entre detentores de cargo legislativo e outras vozes da sociedade.

Ao pensarmos que as noções atuais de deliberação englobam essa permeabilidade entre a esfera da sociedade civil e a esfera política (HABERMAS, 1997), a ausência dos dois representantes das esferas nas matérias aponta que a cobertura optou por segregar os dois conjuntos ao invés de retratá-los em simultâneo.

O máximo de grupos diferentes ouvidos em uma mesma matéria foi o de três conjuntos, mas foi pouco frequente no corpus: ocorreu em apenas cinco notícias (de um universo de 56).

Em seguida, por meio do aspecto da civilidade buscou encontrar se o tom que constou das matérias era desrespeitoso, respeito implícito ou respeito explícito, conforme exposto no gráfico 4 abaixo:

GRÁFICO 4 – CIVILIDADE



Fonte: o autor (2016)

É possível notar que o respeito implícito foi predominante na cobertura, tendo sido recorrente em mais de 90% das matérias analisadas. Foram apenas duas, num universo de 56 matérias, que trouxeram demonstrações de desrespeito visível.

Em O Globo, em 11 de outubro, é ouvida a cantora Nana Caymmi, que faz uma agressão voltada à figura dos músicos famosos que se opuseram às biografias não-autorizadas: “proibir biografias é falta do que fazer, vem da invenção da

máquina de lavar. Estão todos velhos”³⁷. E em O Estado de S. Paulo, no dia 13/10, houve a reprodução de um *tweet* da empresária Paula Lavigne em que ela se referia à jornalista da Folha de S. Paulo Monica Bergamo como “chata e encalhada”³⁸.

Nesses dois casos, os participantes do debate optaram por focar seus argumentos em características pessoais dos seus oponentes, ao invés de focar na discussão sobre o tema. Por essa razão, é possível inserir essas matérias em uma categoria de desrespeito, que foge do tradicional no jornalismo praticado no país.

Mesmo com a presença do desrespeito, não houve uma conexão automática dessa categoria com baixa qualidade deliberativa nos outros aspectos. Por exemplo, ambos os textos tiveram forte justificção e a matéria de 11 de outubro contou com a presença de orientação voltada para o coletivo. Nota-se, portanto, que houve corroboração do entendimento defendido por Papacharissi (2004), de que o mero aparecimento de termos rudes não é um empecilho para a existência da deliberação.

As matérias que foram consideradas como “respeito explícito” traziam elogios e cumprimentos dos debatedores aos outros envolvidos na questão. Um evento em específico foi coberto por todos os jornais e sempre trouxe declarações de respeito expresso. Trata-se do pedido de desculpas feito pelo cantor e compositor Chico Buarque em direção ao biógrafo Paulo César de Araújo. Ao reconhecer que havia concedido a entrevista cuja existência negara dias antes, Buarque se desculpou expressamente com o historiador, o tratando de maneira respeitosa³⁹.

Há ainda matéria da Folha de S. Paulo, por exemplo, na qual a ex-ministra da Cultura Ana de Hollanda, discorda publicamente do irmão, o cantor Chico Buarque, porém como marcações respeitadas: “Respeito a opinião de Chico, mas nem sempre concordamos em tudo”⁴⁰.

Esses exemplos de respeito explícito permitiram que se saísse da esfera da mera tolerância da opinião alheia, para um estágio em que há demonstração clara de que o posicionamento oposto contribui para a interação construtiva a que se propõe a deliberação (GUTTMAN, THOMPSON, 2004).

³⁷ Censura na mira, O Globo, 11/10/2013. Anexo 26.

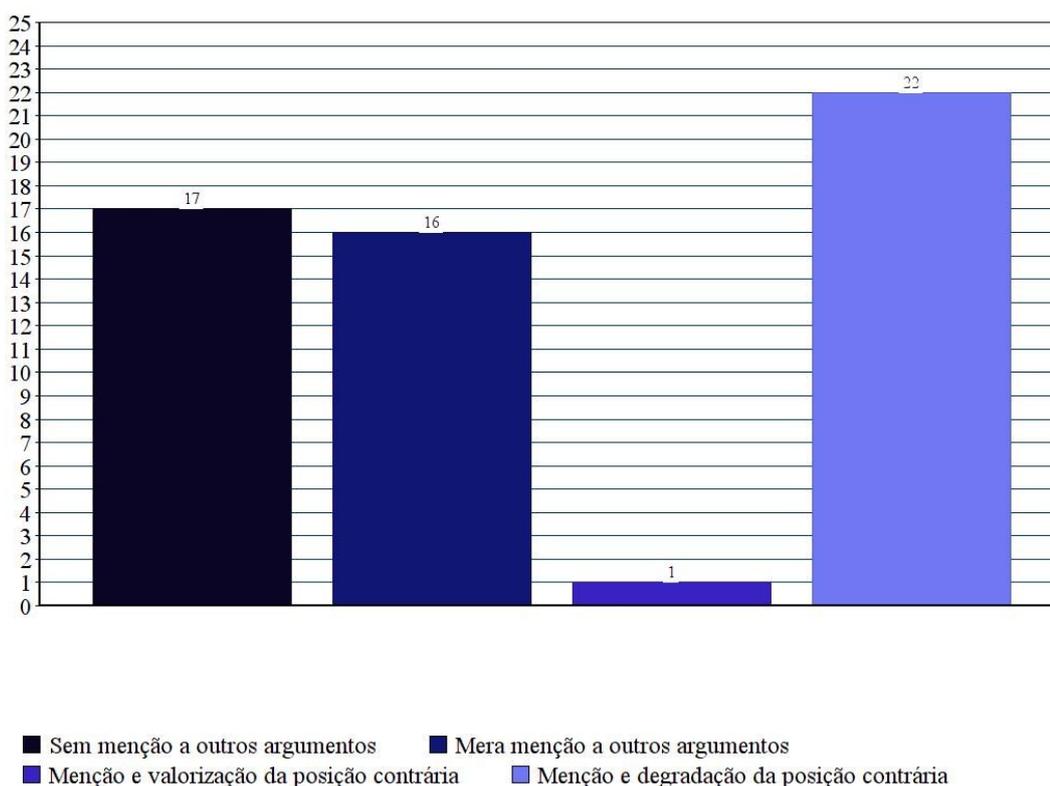
³⁸ Afasta de nós esse cale-se, O Estado de S. Paulo, 13/10/2013. Anexo 40.

³⁹ Chico pede desculpa por negar que deu entrevista a biógrafo, Folha de S. Paulo, 18/10/2013, anexo 16; Chico Buarque pede desculpas a Paulo Cesar de Araújo, O Estado de S. Paulo, 18/10/2013, anexo 51.

⁴⁰ Ana de Hollanda se opõe à autorização para biografia, Folha de S. Paulo, 18/10/2013. Anexo 14.

O aspecto da reciprocidade (Gráfico 5) mostrou uma divisão mais equilibrada nas notícias que compõem o corpus, a saber:

GRÁFICO 5 – RESPONSABILIDADE



Fonte: o autor (2016)

A característica mais recorrente foi a menção e degradação da posição contrária, com 22 ocorrências. A diferença não é tão grande, porém, para as outras duas possibilidades: a ausência de qualquer referência a argumentos divergentes dos seus, que foi notada 17 vezes, bem como a mera menção à posição defendida pelos adversários, com 16 aparições.

A degradação da parte oposta não foi exclusividade de um grupo específico de atores: biografados, artistas e jornalistas se posicionaram dessa maneira nas matérias retratadas. Por exemplo, o biógrafo Lira Neto apontou que “os artistas

estão defendendo algo obscurantista”⁴¹, ao passo que a jornalista Barbara Gancia, ao mencionar as razões defendidas por Paula Lavigne, relatou que “continuo achando que a motivação dela é sórdida”⁴². O ministro do STF Marco Aurelio Mello rebaixou o argumento dos músicos ao ironizar sua posição (“soube que um jurista baiano, Caetano Veloso, está excomungando uma máxima, de que é proibido proibir. Agora, em pleno século XXI”⁴³) e a empresária Paula Lavigne – que declarou que “a imprensa agiu como uma criança”⁴⁴ - tampouco se furtou de tratar com descaso as posições defendidas por debatedores que não partilhavam das mesmas visões que as deles.

A predominância dessa categoria dificulta que haja o intercâmbio de razões entre os participantes de maneira adequada, que caracteriza a reciprocidade. Ainda que não se exija harmonia dos participantes (MENDONÇA, FREITAS, OLIVEIRA, 2014), é preciso que eles levem em consideração as posições alheias, o que a degradação aqui dominante dificulta.

A ausência dos argumentos opostos, que aponta para uma falha na proposta deliberativa, era comum nas matérias, até pelo seu tamanho reduzido. Algumas matérias só mencionavam os argumentos de um dos lados, enquanto a maioria que foi enquadrada nessa categoria mostrava apenas falas isoladas de representantes das visões opostas, sem que fosse permitido qualquer diálogo entre eles.

Esse diálogo raso também teve aparição constante nas outras 16 matérias em que houve apenas a mera menção aos argumentos opostos, sem estabelecer diálogos com o lado contrário. Ficou prejudicado nessas notícias, portanto, a troca de argumentos que é base para a deliberação. A possibilidade de que o debate permita a descoberta das soluções possíveis (MAIA, 2008) com esse intercâmbio de razões não ocorreu nesse caso em análise.

Em último lugar na classificação desse aspecto, com apenas uma ocorrência, está a categoria da valorização do argumento contrário. Esse exemplo foi encontrado no jornal O Globo, na notícia “Chico pede desculpas”, na qual o biógrafo Paulo Cesar de Araújo valoriza a posição de Chico Buarque: “ajudou a transformar

⁴¹ Gil e Caetano se unem a Roberto contra biografias, Folha de S. Paulo, 05/10/2013. Anexo 01.

⁴² Imprensa agiu como criança, diz Paula Lavigne na TV, Folha de S. Paulo, 17/10/2013. Anexo 11.

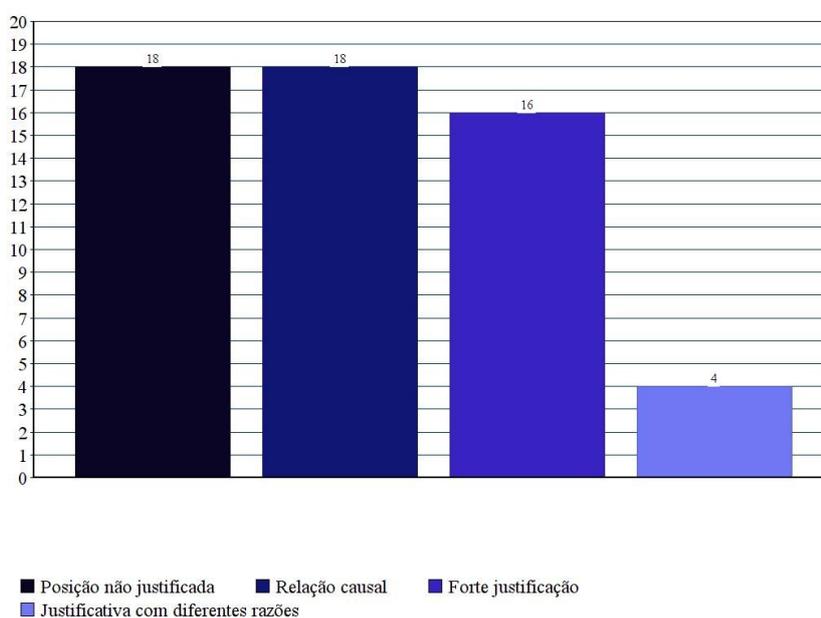
⁴³ “O homem público é um livro aberto”, O Globo, 18/10/2013. Anexo 30.

⁴⁴ Imprensa agiu como criança, diz Paula Lavigne na TV, Folha de S. Paulo, 17/10/2013. Anexo 11.

uma questão que era restrita a escritores e biografados em um tema da sociedade”⁴⁵.

No aspecto do provimento de razões (Gráfico 6), em que se busca perceber como as ideias defendidas por cada lado foram construídas, houve um equilíbrio entre três categorias: posição não justificada, a relação causal e a forte justificação, com 18, 18 e 16 textos respectivamente.

GRÁFICO 6 – PROVIMENTO DE RAZÕES



Fonte: o autor (2016)

A posição não justificada, ou seja, quando a fonte ouvida pelo jornalista apenas declarava ser a favor ou contra biografias, foi comum. Na Folha de S. Paulo, por exemplo, há matéria na qual é relatada apenas uma fala de Chico Buarque em que ele se limita a declarar sua posição, sem que haja justificativa: “pensei que Roberto tivesse o direito de preservar sua vida pessoal. Parece que não”⁴⁶.

A justificativa causal, em que o debatedor só expõe uma explicação de causalidade, também teve o mesmo número de aparições, em matérias que pelo menos permitiam ao personagem trazer um motivo para seu posicionamento.

⁴⁵ Chico pede desculpas, O Globo, 18/10/2013. Anexo 29.

⁴⁶ Chico pede desculpa por negar que deu entrevista a biógrafo, Folha de S. Paulo, 18/10/2013. Anexo 16.

Quando o então ministro da Justiça José Eduardo Cardozo se posicionou contra a proibição de biografias sem o consentimento do retratado, a notícia se limitou a declarar que, segundo ele, “proibir a publicação de biografias não-autorizadas é “censura” e, por isso, “inadmissível” no Estado de direito”⁴⁷.

As matérias em que havia justificativa forte, nas quais era permitido ao participante do debate desenvolver seus argumentos, apareceram com uma frequência quase idêntica às duas categorias já analisadas. Em matéria de 11 de outubro, foi transcrito depoimento de Alceu Valença no Facebook, no qual há extensa explicação do cantor, que se posiciona ao lado dos biógrafos nesse debate específico e traz sua argumentação:

apesar de se falar “muito em biografias oportunistas, difamatórias (...) a grande maioria dos nossos autores está bem distante desse tipo de comportamento”. Para o músico, a luta não deve ser pela restrição à publicação de livros, mas sim no poder judiciário, que precisa agir com “mais eficiência e celeridade processual nos casos de livros ofensivos e meramente oportunistas”⁴⁸.

Nesse mesmo padrão, eram as outras matérias classificadas como forte justificativa, sendo que em metade dos textos dessa categoria só um grupo era retratado – o que pode ter contribuído para o espaço suficiente para a apresentação da justificativa forte⁴⁹.

Só quatro notícias foram classificadas como tendo apresentado justificativa com diferentes razões. Em 10 de outubro, por exemplo, Laurentino Gomes teve suas falas amplamente retratadas por uma matéria da Folha de S. Paulo e pôde por conseguinte expor diferentes razões pelas quais defende a liberdade para as biografias: na matéria, ele cita a legitimidade de retratar figuras públicas que atraem a curiosidade geral ou exercem cargos públicos, bem como a proibição constitucional de censura a obras artísticas⁵⁰. Essas situações seriam aquelas que melhor se adequaria ao parâmetro deliberativo, pois haveria razões com amparo suficiente para embasar a tomada de decisões (GUTTMAN, THOMPSON, 2004).

⁴⁷ Proibição é censura, diz ministro da Justiça, Folha de S. Paulo, 10/10/2013. Anexo 04.

⁴⁸ Censura na mira, O Globo, 11/10/2013. Anexo 26.

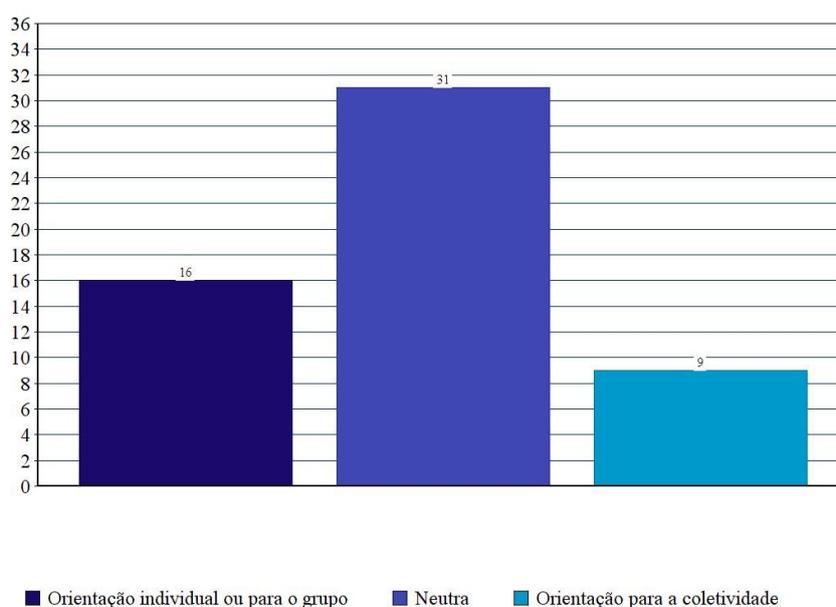
⁴⁹ Em defesa das biografias, O Estado de S. Paulo, 10/10/2013. Anexo 38; Informação é prioridade, dizem juristas, Folha de S. Paulo, 21/10/2013. Anexo 19.

⁵⁰ Laurentino Gomes critica Procure Saber, Folha de S. Paulo, 10/10/2013. Anexo 03.

No jornalismo impresso, havia a expectativa de que haveria mais espaço para os envolvidos apresentarem com maior complexidade as justificativas que os levam a tomar determinadas posições. Em razão disso, a deliberação mediada tenderia a melhorar a qualidade de informação disponível à população por ser um amplo espaço para as trocas argumentativas (MAIA, 2008). Os dados encontrados demonstram, entretanto, que essa expectativa de ampla argumentação não se confirmou na cobertura analisada.

Por fim, é preciso analisar as matérias quanto à sua orientação para o bem comum, conforme exposto no gráfico abaixo:

GRÁFICO 7 – ORIENTAÇÃO PARA O BEM COMUM



Fonte: o autor (2016)

Como é possível perceber no gráfico, a maioria das matérias (31) não apresentava nenhuma orientação sobre a finalidade da discussão travada, logo foi categorizada como neutra. Essa grande porção da cobertura, portanto, não levou em conta o interesse coletivo ao refletir sobre o tema, ignorando um dos aspectos que seriam essenciais em um processo deliberativo. Matérias como “Projeto que elimina

autorização deve avançar na Câmara⁵¹” ou “Debate quente chega a Frankfurt⁵²” não abordavam discussões sobre as implicações ao coletivo nem a certos indivíduos, representando nesse ponto a grande massa de textos publicados.

Em segundo lugar, encontra-se a orientação individual ou para grupo, que foi ressaltada em 16 notícias do corpus. Os argumentos que desprezavam o interesse coletivo e focavam em vantagens particulares não ficaram restritos a apenas um grupo de participantes envolvido na disputa sobre as biografias. Tanto do lado de biógrafos quanto de artistas representados nas obras, por exemplo, houve a defesa orientada para o particular.

É o caso de Jorge Mautner, que defende as atitudes do colega Roberto Carlos pois ele “está no direito dele de proibir a publicação da história de sua vida”⁵³, mas também do biógrafo Paulo Cesar de Araujo, que confessou que fez pronunciamentos com a intenção de preservar sua própria credibilidade⁵⁴. Posições como essa contrariam as previsões deliberativas de que os debates afastariam as posições mais egoístas e dariam espaço para um pensamento voltado ao conjunto da sociedade (GUTTMAN, THOMPSON, 2004).

As matérias nas quais houve orientação para a coletividade foram somente nove, tendo representado a minoria dentre as unidades de análise. Mais uma vez, o argumento perpassou o discurso de biógrafos e dos biografados (ainda que em menor número e apenas ao final do mês). Na matéria de 30 de outubro, como ilustração, o Procure Saber revê algumas de suas posições e alega ter defendido os interesses da sociedade⁵⁵.

Além das divisões do conjunto de matérias por característica, também é interessante analisar a divisão das características deliberativas por jornal, assim como foi apresentada a divisão dos enquadramentos por veículo no tópico acima.

Na Folha de S. Paulo, que foi o jornal com mais matérias, foi identificado o mesmo número de matérias em que houve a presença de biógrafos e biografados: 10 para cada grupo de atores. Um grupo específico, de editores de livros, foi muito

⁵¹ Projeto que elimina autorização deve avançar na Câmara, Folha de S. Paulo, 20/10/2013. Anexo 18.

⁵² Debate quente chega a Frankfurt, O Globo, 20/10/2013. Anexo 24.

⁵³ Mautner defende pagamento de direitos a biografados, Folha de S. Paulo, 11/10/2013. Anexo 05.

⁵⁴ Biógrafo do Rei desmente Chico com fotos e gravação, O Estado de S. Paulo, 17/10/2013. Anexo 49.

⁵⁵ Procure Saber recua e defende liberar biografias, O Globo, 30/10/2013. Anexo 36.

recorrente nas matérias desse jornal: das seis aparições, quatro foram no veículo paulista.

Não houve qualquer exemplo de desrespeito na Folha de S. Paulo: das 21 notícias veiculadas, só duas foram classificadas como respeito explícito, tendo as outras 19 se encaixado em respeito implícito.

Ao levar em conta o critério da responsividade, não houve nenhuma categoria que se destacasse, pois a frequências das ocorrências foi muito similar: menção e degradação da posição contrária (8), sem menção (7), mera menção aos argumentos opostos (6). Não apareceu, no entanto, a menção e valorização da posição contrária, que possibilitaria o fortalecimento do debate (MAIA, 2008).

Quanto ao provimento de razões, a relação causal para as posições foi a mais recorrente, com oito notícias, sendo seguida pela ausência de justificação (6), forte justificação (4) e justificativa com diferentes razões (3).

Por fim, quanto à orientação para o bem comum, a Folha de S. Paulo teve as matérias divididas de maneira quase idêntica entre duas possibilidades: a neutralidade (10) e a orientação individual (9), com raríssimas aparições do interesse coletivo (2). Diferenciou-se, portanto, da média geral de matérias e mostrou que aqui foram muitas as matérias em que o interesse individual, que não deveria predominar no espaço deliberativo, foi recorrente.

Analisando apenas as 19 matérias do jornal O Estado de S. Paulo, também se vislumbram algumas particularidades do periódico. Na inclusividade, chama a atenção que 11 das notícias concediam espaço para os biógrafos, o que comprova a ampla presença dessa categoria no debate veiculado pelo Estado de S. Paulo.

A civilidade não se diferenciou muito dos dados gerais, pois houve predominância quase absoluta do respeito implícito: 16 das 19 matérias estavam nessa categoria. Houve um empate, na variável da responsividade, entre duas categorias: a mera menção ao argumento contrário e a degradação da posição alheia tiveram ambas oito aparições cada.

Uma ausência foi sentida no provimento de razões, uma vez que O Estado de S. Paulo foi o único periódico a não ter veiculado texto em que ocorreu a categoria justificativa com diferentes razões. Por outro lado, a predominância nessa variável desse veículo foi a justificação forte, ainda que por uma pequena margem (sete ocorrências, contra seis de cada uma das outras). As matérias, portanto, pareciam

permitir que houvesse um certo desenvolver dos argumentos, mas sem permitir que ele se alongasse demais.

E no quesito da orientação para o bem comum, o veículo paulistano manteve o padrão encontrado no conjunto global das matérias: neutralidade à frente (onze aparições), seguida por interesse particular (cinco) e por apenas três notícias em que era abordado o interesse coletivo.

O jornal com menos textos noticiosos veiculados nesse período, O Globo, teve um destaque negativo no aspecto da inclusividade. Do total de 16 matérias, apenas seis davam voz a pelo menos dois atores de grupos diferentes. Essa baixa proporção (que não ocorreu nos outros dois, nos quais havia mais de 50% das notícias com essa característica) prejudica o acesso amplo ao debate público que se propõe fazer a deliberação mediada.

No aspecto da civilidade, a publicação se dividiu entre as três possibilidades apresentadas, ainda que com apenas um desrespeito e dois respeitos explícitos do total de 16. Como todos os outros, o respeito implícito se configura como regra geral.

A ausência de menção a outros argumentos foi predominante em O Globo, sendo que em segundo lugar foi encontrada a menção e degradação da posição contrária. Desses resultados, é possível perceber que, no aspecto da responsividade, as matérias do jornal carioca não contribuíram para a construção de um diálogo, pois ora não havia diálogo, ora as tentativas de interlocução eram apenas para rebaixar o adversário.

Tal característica dialoga com os dados achados no provimento de razões das matérias desse veículo: a categoria predominante foi a ausência de justificção (com 6 ocorrências). Nos monólogos retratados pelo jornal, o que era mais noticiado era apenas a opinião dos envolvidos, sem abrir espaço para uma mínima justificativa.

Por outro lado, um dado contrastante com a inexistência de referência ao posicionamento oposto também foi encontrado em O Globo: a única aparição nessa pesquisa de menção e valorização da posição contrária foi nesse jornal. Tal matéria, já mencionada previamente, retratava a discussão pública entre Chico Buarque e Paulo Cesar de Araujo sobre uma entrevista concedida há vinte anos.

Ainda é possível destacar que no que concerne à orientação para o bem comum, foi rara a aparição de discursos calcados em interesses particulares ou grupos específicos (somente 2 das 16 matérias analisadas). O predomínio mesmo

foi da ausência de menção aos beneficiados, o que enquadrava as matérias em neutralidade.

Apresentado um panorama geral sobre as características deliberativas da cobertura jornalística desse tema, é possível relacionar certos enquadramentos noticiosos com as respectivas características que lhe são constantes.

4.3 RELACIONANDO OS ENQUADRAMENTOS E AS CARACTERÍSTICAS DELIBERATIVAS

A classificação das matérias nos dois grupos de variáveis é necessária com o intuito de encontrar respostas para a indagação que norteia essa pesquisa: de que maneira os enquadramentos jornalísticos se relacionam com as características deliberativas?

A tabela abaixo mostra os enquadramentos associados às cinco características que predominaram em cada um deles e aponta para algumas reflexões sobre esses cruzamentos.

TABELA 1 – Relação entre os enquadramentos e características deliberativas predominantes

ENQUADRAMENTOS/ CARACTERÍSTICAS DELIBERATIVAS	INCLUSIVIDADE	CIVILIDADE	RESPONSIVIDADE	PROVIMENTO DE RAZÕES	ORIENTAÇÃO PARA O BEM COMUM
CONFLITO (20)	BIÓGRAFOS (12) – 60%	RESPONSO IMPLÍCITO (17) – 85%	MENÇÃO E DEGRADAÇÃO DA POSIÇÃO CONTRÁRIA (12) – 60%	POSIÇÃO NÃO JUSTIFICADA (7)/ FORTE JUSTIFICAÇÃO (7) – 35%	NEUTRA (8) – 40%
RESPONSABILIDADE (16)	POLÍTICOS E STF (12) – 75%	RESPONSO IMPLÍCITO (16) – 100%	SEM MENÇÃO A OUTROS ARGUMENTOS (9) – 56%	POSIÇÃO NÃO JUSTIFICADA (6)/ RELAÇÃO CAUSAL (6) –	NEUTRA (13) – 81%

				37%	
INTERESSE HUMANO (15)	ARTISTAS E FAMILIARES (11) – 73%	RESP EITO IMPLÍCITO (10) – 66%	MERAMENTE OUTROS ARGUMENTOS (7) – 46%	POSIÇÃO NÃO JUSTIFICADA (5)/ FORTE JUSTIFICAÇÃO (5) – 33%	ORIENTAÇÃO INDIVIDUAL OU PARA GRUPO (6) – 40%
ECONÔMICO (4)	BÍOGRAFOS (4) – 100%	RESP EITO IMPLÍCITO (4) – 100%	MENÇÃO E DEGRADAÇÃO DA POSIÇÃO CONTRÁRIA (3) – 75%	RELAÇÃO CAUSAL (3) – 75%	ORIENTAÇÃO INDIVIDUAL OU PARA GRUPO (3) – 75%

Fonte: o autor (2016)

Ressalte-se que, sobre o enquadramento da moralidade, a presente pesquisa não permite o estabelecimento de conclusões, visto que seu aparecimento em apenas uma notícia, sem nenhuma característica deliberativa exclusiva, impede um entendimento melhor sobre esse *frame*.

De todo modo, a matéria enquadrada como moralidade se caracterizou por apresentar respeito implícito, ouvir apenas um biógrafo, indicar degradação da posição contrária e ter uma orientação neutra. No provimento de razões, ela foi uma das poucas em que havia justificativa com diferentes razões, por se focar em apenas um biógrafo que defendeu apenas o seu lado de maneira esmiuçada⁵⁶.

4.3.1 Conflito: destaque para degradação da posição contrária

Quanto à **inclusividade**, é interessante destacar que, das poucas matérias em que foi ouvido o máximo de três grupos diferentes (não houve nenhuma matéria com quatro ou mais grupos retratados), 80% se encaixaram no enquadramento conflito. Pensar o tema como um embate, assim, permitiu que os jornalistas trouxessem mais vozes da questão e tornasse mais plural os pontos de vista mostrados.

⁵⁶ 'Não há biografia sem liberdade de pesquisa, O Globo, 19/10/2013. Anexo 31.

O grupo mais ouvido foi o de biógrafos (12 matérias), acompanhado dos artistas e familiares (10 matérias), o que demonstra que o conflito foi construído entre esses dois grupos. Matérias como “Chico pede desculpas por negar que deu entrevista a biógrafo”⁵⁷ (reproduzida abaixo) e “Biógrafo do Rei desmente Chico com fotos e gravações”⁵⁸ só dão expressão para os biógrafos e biografados, pois se ancoram nas disputas que foram surgindo entre os grupos.

FIGURA 2

BIOGRAFIAS

Chico pede desculpa por negar que deu entrevista a biógrafo

Compositor acusara Paulo César de Araújo de mentir sobre conversa; autor mostrou fotos do encontro

Direito à privacidade é argumento do músico e da família de Leminski para defender autorização prévia

DE SÃO PAULO

O músico Chico Buarque pediu desculpas ontem por ter negado a informação de que dera entrevista para Paulo César de Araújo, biógrafo de Roberto Carlos. O autor sempre citara Chico como uma das fontes da obra, tirada de circulação por Roberto.

“No meio de uma entrevista de quatro horas, 20 anos atrás, uma pergunta sobre Roberto Carlos talvez fosse pouco para me lembrar que contribui para sua biografia. De qualquer modo, sempre por isso lhe peço desculpas”, afirmou Chico, em nota enviada por meio de sua assessoria.

Chico havia negado a entrevista em texto publicado no jornal “O Globo” anteontem. O texto dizia: “Lamento pelo autor, que diz ter empenhado 15 anos de sua vida em pesquisas e entrevistas com não sei quantas pessoas, inclusive eu. Só que ele nunca

me entrevistou”.

Depois da publicação do artigo de Chico, Araújo afirmou à *Folha* que a entrevista havia de fato ocorrido na tarde de 30 de março de 1992. O biógrafo enviou fotos da conversa com Chico para comprovar sua afirmação.

“A [entrevista] de Chico, como tantas outras, foi filmada e também está registrada em fotos. Ele se esqueceu”, disse Araújo.

Chico fez, no entanto, uma ressalva, argumentando que apenas uma das perguntas foi sobre sua relação com Roberto Carlos: “Pelo que ele diz, foi uma entrevista de quatro horas onde falamos sobre censura, interrogatórios, diversas fases e canções da minha carreira. Ainda segundo ele, uma das suas perguntas foi sobre a minha relação com Roberto Carlos nos anos 60”.

PRIVACIDADE

O artigo escrito por Chico contestava a veracidade de fatos publicados em biografias no Brasil. “Pensei que o Roberto Carlos tivesse o direito de preservar sua vida pessoal. Parece que não”, escreveu.

Chico faz parte do grupo Procure Saber, que defende o

pedido de autorização prévia para a publicação de obras do tipo, além de pagamento ao biografado.

O respeito à privacidade também é o argumento usado pelas filhas do poeta Paulo Leminski e sua ex-mulher, Alice Ruiz. Em nota enviada ontem à imprensa, os familiares do autor paranaense deram justificativas para a proibição de duas obras sobre a vida de Leminski.

A reedição do livro “Paulo Leminski - O Bandido que Sabia Latim” (ed. Record, 378 págs.), de Toninho Vaz, e a nova obra “Passeando por Paulo Leminski”, de Domingos Pellegrini, foram barradas, segundo a família do poeta, “pela ausência de autorização expressa aos escritores para inclusão de imagens e poemas de Paulo Leminski, direitos pertencentes às herdeiras, garantidos pela Lei de Direitos Autorais”.

As herdeiras de Leminski dizem não haver autorizado a publicação em razão da inclusão de trechos nas biografias que “violam a intimidade e honra do poeta, bem como da própria família, direitos personalíssimos assegurados constitucionalmente”.

Esse *frame* apresentou, na variável **civilidade**, um tom de respeito implícito em quase todas as matérias: 17 das 20. Ainda que essa característica esteja presente também em todos os enquadramentos analisados, o que aponta para um traço padrão dessa cobertura jornalística no todo, a sua predominância ajuda a

⁵⁷ Chico pede desculpas por negar que deu entrevista a biógrafo, Folha de S. Paulo, 18/10/2013. Anexo 16.

⁵⁸ Biógrafo do Rei desmente Chico com fotos e gravações, O Estado de S. Paulo, 17/10/2013. Anexo 49.

negar uma possibilidade que o *frame* de conflito poderia gerar: a ocorrência frequente de palavras desrespeitosas, o que essa análise comprovou que não aconteceu.

Mesmo assim, cabe citar que o conflito foi um dos únicos enquadramentos que permitiu um tom diferente, qual seja, o de respeito explícito. Por focar o enfrentamento entre as partes, ainda que tenham proliferado momentos em que prevaleceu a neutralidade entre os participantes, houve textos em que a polidez foi destacada. No conflito entre Chico Buarque e Paulo Cesar de Araujo, já mencionado anteriormente, houve o pedido de desculpas expresso do cantor.

No que diz respeito à **responsividade**, esse enquadramento concentrou a maior parte das matérias em que havia menção e degradação da posição contrária: foram 12 das 20 matérias que continham trechos de debatedores que rejeitavam o argumento do grupo oposto. Desse dado, é possível perceber que as matérias que passavam o frame de conflito ressaltaram falas dos personagens que atacavam os adversários, até mesmo para enfatizar o enquadramento com o qual estavam construindo a notícia.

Já no aspecto do **provimento de razões**, houve um equilíbrio entre três categorias: posição não justificada e forte justificação, com sete aparições cada e relação causal, com seis. A justificativa com diferentes razões, no entanto, foi rara nesse enquadramento de conflito: só uma aparição em todo o conjunto. Por o conflito ter sido destacado ao longo da matéria, não havia empenho em conceder espaço para que os argumentos fossem apresentados e desenvolvidos de maneira extensa. Havia a sobreposição da discussão sobre o conteúdo, as razões defendidas por cada lado.

A **orientação para o bem comum** foi um aspecto ignorado pelas notícias de enquadramento conflito, que se mostraram predominantemente neutras. As discussões personalizadas davam pouca margem a reflexões sobre os afetados pelas questões debatidas. Há exceções, como na matéria “Impedir biografias é censura, diz Ruy Castro”⁵⁹, em que o escritor mencionado no título defende seu posicionamento por levar em conta que “as próximas gerações correm risco de não conhecerem detalhes da vida e trajetória de importantes personagens da nossa história”.

⁵⁹ Impedir biografias é censura, diz Ruy Castro, O Estado de S. Paulo, 12/10/2013. Anexo 39.

O enquadramento conflito, que foi o predominante nas matérias analisadas, permitiu a aparição de respeito explícito, mas ao mesmo tempo foi o *frame* dominante da menção e degradação da posição contrária. Além disso, houve pouco espaço para justificativas com diferentes razões, bem como para uma discussão voltada para a coletividade.

4.3.2 Responsabilidade: prevalência de fontes oficiais e ausência de menção a outros argumentos

O enquadramento da responsabilidade concedeu voz quase que exclusivamente aos membros das autoridades estatais, fossem eles parlamentares, ministros de Estado ou ministros do Supremo Tribunal Federal, uma vez que estão presentes em 12 das 16 notícias. Artistas e biógrafos, que eram predominantes no enquadramento conflito, aqui são raramente ouvidos (só aparecem em duas matérias cada).

Esse enquadramento, no entanto, não atinge os critérios ideais de **inclusividade** por permitir que apenas um grupo seja noticiado: foram 12 matérias em que apenas um grupo foi ouvido, sem apresentar o debate que fortalece a deliberação e que consiste em uma prática jornalística das mais arraigadas, que é a de ouvir os dois lados da notícia.

Na **civilidade**, houve a aparição unânime de respeito implícito. Sabendo que era raro que grupos de visão oposta fossem focados nas mesmas matérias, é coerente que não apareçam menções de desrespeito ou respeito, uma vez que era raro haver a menção ao interlocutor na notícia.

Essa ausência de interlocução levou, ademais, à predominância de categoria “sem menção a outros argumentos” no aspecto da **responsividade**. Em “Fila de temas deixa projeto paralisado no Congresso”⁶⁰(reproduzida abaixo), não há qualquer referência pelas fontes dos argumentos contrários: os deputados federais ouvidos apenas apresentam as razões que defendem.

⁶⁰ Fila de temas deixa projeto paralisado no Congresso, O Globo, 10/10/2013. Anexo 25.

FIGURA 3

Fila de temas deixa projeto paralisado no Congresso

Contexto

Projeto de lei aguarda votação na Câmara, e STF é alvo de lobby

CRISTINA TARDAGUILA
cris.tardaguila@oglobo.com.br

A pesar de ser o assunto mais comentado pela classe artística, o debate sobre as biografias não autorizadas ainda não encontrou eco no Congresso. Desde abril, quando foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei 393, de 2011, de autoria de Newton Lima (PT-SP), aguarda para ser levado a plenário. O projeto propõe alterações no artigo 20 do Código Civil, de 2002, dispensando a necessidade de autorização do biografado ou herdeiros para a publicação de uma obra comercial.

Hoje, o artigo 20 define que a “exposição ou utilização da imagem” de alguém podem ser proibidas “se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais”.

— Este debate está mais fora do que dentro do Congresso. É um assunto que não entrou em pauta porque não está premente para avaliação — diz a deputada federal Luciana dos Santos (PCdoB-PE), presidente da Frente Parlamentar de Cultura. — Na nossa agenda há uma infinidade de temas, como direito autoral, PEC da Música e Pro-

cultura, que são prioridades.

Último relator do Projeto de Lei 393, o deputado federal Alessandro Molon (PT-RJ) corrobora o descompasso entre o pleito dos artistas e a pauta do Congresso:

— De fato o projeto de lei está paralisado. Há uma fila grande de temas na frente e ele caiu numa espécie de limbo. Aqui, em Brasília, isso nem tem sido discutido.

Enquanto o Congresso não se mobiliza, está em análise no Supremo Tribunal Federal (STF) uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, movida em 2012 pela Associação Nacional dos Editores de Livros (Anel). Nela, o grupo pede que a Justiça acabe com a necessidade de autorização dos biografados para a publicação de biografias. A ação está sob responsabilidade da ministra Cármen Lúcia. Pontes do Judiciário garantem que artistas e editores têm visitado Brasília, tentando influenciar a decisão do STF e acreditando que o tribunal se posicionará antes do Congresso. ●

O empate entre posição não justificada e relação causal, com 6 aparições cada na variável **provimento de razões**, é mais um reforço da ausência de debate consistente nas matérias com o enquadramento responsabilidade. Em “Projeto de lei está parado há seis meses”⁶¹, os deputados e o cantor ouvidos apenas relatam o que eles entendem ser a melhor saída, sem contudo apresentarem a justificativa.

⁶¹ Projeto de lei está parado há seis meses, O Estado de S. Paulo, 16/10/2013. Anexo 47.

Frágil, portanto, o alcance deliberativo dessa matéria, pois não permite que o público leitor conheça argumentações diferentes e possa construir sua visão, como pretende idealmente o processo de deliberação mediada. É uma demonstração de que não há preocupação com os posicionamentos adversos, que são simplesmente negligenciados (MAIA, 2008).

No aspecto da **orientação para o bem comum**, a neutralidade também foi predominante, tal como no *frame* conflito, mas houve espaço para exposição de interesses voltados para o particular, até mesmo de parlamentares, como em “Câmara tentará votar hoje projeto que libera biografias”⁶², na qual o deputado federal Lucio Vieira Lima argumenta contra as biografias com o argumento de evitar que as pessoas leiam mentiras sobre ele.

Em suma, o enquadramento responsabilidade teve destaques negativos, especialmente em dois pontos principais. Na inclusividade, concedeu espaço quase exclusivo aos atores ligados ao Estado (no caso, ministros do Estado, congressistas e juízes do STF), sem ouvir outros participantes que poderiam acrescentar contribuições. Ainda, na responsividade, falhou ao apresentar matérias nas quais não havia sequer menção ao argumento da parte contrária, o que impossibilita a troca argumentativa que é a essência da deliberação mediada.

4.3.3 Interesse humano: prevalectimento da orientação voltada para o individual

O terceiro enquadramento mais encontrado na análise, o do interesse humano, também apresentou características deliberativas frequentes que merecem ser destacadas.

O grupo mais destacado nesses textos foi o dos artistas e familiares, isso porque o foco de interesse eram histórias episódicas de artistas famosos e a relação que estabeleciam com suas biografias. Quase metade das matérias trazia apenas um grupo (sendo que em cinco esse grupo único era o dos artistas familiares), o que é um critério ruim para a **inclusividade**, pois impede a circulação das vozes. O risco

⁶² Câmara tentará votar hoje projeto que libera biografias, O Globo, 23/10/2013. Anexo 32.

aqui é a compreensão de que o debate sobre esse tema pertence aos biografados e que apenas ao redor deles que a discussão deve girar.

No aspecto da **civilidade**, mais uma vez predominou o respeito implícito, em 10 das 15 matérias desse *frame*. Porém, o que pode ser destaque nesse ponto é que ao lado do conflito, o interesse humano foi o enquadramento que permitiu que as outras categorias de civilidade, que são o desrespeito e o respeito explícito, aparecessem na cobertura. Ao permitir um foco no personagem, a matéria trazia falas de humanização, seja por um lado positivo (é o caso já mencionado aqui, da discordância entre Ana de Hollanda e o irmão Chico Buarque), seja pelo lado negativo (também outro caso que já foi mencionado, da fala rude de Nana Caymmi).

Na **responsividade**, o prevalectimento da mera menção a outros argumentos indica que já era estabelecido um diálogo entre os envolvidos, ainda que sem o desenvolvimento de contra-argumentação. Foi nesse enquadramento que surgiram as outras ocorrências da degradação do argumento contrário. A personalização do debate, mais uma vez, traz à tona as falas que aparentam ser mais agressivas e tornam o debate mais personalizado. Cita-se, como exemplo, a notícia “Discutir biografias é um serviço à democracia”, no qual o biógrafo Edmundo Leite classifica como “uma vergonha que artistas que sofreram com a ditadura defendam uma causa como essa”⁶³.

A variável do **provimento de razões** trouxe resultados muito parelhos para as categorias analisadas. Com cinco aparições cada, houve um empate entre posição não justificada e forte justificação, o que indica que os textos tomaram caminhos bem diferentes, ora se aprofundando nas razões, ora apenas mencionando a posição, sem que o enquadramento tenha determinado a predominância de um dos estilos.

Ainda é necessário ponderar que o enquadramento do interesse humano, ao contrário dos enquadramentos conflito e responsabilidade, apresentou outra categoria predominante na **orientação para o bem comum**: foi a orientação individual ou para grupo. Em “Roberto se diz a favor de biografia não autorizada”⁶⁴, o cantor tenta buscar uma solução que agrade a biógrafos e a biografados – mas

⁶³ Discutir biografias é um serviço à democracia, O Estado de S. Paulo, 17 de outubro de 2013. Anexo 48.

⁶⁴ Roberto se diz a favor de biografia não autorizada, Folha de S. Paulo, 28 de outubro de 2013. Anexo 21.

conduz seu raciocínio como se apenas esse grupo de pessoas fosse impactado pelo tema em debate. Já no texto “Leminski não autorizado”, há demonstração clara do interesse particular que fundamenta a posição de Alice Ruiz, ex-mulher do poeta Paulo Leminski ao proibir a divulgação de uma biografia escrita sobre o artista pois “tudo isso serve para criar uma imagem bem negativa do Paulo”⁶⁵.

Aqui, o foco no personagem que caracteriza o *frame* interesse humano parece estar relacionado com as razões egoístas ou individualizadas dos envolvidos que são retratados nas matérias. O pensamento na coletividade, que deveria caracterizar um processo deliberativo, só é apontado em quatro matérias desse *frame* – nesses casos, é reforçada a menção aos efeitos na sociedade das regras sobre a publicação de biografias. Em matéria de 30 de outubro de 2013, após um mês de debate mediado, o grupo Procure Saber se posiciona como defensor do “fortalecimento de um direito coletivo”, em nome “daqueles, homens e mulheres, que não possuem o acesso que temos”⁶⁶(reproduzida abaixo).

FIGURA 4

Procure Saber recua e defende liberar biografias

— A associação Procure Saber, que reúne músicos como Roberto Carlos, Caetano Veloso, Gilberto Gil e Chico Buarque, divulgou ontem vídeo em que muda de posição em relação às biografias não autorizadas. O vídeo, gravado por Roberto, Gil e Erasmo Carlos diz: “Nós somos artistas, passamos a vida a tentar interpretar o sentimento das pessoas, ou, ao menos, a desmudar os nossos. Passamos a vida inteira a falar de amor e do amor. Nem por isto somos experts no assunto. Falamos com sinceridade e com emoção, tentando ser simples e tentando representar, com alguma leveza, a alma das pessoas que nos acompanham ao longo do tempo. Quando nos sentimos invadidos,

julgamos que temos o direito de nos preservar, e, de certa forma preservar a todos os que de alguma maneira não têm, como nós temos, o acesso à mídia, ao Judiciário, aos formadores de opinião. Não é uma decisão fácil, mas ela passa por um juízo íntimo e julgamos ter o direito de saber o que de privado, de particular existe em cada um de nós, nas nossas vidas. Este é um ponto que não podemos delegar a ninguém: decidir o que nos toca a cada qual intimamente, decidir o que nos constrange e nos emociona. Nunca quisemos exercer qualquer censura; ao contrário, o exercício do direito à intimidade é um fortalecimento do direito coletivo.

Só existiremos enquanto socie-

dade se existirmos enquanto pessoas. Se nos sentimos ultrajados, temos o dever de buscar nossos direitos. Sem censura prévia. Sem a necessidade de que se autorize por escrito quem quer falar de quem quer que seja. Não negamos que esta vontade de evitar a exposição da intimidade, da nossa dor, ou da dor dos que nos são caros, em dado momento nos tenha levado a assumir uma posição mais radical. Mas a reflexão sobre os direitos coletivos e a necessidade de preservá-los, não só o direito à intimidade, à privacidade, mas também o direito à informação, nos leva a considerar que deve haver um ponto de equilíbrio entre eles. Queremos, e não abro mão do direito à privacidade e à intimida-

de, a nossa e a dos que podem sofrer por estarem ligados a nós. Mas queremos também afastar toda e qualquer hipótese de censura prévia. Queremos, sim, garantias contra os ataques, os excessos, as mentiras, os aproveitadores. Confiamos que o Poder Judiciário há de encontrar uma maneira de conciliar o direito constitucional à privacidade com o direito, também fundamental, de informação.

Foi por acreditar que este debate seria melhor com a participação de toda a sociedade que nos juntamos, vários colegas artistas, em defesa destas ideias. O direito ao debate nos faz melhor, nos amadurece, nos faz mais humanos e humildes. Agradecemos a todos os que se expuse-

ram conosco, que tiveram suas vidas expostas em nome de uma ideia e que por isto foram chamados de censores. Nós estamos onde sempre estivemos: pregando a liberdade, o direito às ideias, o direito de sermos cidadãos que têm uma vida comum, que têm família e que — acreditem — sofrem e amam, às vezes a dois ou na solidão, sem compartilhar com todos, momentos que são nossos. Por acreditar nesta fantástica conquista do direito à intimidade é que colocamos nossa cara a tapa, com todo o respeito, no entanto, à liberdade de informação. Nossa vida é nossa melhor defesa. E se aqui nos exprimimos, o fazemos não só em nosso próprio nome mas em nome da-

queles, homens e mulheres, que não possuem o acesso que temos. Em nome de todos os que querem o direito de preservar esta belíssima conquista constitucional, a nossa privacidade, a nossa intimidade, é que esperamos que o Poder Judiciário e os demais Poderes sejam a nossa voz, a voz de todos. Não queremos calar a ninguém. Só queremos o que a Constituição já nos garante, o direito de nos defender e de nos preservar.”

Em Brasília, o presidente da Câmara, Henrique Alves, e o do Senado, Renan Calheiros, defenderam a aprovação do projeto que libera biografias não autorizadas. O projeto deverá ser votado na semana que vem. ■

O *frame* interesse humano, assim, pode ser destacado por ter permitido que houvesse expressões de respeito explícito (o que favorece a construção de um debate mais consistente entre os participantes), ao mesmo tempo em que concentrou notícias com mera menção aos argumentos opostos e que se detinham em argumentos orientados aos interesses particulares, distanciando-se dos parâmetros desejáveis.

⁶⁵ Leminski não autorizado, O Estado de S. Paulo, 16/10/2013. Anexo 45.

⁶⁶ Procure Saber recua e defende liberar biografias, O Globo, 30/10/2013. Anexo 36.

4.3.4 Econômico: homogeneidade nas características

O enquadramento econômico foi encontrado como predominante em apenas quatro matérias, mas possuiu características deliberativas muito consistentes. No aspecto da **inclusividade**, só tiveram voz nessas matérias biógrafos e artistas e familiares. As outras características foram bem definidas: respeito implícito, menção e degradação da posição contrária, relação causal e orientação voltada para o particular.

Ao considerar a **civilidade**, esse *frame* trouxe apenas matérias categorizadas como respeito implícito. A ausência de desrespeito, nesse caso, é um bom indicativo de que não houve expressões rudes que poderiam surgir em um texto mais dedicado a lucro, dinheiro e royalties.

Esse destaque para a remuneração recebida pelos biógrafos e editores, mas que não era compartilhada com os biografados, era sempre visto de maneira negativa pelos participantes, o que acarretou a predominância, na **responsividade**, da degradação do argumento contrário. Isso esteve presente na matéria Ruy Castro diz que pagaria dízimo para escrever sem censura”, uma vez que Castro despreza os argumentos provenientes de grupos contrários.

Em **provimento de razões**, a relação causal da justificativa apresentada era uma decorrência da superficialidade da discussão. Os artistas retratados desejavam que as leis permitissem a eles obter porcentagens sobre a venda dos materiais, ao passo que os autores repudiavam e diziam que o lucro lhes pertencia, ainda que não atingisse patamares elevados no Brasil. Portanto, os personagens retratados apenas opinavam se deveria haver divisão da remuneração, sem maior aprofundamento. Na matéria citada no parágrafo acima, o texto relata que o biógrafo aceita partilhar seu lucro desde que consiga liberdade para escrever, o que é abordado de maneira bem sucinta: “Eles querem o dízimo? Eu pago, desde que não venham querer interferir

no resultado”, disse o colunista e escritor da Folha Ruy Castro⁶⁷ (reproduzida abaixo).

FIGURA 05

Ruy Castro diz que pagaria ‘dízimo’ para escrever sem censura

DOS ENVIADOS ESPECIAIS A FRANKFURT

“Eles querem o dízimo? Eu pago o dízimo, desde que não venham querer interferir no resultado”, disse o escritor e colunista da **Folha** Ruy Castro, ontem, em mesa sobre biografias no pavilhão do Brasil, na Feira de Frankfurt.

dá é para eles quererem ler antes da publicação e fazer censura prévia”, afirmou.

Questionada na última quarta sobre a conversa com os escritores, Marta disse estar “ouvindo todos os lados”.

Para Ruy, os artistas do Procure Saber “promovem

uma campanha antidemocrática que pode render frutos porque eles têm poder”. “Eles vão ao Congresso e dão autógrafos para deputados, tudo porque Roberto Carlos não quer que ninguém fale sobre a perna mecânica dele.”

Ruy argumentou que a pro-

posta afeta não apenas biografados mas também pesquisadores, ensaístas, documentaristas, dramaturgos e outros profissionais.

“Herdeiros sempre aparecem, mesmo aqueles que nunca tiveram nada a ver com o personagem retratado. Se

vou escrever uma **biografia** de Getúlio, aparece **um sobri-**nho-neto para embargar. Manuel Bandeira foi famoso por ser solteiro, sem filhos, e daí apareceram sobrinhos querendo proibir tudo. Não tem fim.” (RAQUEL COZER E CASSIANO ELEK MACHADO)

Referia-se à proposta, feita pelo grupo Procure Saber, de que os biografados passem a receber porcentagem das vendas de livros que contem suas histórias.

Ruy contou que fez o comentário em café da manhã da delegação brasileira com a ministra Marta Suplicy na última terça, antes da abertura de feira. “Ela disse ter ficado contente por poder ouvir escritores, já que até então só tinha ouvido, repetidamente, como podemos imaginar, o ponto de vista desses artistas que fazem lobby.”

Segundo ele, Marta disse estar predisposta a concordar com os argumentos dos escritores, “embora ache que eles [os artistas do Procure Saber] têm razão quando dizem que nós poderíamos pagar uma porcentagem das vendas”.

“Se esse for o preço da minha independência, é um caso a se pensar”, disse o biógrafo, que só conseguiu publicar sua **biografia** sobre Garrincha **depois de a** editora Companhia das Letras fechar um acordo com os her-

Já a respeito da categoria da **orientação para o bem comum**, o que se encontrou foi uma orientação voltada para o particular, também explicada por essa discussão sobre os eventuais lucros da obra biográfica. Os artistas retratados desejavam que as leis permitissem a eles obter porcentagens sobre a venda dos materiais, ao passo que os autores repudiavam e diziam que o lucro lhes pertencia, ainda que não atingisse patamares elevados no Brasil. O interesse da discussão se resumia, portanto, à quantidade de dinheiro gerada e a quem ela seria destinada, sem qualquer preocupação com as outras repercussões para a sociedade.

Com características similares em todas as notícias, o enquadramento econômico demonstrou estar presente em textos bem definidos: poucas vozes

⁶⁷ Ruy Castro diz que pagaria dízimo para escrever sem censura, Folha de S. Paulo, 12/10/2013. Anexo 07.

ouvidas, sem demonstração de respeito explícito ou desrespeito e com degradação da posição contrária, justificção causal e orientaço voltada para o particular. Foi essa a tónica desse conjunto, que dialoga com o aspecto central do fato que é salientado por esse *frame*.

4.4 DISCUSSÃO SOBRE OS RESULTADOS

A pesquisa retratada nessa dissertação pretendia responder de que maneira os enquadramentos jornalísticos se relacionam com as características deliberativas. Conforme já foi exposto nesse capítulo, não houve nenhum enquadramento que reunisse todas as melhores características deliberativas, o que nem se esperava, tendo em vista as complexidades do processo midiático e também dos próprios requisitos exigidos pela literatura deliberacionista.

No entanto, a investigação mostrou que, ao menos nessa cobertura sobre as biografias, houve alguns enquadramentos que estiveram associados a determinadas características desejáveis do ponto de vista da deliberação. Além disso, foi interessante perceber que, mais do que com os pontos positivos, determinados *frames* foram muito presentes em associação com aspectos menos desejados da deliberação mediada.

Analisando isoladamente os enquadramentos encontrados, a predominância do conflito dialoga com uma percepção de que ele seria comum, em especial na cobertura de questões políticas. Até mesmo por outras investigações da literatura (AALBERG, STROMABACK, DE VREESE, 2012), a tendência de que o jornalismo aborde os temas pela via da oposição de atores e suas estratégias foi confirmada também por essa pesquisa.

Já era esperado que o enquadramento conflito estivesse relacionado às piores características deliberativas. Por serem matérias que discutiam o tema através de um embate entre lados opostos, não parecia lógico que as melhores práticas de deliberação estivessem ali contidas.

Nesse sentido, confirmando a presunção, houve uma massiva degradação da posição contrária. Ao perceber o tema como uma briga em que há lados definidos, com vencedores e perdedores, a argumentação acaba sendo posta em

segundo plano em detrimento do ímpeto de diminuir o adversário e estigmatizá-lo. Foi assim que os biógrafos reiteradamente qualificaram a posição contrária como censura, em uma maneira de jogar uma tacha de autoritarismo nos debatedores contrários a eles.

Mas, ao contrário do que se esperava, não foi predominante no enquadramento conflito uma baixa qualificação do provimento de razões, ou seja, uma predominância maior das posições não justificadas. Esse *frame* não apresentou ocorrências de posição não justificada muito maior que os outros analisados no trabalho, o que sinaliza que as matérias não mostraram apenas os atores se digladiando sem qualquer explicação.

Surpreendeu também que o enquadramento conflito não teve predominância da orientação voltada para o particular, uma vez que em um embate personalizado, poderia haver o uso constante de argumentos com ênfase nas motivações individuais. Ainda que essas orientações tenham aparecido (foram cinco matérias assim), elas não foram dominantes como o *frame* poderia sugerir. Até mesmo demonstrações de respeito explícito surgiram nesse enquadramento, o que já refuta a ideia de que ele estaria intrinsecamente ligado a níveis baixos de deliberação.

Em relação ao enquadramento responsabilidade, sua adoção pelas matérias parece indicar um jornalismo que mais se preocupa em repercutir declarações e mostrar a movimentação dos Poderes do que em incentivar o debate público. Todas as características que nele predominaram (respeito implícito, sem menção a outros argumentos, posição não justificada e ausência de orientação para o bem comum) já demonstram que esse tipo de enquadramento não combina com o que se deseja de um processo deliberativo. A cobertura desse enquadramento pareceu retratar o tema apenas pelo que se passava em Brasília, seguindo um padrão que domina as matérias do jornalismo político impresso brasileiro, o que resultou em um baixo potencial deliberativo no caso em estudo.

A utilização do interesse humano já era esperada, em decorrência da prática jornalística de construir matérias ao redor de personagens. Nesse ponto, as características encontradas são coerentes com o que se espera do *frame*. A ênfase em dar voz principalmente aos artistas e seus familiares condiz com o fato de que eles eram os participantes mais famosos desse debate e, em matérias cujo *frame* era centrado no personagem, atraíam o leitor e serviriam como “gancho” para a matéria.

Não surpreendeu, ainda, que orientações voltadas para um particular ou grupo específico fossem ocorrências frequentes nesse *frame*: se o enquadramento prefere apresentar o tema pelo personagem, não haveria necessidade de apresentar um diálogo com os adversários e tampouco de apresentar argumentos justificáveis perante a coletividade.

O enquadramento econômico não foi tão frequente quanto se imaginava que seria no início da pesquisa. Tendo em vista que a publicação de biografias envolve um ganho financeiro, a possibilidade de que as matérias centralizassem quanto os biógrafos e editores faturam com as obras e também os percentuais desejados pelos biografados foi aventada, mas não se concretizou em uma frequência intensa.

Nas poucas matérias em que o enquadramento econômico estava presente, as características deliberativas estavam relacionadas exatamente a esse viés econômico descrito no parágrafo acima: ao se centrarem em quanto os participantes ganhavam ou deixavam de ganhar, o que ocorreu foi a degradação da posição contrária, relação meramente causal de justificação e orientação voltada para o particular.

A cobertura em geral não se caracterizou de maneira positiva frente às características deliberativas. No entanto, foi possível perceber que havia textos com qualidades importantes para a consolidação de uma deliberação mediada e o desenvolvimento democrático. O enquadramento conflito pode ser, nesse ponto, uma saída para que se destaquem pontos necessários para a deliberação, ao mesmo tempo em que o assunto seja apresentado de uma maneira interessante para o público leitor.

Já o enquadramento responsabilidade parece conter o menor potencial para apresentar conteúdo deliberativo de qualidade. Ao mesmo tempo em que retrata a questão de maneira protocolar, ele não oferece oportunidade para o debate através das notícias, pois é raro o diálogo entre os envolvidos nesse *frame*.

A análise da cobertura sobre biografias permitiu que se verificasse, ainda, se os propósitos a que a deliberação almeja foram identificados. Ao invés de permitir uma discussão embasada no interesse público em que haveria menos espaço para opiniões individualistas (GUTTMAN, THOMPSON, 2004), os envolvidos no debate aqui analisado se concentraram em argumentos que diziam respeito apenas a eles, em uma mostra da falta de espírito coletivo que a deliberação se propunha a diminuir.

No entanto, a ideia de que a deliberação permite uma revisão das posições prévias após a exposição a novos conhecimentos parece ter tido certa ocorrência nesse debate. O grupo dos artistas, que deu início ao debate ao se opor de forma contundente à liberação de biografias não-autorizadas⁶⁸, chegou ao final do mês com outra postura, revendo o posicionamento anterior⁶⁹.

Não é possível ignorar que a cobertura destacada, no qual a liberdade da publicação de biografias pareceu ser sempre mais valorizada do que a posição dos biografados, pode se confundir com posições defendidas pelos meios de comunicação e sua insistência em pautá-los (MIOLA, 2012). Considerando que a liberdade de expressão em sentido amplo é o que garante a continuidade da existência dos meios, defender a livre circulação das obras biográficas é uma causa que interessa também aos veículos de comunicação e pode ter interferido na cobertura do tema.

Reconhece-se, também, que a especificidade do tema e o curto período temporal analisados restringem a ampla generalização dos dados aqui encontrados, o que demandaria uma pesquisa mais ampla tanto em veículos quanto em duração da cobertura.

Contudo, as associações delineadas entre os *frames* utilizados pelos textos e as características deliberativas neles presentes indicam recorrências da cobertura jornalística que podem ser alteradas com o intuito de permitir a ocorrência efetiva de uma deliberação mediada. Apresentar ao leitor *frames* mais condizentes com características deliberativas é um fator que só tende a contribuir com o sistema deliberativo, reforçando o papel que os meios de comunicação nele desempenham.

⁶⁸ Gil e Caetano se juntam a Roberto contra biografias, Folha de S. Paulo, 05/10/2013. Anexo 01.

⁶⁹ Recuo estratégico, O Globo, 31/10/2013. Anexo 37.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre a publicação de biografias sem autorização dos retratados é um debate que possuía potencial para envolver a população em busca de uma solução para o impasse. Havia uma linha de argumentação que enfatizava a liberdade de expressão e de produção de obras artísticas, bem como o direito de informação da sociedade. Outro grupo de argumentos perpassava a privacidade e esfera íntima das pessoas públicas, bem como o direito de auferirem vantagens com a exploração das suas imagens.

A cobertura da mídia sobre essa questão teve ápice em outubro de 2013, quando certos artistas de relevância se posicionaram, desencadeando uma série de manifestações que trouxeram para o centro das discussões do jornalismo impresso um debate que não desfrutava de holofotes até então.

Foi desse contexto que surgiram as questões que motivaram a realização dessa pesquisa: de que maneira o debate foi enquadrado pelos veículos? Como esse debate se relacionava com as características da deliberação? Algum enquadramento está relacionado fortemente com certo aspecto deliberativo?

A noção de sistema deliberativo e os conceitos relacionados desenvolvidos pelos deliberacionistas foram de fundamental importância para entender a importância do jornalismo na deliberação e para a estruturação dessa pesquisa. Se encontrar um ambiente que alcance todas as características almejadas para a deliberação não se mostra tão real, é preciso entender que os diversos espaços sociais podem fornecer uma contribuição para o sistema deliberativo. E nesse ponto, a cobertura dos veículos jornalísticos é um espaço que merece ser considerado.

O desenrolar da investigação demonstrou que algumas suposições formuladas no início da pesquisa foram corroboradas, enquanto outros achados permitiram obter uma visão diferente sobre a cobertura midiática e suas implicações democráticas, ao menos nesse debate das biografias.

Embora tenha sido o *frame* mais constante, o enquadramento conflito não teve uma recorrência tão superior a dos outros. Se for considerado que o tema foi pautado inicialmente a partir das declarações de artistas famosos e que foi esse o estopim para a cobertura maciça dos jornais, poderia se imaginar que a disputa entre os personagens fosse predominante na maioria absoluta dos textos. A

personalização do tema que é inerente ao conflito acarretaria uma abordagem de mais fácil entendimento para o público leitor, mas ao mesmo tempo de superficialização das discussões, que poderiam recair para torcida e antipatia em relação aos retratados.

Ao relacionar o enquadramento conflito com as características deliberativas correspondentes, os dados mostraram que, ao menos na cobertura sobre as biografias, não houve uma correspondência total com aspectos negativos da deliberação. No aspecto da inclusividade, o conflito trouxe ao menos duas vozes diferentes para apresentar sua visão sobre o tema e assim cumprir uma das funções que os meios de comunicação podem desempenhar no sistema deliberativo (algo que outros frames não conseguiram).

Mesmo se levarmos em conta a civilidade, a aparição de desrespeito foi mínima no enquadramento conflito, não recaindo as matérias para descrição de ataques ofensivos – algo que, levando em conta as próprias características do frame, poderia estar presente. Tampouco foi predominante, na variável da orientação para o bem comum, a preocupação com o particular, que poderia estar mais ligada ao conflito.

No entanto, não é possível esquecer que algumas características que não são compatíveis com o ideal deliberativo estiveram presentes nesse frame. Em especial na responsividade, na qual a degradação da posição contrária foi predominante e levou a discussão para caminhos que não auxiliam no desenvolvimento de um debate centrado em argumentos.

Os dados presentes nessa pesquisa, portanto, demonstram que a demonização do enquadramento conflito, que por vezes parece subsistir em certas pesquisas de comunicação, não foi corroborada por essa dissertação. Pelo contrário, há pontos positivos no frame do ponto de vista da deliberação, que podem ser explorados pelo jornalismo para conciliar atratividade e profundidade.

O enquadramento da responsabilidade foi o segundo mais encontrado e, ao contrário das nuances positivas vistas no *frame* predominante, não esteve relacionado com características proveitosas para o sistema deliberativo. Ao focar o tema a partir da responsabilidade do poder público em resolver a questão, os textos analisados tenderam a ouvir apenas fontes ligadas ao Estado (no caso, parlamentares e ministros do STF que são sempre ouvidos pelo jornalismo político

tradicional), o que impede a pluralidade de vozes necessárias para o debate deliberativo.

Ademais, ele não apresentou dados positivos na responsividade (preponderância da ausência de menção a outros argumentos) e no provimento de razões (ausência de justificativa foi recorrente), o que reforça as dificuldades que o enquadramento responsabilidade apresentou frente ao paradigma deliberativo. Foram textos que relataram a tramitação de projetos de lei e de ações judiciais, mas sem se preocupar em debater as questões pertinentes aos projetos e ações que retratava.

O interesse humano foi um enquadramento que deixou transparecer a recorrência do interesse individual. O *frame* também foca na personalização do tema, e nesse aspecto talvez seja o mais ressaltado dentre todos os outros frames, pois se propõe a abordar a questão a partir de histórias específicas de determinadas personagens. A pesquisa demonstrou, no entanto, que as matérias deram voz a argumentos individualistas e que não se debruçavam sobre o impacto na sociedade, negligenciando o aspecto coletivo em que a discussão deliberativa deveria estar fundada.

Junto com o enquadramento da moralidade, cuja única aparição impede que sejam estabelecidas relações entre os dados, o enquadramento econômico foi de pouca recorrência, com apenas quatro matérias, mas que demonstram uma coerência nas características nele presentes. A repetição do respeito implícito (civildade), degradação da posição contrária (responsividade), relação causal da argumentação (provimento de razões) e orientação individual ou para grupo (orientação para o bem comum) comprovaram que os textos dedicados ao viés financeiro não conseguiram se diferenciar no aspecto deliberativo, trazendo sempre argumentos rasos que atacavam o recebimento de valores pelos biógrafos e a ausência de pagamento aos biografados. Essa crítica mútua e sem embasamentos pouco acrescentou no aprofundamento do debate.

O que se notou a partir da pesquisa foi que a própria pluralidade de enquadramentos é necessária a um bom jornalismo, com o intuito de fornecer visões diferentes aos leitores. Nesse ponto, não há um enquadramento único que possa ser adotado pelas notícias e que consiga abarcar todas as melhores características deliberativas. Cada um trouxe certas qualidades deliberativas, ao mesmo tempo em que foi negativo sob certas categorias da deliberação.

Mais vantajoso é pensar em como o enquadramento está relacionado com determinados aspectos e utilizar esse conhecimento para sofisticar a cobertura realizada. Se o frame responsabilidade esteve associado a poucas características deliberativas, cabe ao jornalismo optar por reduzir a frequência das matérias enquadradas nesse sentido ou até mesmo refletir e alterar a maneira como os textos desse frame são compostos, concedendo espaço para os aspectos que não foram tão bem destacados.

Futuras pesquisas que podem decorrer desse trabalho podem partir para outros temas, com maior amplitude midiática e social que a discussão das biografias. A comparação entre como assuntos diversos são tratados pela imprensa seria uma maneira de permitir estabelecer ilações mais generalizáveis, que poderiam consolidar o conhecimento da área (em especial ao dialogar com pesquisas semelhantes realizadas em outros países). Mesmo durante o período eleitoral, a análise do potencial deliberativo dos enquadramentos poderia demonstrar as vantagens e desvantagens dos estilos de cobertura adotados.

Também mostra ser importante dar espaço para os portais jornalísticos na internet, tendo em vista a relevância que o jornalismo online ganhou perante os cidadãos. A possibilidade de matérias mais extensas, que podem ser atualizadas ao longo do dia, bem como das caixas de comentários nos quais o leitor tem um espaço para apresentar sua visão sobre o conteúdo, podem influenciar as discussões sobre o potencial deliberativo das coberturas jornalísticas.

É de se lamentar, em relação ao tema aqui investigado, a ausência/marginalidade da discussão sobre a publicação das biografias nos anos posteriores, que nunca mais recebeu atenção nesses moldes dos veículos analisados. Houve um período de destaque em junho de 2015, quando o STF julgou a ação direta de constitucionalidade que abordava alguns elementos da questão, mas as matérias se restringiram à semana do julgamento, apenas repercutindo a decisão.

Isso não representou o fim das discussões, pois biógrafos ainda relatam receio de serem tolhidos judicialmente pelas obras, de modo que a produção de biografias no universo editorial brasileiro ainda se encontra envolta pelo conflito entre os escritores e os retratados. A atenção da mídia, no entanto, parece não estar mais voltada para essa questão, o que dificulta que o debate se desenvolva na sociedade.

Os resultados da dissertação demonstram que ainda há muitos caminhos abertos, para os quais se faz necessária uma investigação consistente sobre o papel da mídia para a consolidação do debate democrático. O aprofundamento dos conceitos de deliberação e dos enquadramentos jornalísticos se torna, portanto, uma maneira eficaz de compreender o papel da deliberação mediada e apontar soluções que resultem em ganhos para o jornalismo e, como consequência, para a democracia.

REFERÊNCIAS

- AALBERG, Toril; STRÖMBÄCK, Jesper; DE VREESE, Claes H. The framing of politics as strategy and game: A review of concepts, operationalizations and key findings. **Journalism**, vol 13, nº 2, pp. 162-178, 2012.
- ALDÉ, Alessandra. A mídia e a guerra do Iraque. **Contemporânea**, vol 1, nº 1, 2003.
- ANDSAGER, Julie. How interest groups attempt to shape public opinion with competing news frames. **Journalism & Mass Communication Quarterly**, vol 77, nº 3, pp. 577-592, 2000.
- BENNETT, W. Lance; ENTMAN, Robert. **Mediated Politics**: communication in the future of democracy. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- BERINSKI, Adam; KINDER, Donald. Making Sense of Issues Through Media Frames: Understanding the Kosovo Crisis. **The Journal of Politics**, vol 68, nº 3, pp. 640-656, 2006.
- BOGGS, Carl. The Great retreat: Decline of the Public Sphere in Late Twentieth-Century. **Theory and Society**, vol. 26, nº 6, pp. 741-780, 1997.
- BOHMAN, The coming of age of deliberative democracy. **The journal of political philosophy**, volume 6, nº 4, pp. 400-425, 1998.
- CHAMBERS, Simone. Deliberative democratic theory. **Annual Review of Political Science**, nº 6, pp. 307-326, 2003.
- _____. Rhetoric and the Public Sphere: Has Deliberative Democracy Abandoned Mass Democracy? **Political Theory**, vol. 37, nº 3, pp. 323-350, 2009.
- CHONG, Dennis; DRUCKMAN, James N. Framing Public Opinion in Competitive Democracies. **American Political Science Review**, vol 101, nº 4, pp 637-655, 2007.
- D'ANGELO, Paul. News Framing as a multiparadigmatic research program: a response to Entman. **Journal of Communication**, 52, pp 870-88, 2002.
- DE VREESE, Claes H; PETER, Jochen; SEMETKO, Holli. Framing Politics at the Launch of the Euro: A Cross-National Comparative Study of Frames in the News. **Political Communication**, pp. 107-122, 2001.
- DRUCKMAN, James; NELSON, Kjersten. Framing and Deliberation: How Citizens' Conversations Limit Elite Influence. **American Political Science Review**, vol 47, nº 4, pp 729-745, 2003.
- ENTMAN, Robert. Framing: toward a clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, v.43, n.4, 1993.

_____. Framing Bias: Media in the Distribution of Power. **Journal of Communication**, 57, pp 163–17, 2007.

_____. Framing U.S. Coverage of International News: contrasts in narratives of the KAL and Iran Air Incidents. **Journal of Communication**, v.41, n.4, pp. 6-27, 1991.

ETTEMAN, James S. Journalism as reason-giving: deliberative democracy, institutional accountability, and the news media's mission. **Political Communication**, vol 24, nº 2, pp. 143-160, 2007.

FARIA, Claudia Feres. Do ideal ao real: as consequências das mudanças conceituais na teoria deliberativa. **Lua Nova**, São Paulo, 87: 63-81, 2012

FRASER, Nancy. Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy”. **Social Text**, nº. 25/26, pp. 56-80, 1990.

FRIAS FILHO, Otávio. Sentidos da vida: a gênese da biografia e o “eu” fragmentado na modernidade. **Folha de S. Paulo**, São Paulo. Ilustríssima. 30 out. 2011. p. 4-5.

GAMSON, W; MODIGLIANI, A. The changing culture of affirmative action. **Research in Political Sociology**, vol 3, pp 137–177, 1987.

GITLIN, Todd. **The Whole World Is Watching**: Mass Media in the Making and Unmaking of the New Left. Berkeley: The University of California Press, 2003.

GOIS, Ancelmo. Lei Roberto Carlos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 04 out. 2013.

GOMES, Wilson. **Publicidade, visibilidade, discutibilidade**: para uma revisão do conceito de esfera pública política. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Comunicação e política”, do XVI Encontro Anual da Compós, realizado na UTP, Curitiba (PR), em junho de 2007.

GRAGNANI, Juliana. Músicos questionam comercialização de livros: leia entrevista com a produtora Paula Lavigne. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 05 out. 2013.

GUTMANN, Amy; THOMPSON, Dennis. **Why deliberative democracy?** Princeton: Princeton University Press, 2004.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Volume I. Tradução: Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro:Tempo Brasileiro, 1997.

_____. Political communication in media society: does democracy still enjoy an epistemic dimension? The impact of normative theory on empirical research. **Communication Theory**, v.16, pp. 411-426, 2006.

_____. **Structural transformation of the public sphere**. Cambridge, Mass: MIT Press, 1991.

_____. Three normative models of democracy. **Constellations**, vol. 1, nº 1, pp. 1-10, 1994.

HENDRIKS, Carolyn. Integrated Deliberation: Reconciling Civil Society's Dual Role in Deliberative Democracy. **Political Studies**, vol 54, nº 3, pp. 486-508, 2006.

MAIA, Rousiley. **Mídia e deliberação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

MALCOLM, Janet. **A Mulher calada**: Sylvia Plath, Ted Hughes e os limites da biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MANSBRIDGE, Jane. Self-interest in deliberation. **Kettering Review**, vol 25, nº 2, pp. 62-72, 2007.

MARQUES, Angela Cristina Salgueiro. Os meios de comunicação na esfera pública: novas perspectivas para as articulações entre diferentes arenas e atores. **Líbero**, ano XI, nº 21, 2008.

MARQUES, Franciso Paulo Jamil Almeida Marques; MIOLA, Edna. Deliberação mediada: Uma tipologia das funções dos media para a formação do debate público. **Estudos em Comunicação**, nº 7, vol 1, pp 1-28, 2010.

MATTHES, Jörg. What's in a frame? a content analysis of media framing studies in the world's leading communication journals, 1990-2005. **Jornalism & Mass Communication Quarterly**, vol 86, nº 2, pp. 349-367, 2009.

_____; KOHRING, M. The content analysis of media frames: toward improving reliability and validity. **Journal of Communication**, vol 58, pp 258-279, 2008.

MCCOMBS, Maxwell; SHAW, Donald; WEAVER, David (eds). **Communication and Democracy**: Exploring the Theoretical Frontiers in Agenda Setting Theory. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, 1997.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Antes de Habermas, para além de Habermas: uma abordagem pragmatista da democracia deliberativa. **Sociedade e Estado**, v. 31, p. 741-768, 2016.

_____. Teoria Crítica e democracia deliberativa: diálogos instáveis. **Opinião Pública**, v. 19, p. 49-64, 2013

_____. ELSTUB, S.; ERCAN, S. The fourth generation of deliberative democracy. **Critical Policy Studies**, v. 10, p. 1-13, 2016.

_____. FREITAS, F. V. ; OLIVEIRA, W. M. Reciprocidade discursiva, enquadramento e deliberação: a consulta pública sobre reforma política da ALMG. **Análise Social**, v. 211, p. 244-271, 2014.

MOSER, Benjamin. Biógrafo de Clarice pede que Caetano mude posição sobre biografias; leia carta. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 09 out. 2013.

NEUMAN, W Russel; JUST, Marion; CRIGLER, Ann. **Common Knowledge**: news and the construction of political meaning. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.

NORRIS, Pipa. The restless searchlight: network news framing of the post Cold-war world. **Political Communications**, volume: 12 Issue: 4, pp 357- 370, 1995.

PAN, Zhongdang; KOSICKI, Gerald M. Framing Analysis: An Approach to News Discourse. **Political Communication**, volume 10, n. 1, pp. 55-75, 1993.

PAPACHARISSI, Z. Democracy online: civility, politeness, and the democratic potential of online political discussion groups. **New Media and Society**, vol. 6, n° 2, p. 259-283, 2004.

PARKINSON, John. Legitimacy problems in deliberative democracy. **Political Studies**, vol 51, n° 1, pp. 180-196, 2003.

RINKE, Eike Marke et al. Deliberative Qualities of Generic News Frames: Assessing the Democratic Value of Strategic Game and Contestation Framing in Election Campaign Coverage. **Political Communication**, 30, pp 474–494, 2013.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; MAIA, Rousiley C. M.; MARQUES, Francisco. P. Jamil Almeida. Deliberações ampliadas ou restritas: perspectivas de integração. **Comunicação & Sociedade**, Ano 32, n. 55, p. 203-229, jan./jun. 2011.

_____. BARROS, Samuel Anderson Rocha; MORAIS, Ricardo. Como avaliar a deliberação online?: um mapeamento de critérios relevantes. **Opinião Pública**, v. 18, p. 470-489, 2012.

SCHEUFELE, Dietram. Agenda-Setting, Priming, and Framing Revisited: Another Look at Cognitive Effects of Political Communication. **Mass Communication and Society**, 3:2-3, pp. 297-316, 2000.

_____. Framing as a theory of media effects. **Journal of Communication**, pp. 103-122, 1999.

SEMETKO, Holli A; VALKENBURG, Patti M. Framing European Politics: A Content Analysis of Press and Television News. **Journal of Communication**, pp. 93-109, 2000.

SIMON, A.F.; XENOS, Michael A. Media framing and effective public deliberation. **Political Communication**, vol 17, n° 4, pp. 363-376, 2000.

SOARES, Murilo Cesar. **Representações, jornalismo e a esfera pública democrática**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

STEENBERGEN, Marco et al. Measuring Political Deliberation: A Discourse Quality Index. **Comparative European Politics**, pp. 21-48, 2003.

TARROW, Sidney. **El poder en movimiento**: Los movimientos sociales, la acción colectiva y la política . Madri: Alianza, 1997.

VALENTINO, Nicholas; BUHR, Thomas; BECKMANN, Mathew. When the frame is the game: revisiting the impact of strategic campaign coverage on citizens' information retention. **Jornalism & Mass Communication Quarterly**, vol 78, nº1, 2000.

VILAS BOAS, Sergio. **Biografismo**: reflexões sobre as escritas da vida. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

VIMIEIRO, Ana Carolina; MAIA, Rousiley. Análise indireta de enquadramentos da mídia: uma alternativa metodológica para a identificação de frames culturais. **Revista Famecos**, vol 18, n 1, pp. 235-252, 2011.

VREESE, Claes H de. News framing: theory and typology. **Information DesignJournal**, pp. 51-622005.

ANEXO

ANEXO 01

Gil e Caetano se juntam a Roberto contra biografias

Músicos engrossam lobby para impedir obras; autores atacam censura privada

Cantores exigem anuência prévia de biografados ou herdeiros; editores contestam norma e sua constitucionalidade

JULIANA GRACKANI
DE SÃO PAULO

O cantor Roberto Carlos, que é contrário à publicação de biografias não autorizadas e já tirou de circulação obras sobre sua vida, conseguiu um apoio de peso. Os músicos Caetano Veloso, Chico Buarque, Milton Nascimento, Gilberto Gil, Djavan e Erasmo Carlos agora estão a seu lado.

Os sete cantores são fundadores do grupo Procure Saber, que, segundo a produtora Paula Lavigne, deve entrar na disputa para manter a exigência de autorização prévia para a comercialização dos livros. Lavigne é presidente da diretoria do Procure Saber e porta-voz do grupo.

As assessorias de Djavan e Gilberto Gil confirmaram seu posicionamento à **Folha**. Os outros músicos não foram encontrados pela reportagem.

Do outro lado da discussão, está a Anel (Associação Nacional dos Editores de Livros). A entidade move no Supremo Tribunal Federal uma Ação Direta de Inconstitucionalidade questionando os dois artigos do Código Civil que impedem a publicação sem a anuência prévia dos biografados ou de seus herdeiros.

Para a Anel, as normas atuais violam a liberdade de expressão e o direito à informação.

"Usar esse argumento para comercializar a vida alheia é pura retórica", diz Lavigne. Ela ressalta que o Procure Saber é contrário à comercialização, e não à publicação, das biografias. "Se alguém quiser escrever uma biografia e publicá-la na internet sem cobrar, tudo bem. O problema é lucrar com isso", diz.

"Essa diferenciação não existe. Os autores e editores podem produzir o que quiserem, mas não podem ganhar dinheiro com isso?", questiona

HISTÓRIA INTERROMPIDA
Casos de biografias barradas na Justiça



"Roberto Carlos em Detalhes"

Autor Paulo Cesar de Araújo
Editora Planeta
Quando 2006
Para a Justiça, a obra invade a privacidade do músico



"Noel Rosa - Uma Biografia"

Autores João Máximo e Carlos Didier
Editora Linb
Quando 1990
Para a Justiça, a obra invade a privacidade ao falar sobre o suicídio de parentes de Noel



"Sinfonia Minas Gerais: A Vida e a Literatura de João Guimarães Rosa"

Autor Alair Barbosa
Editora LGE
Quando 2007
Para a Justiça, a obra lesou direitos autorais



"Lampião - O Mata Sete"

Autor Pedro de Moraes
Editora do autor
Quando 2011
Para a Justiça, a obra ofendeu a honra e a intimidade do biografado e de sua herdeira

na Gustavo Binenbojm, advogado da Anel. "É uma censura privada. O biografado vira o senhor da história, com monopólio da informação."

Em nota enviada ao jornal "O Globo", o cantor Djavan disse que a liberdade de expressão pode causar injustiças "à medida que privilegia o mercado em detrimento do indivíduo".

"Editores e biógrafos ganham fortunas enquanto aos biografados resta o ônus do sofrimento e da indignação."

O grupo questiona também as indenizações recebidas por biografados. "Corremos o risco de estimular o aparecimento de biografias sensacionalistas, em um país em que a reparação pelo dano moral é ridícula", diz Lavigne.

INTERESSADOS NA CAUSA

Segundo Lavigne, o Procure Saber tenta agora registrar-se como associação, com o objetivo de ingressar como "amicus curiae" (interessada na causa) no Supremo.

O dispositivo permite que a entidade exponha sua opinião em documentos submetidos à Corte, sem participar como parte no processo.

Um manifesto divulgado em setembro na Bienal do Rio, assinado por autores como Boris Fausto e Ray Castro, diz que a proibição às biografias não autorizadas é um "monopólio da história, típico de regimes totalitários".

"Biógrafos e jornalistas têm o dever de contar a história do país e de suas personalidades públicas, inclusive expondo suas contradições. Os artistas estão defendendo algo obscurantista, a biografia chapa-branca", diz Lira Neto, autor de livros sobre a vida de Getúlio Vargas.

"Muitas obras usam jornais como fonte. Ninguém pede para ler antes o que é publicado em jornais, porque isso é visto como utilidade pública", afirma Sônia Jardim, presidente do Sindicato Nacional dos Editores de Livros.

Coerentemente, Lavigne pediu para ler esta reportagem antes de sua publicação. Sua solicitação foi negada.

ANEXO 02

Mais músicos aderem ao lobby contra as biografias

Grupo de artistas, agora, reivindica pagamento a biografados ou herdeiros

Escritores reagem ao que consideram tentativa de censura prévia por parte de Caetano, Chico e Gil

JULIANA GRAGNANI
DE SÃO PAULO
PAULO WERNECK
COLABORAÇÃO PARA #RUBIA

O debate sobre publicação de biografias no país esquentou com a divulgação das gestões do grupo Procure Saber para coesolidar, no Código Civil, o controle das histórias pelos próprios biografados.

A novidade, introduzida pela presidente do grupo, Paula Lavigne, é a tentativa de impor a obrigação de pagamento a biografados ou herdeiros. O pleito ganhou a adesão de artistas.

"Tudo o que se usa, paga", diz o sambista Wilson das Neves. "É até bom um dinheiro que entra na conta. Só estou esperando a minha vez."

O compositor Pedro Luís defende a iniciativa: "Todo mundo que é ingrediente do sucesso deve ser remunerado. Quem faz a revisão, a capa, não é remunerado? É o assunto do produto, não?"

"É justa a reivindicação", diz o roqueiro Nasi, que recebe 10% do preço de capa de sua biografia "A Ira de Nasi" (Belas Letras), de Mauro Beting. "Você está explorando a história e a imagem de alguém. É como se eu deixasse de receber por uma música minha gravada por outro."

Biógrafos e editores, por sua vez, se mobilizam contra a iniciativa. "Sinto-me insultado com a afirmação de que biografos são buscamos abarrotar o bolso de dinheiro", dis-

se Mário Magalhães, que narrou a vida do guerrilheiro Carlos Marighella. Fernando Morais (Olga Benário, Chatô, Paulo Coelho) também reagiu: "É pré-colombiano." Morais, que escreve agora a história de Lula, perguntou à reportagem se o apoio de Chico Buarque está confirmado (sua assessoria confirmou).

Regina Echeverria, biógrafa de Cazuza, Elis, Gonzaguinha e Gonzagão e José Sarmey também se mostrou perplexa: "Não estou entendendo. Acho impossível. O Chico?"

Entre os pontos de discordância está a eventual obrigação de pedir autorização e pagar a personagens controversos. Lara Neto, biógrafo de Getúlio, questiona se, caso escreva sobre Filinto Müller, chefe da polícia política do Estado Novo, precisará pagar e pedir autorização à família.

Magalhães evoca um exemplo mais recente, ainda vivo: "De acordo com a lei atual, o Cabo Anselmo poderia impedir a circulação de uma biografia independente. O Cabo Anselmo tem o direito de impor à história uma biografia chapa-branca? Ahraí, a vida dura acabou ou não?"

Para Duda Braga, o "Segundinho", esse argumento é "incoerente": "Na discussão das biografias não autorizadas colocam artistas e esportistas no mesmo saco que ditadores e criminosos?", tuitou o filho de Roberto Carlos.

O Procure Saber rejeitou pedidos de entrevista. Um tuitte deletado do perfil de Caetano dizia: "Querem fazer biografias sem autorização? Ok! Mas paguem ao biografado". Segundo sua assessoria, Lavigne controla entrevistas de Caetano sobre o tema.

ANEXO 03

Laurentino Gomes critica Procure Saber

Em Frankfurt, autor de '1889' diz que ação do grupo de artistas pode tornar o país 'o paraíso da biografia chapa-branca'

Para Francisco Bosco, 'interesse coletivo não pode se sobrepôr à soberania decisória sobre a vida privada'

CASSIANO ELEK MACHADO
RAQUEL COZER
ENVIADOS ESPECIAIS A FRANKFURT

O debate em torno da necessidade de autorização dos retratados para a publicação de biografias no Brasil chegou ontem à Feira do Livro de Frankfurt, maior evento editorial do mundo, onde o país vem fazendo participação repleta de protestos.

Convidado para uma mesa sobre livros de história, o best-seller Laurentino Gomes, autor de "1889", transformou de última hora sua fa-

la num manifesto em defesa das biografias.

Foi motivado, segundo disse, por reportagem publicada na *Folha* no último sábado, na qual Paula Lavigne, "falando em nome de um grupo de artistas que inclui Chico Buarque, Caetano e Gil, disse: 'Nosso grupo é contra a comercialização de uma biografia não autorizada'".

O escritor citou a mobilização do grupo coordenado por Lavigne, o Procure Saber, quando pedia uma fiscalização maior pelo governo do Ecad, órgão responsável pela arrecadação e distribuição dos direitos autorais de músicas executadas no país.

"Foi lindo, comvente mesmo, ver Paula Lavigne, Caetano Veloso, Roberto Carlos e outros fazendo lobby nos corredores do Congresso

e trocando tapinhas nas costas de Renan Calheiros para defender seus interesses econômicos. Agora esse mesmo grupo quer defender seus interesses limitando a liberdade de expressão", disse.

Para Laurentino, o grupo

“Artistas, políticos, empresários e escritores são figuras públicas ou porque atraem a curiosidade das pessoas pela sua criação ou porque exercem função de interesse público

LAURENTINO GOMES
escritor

faz com que o Brasil corra o risco de se tornar "o paraíso da biografia chapa-branca".

"Artistas, políticos, empresários e escritores são figuras públicas ou porque atraem a curiosidade das pessoas pela sua criação ou porque exercem função de interesse público por afetar a forma como a sociedade se comporta. São, portanto, alvo legítimo da investigação de pesquisadores."

O escritor lembrou casos de biografias que enfrentaram problemas judiciais, como a de Roberto Carlos, por Paulo Cesar de Araújo.

"A Constituição brasileira é das poucas, senão a única, do mundo que proíbe censura a criações artísticas, o que, no meu entender, inclui ou deveria incluir todos os gêneros literários", disse.

Mas lembrou o artigo 20 do

Código Civil brasileiro, que determina que retratados podem proibir uma biografia se considerarem que lhes "atinge a honra, a boa fama ou a respeitabilidade" ou se "destinar a fins comerciais".

"Tentativas de mudar esse artigo, como o projeto de Newton Lima [PT-SP], ficaram paradas no Congresso, agora com escassa chance de aprovação, alvo de chicanas regimentais de parlamentares, eles próprios interessados em zelar, para usar as palavras do Código Civil, pela própria 'boa fama'".

Questionada sobre o assunto em entrevista em Frankfurt, a ministra da Cultura, Marta Suplicy, disse apenas que "tem escutado todos os lados".

A questão também ganhou repercussão em coluna do

jornal "O Globo" publicada ontem, assinada pelo escritor Francisco Bosco. Para ele, o interesse coletivo não pode se sobrepôr à soberania decisória sobre a vida privada.

"Aquilo que torna público não se confunde com uma posição de sua vida que ele consagrou à esfera pública, alterando-a. Não foi a sua vida privada que transformou a coletividade. Por isso sou um defensor da 'free culture - creative commons', aumento do espectro do 'fair use', diminuição drástica do prazo de 'copyright' etc. -, mas é fundamental notar que a defesa da soberania da vida privada não se confunde com uma posição conservadora ou privatista no que diz respeito à cultura, precisamente porque a vida privada não pertence à cultura."

ANEXO 04

Proibição é censura, diz ministro da Justiça

MARINA DIAS
DE SÃO PAULO

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, afirmou que proibir a publicação de biografias não autorizadas é “censura” e, por isso, “inadmissível” no Estado de Direito.

“Temos que garantir a livre expressão e a livre circulação de ideias e informação. Se isso for violado de alguma maneira, o Judiciário pode reparar”, declarou à **Folha**.

A discussão sobre a publicação de biografias não autorizadas voltou à cena quando Caetano Veloso, Chico Buarque, Milton Nascimento, Gilberto Gil, Djavan e Erasmo

Carlos endossaram a opinião de Roberto Carlos, que já tirou de circulação obras sobre sua vida. Juntos, eles fundaram o grupo Procure Saber, que defende a exigência de autorização prévia para a comercialização dos livros.

Em 2008, quando era deputado federal pelo PT-SP, Cardozo foi relator de um projeto de lei que coibia a proibição das biografias no Brasil.

De autoria do então deputado Antonio Palocci (PT-SP), o Projeto de Lei 3378/08 modifica o artigo 20 da Lei 10.406, de 2002, que dá brecha para que biografados e herdeiros consigam na Justiça impedir a circulação de

obras não autorizadas.

“Como deputado, dei meu parecer favorável na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) e tentei um acordo para levar o projeto à votação, mas não consegui”, diz Cardozo. Está arquivado na Mesa Diretora da Câmara. Ficou um ano tramitando na CCJ e o deputado Antônio Carlos Biscaia (PT-PR) pediu adiamento da votação. Um mês depois, foi retirado de pauta por acordo, sem votação em plenário.

“Pedimos adiamento da votação quando precisamos avaliar melhor o projeto. Não fui pressionado”, declarou Biscaia, que foi deputado de 2002 a 2010.

ANEXO 05

Mautner defende pagamento de direitos a biografado

‘Artista deve ter direito a tudo relacionado a ele’, diz o músico, um dos convidados do Festival de Biografias, que ocorre em novembro

JULIANA GRAGNANI
MORRIS KACHANI
DE SÃO PAULO

Na discussão sobre a proibição de biografias não autorizadas, que veio à tona depois da mobilização de artistas como Chico Buarque e Caetano Veloso, Jorge Mautner, decano da MPB, defende o pagamento de direitos autorais ao biografado: “Não se trata de proibir. Um livro só

poderia ser proibido se o artista não fosse remunerado”.

“O artista ganha a vida por mérito próprio. Portanto, deve ter direito a tudo que estiver relacionado a ele. É uma extensão do direito pela coisa que faço”, afirma o músico, cuja vida foi retratada no documentário “Jorge Mautner - O Filho do Holocausto” (2012), dirigido por Pedro Bial e Heitor D’Alincourt.

Para Mautner, Roberto Car-

los “está no direito dele” de proibir a publicação da história de sua vida: “A salvaguarda de Roberto Carlos é por conta de um acidente particular, que guardou para si a vida íntima. É uma questão de foro íntimo. E junta com isso sua devoção católica muito profunda e dirigida para si mesmo na concepção das coisas. Acho fundamental por isso”, afirma.

Perguntado se considerava a

proibição de **biografia** uma censura, o músico afirma que não se deve confundir as coisas: “A censura política do Estado tem a ver com outro tipo de exigência de direitos. Estamos falando sobre intimidade, autorização por parte de terceiros diretamente envolvidos”.

Mautner é um dos convidados do Festival de Biografias, que reunirá autores para debates em Fortaleza, de 14 a 17

de novembro. O evento acontece em momento propício, com o debate aquecido, mas foi concebido há três anos por uma produtora cearense.

“Queremos estimular a reflexão sobre a importância do registro da memória no país”, diz Mardonio Barros, coordenador do festival.

Está confirmada também a presença de Ruy Castro (biógrafo de Garrincha), Fernando Morais (Olga Benário, Cha-

tó, Paulo Coelho), Paulo Cesar de Araújo (Roberto Carlos) e do cineasta Silvio Tendler (JK, Jango, Milton Santos), homenageado no evento.

“Sou biógrafo da época em que as famílias se sentiam honradas por terem a vida de seus familiares registrada. Ao citar [o guerrilheiro] Mari-ghella em uma música, Caetano pagou direitos à família por isso?”, questiona o diretor Tendler.

ANEXO 06

Familiars barram **biografia** de Leminski

Quarta edição de livro publicado em 2001 foi contestada por Alice Ruiz, viúva do poeta, e as filhas Aurea e Estrela

Biógrafo de 'O Bandido que Sabia Latim', Toninho Vaz diz que vai entrar na Justiça para questionar proibição

JULIANA GRAGNANI
DE SÃO PAULO

Esgotada nas livrarias, a **biografia** do poeta curitibano Paulo Leminski (1944-1989), de autoria do escritor Toninho Vaz, não poderá ser publicada novamente.

A poeta e viúva de Leminski, Alice Ruiz, e suas filhas, Estrela e Aurea, querem impedir a publicação da quarta edição do livro "Paulo Leminski - O Bandido que Sabia Latim" (ed. Record, 378 págs.). O livro, publicado pela primeira vez em 2001, foi autorizado por Alice. A viúva não teve participação nos direitos autorais da obra.

Para a produção da obra, Vaz afirma ter feito pesquisas durante um ano e realizado 81 entrevistas.

A redação da **biografia**, que seria publicada **desta vez** pela editora Nossa Cultura, de Curitiba, sofreria apenas



O poeta paranaense Paulo Leminski

▶ OUTRO LADO ◀

Autor usou fatos sórdidos, dizem filhas do poeta

DE SÃO PAULO

Para Estrela Ruiz Leminski e sua irmã, Aurea, o escritor Toninho Vaz incluiu fatos sórdidos sobre o suicídio de Pedro Leminski, irmão de Paulo, na quarta edição da **biografia** "Paulo Leminski - O Bandido que Sabia Latim".

"Somos contra a exploração de fatos que nada ajudam a elucidar a importância de Paulo Leminski na cultura brasileira", diz Aurea. "Não é ser chapa-branca, é ser contra imprensa marrom."

"Vejo que estão crucificando o Caetano e esquecendo que o mesmo argumento deveria valer para os dois lados. Deveríamos defender o bom senso tanto do biógrafo, para inserir fatos, quanto das famílias, para garantir que o público tenha acesso a tudo o que for relevante da obra em questão", diz Estrela. (16)

uma modificação nesta edição: um parágrafo com o relato de um morador da pensão onde Pedro, irmão de Leminski, morava. Foi o vizinho de quarto de Pedro quem encontrou seu corpo quando ele se suicidou, em 1986.

As três familiares de Leminski enviaram à editora uma correspondência informando que não autorizavam a publicação da nova edição por causa do enfoque "depre-

ciativo à imagem do retratado e seus familiares". Quando recebeu a carta, a editora cancelou a publicação.

Vaz planejava entrar ontem com uma interpeleção judicial no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, pedindo esclarecimentos à família. Quer saber o que é depreciativo na obra. O autor, segundo afirmou, deverá entrar também com uma ação por danos morais e materiais.

As filhas do poeta afirmam que barraram a publicação por causa do novo trecho. Ontem, no Facebook, Estrela questionou: "Qual é a relevância de detalhes sórdidos do suicídio para uma biografia dele? Que relevância tem para a obra? Ou seria para dar um molho e vender mais?"

"Pedro foi muito importante para a história do Paulo, ensinou o irmão a tocar violão", diz Vaz. "Não é sensa-

cionalismo. A morte do Pedro foi uma tristeza para mim."

"Se quiserem, tiro esse novo trecho. Mas é vil ter que tirar. É censura", afirma Vaz.

O conflito entre as herdeiras e o biógrafo, que era amigo do poeta, é mais um capítulo no debate sobre a publicação de biografias, que esquentou com o apoio de músicos como Caetano Veloso à exigência de autorização prévia para a publicação.

ANEXO 07

Ruy Castro diz que pagaria 'dizimo' para escrever sem censura

DOS ENVIADOS ESPECIAIS A FRANKFURT

"Eles querem o dizimo? Eu pago o dizimo, desde que não venham querer interferir no resultado", disse o escritor e colunista da **Folha** Ruy Castro, ontem, em mesa sobre biografias no pavilhão do Brasil, na Feira de Frankfurt. **Debate** se à proposta, foi

dá é para eles quererem ler antes da publicação e fazer censura prévia", afirmou.

Questionada na última quarta sobre a conversa com os escritores, Marta disse estar "ouvindo todos os lados".

Para Ruy, os artistas do Procure Saber "promovem

uma campanha antidemocrática que pode render frutos porque eles têm poder". "Eles vão ao Congresso e dão autógrafos para deputados, tudo porque Roberto Carlos não quer que ninguém fale sobre a perna mecânica dele."

Ruy argumentou que a pro-

posta afeta não apenas biografados mas também pesquisadores, ensaístas, documentaristas, dramaturgos e outros profissionais.

"Herdeiros sempre aparecem, mesmo aqueles que nunca tiveram nada a ver com o personagem retratado. Se

vou escrever uma **biografia** de Getúlio, aparece um **sobrinho-neto** para embargar. Manuel Bandeira foi famoso por ser solteiro, sem filhos, e daí apareceram sobrinhos querendo proibir tudo. Não tem fim." (RAQUEL COZER E CASSIANO ELEK MACHADO)

Referia-se à proposta, feita pelo grupo Procure Saber, de que os biografados passem a receber porcentagem das vendas de livros que contem suas histórias.

Ruy contou que fez o comentário em café da manhã da delegação brasileira com a ministra Marta Suplicy na última terça, antes da abertura de feira. "Ela disse ter ficado contente por poder ouvir escritores, já que até então só tinha ouvido, repetidamente, como podemos imaginar, o ponto de vista desses artistas que fazem lobby."

Segundo ele, Marta disse estar predisposta a concordar com os argumentos dos escritores, "embora ache que eles [os artistas do Procure Saber] têm razão quando dizem que nós poderíamos pagar uma porcentagem das vendas".

"Se esse for o preço da minha independência, é um caso a se pensar", disse o biógrafo, que só conseguiu publicar sua **biografia** sobre Garrincha **depois de** a editora Companhia das Letras fechar um acordo com os her-

ANEXO 08

ilustrada em cima da hora

Presidente do STF defende biografias não autorizadas

Ministro disse que deu a um amigo livro sobre Roberto Carlos, hoje proibido

Para Joaquim Barbosa, violações contra os biografados devem ser punidas com 'indenização pesada'

LUCAS VETTORAZZO
DO RIO

O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Joaquim Barbosa, se manifestou ontem contra o recolhimento de biografias não autorizadas das prateleiras, mas defendeu indenizações mais pesadas em casos de violações de direitos.

"Não acho razoável a retirada do livro do mercado. O ideal seria a liberdade total, mas cada um que assuma os riscos. Se violou o direito de alguém vai ter que responder financeiramente por isso", disse Barbosa, num debate na Conferência Global de Jornalismo Investigativo, no Rio.

Ele disse, inclusive, ter dado a um amigo uma **biografia** não autorizada do cantor Roberto Carlos — a obra foi retirada de circulação em 2006.

"Se houver alguma viola-

ção, o biografado ou sua família podem pedir indenização. Defendo, inclusive, em um caso como esse, uma indenização pesada. Publique-se e assumam-se os riscos, mas retirem, não", disse Barbosa.

Para casos em que o biografado morreu, o ministro sugere um prazo, "talvez dez

anos" para que sua vida torne-se de domínio público. Corre no Supremo ação movida por editores contra dois artigos do Código Civil que estabelecem autorização prévia de biografados ou herdeiros — o que dá margem à proibição de biografias no país.

Os músicos Caetano Vello-

so, Gilberto Gil e Chico Buarque se dizem a favor da autorização prévia. Já Frejat, Leoni e Ivan Lins anunciaram ontem ser contrários. Ambos os grupos concordam, no entanto, em pleitear o pagamento a biografados ou herdeiros.

LEIA MAIS na pág 83

ANEXO 09

BIOGRAFIAS

Direito à privacidade divide advogados

Argumento de consultor jurídico do cantor Roberto Carlos diferencia artistas de políticos e cidadãos comuns

Representante de editores só faz distinção entre pessoas anônimas e gente ligada a fatos de interesse público

JULIANA GRAGNANI
DE SÃO PAULO

O debate sobre biografias divide advogados em relação ao direito à privacidade — reclamado por músicos e artistas que fazem lobby contra a publicação dessas obras sem prévia autorização.

"A discussão descambou para o lado passional", diz o advogado Antonio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, 56, que presta consultoria jurídica ao cantor Roberto Carlos e frequenta reuniões do grupo Procure Saber (composto por Roberto, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Chico Buarque etc.).

A legislação brasileira exige a anuência prévia para a publicação de biografias, o que dá brechas à proibição da comercialização.

À Folha, Kakay e o advogado Gustavo Binenbojm, representante da Anel (Associação Nacional de Editores de Livros), expuseram seus argumentos sobre a questão.

PRIVACIDADE

Segundo Binenbojm, é impossível haver autorização prévia só para alguns biografados porque a única distinção possível é entre pessoas anônimas, que têm mais direito à privacidade, e envolvidas em fatos de interesse público.

Kakay distingue políticos de artistas e músicos. "O artista só deve abrir mão da intimidade relacionada a sua profissão, diferentemente de um senador ou prefeito", diz. Ele defende que a distinção entre o agente público, o homem público e o cidadão comum seja feita por meio de jurisprudência, sem mudança na legislação. "O julgamento deve ser feito caso a caso."

PAGAMENTO

Binenbojm é contrário à remuneração ao biografado e

seus herdeiros, uma reivindicação dos músicos. "A historiografia social não é propriedade individual de seu protagonista. Quando escreve uma **biografia**, é o autor quem concebe a forma de organizar e criar a obra. Os direitos sobre a obra pertencem a ele."

Kakay defende esse tipo de pagamento, contanto que seja posterior à publicação. "Quem tem sua história comercializada deve ter uma recompensa. Mas quem for questionar uma obra depois na Justiça não pode ter direito a um percentual", diz.

INDENIZAÇÃO

Para Binenbojm, não há nenhuma solução para o dano que uma obra pode causar ao biografado senão o direito de resposta e os processos por danos morais, injúria, calúnia ou difamação. "Qualquer outro remédio é censura", diz. "As indenizações no Brasil são altas. O problema é a Justiça lenta."

Kakay afirma que as indenizações no Brasil são "ridicu-

las". "Há demora na reparação e os valores são ínfimos."

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Na semana passada, o Procurador Sabar apoiou publicamente a exigência de autorização prévia para a publicação de biografias.

A norma é questionada no Supremo Tribunal Federal pela Anel, que a considera inconstitucional. A ministra Carmen Lúcia, relatora dessa ação, disse que fará audiência pública a respeito.

O Procurador Sabar deve entrar no processo como "amicus curiae" (parte interessada). O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a ONG Artigo 19 já atuam na ação por meio do mesmo dispositivo.

Em sua coluna no jornal "O Globo", Caetano defendeu a publicação de biografias não autorizadas de Sarney ou Roberto Marinho, mas pediu reflexão sobre "as delicadezas do sofrimento de Glória Perez [que tirou de circulação um livro escrito pelo assassino de sua filha]".

MEMÓRIA EM DEBATE

Publicação de biografias causa controvérsia entre artistas e autores

O que diz a Constituição Federal

> A expressão da atividade intelectual é livre, independentemente de censura

> A manifestação do pensamento e a informação não sofrerão qualquer restrição

> A intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas são invioláveis

Legislação para biografias não autorizadas pelo mundo

A proteção da intimidade dos personagens retratados varia de país a país, assim como o valor da indenização

- Exemplos de países que têm restrição para a publicação
- Exemplos de países que não têm restrição para a publicação

Reino Unido, França, Rússia, Espanha, Síria, China, Canadá, Estados Unidos



Fonte: Gustavo Binenbojm, advogado da Anel (Associação Nacional dos Editores de Livros)

ANEXO 10

ilustrada em cima da hora

Biógrafo e editor contestam Chico Buarque

Artigo de músico publicado ontem em 'O Globo' em defesa da autorização prévia para biografias causa reações

Autor de livro sobre Roberto Carlos mostra fotos e vídeo de entrevista negada no texto do compositor

DE SÃO PAULO

Paulo César de Araújo, biógrafo do músico Roberto Carlos, e Luiz Schwarz, editor da Companhia das Letras, rebaateram ontem declarações de Chico Buarque sobre a necessidade de autorização de retratados para biografias.

Em artigo ontem no "Globo", o músico disse não ter sido entrevistado por Araújo pa-

ra a **biografia** "Roberto Carlos em **Detalhes**", ao contrário do que o escritor declarara.

O biógrafo disse à **Folha**, no entanto, que entrevistou Chico em 30 de março de 1992, na casa do próprio cantor, na Gávea. "A conversa foi filmada e tenho fotos. Ele esqueceu que deu a entrevista."

A **biografia** feita por Araújo **saiu de circulação** em 2006, a pedido de Roberto.

Em seu artigo, Chico disse ainda achar "justo" os herdeiros de Garrincha terem conseguido uma "alta indenização" da Companhia das Letras pela **biografia** "Estrela Solitária", **escrita** por Ruy Castro. Já Schwarz, no blog da

editora, informou que não houve indenização à família de Garrincha (1933-1983), e sim um "voluntoso acordo, sem nenhuma condenação".

Segundo o editor, a família do jogador reclamou da imagem "supostamente denegrida pelo livro", mas quis parte dos rendimentos da obra. "Pela lei vigente, os herdeiros se transformam em historiadores, editores e, desculpe-me, censores, sim", disse.

A assessoria de imprensa de Chico disse que ele deve se manifestar hoje sobre a contestação de Araújo. Sobre as declarações de Schwarz, disse, por sua assessoria, que elas fazem parte do debate.

O biógrafo Araújo se disse surpreso com o apoio dos músicos à causa de Roberto Carlos: "O que levou o grupo Procure Saber [do qual Chico, Caetano e Gil fazem parte] a apoiar Roberto sobre biografias autorizadas? Talvez seja uma contrapartida ao apoio que Roberto deu à fiscalização do Ecad [entidade arrecadora de direitos autorais]".

No Twitter, a jornalista Hildegard Angel defendeu Chico Buarque. "Num país em que a Justiça é caolha, não dá pra liberar geral as biografias de bandeja pros grupos editoriais argentinos."

» LEIA MAIS na Ilustrada



Chico e Araújo em entrevista realizada em março de 1992

ANEXO 11

Imprensa 'agiu como criança', diz Paula Lavigne na TV

Empresária e ex-mulher de Caetano propõe discussão sobre biografias sem linchamento e 'sem bullying' e ataca Barbara Gancia

DE SÃO PAULO

A empresária Paula Lavigne criticou a imprensa e afirmou não ser contrária a biografias nem censora, mas a favor de "rediscutir as bases", no "Saia Justa", programa do GNT que foi ao ar ontem.

"Não quero discutir, quero aprender. Se a gente não discutir agora pra ficar melhor pra todo mundo, vai ficar pior pra todo mundo", afirmou.

Lavigne foi a convidada da vez no programa apresentado por Astrid Fontenelle, com participação de Barbara Gancia, colunista da **Folha**, e das atrizes Maria Ribeiro e Mônica Martelli.

A conversa foi sobre a polêmica das biografias não autorizadas, deflagrada pela entrada de Chico Buarque, Caetano e Gil no debate.

Lavigne disse que a imprensa "agiu como criança" ao reportar o caso, e pediu



Maria Ribeiro, Barbara Gancia, Mônica Martelli, Paula Lavigne e Astrid Fontenelle

que um debate fosse feito sem linchamento e "bullying".

Lavigne é presidente do Procure Saber, mas disse que não estava representando o grupo. A entidade é formada por Chico, Caetano, Gil, Erasmo Carlos, Roberto Carlos, Djavan e Milton Nascimento.

O Procure Saber defende a autorização prévia para a publicação de biografias e o pa-

gamento ao biografado e seus herdeiros. Já os editores questionam a obrigatoriedade de anuência prévia no Supremo Tribunal Federal.

Ela afirmou que o grupo "não tem lobby em Brasília" e que havia entrado no debate de maneira despreparada, sem assessor de imprensa.

"Particularmente, não pleiteio autorização prévia",

afirmou Lavigne. Ela disse ainda que as biografias poderiam ser "liberadas" depois da morte do biografado.

Além disso, a empresária fez distinção entre políticos e artistas, possíveis biografados. "A vida dele [de um político] é pública, é diferente."

"Acho que não podemos tirar isso [a anuência prévia] sem ver se a lei não é compen-

satória, sem pensar no caso da Glória Perez [que proibiu um livro feito pelo assassino de sua filha]", disse.

Gancia afirmou que Lavigne não poderia "querer regulamentar a palavra".

Durante o programa, Lavigne perguntou a Gancia se ela era "gay assumida", tentando mostrar que as biografias podem invadir a privacidade da pessoa retratada. A jornalista respondeu que sim.

Depois, Gancia disse à **Folha**: "Achava que a pauta da homossexualidade já nem existisse mais".

"Lavigne fez isso para fugir do assunto. Ela não conseguiu me dissuadir, a despeito de todos os desvios e de todos os socos que atirou. Continuo achando que a motivação dela é sórdida. E que a motivação primária dela é o dinheiro", afirmou a jornalista.

No Twitter, Lavigne escreveu: "Finalmente Barbara

Barbara, você é gay assumida, né?

Qual é o nome da sua namorada? Ela não vai se sentir bem vindo eu perguntar isso. Viu na prática como é ruim ter a privacidade invadida?

PAULA LAVIGNE

empresária

Minha companheira não é uma pessoa pública. Ela não trabalha colhendo dinheiro da Rouanet

BARBARA GANCIA

jornalista e colunista da Folha

Gancia entendeu que existe invasão de privacidade..."

Procurada por e-mail e por telefone, Lavigne não respondeu a reportagem.

ANEXO 12

BIOGRAFIAS

Para juristas, lobby de músicos ameaça produção acadêmica

Advogados também apontam falhas na argumentação usada por Caetano e Chico para defender proibição

'Espero que os artistas não queiram censurar a academia, é um efeito colateral danoso', diz professor de direito

JULIANA GRAGNANI
DE SÃO PAULO

A publicação acadêmica pode ser afetada caso o lobby dos músicos consiga manter a exigência de autorização prévia para a publicação de biografias na lei brasileira. O alerta foi feito por juristas e historiadores.

O artigo do Código Civil que é centro do embate entre autores e músicos se refere à "divulgação de escritos", hoje mais aplicado à publicação de biografias. Mas também pode se estender a outras áreas, na visão de especialistas. "Espero que os artistas não queiram censurar a academia, mas a interpretação que defendem pode levar a isso. É um efeito colateral danoso", diz o professor de direito constitucional Joaquim Falcão, da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro.

A instituição representa o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no Supremo Tribunal Federal. A entidade entrou como "amicus curiae" (interessado na causa) no Supremo, integrando uma ação

ra Zimmermann.

O livro, resultado do mestrado da autora, trata da relação do movimento com consolidação da cultura juvenil no Brasil nos anos 1960.

A notificação alegava que a obra trazia "situações que envolvem o notificante e detalhes sobre a trajetória de sua vida e intimidade".

Zimmermann enviou uma contranotificação ao escritório de Roberto, informando que a obra não tratava da intimidade do cantor e que se baseava principalmente em arquivos dos anos 1960.

Na ocasião, a repercussão negativa fez os advogados de Roberto desistirem de impedir a circulação da dissertação de mestrado, que saiu com tiragem de mil exemplares.

“ Isso pode criar dificuldades grandes para os historiadores e prejudicar imensamente a historiografia nacional

ALBERTO DA COSTA E SILVA
historiador e diplomata

O professor Ivar Hartmann, também da FGV-Rio, aponta danos que a lei pode causar para a academia no futuro.

"O problema não é só quando as normas problemam a publicação de uma pesquisa acadêmica, é quando inviabilizam aos pesquisadores terem acesso a fontes, como artigos e biografias que deixaram de ser publicados. Quantos anos nós já perdemos de pesquisa?", questiona.

ARGUMENTOS

Em artigos publicados no jornal "O Globo", Chico Buarque e Caetano Veloso fazem menção à história da novelista Glória Perez, que, em 1995, tirou de circulação um livro sobre o assassinato de sua filha escrito pelo autor do crime. Chico diz que o procedimento foi possível "graças à lei que a associação de editores quer modificar".

Mas o fato se deu antes da existência do Código Civil, lei sancionada pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso em 2002.

"O que o Código Civil fez foi piorar uma situação que já não era boa. A norma potencializa a tradição da justiça brasileira de minar a liberdade de expressão", afirma Hartmann.

Colaborou RAQUEL COZER

proposta por editores que questiona a constitucionalidade da norma vigente.

Caetano, Chico e Gil, além de Roberto Carlos, Milton Nascimento, Djavan e Erasmo Carlos, integram o grupo Procure Saber, que defende a exigência de autorização prévia para a publicação de biografias, além de pagamento ao biografado.

“A ciência precisa da publicação dos seus resultados para serem contestados”, afirma Falcão.

O documento que explica o posicionamento dos historiadores e que foi submetido ao Supremo usa a história de Tiradentes (1746-1792) como exemplo. O historiador Joaquim Norberto de Souza Silva (1820-1891) publicou obra questionando o papel desempenhado pelo “herói” da Inconfidência Mineira. Em seu trabalho, diz que Tiradentes não teria morrido como um patriota, mas como um frade.

“Imagine-se que os descendentes de Tiradentes, invocando o artigo 20 do Código Civil, possam requerer a proibição de todas as obras que não retratem Tiradentes como o ‘protomártir da independência do Brasil’? Tal cenário seria absurdo, e uma afronta à liberdade acadêmica, de ensino e de informação, pois os professores só poderiam retratar o Tiradentes que a família dele escolhesse”, diz o memorial.

“Isso pode criar dificuldades grandes para os historia-

dores e prejudicar imensamente a historiografia nacional”, diz o diplomata e historiador Alberto da Costa e Silva, imortal da Academia Brasileira de Letras. “A formação de documentos contemporâneos fica prejudicada”.

DISSERTAÇÃO

Em abril, os advogados de Roberto Carlos enviaram uma notificação extrajudicial pedindo a interrupção das vendas de “Jovem Guarda: Moda, Música e Juventude” (Estação Letras e Cores), de Maí-

ANEXO 13

Resposta de Caetano é só uma
'desconversa', diz Benjamin Moser

PAULO WERNECK
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

"Uma desconversa": assim o escritor Benjamin Moser, definiu a resposta de Caetano Veloso a sua carta aberta, que a **Folha** publicou em 9/10. Na carta, Moser pediu ao músico que reconsiderasse seu apoio à legislação que restringe a publicação de biografias não autorizadas.

Caetano respondeu em sua coluna no jornal "O Globo", no último domingo, sem se dirigir diretamente a Moser.

"Há um intraduzível verbo brasileiro, 'desconversa'. Foi uma desconversa", disse Moser à **Folha**, por e-mail.

Questionado sobre a frase com que Caetano recusa a pecha de censor ("Censor, eu? Nem mortal"), Moser afirma que os atos contradizem as aparências: "Ninguém sai por aí dizendo que quer restabelecer a Santa Inquisição. Na Feira de Frankfurt, o escritor Bernardo Carvalho falou que todo mundo [no Brasil] está 'contra a corrupção'. É tão fácil. Não significa nada. Com a censura é a mesma coisa."

Segundo ele, a divulgação da campanha do grupo Procure Saber na época da Feira de Frankfurt, "um dos mais importantes símbolos do li-

vre intercâmbio de ideias, justamente no ano em que todos os olhos estavam no Brasil, deu uma impressão de, no mínimo, mau gosto".

Na Alemanha, onde participou de lançamentos de livros de Clarice Lispector e de sua **biografia** da escritora brasileira, Moser diz ter recebido amplo apoio.

"Todos os escritores, jornalistas, editores, professores, artistas e diplomatas ficaram chocados [com a legislação restritiva]. Eu diria a Caetano, Chico e Gil que nem a biografia mais brega é uma ameaça tão séria a seu legado quanto a decepção — o desprezo, até — da intelectualidade."

Moser ainda criticou o artigo de Chico Buarque, publicado ontem no jornal "O Globo": "E o Chico Buarque apoiando a censura pelo bem do país? Ah, é porque uma vez uma citação dele foi inventada ou tirada do contexto [segundo Chico, no livro "Eu Não sou Cachorro Não", de Paulo Cesar de Araujo]."

"E Chico confessa que nem sabe por que a própria editora [Companhia das Letras] teve que pagar uma indenização à família de Garrincha [pela **biografia** escrita por Ruy Castro], mas diz que acha uma boa."

ANEXO 14

ilustrada em cima da hora

Ana de Hollanda se opõe à autorização para **biografia**

Ex-ministra da Cultura tem posição contrária à do irmão Chico Buarque

'Privacidade só pode ser evocada se houver uma ofensa. Se você tem uma vida pública, é difícil querer manter'

CASSIANO ELEK MACHADO
DE SÃO PAULO

A ex-ministra da Cultura Ana de Hollanda, 65, manifestou-se ontem contra a lei em vigência no país que "condiciona a **biografia** ao biografado ou a **seus descendentes**".

"Imagine se para escrever sobre d. Pedro 1º tivéssemos de obter autorização da família imperial e de descendentes

de todos os outros citados", disse à **Folha**.

Hollanda, ela mesma, prescindiu de "autorização de família" para defender isso.

O músico Chico Buarque, seu irmão, havia afirmado em artigo publicado no jornal "O Globo", anteontem, que os artistas têm o direito de "preservar sua vida pessoal".

Ele se aliava, com isso, a Roberto Carlos e ao grupo de músicos Procure Saber na defesa da necessidade de autorização prévia para publicação de biografias.

"Não falei com Chico sobre esse assunto. E também não ouvi meus outros irmãos. Respeito a opinião de Chico,

mas nem sempre concordamos em tudo."

A ex-ministra opina que a defesa absoluta de privacidade caminha em direção contrária à da história.

"Se isso for adiante, não poderemos falar sobre mais nada. Qualquer assunto público sempre vai esbarrar na privacidade", afirma.

Ela diz que essa é sua posição desde os tempos de ministra e que, como filha de um historiador, Sérgio Buarque de Hollanda (1902-1982), preocupa-se especialmente com este tema.

"Defendi essa posição junto a [ex-ministro e ex-deputado] Antonio Palocci quando

estive no governo", disse ela, que foi ministra de janeiro de 2011 a setembro de 2012, quando foi sucedida no ministério por Marta Suplicy.

"Privacidade só pode ser evocada se houver uma ofensa. Se você tem uma vida pública, é difícil querer manter. Não dá para exigir que para falar do suicídio de Getúlio tenha de ter autorização da família", disse.

Afastada da vida pública, Ana de Hollanda, que é cantora, diz que tem se dedicado a compor e a recuperar sua voz, que ficou desgastada nos tempos de ministério.

» LEIA MAIS na Ilustrada

ANEXO 15

Músico pediu que livro de entrevistas suas não saísse

DE SÃO PAULO

Há dois anos, Sérgio Cohn, da Azougue Editorial, tentou reunir em um número da série Encontros, de conversas com personalidades da cultura, dez entrevistas concedidas por Chico Buarque ao longo de sua trajetória.

Mas o músico recuou da ideia, e o projeto foi abortado, como noticiou a **Folha** em 8 de outubro de 2011.

Os contratos estavam firmados, e o trabalho, adiantado, quando o organizador, Eric Nepomuceno, informou ao editor que Chico não que-

ria mais a publicação.

Cohn decidiu seguir com o processo de edição ao ouvir da secretária do compositor, Márcia Leitão, que Chico estava ocupado com o show e que o livro podia ser impresso, pois estava contratado.

Nepomuceno, amigo do artista, porém, se recusou a seguir com o trabalho. Segundo disse à reportagem na ocasião, isso lhe parecia uma imposição “truculenta” contra a vontade do retratado.

Márcia Leitão voltou atrás, invocou a vontade de Chico e pediu que o livro não saísse.

Na época, o assessor de

Chico, Mario Canivello, afirmou que o compositor não queria o livro porque o achava “deprimente”, com entrevistas distantes do contexto histórico — metade delas havia sido concedida durante a ditadura militar.

Cohn viu o que Nepomuceno chamou de “desistência” como “veto dissimulado” e afirmou que esperava de Chico uma autorização explícita, que nunca veio. Desde então, não houve nenhuma mudança no quadro.

“O contrato está vencido e não tenho intenção de retomar o projeto”, disse o editor

ontem à **Folha**, por e-mail.

A maior parte dos livros sobre Chico Buarque à disposição no mercado se concentra na análise de suas canções. Poucos se debruçam sobre a vida do compositor.

O título que mais se aproxima de uma **biografia** é um breve volume **feito pela** jornalista Regina Zappa, autora de outros livros sobre Chico e, com Gilberto Gil, do recente “Gilberto Bem Perto” (Nova Fronteira).

“Chico Buarque”, escrito para a série Perfis do Rio e lançado pela Relume Dumará em 1999, está esgotado.

ANEXO 16

BIOGRAFIAS

Chico pede desculpa por negar que deu entrevista a biógrafo

Compositor acusara Paulo César de Araújo de mentir sobre conversa; autor mostrou fotos do encontro

Direito à privacidade é argumento do músico e da família de Leminski para defender autorização prévia

DE SÃO PAULO

O músico Chico Buarque pediu desculpas ontem por ter negado a informação de que dera entrevista para Paulo César de Araújo, biógrafo de Roberto Carlos. O autor sempre citara Chico como uma das fontes da obra, tirada de circulação por Roberto. “No meio de uma entrevista de quatro horas, 20 anos atrás, uma pergunta sobre Roberto Carlos talvez fosse pouco para me lembrar que contribuí para sua **biografia**. De qualquer modo, **errei e por isto lhe peço desculpas**”, afirmou Chico, em nota enviada por meio de sua assessoria.

Chico havia negado a entrevista em texto publicado no jornal “O Globo” antecorrem. O texto dizia: “Lamento pelo autor, que diz ter pesquisado 15 anos de sua vida em pesquisas e entrevistas com não sei quantas pessoas, inclusive eu. Só que ele nunca

me entrevistou”.

Depois da publicação do artigo de Chico, Araújo afirmou à **Folha** que a entrevista havia de fato ocorrido na tarde de 30 de março de 1992. O biógrafo enviou fotos da conversa com Chico para comprovar sua afirmação.

“A [entrevista] de Chico, como tantas outras, foi filmada e também está registrada em fotos. Ele se esqueceu”, disse Araújo.

Chico fez, no entanto, uma ressalva, argumentando que apenas uma das perguntas foi sobre sua relação com Roberto Carlos: “Pelo que ele diz, foi uma entrevista de quatro horas onde falamos sobre censura, interrogatórios, diversas fases e canções da minha carreira. Ainda segundo ele, uma das suas perguntas foi sobre a minha relação com Roberto Carlos nos anos 60”.

PRIVACIDADE

O artigo escrito por Chico contestava a veracidade de fatos publicados em biografias no Brasil. “Pensei que o Roberto Carlos tivesse o direito de preservar sua vida pessoal. Parece que não”, escreveu.

Chico faz parte do grupo Procure Saber, que defende o

pedido de autorização prévia para a publicação de obras do tipo, além de pagamento ao biografado.

O respeito à privacidade também é o argumento usado pelas filhas do poeta Paulo Leminski e sua ex-mulher, Alice Ruiz. Em nota enviada ontem à imprensa, os familiares do autor paranaense deram justificativas para a proibição de duas obras sobre a vida de Leminski.

A reedição do livro “Paulo Leminski - O Bandido que Sabia Latir” (ed. Record, 378 págs.), de Toninho Vaz, e a nova obra “Passeando por Paulo Leminski”, de Domingos Pellegrini, foram barradas, segundo a família do poeta, “pela ausência de autorização expressa aos escritores para inclusão de imagens e poemas de Paulo Leminski, direitos pertencentes às herdeiras, garantidos pela Lei de Direitos Autorais”.

As herdeiras de Leminski dizem não haver autorizado a publicação em razão da inclusão de trechos nas biografias que “violam a intimidade e honra do poeta, bem como da própria família, direitos personalíssimos assegurados constitucionalmente”.

ANEXO 17

BIOGRAFIAS

Sem autorização, livro sobre Caetano acabou engavetado

Projeto realizado entre 1997 e 2004 chegou a ter aval do cantor, que desistiu

Autores da pesquisa afirmam ter feito mais de cem entrevistas; foco era na infância e juventude do músico

JULIANA GRAGNANI
DE SÃO PAULO
MARCO AURÉLIO CANÔNICO
DO RIO
RAQUEL COZER
COLUNISTA DA FOLHA

Muito antes de entrar no debate sobre biografias não autorizadas, Caetano Veloso já havia barrado uma pesquisa de sete anos sobre sua vida feita com seu conhecimento e a princípio com seu aval.

O caso ocorreu em 2004. Antes da desistência, a editora que publicaria a obra, Objetiva, elaborou um contrato com cláusulas exigidas pelo escritório que representa o músico. Uma era a participação nas vendas, reivindicação do grupo Procure Saber, que Caetano integra hoje.

O trabalho foi realizado de 1997 a 2004 pelo compositor e poeta Carlos Eduardo Drummond, 42, e pelo funcionário público Marcio Nolasco, 44, cuja mãe é próxima de Rodrigo Veloso, irmão de Caetano.

Com a pesquisa avançada, a dupla contactou a Objetiva, que lhes pediu aval do biografado. Em 2001, levaram carta que teria sido escrita pelo cantor. "Como não se trata de **biografia** encomendada

ou combinada de antemão, tenho ciência apenas de que os dois rapazes vêm entrevistando as pessoas [...] nos termos adequados", diz o texto.

A situação madou em 2004, quando a editora buscou a autorização do escritório que representa Caetano, então comandado por Conceição Lopes e Paula Lavigne, ex-empíer e empresária do cantor.

Além da participação nos direitos autorais da obra, o escritório exigiu a retirada de cláusula que permitia a adaptação do livro ao cinema. Editora e autores aceitaram. Pelo contrato, Caetano levaria 5% dos direitos autorais. Cada autor ficaria com 2,5%, metade do estipulado a princípio. Outros 2,5% iriam para a jornalista Ana Maria Bahiana, que faria a redação final. Ela só confirma ter sido chamada para o projeto.

Em 2004, com o contrato prestes a ser assinado, Drummond recebeu uma ligação de Isa Pessoa, então diretora editorial da Objetiva, avisando que Caetano desistira do projeto. Não se soube a razão.

A editora, então, renunciou à publicação. Para Roberto Feith, sócio da Objetiva, ela tornara-se "invisível".

"A chance de um processo seria alta", diz. Um ano antes, entrara em vigor o Código Civil, com os artigos que exigem a autorização do retratado ou dos herdeiros para biografias.

SEM FOCOS

"Não era uma **biografia** chapa-branca, mas **também** não era de focos. Era minuciosa", diz Drummond. Ele e Nolasco dizem ter feito 103 entrevistas e viajado com recursos próprios. Depois, receberam R\$ 20 mil de adiantamento da editora, valor que a casa não pediu de volta.

Das pessoas próximas a Caetano, Paula foi a única que não falou com os autores. "Não havia histórias que desgrissem a imagem deles, não queríamos motivos para bloqueios", diz Nolasco.

A dupla diz que Caetano corrigiu "detalhes" e comentou o estilo do texto. "A postura dele era de que a obra era nossa", diz Drummond. A editora, porém, quis convidar um escritor "mais qualificado", segundo Feith, para "dar forma à pesquisa". "O trabalho era admirável, mas o texto não era bom", diz.

Antes de aceitar Ana Maria Bahiana, Caetano, segundo

os autores, sugeriu o nome do poeta Eucanaã Ferraz, seu amigo, que recusou. "Disse ao Caetano que a publicação não valia a pena, não pela pesquisa, mas pela qualidade do texto", afirma Ferraz.

Conceição Lopes diz não se lembrar da história. A **Folha** enviou e-mails a Paula Lavigne, Caetano e à assessora do cantor, sem resposta até o início da tarde de ontem. Por telefone, a assessora disse estar ciente das questões.

Na casa de Drummond, na zona norte do Rio, a **Folha** viu e-mails da editora, a minuta do contrato e a carta creditada a Caetano. "Documentos [...] a que tiveram acesso me surpreenderam e emocionaram. Isso anima-me a encorajar a continuação da pesquisa", teria escrito ele.

O material que sensibilizou o baiano, dizem os autores, incluía cartas, fotos e um caderno com desenhos de 1961 e 1962, em que ilustrou rostos femininos, como o de Maysa.

"Engavetamos um livro que lançaria luz sobre os primeiros anos de Caetano. Falamos com gente que não está mais viva, como dona Canô [mãe do cantor]. Se fizerem outra **biografia**, essa parte da história **terá sido perdida**", afirma Drummond.

Ele nunca mais ofereceu o projeto a ninguém. "As editoras não bancariam uma disputa em favor de dois desconhecidos. Era uma briga desproporcional."

“As editoras não bancariam uma disputa em favor de dois escritores desconhecidos. Era uma briga desproporcional”

CARLOS EDUARDO DRUMMOND (autor da **Biografia** de Caetano Veloso)

ANEXO 18

Projeto que elimina autorização deve avançar na Câmara

Presidente da Casa defende retomada da discussão da proposta, parada desde abril

MÁRCIO FALCÃO
DE BRASÍLIA

O presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), defendeu ontem que a Casa retome a discussão do projeto de lei que libera a divulgação de filmes ou publicação de livros biográficos sem autorização da pessoa retratada ou de sua família.

Desde abril, a proposta está parada na Câmara. Na época, o texto foi aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Constituição e Justiça e seguiria para o Senado, mas um recurso do deputado Marcos Rogério (PDT-RO), com apoio de mais de 70 congressistas, levou a discussão para o plenário da Câmara.

Eduardo Alves disse que Newton Lima (PT-SP), autor do projeto, indicou que deve fazer um apelo na reunião de líderes na terça-feira. Segundo o peemedebista, se houver consenso, o texto pode ser analisado com urgência.

O deputado afirmou à Fo-

lha que o plenário é o campo apropriado para a discussão. “O tema ganhou uma importância nacional nos últimos dias, e a Casa precisa estar atenta a essa questão.”

O debate foi reacceso após Chico Buarque e Caetano Veloso, do grupo Procure Saber, —integrado também por Roberto Carlos, Milton Nascimento, Djavan, Gilberto Gil, Erasmo Carlos e a empresária Paula Lavigne—, terem saído em defesa da necessidade de autorização prévia.

O presidente da Câmara diz não ter posição definida, mas que é preciso encontrar equilíbrio entre liberdade de expressão e privacidade.

A proposta que pode ser analisada pela Câmara pretende alterar os artigos 20 e 21 do Código Civil. Corre também no Supremo Tribunal Federal uma Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade), proposta por editores de livros, que contesta os artigos. O argumento é que a restrição fere o princípio da liberdade de expressão.

ANEXO 19

BIOGRAFIAS

Informação é prioridade, dizem juristas

Advocacia-Geral da União e Ministério Público divergem sobre necessidade de autorização prévia de biografados

Para AGU, liberdade de expressão não se sobrepõe a privacidade; parecer da Procuradoria afirma o contrário

FREDERICO VASCONCELOS
DE SÃO PAULO

Os historiadores deveriam pedir autorização aos descendentes de dom Pedro I para narrar as relações do imperador com suas amantes? Esta é a questão central da ação que os editores de livros movem no Supremo Tribunal Fe-

deral contra a proibição de biografias não autorizadas. Ninguém teve a intimidade mais devassada que Pedro I, diz Gustavo Tepedino, professor de direito civil, em parecer que a Associação Nacional dos Editores de Livros (Anel) enviou ao STF.

Essa espécie de “censura privada” atinge as editoras com ações de indenização e a proibição de biografias.

“Felizmente, no mundo inteiro, a biografia autorizada é uma exceção, não a regra”, sustentou a escritora Rachel de Queiroz (1910-2003) em parecer anexado, em 1996, à ação

movida pelas herdeiras de Garrincha contra a editora Companhia das Letras.

Ao julgar o caso de “Estrela Solitária”, de Ruy Castro, o desembargador João Webbi Dib lembrou que historiadores e biógrafos não omitiram, entre outros casos, o alcoolismo de Vinicius de Moraes e João Saldanha.

O voto de Dib é mencionado pelo advogado Manuel Alceu Afonso Ferreira no livro “Propriedade Intelectual”. Segundo o jurista, o biógrafo “não apenas pode, como necessita e até deve” adentrar as intimidades do biografado.

Exatamente por isso “as biografias fascinam”, diz.

“É inconcebível a limitação da liberdade de expressão, que resultaria na proibição das biografias. Não há argumento aceitável”, diz o advogado José Paulo Cavalcanti Filho, membro da Comissão Nacional da Verdade.

O ministro Celso de Mello, do STF, entende que os abusos no exercício dessa liberdade expõem os autores a sanções jurídicas — mas sempre após publicação da obra.

A presidente Dilma Rousseff juntou à ação da Anel, em agosto de 2012, informações

da Advocacia-Geral da União, para quem “a divulgação de biografias deve ser consentida, pois, nos termos da Constituição, a vida privada é inviolável”. O ato, uma formalidade no processo, não pode ser entendido, no entanto, como opinião pessoal de Dilma sobre o tema.

“Nenhum direito à liberdade de expressão será superior ou superior aos direitos personalíssimos”, dentre os quais a honra, o bom nome e a reputação, sustenta a AGU.

José Sarney, então presidente do Senado, também em agosto de 2012, encaminhou

parecer da advocacia da Casa, afirmando que não procede a alegação da Anel de que há proibição no Brasil de biografias não autorizadas.

Em junho, Deborah Duprat, na época como procuradora-geral da República, deu parecer considerando procedente o pedido da Anel para “afastar do ordenamento jurídico brasileiro a necessidade de consentimento da pessoa biografada” ou de familiares. Para ela, a liberdade de expressão e o direito à informação são prioridade sobre o direito à intimidade de personalidades públicas.

ANEXO 20

a história NÃO AUTORIZADA de Guimarães Rosa

RAQUEL COZER
COLUNISTA DA FOLHA

Um João Guimarães Rosa (1908-1967) que ajudou a salvar judeus na Alemanha e foi investigado pelos nazistas na Segunda Guerra, antes de se firmar como escritor, é o centro de "Outro Sertão", longa exibido hoje na Mostra de Cinema de São Paulo.

A faceta menos conhecida do autor de "Grande Sertão: Veredas" (1956) vem à tona com o documentário de estreia de Adriana Jacobsen e Soraila Vilela. O filme, premiado no Festival de Cinema de Brasília, ilustra um viés menos lembrado no debate sobre a autorização para biografias: o de casos envolvendo obras cinematográficas.

A pesquisa para o filme começou em 2003, com o aval das filhas de Rosa. Em 2011, esse braço da família pediu, dizem as diretoras, R\$ 60 mil para autorizar a veiculação.

"Tivemos contraproposta de R\$ 30 mil ou R\$ 40 mil. Fomos então informadas de que queriam R\$ 300 mil e, depois, que não queriam mais a veiculação", diz Jacobsen.

Antes da exibição em Brasília, a dupla pediu às herdeiras uma reavaliação da decisão. Receberam um telegrama do advogado informando que as filhas não autorizavam a veiculação por questões de "foco íntimo". As herdeiras negam ter sido contactadas nessa ocasião (leia ao lado).

Outra parte da família, representada pelo advogado Eduardo Tess Filho, neto da segunda mulher de Guimarães Rosa, apoiou o projeto.

O filme teve patrocínio da Petrobras e dos bancos BNDES e BDMG, totalizando cerca de R\$ 1 milhão. "Considerando os dez anos de trabalho, tivemos um honorário básico de diretor", diz Vilela.

Sem notificação judicial, a dupla manteve as exibições. "Não podemos pôr em circuito comercial sem autorização, mas podemos exibir em festivais", diz Adriana. Depois da Mostra, o filme deve ser apresentado em evento da USP e na Feira do Livro de Porto Alegre, em novembro.

CADERNETAS

A base do documentário são duas cadernetas com

CADERNETAS

A base do documentário são duas cadernetas com anotações de Guimarães Rosa no período em que foi consul-adjunto em Hamburgo, na Alemanha, de 1938 a 1942.

Uma cópia delas está na Universidade Federal de Minas Gerais. Foi com a autorização das filhas do autor, dez anos atrás, que as diretoras tiveram acesso ao texto.

Inéditas em livro, as cadernetas estão no centro de uma disputa familiar. Em Hamburgo, o autor se apaixonou por Aracy Mosélias de Carvalho (1908-2011), que trabalhava com ele no consulado e se tornaria sua segunda mulher.

Segundo o neto Eduardo Tess Filho, as referências a Aracy nas cadernetas incomodam as filhas do primeiro casamento do escritor.

"Ele ficou menos de dez anos com Lygia e quase 30 com Aracy, mas elas querem apagar isso da história", diz.

O filme tem ainda como fontes cartas, crônicas e documentos inéditos. Quase não aborda a vida pessoal do escritor, embora Aracy não pudesse ficar de fora, já que trabalhou com o então diplomata para conseguir vistos para judeus no Brasil.

Segundo um relatório, de 6 de julho de 1940, Guimarães Rosa fez desenhos na margem de um jornal representando a cabeça do Führer e uma forca. Teria comentado que aquela era a forma onde Hitler seria pendurado.

As autoridades alemãs pediram ao embaixador brasileiro em Berlim, Cyro de Freitas Vale, que repreendesse Guimarães Rosa. No diário do dia posterior a esse relatório, o escritor diz: "Vou a Berlim".

Outro documento é uma entrevista à TV alemã, de 1962, nunca veiculada, em que o autor cita a origem germânica de seu sobrenome.

As diretoras querem publicar o material excedente em site. Esperam, antes de outras iniciativas, o aval das herdeiras ou mudanças na lei, em discussão no Congresso e no Supremo Tribunal Federal.

OUTRO SERTÃO

Quando hoje, às 17h40

Onde Espaço Itaú - Frei Caneca 4

Quanto R\$ 15

Classificação 10 anos

Leia mais na pág. 14



Filme exibido na Mostra de SP sem permissão das herdeiras mostra a atuação do autor como diplomata na Segunda Guerra

OUTRO LADO

Herdeiras dizem que advogado vai procurar diretoras

DA COLUNISTA DA FOLHA

As filhas de Guimarães Rosa negaram à **Folha** terem sido contactadas por Adriana Jacobsen e Soraila Vilela, diretoras de "Outro Sertão", antes da primeira exibição do filme, no Festival de Cinema de Brasília, em setembro.

"Conheci essas moças anos atrás, em Berlim, quando fui fazer uma conferência sobre meu pai. Elas disseram que iam me mostrar [o material]. Depois, não tive mais contato", disse Vilma Guimarães Rosa, 82, autora das memórias "Relembrações: João Guimarães Rosa, Meu Pai" (Nova Fronteira).

Agnes, 80, disse que viu o filme "há muito tempo". "Do que vi, eu gostei." Disse, no entanto, que seu advogado "estraniu em contato com elas. Porque não foi autorizado."

Sobre detalhes das conversas com as diretoras, elas pediram à **Folha** que entrasse em contato com o advogado Roberto Hajibouti. Por e-mail, ele se dispôs a falar com a reportagem, mas, em viagem a Londres, não foi localizado até a conclusão desta edição.

Vilma diz não ter restrição à publicação dos diários, res-

até a conclusão desta edição.

Vilma diz não ter restrição à publicação dos diários, restrição essa que estaria ligada a menções a Aracy, a segunda mulher de seu pai. "É fofoca", disse, e acrescentou: "Eu pretendo publicar [as cadernetas] um dia. Não tenho interesse em prender as coisas de papai".

Ela disse ainda ser pelo "meio termo" no debate sobre autorização de biografias. "Se quiser fazer biografia, vá à família, converse, faça algo bonito, divulgue se valer ser divulgado. Sota contra intromissão na intimidade."

O IMPERDÍVEL DE HOJE NA MOSTRA

"Contos Festivos"

(14, 2013), de Jafar

Pahani e Kamuzia Partovi

O novo filme do iraniano

ברזיל
BRAZIL
BRASIL

ברזיל
BRAZIL
BRASIL

DE CARVALHO-GUIMARÃES-ROSA
ARACY

reproduzido



Acima, Guimarães Rosa em Hamburgo, em 1941; à esq., Ellen Kazaschinsky relembra, no filme, ajuda prestada pelo diplomata a sua família, que graças a ele pôde deixar a Alemanha; abaixo, a assinatura do escritor como consul-adjunto e ele em companhia de Aracy em 1957; placa em homenagem a Aracy no Museu do Holocausto de Jerusalém

ANEXO 21

Roberto se diz a favor de **biografia** não autorizada

Ao 'Fantástico', cantor defendeu 'ajustes' à lei vigente, sem informar quais

Músico desconversou quando questionado sobre sua proposta para o tema e disse que escreverá autobiografia

DE SÃO PAULO

O cantor Roberto Carlos disse que é a favor da publicação de biografias sem autorização prévia, desde que haja "certos ajustes" à legislação vigente. A afirmação foi feita no programa "Fantástico", em entrevista à apresentadora Renata Vasconcellos exibida ontem à noite.

Sem especificar que mudanças defende, o cantor afirmou também ser favorável ao

projeto de lei sobre biografias que tramita no Congresso. Se aprovada, a proposta modificará a legislação atual, permitindo que obras sejam publicadas sem anuência do biografado ou de herdeiros.

Questionado sobre o que propõe quanto à publicação de biografias, o cantor foi evasivo e disse ser preciso "conversar" e "discutir" para "chegar a um equilíbrio". E defendeu a aplicação de regras "que não prejudiquem nem o biografado nem o biógrafo".

Em 2007, Roberto Carlos tirou de circulação a **biografia** "Roberto Carlos em Detalhes", escrita pelo jornalista Paulo César de Araújo.

A entrevistadora perguntou se ele hoje liberaria o livro, ou-

vindo como resposta que "isso tem que ser discutido". "O biógrafo faz um trabalho e narra aquela história que não é dele. Quando ele escreve, ele passa a ser dono dessa história. Isso não é certo."

Para o músico, a possibilidade de recorrer à Justiça depois da publicação da obra é "um pouco tardia". "Todo mundo já viu pela internet, alguns já compraram os livros. Isso não funciona."

O músico negou que seu posicionamento seja relacionado ao acidente que lhe fez perder parte da perna direita, história contada na **biografia** escrita por César de Araújo.

"Pessoas têm dito que sou contra [a publicação de biografias sem autorização pré-

via] por causa do meu acidente, não é isso, não", disse.

Na entrevista, Roberto Carlos anunciou que está escrevendo uma autobiografia abordando o que acha ter "realmente sentido" em relação àquilo que viveu. "Ninguém poderá contar do meu acidente melhor que eu."

Roberto Carlos é um dos fundadores do Procure Saber, grupo que reúne também Chico Buarque, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Milton Nascimento, Erasmo Carlos e Djavan.

O grupo é favorável à necessidade de autorização prévia para biografias e diz que pretende entrar como parte interessada na ação que questiona a legislação vigente no Supremo Tribunal Federal.

ANEXO 22

QUANDO DIREITOS BRIGAM ENTRE SI

DISPUTA Compatibilizar o acesso à informação e a garantia à privacidade é questão polêmica até hoje

CHICO DIASIO
chico@oglobo.com.br

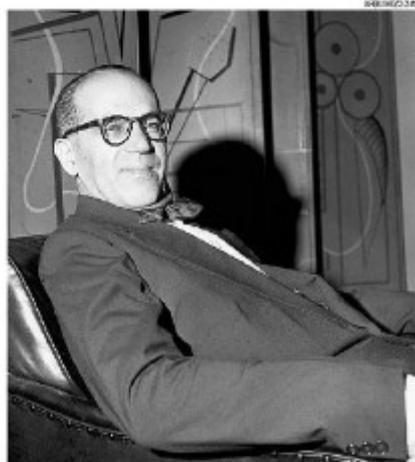
Ruído de sirenes, tiros disparados na madrugada, explosões de bombas e judeus obrigados a usar a estrela amarela. Os primeiros horrores da guerra estão descritos, entre recortes de jornais, poesias e listas de temperos culinários, nas mais de 200 páginas do diário que Guimarães Rosa, cônsul adjunto do Brasil em Hamburgo, começou a escrever em 1938, quando servia na cidade portuária alemã. Fundamentais para entender a gênese literária de um dos maiores escritores brasileiros, os "diários de guerra" de Rosa permanecem inéditos há 75 anos. Uma desavença entre herdeiros os impede de chegar aos leitores.

Publicá-los em nome do interesse público, como sonham editores e pesquisadores, ou mantê-los guardados, em respeito ao desejo de parte da família, é um problema que a Constituição de 1988 foi incapaz de resolver. Os diários de Rosa e outras obras artísticas estão no centro da arena onde dois princípios constitucionais, ambos abrigados no Artigo 5º, medem forças há 25 anos. Se a Constituição assegura "a todos o acesso à informação", resguardado o sigilo da fonte quando necessário ao exercício profissional, também garante que são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas.

Para sair dessa enrascada, evitando que um princípio aniquile o outro, os operadores do Direito — magistrados, promotores e outras autoridades envolvidas no assunto — estão recorrendo a um terceiro princípio, que não aparece em artigo algum da Constituição: o da ponderação. Na queda de braço, vence a controvérsia o lado

que demonstrar as bases jurídicas de valor mais elevado. Assim, é legítima a vontade de preservar a intimidade de Rosa, expressa pela família. Porém, é legítimo o desejo dos servidores públicos de manter em sigilo o valor dos seus salários, já que o seu patão é a pátria sociedade brasileira.

— Princípios não são como regras, nas quais está claro o



Verão. Herdeiros impedem a publicação do diário de Guimarães Rosa

que pode e o que não pode. Portanto, é comum que entrem em choque. No caso dos salários, nem sequer reconheço que houve choque entre privacidade e informação. Os vencimentos foram definidos em lei. Os parlamentares decidiram quanto vale aquele trabalho. Não há razão para o sigilo — explica o ministro Jorge Hage, chefe da Controladoria Geral da União (CGU).

LEI DAS BIOGRAFIAS EM QUESTÃO

Mas as biografias não carecem apenas do diário de Rosa. Na represa do direito à privacidade, flutuam histórias inéditas de Roberto Carlos, Raul Seixas, Cecília Meireles e outras personalidades, cuja imagem é também protegida pela Lei das Biografias, que dá ao biografado ou a seus herdeiros o poder de vetar um livro sobre sua vi-

da. Duas ofensivas, no Supremo Tribunal Federal (STF) e no Congresso, tentam agora abrir essas comportas, modificando o caráter restritivo da lei.

— Quando a pessoa é privada, ela tem mais proteção do que uma pessoa pública — explica o desembargador aposentado Luis Gustavo Grandinetti.

Outro round importante, no conflito entre os dois direitos, é

travado no âmbito do Código Civil. Sob a alegação de proteger a imagem, autoridades públicas têm recorrido ao Judiciário para barrar reportagens de conteúdo supostamente ofensivo. Foi o caso do presidente de um tribunal de Justiça brasileiro, que obteve liminar proibindo que a imprensa de seu estado divulgasse informações a respeito de uma investigação em andamento sobre a sua conduta.

— A imprensa tem a tendência de tratar os casos de restrição judicial ao direito à informação como se fossem iguais. Mas há diferenças entre eles. No caso, por exemplo, de interceptação telefônica autorizada, a Justiça não pode autorizar que o conteúdo seja publicizado. A lei proíbe. Não se trata de censura prévia — disse Grandinetti. ■

Artigo 5º

Prevê o acesso à informação, resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional. E diz que são invioláveis a intimidade, a honra e a vida privada.

ANEXO 23

Quatro países sem restrição prévia

Contexto

Estados Unidos, França, Espanha e Reino Unido recorrem à Justiça para dirimir possíveis polêmicas sobre biografias

Em países como Estados Unidos, França, Reino Unido e Espanha, não há restrição prévia à publicação de biografias não autorizadas. Os americanos são muito objetivos nesse sentido — e chegam a se gabar disso. Repetem que a liberdade de expressão está garantida pela Primeira Emenda à Constituição e que, por isso, não pode ser violada. Caso o biografado se sinta atingido pela obra em circulação, pode recorrer à Justiça.

A legislação francesa também tira do escritor ou do editor a necessidade de ter uma autorização prévia de seu biografado ou de seus herdeiros para publicar um livro. Na França, os autores e editores devem, no entanto, respeitar as exigências da lei no que tange à difamação ou à violação da vida privada. Para dirimir possíveis

livro. Determinou apenas que em cada exemplar fosse inserido um pequeno encarte dizendo que a obra atentava contra a vida privada do ex-chefe do FMI e condenou a editora do livro a pagar € 50 mil a Strauss-Kahn por danos e prejuízos.

No Reino Unido, também não há restrição à publicação de biografias não autorizadas, desde que fique bem clara sua condição, informa o advogado especializado em direitos autorais Bernard Nyman. Portanto, é dever do autor e da editora deixarem em destaque a informação de que aquela obra não é a versão oficial autorizada pelo objeto do livro. Isso já bastaria.

Na Espanha, o direito de expressar e difundir opiniões, ideias e pensamentos está protegido pelo artigo 20 da Constituição, que também não admite censura prévia. Mas isso não significa que não haja limites. As biografias não autorizadas são permitidas por lá e, de fato, existem, mas o autor, ao mesmo tempo que está livre para publicar seu livro, deve estar preparado para arcar com as consequências caso o biografado considere que ele passou

questionamentos surgidos nesse sentido, o caminho é recorrer à Justiça — sempre após a edição da obra. Neste ano, vale lembrar, por exemplo, que o ex-diretor geral do Fundo Monetário Internacional (FMI) Dominique Strauss-Kahn solicitou por meio de uma ação judicial a interdição do livro em que Marcela Lacub evocou, em forma de romance, a polêmica relação que eles tiveram. A Justiça francesa, no entanto, não interditou o

dos limites. A questão é que este mesmo artigo constitucional deixa claro qual é a fronteira a ser respeitada: a da honra, a da intimidade e a do direito à própria imagem. Na Espanha, a decisão de retirar biografias já publicadas das estantes das livrarias só compete, no entanto, a um juiz. ■

Com reportagens de André Miranda, Fernando Eichenberg, Priscila Guillayn e Vivian Oswald.

ANEXO 24

Polêmica das biografias

‘DEBATE QUENTE’

CHEGA A FRANKFURT

O autor Laurentino Gomes diz que o Brasil corre o risco de virar ‘paraíso chapa-branca’ caso haja veto prévio aos livros do gênero, e a ministra Marta Suplicy afirma em entrevista coletiva que sua posição é a de ‘escutar todos os interessados’

GRAÇA MAGALHÃES-ROETHER E
GUILHERME FREITAS
Enviados especiais a Frankfurt
segundocaderno@oglobo.com.br

Autor de best-sellers centrados na vida de personagens históricos, como “1808”, “1822” e “1889”, o jornalista Laurentino Gomes fez uma defesa contundente das biografias não autorizadas ontem, em uma apresentação no estande brasileiro da Feira de Frankfurt. Ele afirmou que o Brasil corre o risco de virar um “paraíso da biografia chapa-branca” caso continue a vigorar o artigo 20 do Código Civil, que permite a proibição de biografias “toda vez que os biografados ou seus familiares decidirem recorrer à Justiça, às vezes sem sequer entrar no mérito do conteúdo da obra”, disse o jornalista.

Gomes criticou a postura de músicos que defendem o direito de veto a biografias alegando proteção da privacidade, como Roberto Carlos e os integrantes da organização Procore Saber, que

reúne Caetano Veloso, Gilberto Gil, Djavan e Chico Buarque, entre outros. Ele disse que “causa estranheza” ver estes artistas “cerrando fileiras com deputados da bancada evangélica para impedir a mudança da lei”. E criticou declarações recentes feitas ao jornal “Folha de S.Paulo” pela produtora Paula Lavigne, porta-voz do Procore Saber: — Paula Lavigne diz que os artistas só “querem a verdade”. Esse é um argumento perigoso, usado pelo regime militar. É difícil entender como artistas que foram censurados pela ditadura se arrogam o direito de censurar o trabalho de biógrafos — disse o jornalista depois de sua apresentação.

Gomes afirmou que artistas, políticos e empresários são figuras públicas, “vivem disso e gostam de ser reconhecidos pelo público quando isso contribui para o próprio sucesso”, e portanto não podem “se escudar na desculpa de proteção à privacidade para fugir do escrutínio de suas atividades em nome do interesse público”.

“

Deixem que jornalistas, escritores e biógrafos trabalhem. Se mentirem, que sejam punidos”

Laurentino Gomes
Jornalista e escritor

— Nós, jornalistas, escritores e biógrafos, entendemos que toda pessoa tem direito à proteção legal de sua imagem contra difamações, calúnias ou injúrias. Isso, no entanto, não autoriza ninguém a impedir a circulação de um livro ou de uma reportagem. Deixem que jornalistas, escritores e biógrafos trabalhem. Se eles mentirem ou cometerem injustiças, que sejam punidos de acordo com a lei. Mas sem censura!

Em entrevista coletiva realizada também ontem, a ministra da Cultura, Marta Suplicy, afirmou que a discussão sobre o projeto de lei do deputado Newton Lima (PT-SP), que permite biografias não autorizadas, vai ser “um debate quente”. Anteontem, durante um encontro com a delegação de 70 escritores brasileiros em Frankfurt, Marta pediu a opinião deles sobre a lei e ouviu uma defesa enfática da mudança.

— Minha posição é a de escutar todos os interessados. Esse é um debate da sociedade — disse Marta. ●

ANEXO 25

Fila de temas deixa projeto paralisado no Congresso

Contexto

Projeto de lei aguarda votação na Câmara, e STF é alvo de lobby

CRISTINA TARDAGUILA
 cris.tardaguila@oglobo.com.br

A pesar de ser o assunto mais comentado pela classe artística, o debate sobre as biografias não autorizadas ainda não encontrou eco no Congresso. Desde abril, quando foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei 393, de 2011, de autoria de Newton Lima (PT-SP), aguarda para ser levado a plenário. O projeto propõe alterações no artigo 20 do Código Civil, de 2002, dispensando a necessidade de autorização do biografado ou herdeiros para a publicação de uma obra comercial.

Hoje, o artigo 20 define que a "exposição ou utilização da imagem" de alguém podem ser proibidas "se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais".

— Este debate está mais fora do que dentro do Congresso. É um assunto que não entrou em pauta porque não está premente para avaliação — diz a deputada federal Luciana dos Santos (PCdoB-PE), presidente da Frente Parlamentar de Cultura. — Na nossa agenda há uma infinidade de temas, como direito autoral, PEC da Música e Pro-

cultura, que são prioridades.

Último relator do Projeto de Lei 393, o deputado federal Alessandro Molon (PT-RJ) corrobora o descompasso entre o pleito dos artistas e a pauta do Congresso:

— De fato o projeto de lei está paralisado. Há uma fila grande de temas na frente e ele caiu numa espécie de limbo. Aqui, em Brasília, isso nem tem sido discutido.

Enquanto o Congresso não se mobiliza, está em análise no Supremo Tribunal Federal (STF) uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, movida em 2012 pela Associação Nacional dos Editores de Livros (Anel). Nela, o grupo pede que a Justiça acabe com a necessidade de autorização dos biografados para a publicação de biografias. A ação está sob responsabilidade da ministra Cármen Lúcia. Fontes do Judiciário garantem que artistas e editores têm visitado Brasília, tentando influenciar a decisão do STF e acreditando que o tribunal se posicionará antes do Congresso. ●

ANEXO 26

O outro lado da moeda CENSURA NA MIRA

Artistas reagem à proposta do grupo Procure Saber e defendem a liberdade de expressão como elemento central do debate em torno da polêmica das biografias

Carlos Alauz@caque
carlos.alauz@globo.com.br
Luizando Luz@luz
luizandoluz@globo.com.br

Imoralidade, censura, ganância e até "falta do que fazer" — a defesa da proibição de biografias não autorizadas (encabeçada pelo grupo Procure Saber, que reúne nomes como Roberto Carlos, Caetano Veloso, Chico Buarque, Djavan, Milton Nascimento e Paula Lavigne) tem sido criticada por representantes da classe artística. O compositor Alceu Valença escreveu um texto, em sua página no Facebook, em que defende a liberdade de expressão como valor "que deveria estar na frente de qualquer questão". Antonio Cicero, Aldir Blanc e Nana Caymmi também se colocam a favor de que biografias não autorizadas sejam produzidas livremente.

— Isso é um absurdo — ataca Nana Caymmi. — Sempre fui a favor da liberdade, desde o episódio da biografia de Garrincha, do Roberto Carlos. Se você quer ser artista, sua vida se torna pública. Proibir biografias é falta do que fazer, vem da invenção da máquina de lavar. (*Oscaristas que não comam biografias não autorizadas*) Estão todos velhos, deveriam se sentir honrados por ter gente interessada na vida delas. É uma ignorância proibir quando nossa juventude precisa conhecer seus ídolos. Não tem porque esconder nada, a não ser que estejam envolvidos com tráfico de drogas, de mulheres, de órgãos, de crianças, e a gente não saiba.

Nana é crítica também com relação à sugestão de que artistas ganhem algum tipo de remuneração por terem suas vidas como tema de um livro (o cantor Djavan justificou em artigo que "editores e biógrafos ganham fortunas enquanto aos biografados resta o ônus do sofrimento e da indignação"):

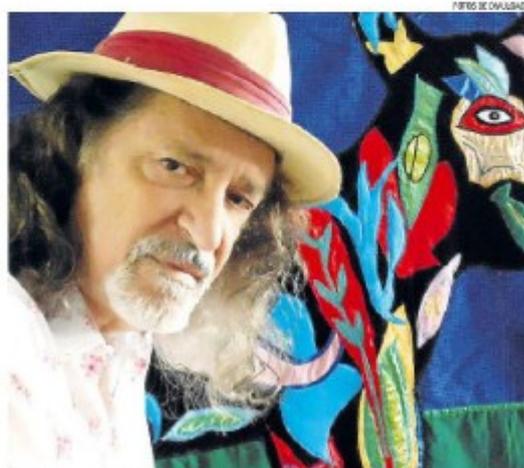
— Quem enriquece com livro no Brasil? O negócio é que, onde tem dinheiro envolvido, essa norma está atrás. Tenho amigos como Sérgio Cabral, Ruy Castro que vivem disso, não é assim.

O compositor Aldir Blanc também se manifesta sobre o tema:

— Sou inteiramente a favor da liberdade de biografias, e contra todo e qualquer tipo de censura — diz. — Quem se sentir caluniado que processe o biógrafo. A liberdade de expressão vem em primeiro lugar.

O poeta e letrista Antonio Cicero pondera: — Sou a favor da liberação de biografias não autorizadas, sendo que, caso o biografado se considere caluniado, tenha o direito de processar o biógrafo. Mas me parece incoerente a tese de que o biografado mereça receber alguma percentagem dos direitos autorais.

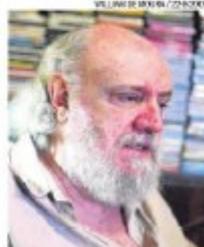
Em seu texto, Alceu Valença pergunta: "O que é pior: a mordida genética ou a suposta difamação? Ele defende os escritores brasileiros, afirmando que apesar de se falar "muito em biografias oportunistas, difamatórias (...) a grande



Alceu Valença. "O que é pior: a mordida genética ou a suposta difamação?", escreveu o cantor



Nana Caymmi. "Ignorância proibir"



Aldir Blanc. Contra toda censura

maioria dos nossos autores estão bem distantes desse tipo de comportamento". Para o músico, a luta não deve ser pela restrição à publicação de livros, mas sim no poder judiciário, que precisa agir com "mais eficiência e celeridade processual" nos casos de "livros ofensivos e meramente oportunistas".

"Arrisco em dizer que cercá-los seria uma equivocada tentativa de tapar, calar, esconder e camuflar a história no nosso tempo e espaço", reflete o músico, classificando como "imoral" a ideia de pagamento de royalties para os "biógrafos ou hesdelros", afirmando que a questão "definitivamente não é financeira". "Falem mal, mas me paguem... (?) é essa a premissa??? Nem tudo pode se resumir ao vil metal!", critica.

O debate gerou também uma iniciativa irreverente e inusitada. No Facebook, um grupo criou uma página que se propõe a fazer "a mais pirata e coletiva biografia não autorizada de Caetano Veloso". O espaço, que já tem mais de 1,3 mil curtidas, recebe colaborações de usuários. Eles enviam links de matérias, fotos e outros conteúdos que, um por um, costuram a vida do célebre cantor e compositor baiano.

— Não criamos a página para tirar sarro do Caetano. Queremos reconstruir a vida dele e lançar uma biografia não autorizada em forma de e-book gratuito — explica Ricardo Glassetti, que criou o espaço com Danilo Corê, seu sócio na editora MojoBook. — Estamos recebendo centenas de mensagens de colaboração e fazendo a curadoria do que entra na timeline. ■

ANEXO 27

A BATALHA DAS BIOGRAFIAS

Debate sobre necessidade de autorização prévia para a publicação de obras do gênero ganha mais vozes divergentes; em artigo para O GLOBO, Gilberto Gil defende a posição do Procure Saber, enquanto Joaquim Barbosa e artistas como Ivan Lins e Frejat se dizem contra proibição

'Indenização pesada' para coibir danos

ANDRÉ MIRANDA
andremiranda@oglobo.com.br
BRUNO GÓES
bruno.goes@oglobo.com.br

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, afirmou ser contra qualquer tipo de proibição ou censura a biografias no Brasil. Barbosa tratou da polêmica ontem, defendendo a liberdade de publicação e chamando atenção para o fato de, segundo ele, não haver censura prévia no país. Também ontem, o Grupo de Ação Parlamentar Pró-Música (GAP) — que reúne nomes como Ivan Lins, Sérgio Ricardo, Fernanda Abreu, Frejat, Leoni, Tim Rescala, Leo Jaime, Dudu Falcão e Mu Carvalho — divulgou nota ontem declarando-se “contrário

à necessidade de autorização para biografias”.

Barbosa falou sobre o tema durante a Conferência Global de Jornalismo Investigativo, no Rio. Ele sugeriu, como solução para o debate, a liberação das biografias sem restrição alguma, mas também a determinação de uma multa “pesada” para casos em que a honra ou a privacidade de um biografado seja violada.

— O ideal seria a liberdade total de publicação, com cada um (*autor e editora*) assumindo os riscos. Quem causar dano deve responder financeiramente — disse o presidente do STF.

As declarações de Barbosa e do GAP são uma resposta à polêmica que vem sendo discutida no país há quase duas semanas: de um lado, a Associação Nacional dos Editores de Livros (Anel) moveu no STF Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra os artigos do Código Civil que exigem necessidade da autorização dos biografados

para que um livro seja publicado; do outro, o grupo Procure Saber, que representa Gilberto Gil, Caetano Veloso, Chico Buarque, Roberto Carlos, Djavan, Erasmo Carlos e Paula Lavigne, entre outros, veio a público defendendo o direito à privacidade.

O caso no STF está sob responsabilidade da ministra Cármen Lúcia e ainda não há data para que o tribunal dê seu parecer. Hoje, de acordo com o artigo 20 do Código Civil, qualquer cidadão pode impedir que biografias sobre si sejam publicadas “se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais”.

— Sinto um certo desconforto na situação em que um grande artista, músico ou compositor se depara subitamente com uma biografia devastadora sobre a sua vida e a sua intimidade. É sobre isso que se deve cuidar, ninguém está interessado em proibir simplesmente a forma de produzir. Eu defendo, nestes casos, indenização pesada — disse Barbosa.

ASSOCIAÇÕES DISCORDAM PELA PRIMEIRA VEZ

Já o ponto de vista do GAP foi divulgado numa nota nas redes sociais. O grupo, fundado há dez anos, foi aliado do Procure Saber, criado neste ano, na luta por mudanças no direito autoral no Brasil, que culminou com uma nova lei de gestão coletiva, sancionada em agosto. Agora, é a primeira vez em que as duas associações discordam publicamente. O texto do GAP, porém, pede mais atenção para discussões sobre defesa da privacidade na legislação brasileira e ainda sugere que sejam debatidas as formas de se aplicarem as indenizações por dano moral em casos de calúnia e difamação.

Diz a nota: “O GAP esclarece que é a favor da li-

berdade de expressão e contrário à necessidade de autorização para biografias e à obrigatoriedade de pagamento aos biografados. Ao mesmo tempo, o GAP manifesta sua solidariedade aos integrantes do Procure Saber que receberam ataques, muitas vezes de cunho pessoal, desnecessários para a discussão pública do assunto. (...)”

“O impulso que o tema ganhou nos últimos dias é muito oportuno. Este é um bom momento para discutirmos se as salvaguardas que a lei brasileira dispõe para a defesa da privacidade são adequadas.

“Também é fundamental debater se as indenizações por dano moral vêm cumprindo seu papel, e ainda como obter maior homogeneidade no exame dos fatores que devem ser considerados para uma eventual condenação e para sua quantificação. São necessárias, ainda, novas regras para o direito de resposta (...)”.

ANEXO 28

A batalha das biografias CHICO BUARQUE ENTRA NO DEBATE

Chico Buarque. "Graças à lei que a associação de editores quer modificar, Glória Perez conseguiu recolher das livrarias rapidamente o livro do assassino de sua filha", escreve o cantor, compositor e escritor, que faz parte do Procure Saber

Em artigos ao GLOBO, compositor diz que preservar vida pessoal não é censura, enquanto o jornalista e biógrafo Ernesto Rodrigues questiona o Procure Saber; STF fará audiência pública

Pela primeira vez desde que a polémica sobre as biografias não autorizadas se acirrou, no início do mês, Chico Buarque vem a público falar sobre o assunto. Em artigo ao GLOBO (*leia ao lado*), ele defende o ponto de vista da associação Procure Saber pela preservação da privacidade dos biografados. Do outro lado, Ernesto Rodrigues, autor de biografias de Ayrton Senna e João

Havelange, expõe seus argumentos a favor da liberação. De olho no debate, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ampliar a discussão, que mobiliza artistas, autores e editores. Como antecipou o colunista do GLOBO Anselmo Gois, a ministra Cármen Lúcia convocou uma audiência pública para discutir o assunto nos dias 21 e 22 de novembro. Segundo a ministra, relatora do processo, a audiência é necessária para subsidiar a decisão da Corte.

Leia mais sobre biografias nas colunas de Francisco Bosco (pág. 2) e Cleo Guimarães (Gente Boa, pág. 3)

Penso eu

Artigo

CHICO BUARQUE
Especial para O GLOBO

Pensei que o Roberto Carlos tivesse o direito de preservar sua vida pessoal. Parece que não. Também me disseram que sua biografia é a sincera homenagem de um fã. Lamento pelo autor, que diz ter empenhado 15 anos de sua vida em pesquisas e entrevistas com não sei quantas pessoas, inclusive eu. Só que ele nunca me entrevistou.

O texto de Mário Magalhães sobre o assunto das biografias me sensibilizou. Penso apenas que ele forçou a mão ao sugerir que a lei vigente protege torturadores, assassinos e bandidos em geral. Ele dá como exemplo o Cabo Anselmo, de quem no entanto já foi publicada uma biografia. A história de Consuelo, mulher e vítima do Cabo Anselmo, também está num livro escrito pelo próprio irmão. Por outro lado, graças à lei que a associação de editores quer modificar, Glória Perez conseguiu recolher das livrarias rapidamente o livro do assassino de sua filha. Da excelente biografia de Carlos Marighella, por Mário Magalhães, ninguém pode dizer que é chapas-branca. Se fosse infamante ou mentirosa, ou mesmo se trouxesse na capa uma imagem degradante do Marighella, poderia ser igualmente embargada, como aliás acontece em qualquer lugar do mundo. Como Mário Magalhães, sou autor da Companhia das Letras e ainda me considero amigo do seu editor Luiz Schwarz. Mas também estive perto do Garrincha, conheci algumas de suas filhas em Roma. E que os herdeiros do Garrincha conseguiram uma alta indenização da Companhia das

Letras. Não sei quanto foi, mas acho justo.

O biógrafo de Roberto Carlos escreveu anteriormente um livro chamado "Eu não sou cachorro não!". A fim de divulgar seu lançamento, um repórter do "Jornal do Brasil" me procurou para repercutir, como se diz, uma declaração a mim atribuída. Eu teria criticado Caetano e Gil, então no exílio, por denegarem a imagem do país no exterior. Era impossível eu ter feito tal declaração. O repórter do "JB", que era também prefaciador do livro, disse que a matéria fora colhida no jornal "Última Hora", numa edição de 1971. Procurei saber, e a declaração tinha sido de fato publicada numa coluna chamada Escraque. As fontes do biógrafo e pesquisador eram a "Última Hora", na época ligada aos porões da ditadura, e uma coluna cafajeste chamada Escraque. Que eu fizesse tal declaração, em pleno governo Médici, em entrevista exclusiva para tal coluna de tal jornal, talvez me desse ser visto com alguma reserva pelo biógrafo e pesquisador. Talvez ele pudesse me consultar a respeito previamente e tirar suas conclusões. Mas só me procuraram quando o livro estava lançado. Se eu processasse o autor e mandasse recolher o livro, diriam que minha honra tem um preço e que vive o censor.

Nos anos 70 a TV Globo me proibiu. Foi além da Censura, proibiu por conta própria imagens minhas e qualquer menção ao meu nome. Amanhã a TV Globo pode querer me homenagear. Buscará nos arquivos as minhas imagens mais bonitas. Escolherá as melhores cantoras para cantar minhas músicas. Val precisar da minha autorização. Se eu não der,erei eu o censor. ■

Chico Buarque é cantor, compositor e escritor

Procurei saber

Artigo

ERNESTO RODRIGUES
Especial para O GLOBO

Como biógrafo de Ayrton Senna e de João Havelange, sinto-me muito bem representado nos artigos e depoimentos publicados recentemente sobre a posição do grupo Procure Saber. Não há absurdo, incorreção ou equívoco que já não tenha sido exposto no inventário desse enorme estrago que Caetano Veloso, Chico Buarque, Gilberto Gil e Roberto Carlos, entre outros, estão anexando voluntariamente às suas respectivas biografias.

Resta, no entanto, uma pergunta: o que — de bom, ruim, controverso ou polémico — esses quatro gigantes da MPB querem evitar tão intensamente que seja publicado e que já não tenha sido dito ou contado em centenas de entrevistas, reportagens, livros, documentários e programas de rádio e televisão produzidos sobre eles — com ou sem as respectivas anuências — nas últimas décadas? Uma simples consulta ao que já é público nos permitiria contar muito bem a história pessoal e profissional de cada um deles. E com intimidades que eles próprios decidiram compartilhar com seus milhões de admiradores.

O que mais aconteceu que não sabemos?

João Havelange, como mostro no filme "Conversa com JH", investiu contra o livro que escrevi sobre a vi-

da dele disposto a impedir que eu desse espaço aos seus críticos e adversários, mostrasse a importância de Pelé na sua chegada à presidência da Fifa em 1974, reconstituísse a derrota política que ele sofreu na definição da sede da Copa de 2002 e, principalmente, sequer mencionasse as suspeitas sobre o que só seria confirmado pela Justiça da Suíça seis anos depois da publicação do livro: a propina de mais de US\$ 20 milhões que ele e seu ex-gerente Ricardo Teixeira receberam da ISL, empresa de marketing pertencente à Adidas.

Havelange e Teixeira, até onde eu sei, não são signatários do Procure Saber. Mas seria compreensível, ainda que não necessariamente justificável, que, por motivos semelhantes, personalidades públicas brasileiras como, por exemplo, o deputado Paulo Maluf e os senadores Renan Calheiros e José Sarney, para citar apenas algumas biografias certamente cabedulas, comunassem das preocupações que inspiram o movimento Procure Saber.

Mas Chico? Caetano? Gil? Jorge Mautner?

Não acredito, sinceramente, que exista algo de grave para se esconder na vida desses geniais brasileiros. Da mesma forma, não acredito que Chico, Caetano, Gil e Roberto, lá no fundo e do alto de suas poderosas arcações de direitos, acreditem que um biógrafo possa fazer fortuna, no Brasil, contando a história da vida deles ou de qualquer outra pessoa.

A propósito, como prova transparente de que nós, biógrafos, não somos os capitalistas predadores denunciados por Djavan, até peenei em propor aos líderes do Procure Saber trocar toda a receita que obtive pela venda da biografia de João Havelange

Ernesto Rodrigues é jornalista

Opinião PINGO NOS IIS

COMO SEMPRE, é o debate que ajuda a formar e qualificar opiniões. ACONTECE AGORA na polémica sobre as biografias. E nela, coerentes com a defesa da liberdade de expressão no sentido mais amplo, como estabelece a Constituição, somos a favor do direito de o biógrafo exercer

seu trabalho, sem qualquer tipo de censura prévia. Assim como do direito do biografado de apelar à Justiça em busca de qualquer reparo. LAMENTÉ-SE, apenas que, nesta saudável discussão, alguns tentem constringer O GLOBO com alusões descabidas.



ANEXO 29



Trepica. Então, cantor reconheceu que não se lembrava da conversa com Araújo; historiador respondeu que a "questão entre os dois está resolvida"

Compositor admite ter errado ao dizer que nunca deu entrevista para o autor Paulo Cesar de Araújo, mas reafirma que declaração reproduzida em livro dele não existiu

Em texto divulgado ontem, Chico Buarque pediu desculpas por ter afirmado — em artigo publicado no GLOBO anteontem — que Paulo Cesar de Araújo, autor de “Roberto Carlos em detalhes”, nunca o entrevistou para o livro. O historiador respondeu enviando ao jornal um vídeo com trecho que comprova que a entrevista (feita em 1992) existiu.

“Eu não me lembrava de ter dado entrevista alguma a Paulo Cesar de Araújo, biógrafo de Roberto Carlos”, escreve o compositor de “Apesar de você”. “Agora fico sabendo que sim, dei-lhe uma entrevista em 1992. Pelo que ele diz, foi uma entrevista de quatro horas onde falamos sobre censura, interrogatórios, diversas fases e canções da minha carreira. Ainda segundo ele, uma das suas perguntas foi sobre a minha relação com Roberto Carlos nos anos 60. No meio de uma entrevista de quatro horas, 20 anos atrás, uma pergunta sobre Roberto Carlos talvez fosse pouco para me lembrar que contribuí para sua biografia. De qualquer modo, errei e por isto lhe peço desculpas.”

Em seu texto, porém, Chico reafirma que nunca deu declaração reproduzida em “Eu não sou cachorro, não”, também de Araújo:

“Eu não falei com a ‘Última Hora’ (de São Paulo) de 1970, que era um jornal policial, supostamente ligado a esquadrões da morte. Eu não daria entrevista a um jornal desses, muito menos para criticar a postura política de Caetano e Gil, que estavam no exílio. Mas o biógrafo não hesitou em reproduzi-la em seu livro, sem se dar o trabalho de conferi-la comigo. Só se interessou em me ouvir a fim de divulgar o lançamento do seu livro. Não, Paulo Cesar de Araújo, eu não falava com repórteres da ‘Última Hora’ em 1970. Para sua informação, a entrevista que dei ao Marlo Prata em 1974 foi para a ‘Última Hora’ de Samuel Wainer, então diretor de redação, que evidentemente nada tinha a ver com a ‘Última Hora’ de 1970, que você tem como fonte.”

Araújo comentou o pedido de desculpas: — Não é bom ser acusado de agir de forma errada. Por isso eu tive que agir rápido e responder ao Chico. Mas a minha questão com ele está resolvida, pois Chico reconheceu seu erro, e eu não quero alimentar picuinhas. Mas ele foi precipitado, pois poderia ter confirmado se eu tinha mesmo feito a entrevista antes de dizer que não. Sustento a minha argumentação de que nossa conversa não ficou apenas em uma pergunta sobre o Rei. Falei com ele sobre Roberto e sobre toda uma época.

O historiador vê valor na polêmica:

— Ela ajudou a transformar uma questão que era restrita a escritores e biografados em um tema da sociedade. Móveli em papo de restaurante as pessoas comentando a posição do Caetano sobre as biografias. Essa é uma discussão sobre o direito à nossa História. ■

“

“No meio de uma entrevista de quatro horas, 20 anos atrás, uma pergunta sobre Roberto Carlos talvez fosse pouco para me lembrar que contribuí para sua biografia”

Chico Buarque
Cantor e compositor

ANEXO 30

‘O HOMEM PÚBLICO É UM LIVRO ABERTO’

Ministro Marco Aurélio Mello condena censura prévia, cita biografia de José Dirceu como ‘memória do país’ e ironiza Caetano

CAROLINA BRÉGIO
De Brasília
carolina@bsb.globo.com.br

Perto de ser julgado no Supremo Tribunal Federal (STF), o caso sobre as biografias não autorizadas vem sendo discutido na esfera jurídica por advogados e até por ministros do Supremo. Depois de Joaquim Barbosa, presidente do STF declarar que considera a “liberdade total de publicação” como o ideal para o Brasil, agora é a vez de o ministro Marco Aurélio Mello declarar que o texto do Código Civil pode levar à censura prévia.

— É o Código Civil de 2002, e já sob os ares democráticos da Constituição de 1988. Soube que um jurista baiano, Caetano Veloso, está excomulgando uma máxima, a de que é proibido proibir. Agora, em pleno século XXI... — disse o ministro ao GLOBO ontem, acrescentando que acredita

que a pessoa pública abdica de sua privacidade ao assumir essa condição. — De início abdica. Mas essa é uma matéria em aberto, nós ainda vamos decidir a respeito. Não estou adiantando meu



Marco Aurélio Mello. Sem redoma

ponto de vista. Agora, o que eu sempre digo é que o homem público é um livro aberto.

O ministro citou como exemplo o livro “Dirceu — A biografia” (editora Record), de Otávio Cabral, publicada em junho. A obra, não autorizada, trata da vida de José Dirceu, ex-ministro da Casa Civil e um dos réus condenados pelo caso do mensalão.

— Aquela biografia não autorizada do José Dirceu, por exemplo, não é importante? Nós não precisamos de memória no país? Será que alguém que teve uma projeção pública pode pretender se colocar numa redoma, se enclausurar? Aí é que está o grande problema. Vamos decidir se, no caso, vinga a liberdade de expressão e a liberdade de informação, ou se vinga a privacidade maior, inclusive autorizando o juiz a censurar (a biografia) — avaliou Marco Aurélio Mello.

O STF se prepara para julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) movida em agosto de 2012 pela Associação Nacional dos Editores de Livros (Anel), justamente contra os artigos do Código Civil que impedem a publicação de biografias em casos que “atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais”. Mas a decisão pode demorar. Uma audiência pública foi marcada

para o fim de novembro, quando o Supremo espera ouvir as partes interessadas. Como o tribunal entra em recesso em dezembro, é possível que o caso só vá a julgamento no próximo ano. ■

ANEXO 31

‘Não há biografia sem liberdade de pesquisa’

Autor de ‘O desafio biográfico’, historiador francês
François Dosse, especialista no tema, compara condições
de trabalho entre biógrafos brasileiros e os de seu país

BOLÍVAR TORRES
bolivar.comesgo@bbo.com.br

Por muito tempo, a biografia foi considerada um gênero menor entre os historiadores, de grande apelo popular, mas desacreditado pela academia ao longo do século XIX e durante boa parte do século XX. Foi preciso esperar até os anos 1980 para que ela ganhasse um renascimento fulminante, tanto erudito quanto comercial. Em seu livro “O desafio biográfico”, uma espécie de biografia da biografia, lançado no Brasil pela Edusp, em 2009, o historiador e epistemólogo francês François Dosse mostra como o relato sobre a vida de artistas, políticos e pensadores deixou de ser o patinho feio das universidades e editoras para se tornar um imprescindível vetor de difusão de memória e conhecimento em seu país. Para o historiador trata-se de um agente capaz de redimensionar o legado de uma figura histórica, esteja ela viva ou morta.

Dosse sabe do que está falando: além de ser um dos principais teóricos do gênero, ele próprio já se lançou na dura tarefa de remontar a vida de pensadores influentes, mas pouco conhecidos do grande público, como o historiador Pierre Nora e o filósofo Paul Ricœur. Em sua famosa “Biografia cruzada” (Artmed), sobre a parceria entre o filósofo Gilles Deleuze e o psicanalista Félix Guattari, Dosse ajudou inclusive a reabilitar o lugar de Guattari entre os pesquisadores, que até então haviam se concentrado muito mais no brilho ofuscante de Deleuze.

Portanto, não surpreende que Dosse reaja com perplexidade ao ser informado sobre os detalhes do sistema de censura prévia imposto aos biógrafos brasileiros, e que há anos vem inibindo a produção do gênero no país. Por telefone, de Paris, algumas horas antes de embarcar para o México para uma série de palestras, não consegue conter o riso ao descobrir a tão debatida polêmica em torno do Procure Sabe, o movimento organizado por artistas contra as biografias não autorizadas.

— Mas isso tudo é muito doído! — exclama, entre gargalhadas. Inerente, o historiador precisa de alguns segundos para se recompor. — Fico surpreso em relação à democracia brasileira e ao direito de expressão no país. Para um historiador e um biógrafo, fica impossível trabalhar com textos autorizados ou supervisionados, ou que dependam dos sentimentos dos biografados. É colocar uma mordida no pesquisador.

A experiência prática e teórica de Dosse é um contraponto perfeito à atual condição dos biógrafos no Brasil. De pronto, ele oferece o exemplo de sua biografia mais recente, que esmiúça a carreira do poderoso Pierre Nora. A peculiaridade é que o biografado reina

há mais de meio século no cenário intelectual francês, só que sempre atuando nos bastidores. Espécie de “fêmurgo tentacular e invisível” ou “rei sem diversão”, como já foi definido, criou e dirigiu as maiores coleções dedicadas às ciências sociais da Gallimard. Praticamente ditou, na surdina, os rumos da pesquisa em seu país.

Levando em conta a natureza discreta de Nora, contrastada com a importância de suas ações, a tarefa do biógrafo não podia ser mais delicada. Durante a pesquisa, porém, o biografado fez o possível para facilitar o processo: abriu todos os seus arquivos na Gallimard, dando liberdade absoluta à Dosse.

— Nora tinha muitas razões para se preocupar, pois nestes arquivos havia nomes de pessoas ainda vivas, muitas delas relacionadas a ele. Mesmo assim, nunca me impôs nenhuma restrição — lembra Dosse. — Diante da sua generosidade, eu até lhe propus que revisasse as partes mais delicadas. Mas ele se recusou, com uma magnífica graciosidade intelectual. Em nome da minha liberdade de escrita, quis ler o material apenas depois de publicado (*o livro acabou sendo lançado na França em 2011, com o título de “Pierre Nora. Homo Historicus”*).

Outro exemplo digno de nota é sua experiência com a vida do polêmico filósofo Cornelius Castoriadis, morto em 1997, personagem da próxima biografia de Dosse. Ela não apenas deixou que o biógrafo pesquisasse os arquivos em sua casa sem nenhuma supervisão, como ainda lhe deu a chave para que o fizesse enquanto viajava de férias. Até agora, não podia para ler uma linha sequer do que está escrevendo.

— É o simples respeito pela liberdade de pesquisa, não há como questionar isso — crava Dosse. — Vale ressaltar que uma biografia não é apenas um a encenação da vida do biografado, é também uma encenação da relação entre o biógrafo e o biografado. E, para que ela possa acontecer, é preciso que haja esta liberdade. Além do mais, a biografia não é puramente factual. É um gênero impuro, que tem sua parte de criatividade, de fantasia, ou seja: de criação literária.

Sobre o discurso de alguns membros do Procure Sabe, de que os biógrafos ganham fortunas em cima da privacidade dos outros, Dosse não é doce. Não encosta o argumento.

— Aliás, não é nem um argumento, é um insulto — diz. — Por que as pessoas não podem ser pagas para fazer o seu trabalho? Aliás, são mal pagas, mesmo aqui na França. Eu levo em média três anos para escrever uma biografia, e poderia ganhar muito mais escrevendo um ensaio rápido. ■

ANEXO 32

Câmara tentará votar hoje projeto que libera biografias

Emenda garantirá rito mais rápido para quem se julgar lesado

ISABEL BRAGA
isabraga@bsb.oglobo.com.br
CRISTIANE JUNG BLUT
crisjung@bsb.oglobo.com.br

-BRASÍLIA- Diante da polêmica sobre a publicação de biografias, a Câmara decidiu desengavetar o projeto que permite a publicação de textos não autorizados e tentará votá-lo hoje em plenário. A votação foi decidida ontem, em reunião dos líderes partidários com o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN). Se aprovado, o projeto ainda terá que ir ao Senado. No Supremo Tribunal Federal (STF), há uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) questionando a proibição de publicação de biografias escritas sem autorização do biografado.

O projeto, que já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, autoriza a divulgação de imagens, escritos e informações biográficas de pessoas públicas mesmo sem autorização do biografado ou de seus parentes. A proposta altera o artigo 20 do Código Civil e permite a divulgação da biografia não autorizada quando a trajetória pessoal, artística ou profissional da pessoa tiver dimensão pública ou houver interesse da sociedade na divulgação. O artigo alterado diz: "A ausência de autorização não impede a divulgação de imagens, escritos e informações com finalidade biográfica de pessoa cuja trajetória pessoal, artística ou profissional tenha dimensão pública ou esteja inserida em acontecimentos de interesse da coletividade."

A proposta teria ido para o Senado em abril, mas houve recurso do deputado Marcos Rogério (PDT-RO) para apreciação no plenário da Casa. Rogério argumentou que o texto está mal elaborado e que o conceito de "dimensão pública" é relativo. Ele pretende apresentar emenda



Acordo. Chinaglia participou de reunião decisiva

“

“Como sempre, fatores externos interferem. Os líderes querem votar a urgência e, se possível, o mérito do projeto”

Arlindo Chinaglia (PT-SP)

Líder do governo na Câmara

garantindo que, se ficar caracterizada a invasão de privacidade, será possível retirar a obra de circulação.

Um dos motivos que levaram os líderes a marcar a votação é o trancamento da pauta na próxima semana, com a urgência do Marco Civil da Internet. Emenda que será apresentada pelo líder do DEM, Ronaldo Caiado (GO), garantindo rito mais célere a quem se sentir lesado, convenceu os líderes. O líder do PT, José Guimarães (CE), que antontem dissera que a votação do projeto não estava madura, argumentou:

— Aqui na Câmara, em 24 horas, se amadurece tudo. Até manga fica madura.

Os líderes admitiram que a pressão da opinião pública contribuiu:

— Como sempre, fatores externos interferem. Os líderes querem votar a urgência e, se possível, o mérito do projeto — afirmou o líder do governo, Arlindo Chinaglia (PT-SP).

A favor da liberdade de publicação das biografias, o deputado Miro Teixeira (PDT-RJ) diz que é preciso considerar o fato de que o STF analisa Adin sobre a questão e que o tema deve ser debatido:

— Tem que ver se a nova redação que está sendo dada ajuda ou atrapalha a liberdade de expressão. No STF, a relatora é a ministra Cármen Lúcia, que está fazendo audiências públicas para debater a questão. Se mudarmos a redação, a Adin vai perder efeito? Sou a favor da total liberdade de expressão, e isso tem de ser garantido.

Contra a liberação de biografias, Lúcio Vieira Lima (PMDB-BA) afirmou:

— Estão criando pressão como se fosse liberdade de imprensa. Não tem a ver. Não pode publicar inverdade. Coloca, a pessoa processa, mas metade leu com mentira. Biografia, só autorizada. ●

ANEXO 33

Roberto Carlos se diz a favor de biografias não autorizadas

Em entrevista ao “Fantástico”, compositor condiciona liberação a ajustes

Um dos principais personagens da polêmica das biografias que se instaurou a partir da atuação do grupo Procure Saber, o cantor Roberto Carlos falou ontem, pela primeira vez, em entrevista ao “Fantástico”, sobre sua posição em relação ao assunto. O cantor disse ser a favor da biografia não autorizada, desde que sejam feitos alguns ajustes.

— Temos que conversar, discutir e chegar a uma conclusão que seja boa para todo mundo. O jurista tem que estudar muito bem e estabelecer algumas regras que protejam o biografado. Tem que fazer alguns ajustes para que essa lei não venha a prejudicar nem o biografado nem o biógrafo. Que não fira a liberdade de expressão e o direito à privacidade — disse ele.

“EU VOU CONTAR DO MEU ACIDENTE”

O Rei afirmou que sua posição anterior contra as biografias não autorizadas nada tem a ver com o episódio do acidente de trem que o fez perder parte da perna quando tinha seis anos de idade. Roberto Carlos revelou que ele mesmo está escrevendo sua história e que irá informar “muito mais as pessoas do que qualquer outra fonte”. Ao ser questionado pela jornalista Renata Vasconcellos se o autor de sua própria biografia omitiria, por vezes, certos episódios de sua vida, ele respondeu que irá contar tudo com relação ao que sentiu e ao que viveu. E assegurou que que não deixará de contar detalhes sobre o acidente.

— As pessoas dizem que eu sou contra as biografias por causa do meu acidente. Não é isso. Eu vou contar do meu acidente. Ninguém poderá contar do meu acidente melhor do que eu. Ninguém poderá contar com todo os detalhes, o que eu senti e o que eu passei, porque disso só eu sei — afirmou.

HISTÓRIA EM VÁRIOS VOLUMES

Roberto Carlos contou que está gravando seus depoimentos e que ainda está procurando um autor para dar a forma final do livro. E mais: disse que não sabe se sua vida caberá em um só volume. Indagado sobre quem teria a benção do rei para escrever suas memórias, ele limitou-se a responder: “Eu”.

Em 2007, o cantor conseguia bloquear o lançamento e venda da biografia “Roberto Carlos em detalhes”, escrita por Paulo Cesar Araújo. Na entrevista veiculada ontem, Roberto Carlos disse que atualmente não permitiria a publicação dessa obra. Ele alegou que “o biógrafo pesquisa uma história que é feita pelo biografado”.

— O escritor não cria uma história. O biógrafo só narra uma história que não é a dele.



Autobiografia. Roberto Carlos disse que está preparando sua biografia, que talvez necessite de vários volumes

“

“As pessoas dizem que eu sou contra as biografias por causa do meu acidente. Não é isso. Eu vou contar do meu acidente. Ninguém poderá contar do meu acidente melhor do que eu.”

Roberto Carlos
Cantor e compositor

Ele passa a ser dono de uma história que não é a dele e isso não é certo — varicína.

Durante a entrevista, Roberto Carlos falou até em aceitar a publicação de biografias, desde que haja um acordo prévio, mas não explicou que acordo seria esse. O cantor exalta a importância de se discutir o projeto que libera a publicação de biografias não autorizadas, que tramita na Câmara dos Deputados, e disse ser a favor da medida. Ao ser perguntado se havia mudado de opinião, ele disse que não.

— Temos que conversar sobre o assunto para haver um equilíbrio. Há algum tempo, para a gente proteger o direito à privacidade só existia uma forma: não permitir a biografia não autorizada — afirma.

Renata Vasconcellos perguntou ao compositor se um processo por calúnia e difamação não bastaria para punir e combater declarações polêmicas e Roberto Carlos disse achar que o processo não é suficiente.

— O resultado é um pouco tardio. Depois de publicado, todo mundo já leu, já viu pela internet. Isso não vale muito, não. ●

ANEXO 34

Adesão de Chico, Gil e Caetano reforçou polêmica

Contexto

Os três fazem parte do grupo Procure Saber, liderado por Paula Lavigne

A polêmica das biografias voltou à pauta de discussões depois de Chico Buarque, Gilberto Gil e Caetano Veloso aderirem a Roberto Carlos em sua cruzada contra as biografias não autorizadas. Os três fazem parte do grupo de artistas Procure Saber, liderado pela empresária Paula Lavigne, que, depois de trabalhar pela aprovação da lei que determina uma maior fiscalização do Ecad, iniciou campanha pela censura prévia às biografias.

Hoje, os artigos 20 e 21 do Código Civil determinam que é necessária a autorização de biografados ou seus herdeiros para se publicar uma biografia, o que abre margem para que livros sejam recolhidos por determinação judicial.

Há duas frentes tentando resolver o problema. Uma delas é o projeto de lei 393/2011, que altera o artigo 20 do Código Civil — mas está travado no plenário da Câmara dos Deputados. Depois de uma reunião de líderes, na terça-feira, o acordo era que o PL fosse votado na tarde de quarta-feira. Mas a votação foi adiada mais uma vez. O projeto havia sido aprovado em duas comissões e estava pronto para ir ao Senado, quando 72 deputados assinaram um recurso para que ele fosse a plenário.

A outra frente é a ação direta de inconstitucionalidade (Adin) 4817, movida pela Associação Nacional dos Editores de Livros (Anel), no Supremo Tribunal Federal. Os editores defendem que os dois artigos do Código Civil são inconstitucionais. A ministra Cármen Lúcia, relatora da Adin, convocou uma audiência pública para discutir o assunto e ouvir as partes interessadas, nos dias 20 e 21 de novembro.

Roberto Carlos é um dos mais ferrenhos opositores da liberação das biografias. Em 2006, ele processou o jornalista Paulo César de Araújo pela biografia "Roberto Carlos em detalhes", e obrigou o livro a ser recolhido. ●

ANEXO 35

A batalha das biografias

O REI E SEUS SÚDITOS

Procure Saber promete divulgar hoje vídeos com artistas falando sobre direito à privacidade; advogado avalia entrevista de Roberto Carlos como busca de equilíbrio mais comum na Europa

ANDRÉ MIRANDA, LEONARDO LICHOTE E RODRIGO FONSECA
segundocaderno@oglobo.com.br

Depois de Roberto Carlos aparecer no último "Fantástico", programa de domingo à noite da TV Globo, abordando a polêmica sobre as biografias, esperam-se para hoje novos depoimentos dos integrantes do Procure Saber — grupo formado por Roberto, Chico Buarque, Caetano Veloso e Gilberto Gil, entre outros, e justamente aquele que assumiu a frente na luta contra as biografias não autorizadas.

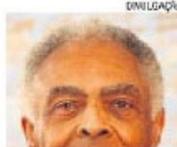
No próprio domingo, após a entrevista do Rei, a página no Facebook do Procure Saber anunciou que hoje seria divulgado "o pensamento de outros artistas que fazem parte deste movimento". São vídeos, que vêm sendo gravados há alguns dias, com os membros do grupo defendendo o direito à privacidade.

Já durante a entrevista de Roberto Carlos, um post foi publicado na página do Procure Saber, afirmando que as declarações do Rei refletiam a "posição



"Fantástico", Roberto Carlos afirmou concordar com biografias não autorizadas, mas "com certos ajustes"

ou se se destinarem a fins comerciais". Foi esse artigo, sobre o qual está em análise uma Ação Direta de Inconstitucionalidade movida pelas editoras de livros no Supremo Tribunal Federal, usado pelo Rei para proibir, em



— Ao dizer que é a favor das biografias não autorizadas desde que com restrição, Roberto Carlos apenas arrumou um jeito mais elegante de dizer "não" — avalia o escritor. — A entrevista para o "Fantástico" só

oficial" do grupo. Mas, para o "Fantástico", Roberto não foi muito claro quanto à sua posição. Ele afirmou que é a favor de biografias sem autorização prévia do biografado, mas "com certos ajustes". O cantor, porém, não detalhou que ajustes seriam esses. "Isso aí tem que se discutir, são muitas coisas", disse.

— Juridicamente, o que Roberto Carlos falou tem algum sentido, sim. É uma abordagem mais comum na Europa a busca por um equilíbrio, por uma posição intermediária entre a liberdade e a privacidade. É uma posição que não exige autorização prévia, mas que não permite que uma biografia trate de qualquer assunto — explica o advogado Anderson Schreiber, professor de Direito Civil da Uerj e autor de livros como "Direitos da personalidade" (editora Atlas). — Alguns países, por exemplo, consideram invasão de privacidade quando se divulgam dados de prontuários médicos. É um exemplo de restrição que pode ser colocada ao mesmo tempo em que se liberam as biografias.

Hoje, o artigo 20 do Código Civil brasileiro permite que biografados reclamem na Justiça a proibição de biografias em casos que "lhe atinjam a honra, a boa fama ou a respeitabilidade,

2007, o livro "Roberto Carlos em detalhes", de Paulo Cesar de Araújo — a obra saiu das livrarias num acordo judicial entre o cantor e a editora Planeta.

— Eu discordo do Roberto Carlos quando ele disse na entrevista que a história da pessoa é da pessoa. A vida da figura pública é o tema de uma biografia, não quer dizer que ela vai ser apropriada — afirma o advogado Daniel Campello Queiroz, sócio do escritório de direitos autorais CQ Rights. — Mas eu entendo quando ele fala do aspecto comercial das biografias. O artigo 18 do Código Civil não permite que se use o nome de alguém em propaganda comercial sem autorização. Então, se a editora usar o nome do biografado e sua imagem para se promover comercialmente, é necessário discutir uma autorização ou remuneração. Não é que o autor tenha que pagar dízimo para escrever sobre alguém, mas é preciso preservar a imagem em propaganda comercial, mesmo que seja para a venda de um livro.

"JEITO ELEGANTE DE DIZER NÃO"

No "Fantástico", Roberto Carlos não respondeu diretamente à pergunta sobre se permitiria que o livro de Araújo voltasse a circular. O cantor ficou em silêncio por alguns instantes e disse apenas: "Isso tem que ser discutido".



DIVULGAÇÃO/CHETINA/GRUPO



DIVULGAÇÃO/CHETINA/GRUPO



Procure Saber. Grupo Inolúci Gilberto Gil, Caetano Veloso e Chico Buarque

mostra que Roberto avançou pouco em relação à questão das biografias. O único avanço é que, desde o início do processo contra o meu livro, todas as vezes nas quais foi perguntado se aceitaria a liberação da biografia, ele dizia um "não" de modo radical. No "Fantástico", ele pensou muito antes de responder. Uns cinco segundos, que para mim duraram uma eternidade, e acabou respondendo no condicional.

Ontem, Gilberto Gil, um dos integrantes do Procure Saber, comentou a entrevista de Roberto Carlos.

— Ele foi muito cuidadoso, afinal é um tema muito polêmico, com uma carga de agressividade razoável. Hoje, tem um pouco do pensamento de "vamos nos livrar desses velhos de uma vez por todas". É um convite ao desrespeito que a internet faz — disse Gil. — A imprensa entrou nesse debate de forma muito forte, exagerou na defesa à liberdade de expressão, mas sabemos também que grandes veículos são também editores, há outros interesses em jogo. Não queremos afirmar categoricamente a necessidade da autorização prévia, mas o que queremos dizer é que precisamos discutir. Não dá pra aceitar a liberação geral. ●

ANEXO 36

Procure Saber recua e defende liberar biografias

A associação Procure Saber, que reúne músicos como Roberto Carlos, Caetano Veloso, Gilberto Gil e Chico Buarque, divulgou ontem vídeo em que muda de posição em relação às biografias não autorizadas. O vídeo, gravado por Roberto Gil e Erasmo Carlos diz: "Nós somos artistas, passamos a vida a tentar interpretar o sentimento das pessoas, ou, ao menos, a desnudar os nossos. Passamos a vida inteira a falar de amor e do amor. Nem por isto somos experts no assunto. Balamos com sinceridade e com emoção, tentando ser simples e tentando representar, com alguma leveza, a alma das pessoas que nos acompanham ao longo do tempo. Quando nos sentimos invadidos,

julgamos que temos o direito de nos preservar, e, de certa forma preservar a todos os que de alguma maneira não têm, como nós temos, o acesso à mídia, ao Judiciário, aos formadores de opinião. Não é uma decisão fácil, mas ela passa por um juízo íntimo e julgamos ter o direito de saber o que de privado, de particular existe em cada um de nós, nas nossas vidas. Este é um ponto que não podemos delegar a ninguém: decidir o que nos toca a cada qual intimamente, decidir o que nos constrange e nos emodona. Nunca quisemos exercer qualquer censura; ao contrário, o exercício do direito à intimidade é um fortalecimento do direito coletivo.

Só existiremos enquanto socie-

dade se existirmos enquanto pessoas. Se nos sentimos ultrajados, temos o dever de buscar nossos direitos. Sem censura prévia. Sem a necessidade de que se autorize por escrito quem quer falar de quem quer que seja. Não negamos que esta vontade de evitar a exposição da intimidade, da nossa dor, ou da dor dos que nos são caros, em dado momento nos tenha levado a assumir uma posição mais radical. Mas a reflexão sobre os direitos coletivos e a necessidade de preservá-los, não só o direito à intimidade, à privacidade, mas também o direito à informação, nos leva a considerar que deve haver um ponto de equilíbrio entre eles. Queremos, e não abno mão do direito à privacidade e à intimida-

de, a nossa e a dos que podem sofrer por estarem ligados a nós. Mas queremos também afastar toda e qualquer hipótese de censura prévia. Queremos, sim, garantias contra os ataques, os excessos das mentiras, os aproveitadores. Confiamos que o Poder Judiciário há de encontrar uma maneira de conciliar o direito constitucional à privacidade com o direito, também fundamental, de informação.

Foi por acreditar que este debate seria melhor com a participação de toda a sociedade que nos juntamos, vários colegas artistas, em defesa destas ideias. O direito ao debate nos faz melhor, nos amadurece, nos faz mais humanos e humildes. Agradecemos a todos os que se expuse-

ram conosco, que tiveram suas vidas expostas em nome de uma ideia e que por isto foram chamados de censores. Nós estamos onde sempre estivemos: pregando a liberdade, o direito às ideias, o direito de sermos cidadãos que têm uma vida comum, que têm família e que — acreditem — sofrem e amam, às vezes a dois ou na solidão, sem compartilhar com todos, momentos que são nossos. Por acreditar nesta fantástica conquista do direito à intimidade é que colocamos nossa cara a tapa, com todo o respeito, no entanto, à liberdade de informação. Nossa vida é nossa melhor defesa. E se aqui nos exprimimos, o fazemos não só em nosso próprio nome mas em nome da-

queles, homens e mulheres, que não possuem o acesso que temos. Em nome de todos os que querem o direito de preservar esta belíssima conquista constitucional, a nossa privacidade, a nossa intimidade, é que esperamos que o Poder Judiciário e os demais Poderes sejam a nossa voz, a voz de todos. Não queremos calar a ninguém. Só queremos que a Constituição já nos garante, o direito de nos defender e de nos preservar".

Em Brasília, o presidente da Câmara, Henrique Alves, e o do Senado, Renan Calheiros, defenderam a aprovação do projeto que libera biografias não autorizadas. O projeto deverá ser votado na semana que vem. ●

ANEXO 37

Batalha das biografias

RECUO ESTRATÉGICO

Procure Saber tira Paula Lavigne de sua linha de frente, escala advogado de Roberto Carlos e adota, a partir da divulgação de vídeos de seus integrantes, tom intermediário

ANDRÉ MIRANDA
andremiranda@oglobo.com.br
CLEIDE CARVALHO
cleide.carvalho@sp.oglobo.com.br

Como foi sugerido pelo depoimento de Roberto Carlos no "Fantástico" e pelo vídeo divulgado na noite de anteontem com participação do Rei, de Erasmo Carlos e de Gilberto Gil, a estratégia da associação Procure Saber na chamada batalha das biografias mudou. Aos poucos, o grupo formado por algumas das principais estrelas da MPB vem adotando uma postura mais conciliadora, sugerindo um meio termo entre o direito à privacidade e as liberdades de expressão e informação. Esse tom será mantido até os dias 21 e 22 de novembro, quando será realizada, no Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília, uma audiência pública para debater o tema, e para a qual novos vídeos de artistas podem ser gravados. A estratégia tem sido preparada por advogados de Roberto, que tomaram a frente do debate na semana passada após discordância de como o assunto vinha sendo tratado pela empresária Paula Lavigne e também após uma pressão de Caetano Veloso sobre o Rei.

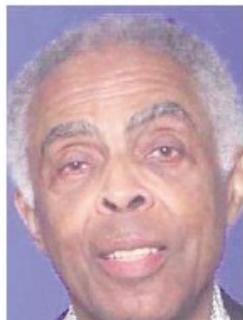
Caetano teria ficado insatisfeito porque ele, Chico Buarque, Gilberto Gil e Djavan se expuseram publicamente em artigos no GLOBO manifestando-se contrários a mudanças no Código Civil brasileiro, cujo artigo 20 permite que biografados proíbam a publicação de biografias na justiça em casos que "lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais". Já Roberto Carlos, justamente o integrante do Procure Saber que há mais tempo levanta a bandeira contra as biogra-

flas não autorizadas, vinha se mantendo em silêncio até a semana passada.

As cobranças de Caetano por um depoimento do Rei fizeram, então, que a corte de Roberto Carlos exigisse para si a condução do caso, levando a críticas a Paula Lavigne, empresária de Caetano, que vinha assumindo o papel de porta-voz do grupo. Hoje, Paula continua no Procure Saber, mas se comprometeu a não se manifestar mais sobre as biografias em nome da associação.

Os próximos passos do Procure Saber estão sendo planejados pelo advogado do Rei, Antonio Carlos de Almeida Castro. Para atuar no caso, ele contratou, conforme informou Ancelmo Góis em sua coluna no GLOBO, o consultor Mario Rosa, autor do livro "A era do escândalo" (Geração Editorial) e especialista em gerenciamento de crises. Teriam sido eles, em conversa com os artistas, que prepararam o texto gravado por Roberto, Gil e Erasmo Carlos com o novo posicionamento do Procure Saber: no vídeo, eles assumem que tinham adotado "uma posição mais radical" contra as biografias não autorizadas, e falam sobre um novo rumo para o debate, na busca de "um ponto de equilíbrio".

O vídeo do Procure Saber foi gravado com equipamento e por técnicos da produtora paulista Mixer. Diferentemente do que saiu na imprensa, a Mixer nega que seu diretor-executivo e fundador, João Daniel Tikhomiroff, tenha participado da produção do vídeo. Tikhomiroff, porém, fará a di-



Procure Saber. Roberto, Gil e Erasmo: vídeo com novo posicionamento do grupo foi aberto por equipe do Rei

reção do especial de Roberto Carlos para a TV Globo pelo terceiro ano consecutivo.

A posição do Procure Saber, grupo criado este ano e ainda sem organização formal e jurídica, veio em resposta a uma Ação Direta de Inconstitucionalidade movida pela Associação Nacional dos Editores de Livros (Anel) no STF contra os artigos do Código Civil que abordam a necessidade de autorização para as biografias. Alguns de seus artistas chegaram, até, a defender que se pagassem royalties para os biografados em nome de se liberar os livros, mas a proposta foi logo abandonada, deixando como foco apenas a defesa da privacidade.

— Nos EUA, por exemplo, a liberdade de expressão é superior. Mas no Brasil, não. Liberdade e privacidade estão no mesmo patamar, então considero ideal uma solução intermediária, como me parece ter sugerido o Roberto Carlos — diz Anderson Schreiber, professor de Direito Civil da Uerj e autor de "Direitos da personalidade" (editora Atlas).

ESPADAS DE DÁMOCLES

A mudança de posição do Procure Saber é vista como um avanço por Gustavo Binetbojm, advogado da Anel. Mas com ressalvas.

— Talvez tenham se convencido de que é censura privada. Eles agora falam em privacidade de outra maneira, a ser decidida pelo Poder Judiciário. Mas parece algo como "mudar para tudo permanecer como está". Ou seja, biografias e historiadores continuarão sob a mira da "espada de Dâmocles", com a possibilidade de a qualquer momento biografados e seus familiares irem a juízo por algum detalhe que eles consideram privado — afirma. — Acho que o Procure Saber mudou de posição porque foi derrotado

no debate público.

Já Antonio Carlos Morato, professor de Direito Civil e Direito de Autor da Universidade de São Paulo, acredita que o erro dos integrantes do Procure Saber não está no conteúdo do que pregam, mas na forma. Morato observa que há diferença entre o que é "interesse público" e o que é "interesse do público", o que transforma relacionamentos pessoais ou trações de A ou B passíveis de ser questionados na Justiça caso sejam publicados. O professor afirma, porém, que é inadmissível o grupo argumentar que o biógrafo está "ganhando à sua custa".

— Seria o mesmo se Helô Pinheiro, a Garota de Ipanema, recebesse direitos pela música — explica Morato, que diz ter lido o livro "Roberto Carlos em detalhes", biografia escrita por Paulo Cesar de Araújo que foi tirada das livrarias em 2007 por ação do cantor. — O Araújo contou no Ordem dos Advogados do Brasil que o Roberto Carlos disse a ele: "Você roubou a minha história". Mas numa biografia dele é natural que se fale de amor, assunto comum nas músicas. Mas houve o caso de um mordomo que escreveu para contar sobre como era feito o curativo na perna do Roberto Carlos (*Nichollas Mariana, que lançou nos anos 70 o livro "O rei e eu", proibido na Justiça*). Isso, sim, não faz sentido. Por isso, é preciso discutir caso a caso, porque a liberdade de expressão tem limite sim. Não se trata de censura, mas de limites de uma sociedade democrática. ●

ANEXO 38

Ubiratan Brasil

ENVIADO ESPECIAL | FRANKFURT

Convidado para fazer uma palestra a respeito de biografias no estande brasileiro da Feira do Livro de Frankfurt, Laurentino Gomes acreditava que aquele seria um debate como vários outros. "Mas as notícias que chegam do Brasil, no entanto, fizeram com que eu mudasse de ideia e, ao invés de falar sobre meus livros, decidi tratar da ameaça que os biógrafos sofremos agora", disse.

De fato, com o surgimento de um grupo chamado Procure Saber, a discussão se polarizou. De um lado, o Procure Saber, pilotado pela empresária Paula Lavigne e formado por músicos como Chico Buarque, Caetano Veloso e Gilberto Gil e que lutam contra a modificação no Código Civil, ou seja, que continue sob vigilância qualquer tentativa de se biografar alguma personalidade sem prévia autorização.

De outro, o grupo dos biógrafos, formado por Fernando Moraes, Ruy Castro, Lira Neto, Paulo César de Oliveira e o próprio Laurentino Gomes que, apesar de não organizados sob uma mesma entidade, defendem o pleno direito de se escrever sobre a vida pública de personalidades.

"O Brasil é hoje um dos raros casos de país democrático que impõem dificuldade ou mesmo censura ao trabalho dos biógrafos", disse Gomes. "Essa situação ameaça transformar o Brasil no paraíso da biografia chaparbanca, aquela que só é publicada mediante autorização prévia."

O escritor, que recentemente publicou o livro *1889*, disse ter ficado chocado ao descobrir o apoio daqueles músicos à bancada evangélica do Congresso para impedir a aprovação de um projeto de lei que modifique o artigo 20 do Código Civil, que confere à Justiça beneficiar qualquer pessoa que se julgue prejudicada ou

ameaçada por uma biografia. "Proibir ou dificultar a produção de biografias é engessar a

Contra a padronização. Detalhe do Pavilhão Brasileiro em Frankfurt



Em defesa das biografias

Em Frankfurt, Laurentino Gomes ataca grupo que quer autorização prévia para o gênero

História e tirar dela o seu componente mais encantador: a complexidade e a incerteza que envolve seus personagens, alvos permanentes de novas descobertas e interpretações", disse o biógrafo, que apoiou o movimento dos músicos por mudan-

ças no regimento de direitos autorais, ainda que isso implicasse em tirar fotos com políticos e "dar tapinhas nas costas do deputado Renan Calheiros".

"Paula Lavigne afirma querer a verdade, mas, é preciso lembrar, também os militares diziam isso, nos anos de chumbo, para justificar seus atos." Procurada pelo Estado, Paula Lavigne pediu para responder por e-mail a perguntas da reportagem, mas



NA WEB
Blog. Acompanhe no site a cobertura

completa da Feira blogs.estadao.com.br/babel

não enviou as respostas até o fechamento desta edição. / COLABOROU ROBERTA PENNAFORT

RODAPÉ

● Discurso da discórdia

A fala de Luiz Ruffato ainda repercutiu ontem. Marçal Aquino iniciou sua fala na mesa que dividiu com Paulo Lins dizendo: "Vou sempre preferir um artista que faça política a um político que faça poesia." Já Nélida Piñon disse: "Não falo mal de meu país fora de suas

● Aquele abraço

Paulo Lins aproveitou mesa para "mandar um abraço, um saravá, aos professores do Rio em greve".

● O atalho da Amazon

A gigante já negocia com escritores brasileiros para publicarem seus livros. A

fronteiras e não falo mal de meus colegas."

proposta tem sido vantajosa e a negociação, sem estresse.

ANEXO 39

Impedir biografia é censura, diz Ruy Castro

Ubiratan Brasil

ENVIADO ESPECIAL | FRANKFURT

As discussões entre artistas da música e da literatura sobre como regular a publicação de biografias de pessoas conhecidas ganhou ontem um novo round. Em um encontro em que participou sozinho (Fernando Moraes avisou, no início da semana, que não iria à Feira de Frankfurt), Ruy Castro manteve o tom acusatório levantado por Laurentino Gomes, na quarta-

feira. "Os artistas da música propõem censura prévia. Se não for isso, já não entendem mais a língua portuguesa", ironizou ele, em conversa com o mediador e poeta Heitor Ferraz Mello, no pavilhão brasileiro.

Autor de biografias clássicas, como *Chega de Saudade: A História e as Histórias da Bossa Nova* (1990) e *Estrela Solitária - Um Brasileiro Chamado Garrincha* (1995), Ruy Castro definiu como seria o trabalho de um bió-

grafo segundo a vontade dos artistas da música: o interessado faz uma pesquisa detalhada, que deve consumir anos de trabalho; em seguida, escreve e, depois que julgar o texto finalizado, submete-o ao biógrafo. Este deve repassá-lo para um advogado, que, se encontrar algo desabonador, tem o poder de impedir a publicação. "E o biógrafo fica sem ganhar um tostão, mesmo com anos de trabalho realizado."

O alvo de suas críticas é o grupo denominado Procure Saber, formado por Caetano Veloso, Chico Buarque de Holanda, Gilberto Gil, Djavan e

Roberto Carlos, entre outros, e que faz lobby contra biografias não autorizadas temendo ser alvo de trabalhos caluniosos. Na edição de ontem do *Guernica 2*, a empresária Paula Lavigne, que gerencia a carreira de Caetano e também responde pelo grupo, disse que os biógrafos que estão agindo de forma anti-

Debate. Ruy Castro (D) conversa com Heitor Ferraz



democrática e ditatorial. "É mentira que nós estamos querendo censurar ou proibir alguma coisa, nós só queremos discutir como vamos proteger nossa privacidade", disse.

Ruy Castro, no entanto, sustentou que se trata de uma campanha antidemocrática e que vai atingir diretamente não

apenas os biógrafos, mas também documentaristas e ensaístas. "As próximas gerações correm o risco de não conhecerem detalhes da vida e trajetória de importantes personagens da nossa história por conta do receio desses profissionais, que não pretendem se arriscar em projetos que correm o risco de

não acontecer", disse. "Podemos ter lacunas porque Roberto Carlos não quer que se fale de sua perna mecânica."

Ele elencou exemplos que considera absurdos: "Recentemente, um artigo sobre um assunto qualquer trazia uma citação de Roberto Drummond como epígrafe. Somente uma cita-

ção para ilustrar o texto. Pois a viúva do escritor exigiu que se tirasse a frase do marido por não concordar com sua utilização".

Alguns herdeiros, aliás, costumam dificultar acesso à vida de seus familiares, como aconteceu, enumerou Castro, com os sobrinhos do poeta Manuel Bandeira e a filha do romancista Guimarães Rosa.

Ruy Castro relembrou o recente encontro que os escritores que representam o País na Alemanha tiveram com a ministra da Cultura, Marta Suplicy. Segundo ele, ela ficou feliz por conhecer o posicionamento dos biógrafos - até o momento, Marta só se informara sobre as reivindicações dos músicos. "Ela comentou que achava justa uma consideração deles sobre o recebimento de uma parte dos lucros gerados pela venda das biografias - como se vendêssemos milhões de cópias e fôssemos milionários", ironizou Castro. "Decidi falar e comentei que, com isso, teríamos de pagar dízimo aos músicos. O que é absurdo."

ANEXO 40



Coronel? Caetano & cia. defenderam a ditadura do livro chapa-branca

Afasta de nós esse cale-se

Grupo que tenta cercar biografias se esquece de que figuras públicas não têm vida privada

Sérgio Augusto

Nem todas as atenções dos últimos dias se concentraram nas bodas de Marina e Eduardo e na avaliação das razias dos black blocs. Nas mídias e conversas, as dúvidas e controvérsias geradas pela adesão de Marina ao PSB e o racha entre os que apoiam e execram a ação dos nossos *squadrists* mascarados tiveram de dividir o proselício com duas celeumas envolvendo escritores e artistas.

Ambas tiveram como palco privilegiado a Feira de Livros de Frankfurt, na Alemanha, onde o Brasil foi homenageado ao custo de R\$ 18,9 milhões aos cofres públicos ("Se os empresários do mercado editorial brasileiro precisassem da homenagem da feira, poderiam recebê-la, com o dinheiro deles", criticou o comentarista político Elio Gaspari, que também sugeriu que se aplicasse a dinheirama da viúva na restauração da Biblioteca Nacional). A comitiva brasileira mal tivera tempo de curtir a maioria dos estandes da Buchmesse quando os es-

critores Paulo Coelho e Paulo Lins questionaram a representatividade do grupo de autores selecionados pelo governo brasileiro. Coelho exigia a presença de mais ficcionistas best-sellers e, indignado, desembarcou do "trem da alegria". Lins criticou a ausência de outros autores negros, mas permaneceu em seu vagão.

A segunda celeuma, a rigor, não eclodiu em Frankfurt, mas lá encontrou uma providencial câmara de eco. De um lado, sete músicos (Caetano Veloso, Chico Buarque, Roberto e Erasmo Carlos, Gilberto Gil, Milton Nascimento e Djavan) tentando impor limites à produção de biografias não autorizadas; de outro, um vasto contingente de biógrafos, escritores, editores, intelectuais, atores e mesmo músicos contrários a qualquer obstáculo que possa inibir ou restringir a liberdade de expressão. A cisão não é recente, mas atingiu seu ponto de ebulição no fim da semana retrasada, com uma entrevista da empresária e ex-mulher de Caetano Paula Lavigne, ideóloga e líder da cruzada contra o livre exercício do biografismo. Partindo do princípio de que o Código Civil protege igualmente o público e o privado, ela e seus templários reivindicam uma compatibilização do direito constitucional à liberdade de expressão com o direito à "inviolabilidade da vida privada e da intimidade", como se isso fosse executível sem ferir, com letais consequências, o princípio maior da livre manifestação do pensamento.

Além de exigir autorização para qualquer biografia, o grupo, autodenominado Procure Saber, sugere o pagamento de royalties aos biografiados ou seus herdeiros. Isso ou não comercialização da obra. Se distribuída gratuitamente, tudo bem, deduzo; até alevisias seriam relevadas, presumo. Foi um corolário dessa barganha que os advogados das filhas de Garrincha impuseram ao biógrafo Ruy Castro e à Companhia das Letras: primeiro, tentaram proibir a comercialização de *Estrela Solitária*, por "danos morais" à imagem do jogador, afinal entubados mediante uma graninha.

Pegou muito mal essa cobrança de "direitos autorais sobre a vida pessoal" de cada um, até porque derivada de um raciocínio canhestro. À luz da história e da biografia, figuras públicas não têm vida privada. A cantora Nana Caymmi foi direto ao ponto: "Vida de artista é vida pública". Proibir biografia, segundo ela, "é falta do que fazer". Outro raciocínio canhestro: "Editores e bió-

grafos ganham fortunas enquanto aos biografiados resta o ônus do sofrimento e da indignação". Assim falou Djavan, de olho gordo numa fonte de renda suplementar. Uma boa biografia dá muito trabalho, consome anos, às vezes décadas, de pesquisa e finalização; o melhor que os artistas têm a fazer, recomenda Nana Caymmi, é "se sentir honrados por ter gente interessada na vida deles".

A biografia de Clarice Lispector custou cinco anos de intensa e dispendiosa pesquisa ao americano Benjamin Moser. Seria insultuoso sequer insinuar que ele só (ou sobretudo) a escreveu pensando nos cifrões sonhados por Djavan e demais faniqueiros (Wilson das Neves, Pedro Luis, Nasi) agregados à brigada do "Procure Faturar".

Em carta aberta a Caetano, publicada na *Folha de S. Paulo*, Moser confessou-se "constrangido" com as declarações do compositor, para ele, "escandalosas, indignas de uma pessoa que tanto tem dado para a cultura do Brasil", lembrou ao amigo que liberdade de expressão, além de "absoluta", não existe "para proteger elogios", e o estimulou a não se transformar num "velho coronel".

Na porroca de insultos e chacotas que de imediato se seguiu nas redes sociais, as cobranças foram mais incisivas e implodidas. "Censores!", "Imorais!", "Gananciosos!" — e não eram apenas cidadãos comuns manifestando-se contra a ditadura da biografia chapa-branca, mas também intelectuais e companheiros de ofício de Caetano & cia. No meio do fogo cruzado apareceu um gaiato, que rogou ao Chico, "afaste de nós esse cale-se!". Outro, não menos irreverente, cobrou de Caetano: "Desde quando não é mais proibido proibir?"

A um retweet da colunista da *Folha de S. Paulo* Mônica Bergamo, Lavigne reagiu com três bombásticos adjetivos: "chata, recalca e encahalhada". Desconheço o que pensava da jornalista quando de sua coluna se beneficiou no passado. A propósito, não seria pedir notas a colunistas uma forma de invasão da privacidade, uma espécie de bullying marqueteiro?

Na Feira de Frankfurt, um manifesto a favor dos biógrafos e uma palestra do historiador Laurentino Gomes puseram mais lenha na fogueira, que ainda ardia na sexta-feira. Como poderá arder por mais algum tempo, talvez seja uma boa imitar o fotógrafo Leo Aversa, que pensa em escrever uma autobiografia para depois processar o autor.

ANEXO 41

Caetano Veloso ganha biografia 'comunitária'

- O conceito de crowdsourcing
- ainda não havia chegado às biografias. Com o lançamento da
- comunidade "Biografia do Caetano" no Facebook na semana
- passada, essa lacuna foi preenchida.

Criada pelos fundadores da Agência Mojo, em poucos dias a página foi inundada de links para matérias, fotos, entrevistas, vídeos e GIFs animados do compositor. Na sexta-feira, contava com quase 3,8 mil fãs. "No primeiro dia, recebemos mais de

300 colaborações. No segundo, já havia mais de 800 para analisar", conta Danilo Corci, um dos sócios da Mojo.

O projeto faz parte do relançamento da editora da agência, a Mojo Books. De quebra, ironiza o posicionamento de artistas como Chico Buarque, Gilberto Gil e o próprio Caetano, que fazem campanha contra mudanças no Código Civil que facilitariam as biografias não oficiais.

Ainda assim, Paula Lavigne, empresária do cantor, elogiou a



REPRODUÇÃO

Caetano. O biografado

comunidade. Os sócios da Mojo desconfiam: "Falar que ela 'gostou' é uma maneira de tentar esvaziar a nossa iniciativa."

E por que Caetano foi escolhido para o projeto? "Por que um dia ele cantou 'É Proibido Proibir'", brinca Corci./

CAMILO ROCHA

ANEXO 42

Remuneração divide músicos e biógrafos

A discussão sobre a forma de se produzir biografia de pessoas conhecidas continua dividindo a classe artística. Ontem, em sua coluna no jornal *O Globo*, o cantor e compositor Caetano Veloso negou que tomasse a atitude de um censor ao defender o controle sobre as biografias. “Censor, eu? Nem morta!”

Ele também afirmou ser a favor de biografias não autorizadas de figuras como José Sarney ou Roberto Marinho. Mas cita “o sofrimento de Glória Perez” e o “perigo de proliferação de escândalos” como justificativas para uma atenção maior ao direito de privacidade”. “No cabo de guerra entre a liberdade de expressão e o direito à privacidade, muito cuidado é pouco”, continuou.

A cisão entre os músicos (unidos no grupo Procure Saber), que defendem a autorização prévia para biografias, e os biógrafos, especialmente os mais respeitados, aumenta cada vez mais. Até o final da tarde de ontem, nenhum deles havia comentado a reação de Caetano, mas continuam as manifestações.

O aspecto financeiro tornou-se premente. “Os artistas do Procure Saber alegam que os biógrafos brasileiros ganham muito dinheiro com suas obras e que os biografados deveriam participar dos lucros. Suspeito, aliás, que esse seja, de fato, o principal objetivo do grupo”, comentou, em seu blog, Laurentino Gomes.

“Os compositores (...) não nutrem o hábito de pagar aos personagens que inspiram suas composições. Não têm mesmo que os remunerar, porque as pessoas não dividiram o trabalho de criação”, observou, em seu blog, Mário Magalhães, autor de *Marighella*. “O criador é remunerado, não o objeto que o inspira. Abstenho-me de enumerar uma relação infanda de músicas célebres inspiradas em pessoas de carne e osso.” / **U.B.**

ANEXO 43

Barbosa defende biografias não autorizadas

Em referência a movimento de artistas, presidente do STF afirma que ‘não existe censura prévia no Brasil’

Luciana Nunes Leal / RIO

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, defendeu ontem a livre publicação de biografias não autorizadas e, ao mesmo tempo, o pagamento de indenizações financeiras “pesadas” no caso de violação comprovada de direitos do biografado. O ministro afirmou que censura prévia é “ruim, ilegal, inconstitucional” e disse ser contrário à retirada de biografias das livrarias.

Barbosa participou do terceiro dia do 8.º Congresso Internacional da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, na PUC-Rio. O ministro fez um discurso de 15 minutos e respondeu a perguntas de jornalistas.

“Não acho razoável a retirada de livros do mercado. O ideal seria a liberdade total de publicação e que cada um assuma os riscos. Se violou os direitos de alguém, vai ter que responder financeiramente. Com isso, se desperta a responsabilidade dos que escrevem. Se houver violação dos direitos do biografado, ele ou a família podem pedir indenização. Sinto desconforto na situação de um grande artista, músico, compositor ain-

da vivo, que se vê diante de uma biografia devastadora. Defendo indenização pesada em casos como esses”, disse Barbosa. O ministro contou que chegou a comprar a biografia *Roberto Carlos em Detalhes* para dar de presente antes de o livro ser retirado do mercado, em 2007.

Questionado sobre o movimento de artistas que reivindicam autorização prévia dos biografados, Joaquim Barbosa disse que “não há censura prévia no Brasil” e fez referência também a casos de decisões judiciais que impedem publicação de reportagens.

“Censura prévia é ruim, não é permitida, é ilegal, não é constitucional. Infelizmente, em toda sociedade há aqueles que cometem erros. Esse casos pontuais de censura são desvios, erros cometidos por alguns”, disse.

Barbosa explicou que os con-

flitos entre biógrafos e biografados acontecem porque a Constituição assegura “no mesmo pé de igualdade a liberdade de expressão e o direito à intimidade, à privacidade, à honra e à reputação”.

“A censura prévia não existe no Brasil, qualquer pessoa é livre para escrever sobre qualquer assunto, mas alguém pode alegar que teve o direito violado. O Brasil adotou um tipo de Constituição extremamente detalhista, todos os direitos estão assegurados. Determinados juízes tendem a privilegiar um direito, e outros privilegiam outros direitos. Há um conflito, mas qualquer conflito constitucional pode ser resolvido no caso concreto, com a técnica da ponderação de valores”, afirmou o presidente do Supremo.

Barbosa defendeu um prazo, “talvez dez anos depois da morte do biografado”, para que seja permitida a publicação de qualquer informação sobre a vida de uma pessoa, e fez uma comparação com as obras que passam a ser de domínio público depois de determinado período. “Falo a título de sugestão. Seria uma forma de resolver o problema. Hoje estamos na situação do tudo ou nada”, concluiu o ministro.



Não é razoável a retirada de livros. Se violou os direitos de alguém, tem que responder financeiramente”

Joaquim Barbosa

PRESIDENTE DO STF

.....

ANEXO 44

Ministra marca audiência pública sobre a questão

Julio Maria

Antes de colocar a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) que pretende alterar a atual Lei das Biografias em votação no Supremo Tribunal Federal, a ministra Cármen Lúcia quer ouvir a sociedade para entender melhor o tema. Em despacho de ontem, ela determinou a realização de uma audiência pública nos dias 20 e 21 de novembro,

das 9h às 13h. A reunião informal entre integrantes que representem os lados em discussão deve dar subsídios à ministra. Apesar da alta temperatura do tema, ainda não há previsão para que o julgamento ocorra.

À audiência pública, devem comparecer não só artistas que estão reunidos para barrar a Adin, como Roberto Carlos, Chico Buarque, Caetano Veloso e Gilberto Gil, ou editores e

biógrafos. Para a ministra, o caso já extrapolou os grupos em questão. “A matéria versada na ação ultrapassa os limites de interesses específicos da entidade autora ou mesmo apenas de pessoas que poderiam figurar como biografados, repercutindo em valores fundamentais dos indivíduos e da sociedade brasileira”, afirmou Carmem ao site do STF.

Assim, o Supremo quer ouvir também historiadores, juristas e cidadãos que tiveram ou podem ter vidas biografadas. Os interessados em participar devem encaminhar até o dia 12 de novembro requerimentos pelo e-mail: autorizacaoobiografia@stf.jus.br.

ANEXO 45

Julio Maria

O escritor paranaense Domingos Pellegrini, vencedor de seis prêmios Jabuti e autor de mais de 30 obras, decidiu lançar um livro em que narra episódios que viveu com Paulo Leminski depois de não ter tido autorização da família do curitibano, morto em 1989, para a publicação da obra. Pellegrini escreveu um e-mail ao Supremo Tribunal Federal informando de sua decisão: "Sou escritor e acabo de colocar na internet, para divulgação e reprodução gratuitas permitidas, o livro inédito em anexo, *Passeando por Paulo Leminski*, pois a família herdeira não autorizou sua publicação impressa".

Pellegrini conta que foi convidado para fazer o livro pelo editor Samuel Ramos Lago, da Editora Nossa Cultura, de Curitiba. Desde o início, o acertado era que a família leria tudo antes, e que, depois de publicada a obra, ganharia também uma porcentagem sobre ela. "Decidimos com a editora que, sobre o preço de capa, teríamos 12%: 6% para mim e outros 6% para os herdeiros", conta o escritor ao *Estado*. Ele diz ter desistido quando percebeu que os herdeiros não lhe davam retornos dos capítulos que enviava. "Caiu a ficha de que aquilo não seria bom."

O escritor conta que seguiu em sua escrita até o fim, lembrando dos 17 anos de amizade que nutriu com Leminski, de 1972 até sua morte. Ele afirma que o resultado não se trata de uma biografia convencional, mas de memórias das vivências com o amigo. Sem autorização para lançá-la, escreveu um último e-mail para a família com uma espécie de ultimato. "Assim que informei que iria colocar tudo na internet, imediatamente houve resposta. Mas disseram que queriam modificações para liberar a publicação impressa", conta ele, que afirma ter feito um livro afetuoso, mas que não poderia deixar de falar de episódios importantes como a morte provocada por cirrose. "Resolvi colocar tudo na internet, está lá. Não lutei contra a ditadura para enfrentar cen-

sura agora. Leminski é um patrimônio público, não pode ser cercado nem por sua família."

O *Estado* enviou perguntas para a viúva do escritor, Alice Ruiz, e para a filha mais velha, Áurea. Alice decidiu responder às questões com o mesmo e-mail que afirma ter enviado a Pellegrini no dia 5 de outubro. Em um trecho, ela escreve: "Pellegrini, sei que você é um dos que se posicionaram a favor dele (*Leminski*), em artigos, resenhas, matérias, etc. Sei que você é um dos que ele considerava amigo, embora, entre esses, três já mostraram que ele estava enganado. Lendo seu livro, percebo que, nas entrelinhas, você está à beira de unir-se a eles."

E, então, segue deixando claro os assuntos do livro que fariam com que proibisse a publicação: "A ênfase no álcool, sua leitura de uma 'precariedade' de bens em nossa casa (você nunca ouviu falar em contracultura?), as observações exageradas sobre 'falta de banho', que corresponde a um período de maiores excessos, mas que foi superada, enfim, tudo isso serve para criar uma imagem bem negativa do Paulo em contraponto à sua, que aparece como 'o' interlocutor por excelência e cheio das qualidades que supostamente 'faltavam' a ele".

Pellegrini diz que enviou o texto do livro para e-mails de jornalistas e para os amigos, pedindo que divulgassem o máximo que pudessem. A família não respondeu ao *Estado* sobre sua postura com relação ao fato de o livro estar circulando na web.

Ainda no e-mail, Alice segue: "Claro, isso tudo se explica pela disputa ferrenha de egos que havia entre vocês (eu estava lá, lembra?) e à qual agora ele não

tem como responder. Ainda assim, o teu livro tem uma leitura importante do 'fazer poético' do Paulo, joga uma luz esclarecedora sobre vários aspectos da obra e é amoroso em vários pontos. Por isso, e só por isso, achamos - nós três (*Alice e as filhas Áurea e Estrela*) - que, se você estiver disposto a 'ressuscitar' o Dinho, aquele cara que era

Pellegrini.
Obra surgiu de amizade de 17 anos com Paulo



Leminski não autorizado

Proibido pela família, livro sobre o poeta é lançado na internet

amigo do Paulo, deixando o ego de lado e revendo essas questões, o livro merece ser publicado. Caso contrário, não poderemos autorizar nem a publicação das imagens nem a publicação dos inúmeros textos dele."

A filha mais velha, Áurea, respondeu ao e-mail do *Estado* escrevendo apenas: "Decidimos todos os assuntos sobre o Pau-

lo Leminski, conjuntamente, entre eu, Alice e Estrela. Por isso, temos que esperar o retorno da Alice que está em Frankfurt. Espero que entenda".

No início da semana, o jornal *Folha de S.Paulo* revelou que uma nova edição de outra biografia de Leminski, de Toninho Vaz, também havia sido impedida de ser publicada pela família.

Batizada *Paulo Leminski - O Bandido que Sabia Latim* (Editora Record, 378 págs.), a obra foi lançada pela primeira vez em 2001, com autorização de Alice, que teve participação nos direitos. Os familiares do curitibano comunicaram à editora que não autorizavam a edição por causa do enfoque "depreciativo à imagem do retratado e seus familiares".

ANEXO 46

TV Estadão promove debate ao vivo sobre as biografias

O advogado do cantor Roberto Carlos, Marco Antonio Bezerra Campos; o deputado federal Newton Lima (PT-SP), autor do projeto de lei para mudar a atual Lei das Biografias; e o biógrafo de Raul Seixas, Edmundo Leite, diretor do Acervo do Estado, participam hoje de um debate sobre as polêmicas acerca do assunto biografias.

A partir das 16h, o portal do Estado transmite o debate ao vivo. Perguntas de internautas poderão ser enviadas para o blog Radar Cultural (blogs.estadao.com.br/radar-cultural). A mu-



Newton Lima. Deputado é autor de projeto que altera lei

dança na lei, que hoje exige a biografados antes de lançarem suas obras, depende da votação de uma Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) movida pelo sindicato dos editores de livros do País, que está nas mãos da ministra do Supremo Tribunal Federal Cármen Lúcia.

Os maiores compositores do País se associaram para derrubar a Adin em Brasília. São eles Caetano Veloso, Gilberto Gil, Milton Nascimento, Djavan, Chico Buarque, Roberto Carlos e Erasmo Carlos. Sob a articulação de Paula Lavigne, ex-mulher e empresária de Caetano, batizaram-se como Procure Saber.

Ao mesmo tempo, um projeto de lei do deputado federal Newton Lima (PT-SP) tenta seguir outro caminho para a alteração

da lei, eliminando a necessidade de uma autorização prévia do biografado. Depois de aprovada em duas comissões por unanimidade, o projeto retornou à Câmara para ser mais bem debatido, a pedido de um grupo de deputados como Paulo Maluf (PP-SP) e Anthony Garotinho (PR-RJ). O projeto voltou à Câmara quando seguia ao Senado para, enfim, chegar à apreciação da presidente Dilma. Agora, na fila de mais de mil projetos a serem debatidos, não tem prazo para seguir adiante. / J. MARIA



NA WEB
Debate. Acompanhe hoje, ao vivo, a partir das 16h tv.estadao.com.br

ANEXO 47

Projeto de lei está parado há seis meses

Recurso de 72 parlamentares levou proposta sobre biografias de volta à Câmara, onde não há previsão de votação

Eduardo Bresciani
BRASÍLIA

Aprovada em duas comissões na Câmara, o projeto que libera de forma expressa a publicação de biografias não autorizadas está travado na Casa há seis meses devido a um recurso assinado por 72 parlamentares pedindo a votação em plenário. A proposta altera o Código Civil para deixar claro ser possível divulgar imagens, escritos e informações biográficas sem autorização.

Primeiro signatário do recurso, o deputado Marcos Rogério (PDT-RO) afirma que o debate é sobre qual trecho constitucional prevalece, o de liberdade de expressão ou de direito à privacidade. Ele observa que é possível hoje publicar livremente, mas reconhece que os biografados podem acionar a Justiça quando se sintam atingidos.

"O que não podemos é dar uma licença através da qual os biógrafos podem bisbilhotar a vida das pessoas", afirma o deputado do PDT. "O modelo atual é suficiente. A publicação é livre e quem se sentir ofendido pode recorrer e pedir a suspensão. Não é censura, mas um respeito a um direito constitucional inviolável", complementa.

Assinaram o requerimento três líderes partidários, Anthony Garotinho (PR-RJ), Ronaldo Caiado (DEM-GO) e André Figueiredo (PDT-CE). O primeiro retirou o apoio ontem. Na lista dos que assinaram estão ainda políticos como Paulo Maluf (PP-SP), Jair Bolsonaro (PP-RJ) e Pastor Marco Feliciano (PSC-SP). Se houver uma retirada em massa e o requerimento ficar com menos de 51 assinaturas ele perde a validade e o projeto segue direto para o Senado.

Relator da proposta na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), aprovada em abril, o deputado Alessandro Molon (PT-RJ) afirma que há outro direito em jogo. "Além da liberdade de expressão e do direito à privacidade está o direito à informação do cidadão de conhecer a vida de uma pessoa pública", diz. "É preciso também observar que quando se está na vida pública o direito à privacidade é reduzido e sempre haverá espaço para ação por injúria, calúnia ou difamação", observa.

Molon afirma que o movimento de artistas contrários à mudança pode estar sendo usado por políticos. "Acredito que há um interesse de políticos que não desejam ter sua vida contada por livros com a profundidade devida. Querem apenas biografias chapa branca", afirma. O PT já pediu ao presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN) que o recurso seja votado em plenário. Não há ainda data prevista para esta votação. Se o recurso for aprovado, será necessário analisar o mérito em plenário. Caso contrário, o texto segue para o Senado.

Dais artistas que participaram da promulgação da PEC

Cármen Lúcia.
Ministra marcou audiência pública para debater o tema



“Além da liberdade de expressão e do direito à privacidade está direito à informação”
Alessandro Molon
RELATOR DA PROPOSTA NA CCJ

da Música, que dá incentivos fiscais a CDs e DVDs, manifestaram posição favorável ao projeto sobre biografias em tramitação na Câmara. "Não necessariamente depende de autorização. Pode escrever uma biografia minha que eu não vou reclamar não", disse a cantora Sandra de Sá. "Sou contra o Procure Saber. Não se pode impedir que as pessoas escrevam. Temos que ter biografias dos artistas brasileiros, de personalidades. Se houver algo incompatível com a realidade, depois resolve na Justiça", afirmou o cantor Wagner.

Procure Saber é o grupo que reúne artistas contrários a mudanças na legislação e que defendem o modelo atual. Eles argumentam que o direito à privacidade pode permitir, em alguns casos, a suspensão da divulgação de biografias. O bloco observa ainda que os processos por dano moral no Brasil são lentos e não teriam a capacidade de reparação necessária.

O embate tem ainda um braço no Supremo Tribunal Federal (STF). O Sindicato Nacional dos Editores de Livros entrou com uma ação pedindo a derrubada do artigo do Código Civil que tem sido usado para suspender a publicação de algumas biografias não autorizadas. A ação não tem data para ser julgada. / COLABOROU DÉBORA ALVES



Para a Vale, sustentabilidade é um compromisso. Para Sebastião Salgado, é também uma arte.

Gênesis é o mais recente projeto de um dos maiores fotógrafos do mundo, o brasileiro Sebastião Salgado. Realizado ao longo dos últimos oito anos, o projeto, patrocinado pela Vale, reúne 245 imagens que revelam maravilhas que permanecem intocadas pelo homem, a maioria em regiões remotas e de difícil acesso. A Vale apoia ainda o Instituto Terra, iniciativa criada por Sebastião Salgado e Lélia Wanick Salgado, que trabalha com a conservação de bens naturais na região do Rio Doce (Minas Gerais). Acreditamos que iniciativas inspiradoras como essas ajudem a trazer novas perspectivas sobre a importância de preservar o nosso planeta e contribuir para o bem-estar das comunidades.

Visite a exposição Gênesis no Sesc Belenzinho: R. Padre Adelino, 1.000.

Curadoria de Lélia Wanick Salgado.

De 5 de setembro a 1º de dezembro de 2013.

De terça a sábado, das 10h às 21h. Domingos e feriados, das 10h às 19h30.

Acesse www.vale.com/genesis e participe do concurso fotográfico #VamosPreservar.

A Vale patrocina a exposição Gênesis no Brasil por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet).



PARA LEMBRAR

Entenda a polêmica

2007

Roberto Carlos pede a proibição das vendas de sua biografia *Roberto Carlos em Detalhes*, escrita por Paulo Cesar de Araujo

2011

O Sindicato Nacional dos Editores de Livros decide entrar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no STF contra o artigo 20 do Código Civil, que prevê a autorização prévia do biografado

Setembro de 2013

Antes que a Adin seja julgada, Chico Buarque, Gilberto Gil, Caetano Veloso, Milton Nascimento, Erasmo Carlos, Roberto Carlos e Djavan, além de Paula Lavigne, formam o bloco Procure Saber para evitar a modificação da lei

Outubro de 2013

O presidente do STF Joaquim Barbosa defende a publicação de biografias não autorizadas e diz que não há censura prévia no Brasil; relatora da Adin, a ministra Cármen Lúcia convoca para novembro audiência pública sobre o tema

ANEXO 48



Debate ao vivo. Campos (E), Lima, Leite e Julio Maria

‘Discutir biografias é um serviço à democracia’

Em debate na TV Estadão, tema foi abordado por deputado Newton Lima, advogado de Roberto Carlos e por Edmundo Leite

No momento em que artistas, parlamentares e biógrafos trocam opiniões divergentes sobre o projeto de lei que libera de forma expressa biografias não autorizadas – ainda em tramitação no Congresso Nacional –, a TV Estadão promoveu ontem

um debate sobre assunto, transmitido ao vivo pela internet. Para discutir o tema, estiveram presentes o deputado federal Newton Lima (PT-SP), autor do projeto de lei para mudar a atual Lei das Biografias, Marco Antonio Campos, advogado

do cantor Roberto Carlos – que conseguiu um acordo na Justiça para que a publicação sobre sua vida, escrita por Paulo César de Araújo, fosse retirada das livrarias – e Edmundo Leite, biógrafo de Raul Seixas e jornalista do Estado. O debate foi medi-

do pelo repórter do Caderno 2, Julio Maria.

Apesar de ser a favor da liberação das biografias, Newton Lima vê um ponto positivo na atitude dos integrantes do grupo Procure Saber, encabeçado pela produtora Paula Lavigne e Caetano Veloso. A organização defende que publicações sejam liberadas somente com autorização dos biografados.

“Isso é um serviço à democracia que a Paula Lavigne, Caetano, Gil e outros artistas estão fazendo, pois conseguiram destravar o debate no judiciário. Essa discussão também destravou no Congresso Nacional. O projeto da minha autoria, que já havia sido aprovado nas comissões de Educação e Cultura e de Constituição e Justiça estava para ir para o Senado. Porém, colegas, com o argumento de que liberar as biografias, como todos os países livres fazem, poderia trazer prejuízos eleitorais, os livros poderiam prejudi-

“**Parece-me que reduzir a dignidade a uma indenização é uma visão empobrecedora”**
Marco Antonio Campos
ADVOGADO DE ROBERTO CARLOS

“**Caetano, Gil e Chico foram vítimas da ditadura. Por que não permitir que autores possam escrever?”**
Newton Lima
DEPUTADO FEDERAL

“**É uma vergonha que artistas que sofreram com a ditadura defendam uma causa como essa”**
Edmundo Leite
BIÓGRAFO

car as campanhas deles, travaram a possibilidade de aprovação”, analisa.

Para o advogado de Roberto Carlos, o biografado tem o direito de intervir se não ficar satisfeito com o que será publicado e a atitude não deve ficar restrita a uma compensação financeira. “Você, como ofendido, pode escolher o que fazer. Como a Constituição Federal escolheu que a privacidade é um dos atributos da dignidade humana. Parece-me que reduzir a dignidade a uma indenização é uma visão empobrecedora. Para o Roberto Carlos, se ele vai ganhar R\$ 1 milhão ou R\$ 5 milhões, isso não paga a dignidade dele. Ele prefere usar a tutela inibitória, é um direito dele”, defende Marco Antonio Campos.

Segundo ele, a interrupção nas vendas da biografia do Rei foi resultado de um acordo entre o artista, a editora e o biógrafo que aconteceu depois de nove decisões provisórias da Justi-

ca. “Acordo que o Paulo César omite em entrevistas”, alega.

Para o deputado Newton Lima, o histórico dos artistas é um argumento para que tenham suas histórias contadas. “A Constituição garante o direito à honra a qualquer cidadão, inclusive celebridades. Eu quero entrar no debate das celebridades. Elas fazem a história, mudam a história. Eu sou fã do Roberto Carlos. Ninguém vai negar que ele, além de cantor e compositor, mudou a história do Brasil. A Jovem Guarda, suas terminologias e os mecanismos de contestação, fazem parte do Brasil. Portanto, são pessoas públicas o que estamos discutindo aqui.”

O parlamentar também explicou que os artistas do Procure Saber estão na mesma categoria. “Caetano, Gil e Chico Buarque foram vítimas da ditadura e construíram sua obra em cima disso. Por que não permitir que autores não possam escrever sobre artistas?”, complementou. “É uma vergonha que artistas que sofreram com a ditadura defendam uma causa como essa”, lamentou o biógrafo Edmundo Leite.

Campos prefere separar a situação de artistas com de políticos em relação às biografias. “Não é a mesma situação e não dá para relegar tudo a uma indenização simplória. O projeto de lei tem de ser aprofundado e alguns casos precisam de autorização (prévia). Acho que o judiciário ainda não tem compreensão das ações indenizatórias. Isso não é a solução quando se desgrava a vida de alguém”, avaliou o advogado. O deputado concorda que as indenizações ainda não são adequadas e diz preferir liberar autorizações. “Não podemos apagar a história do Brasil.”



NA WEB
Vídeo. Assista a destaques do debate da TV Estadão
estadao.com.br/destaquesdebate

ANEXO 49

Biógrafo do Rei desmente Chico com fotos e gravação

Jobatê Medeiros

O escritor Paulo César Araújo, autor da biografia *Roberto Carlos em Detalhes*, recolhida pela Justiça, postou fotos e cedeu ao jornal *O Globo* gravações que comprovam entrevista que fez em 1992 com Chico Buarque de Hollanda. Em artigo publicado ontem em *O Globo*, o cantor e compositor tinha acusado Araújo de ter feito o livro sobre Roberto Carlos sem ter realmente falado consigo.

No artigo, Chico Buarque escreveu: “Pensei que o Roberto Carlos tivesse o direito de preservar sua vida pessoal. Parece

que não. Também me disseram que sua biografia é a sincera homenagem de um fã. Lamento pelo autor, que diz ter empenhado 15 anos de sua vida em pesquisas e entrevistas com não sei quantas pessoas, inclusive eu. Só que ele nunca me entrevistou”.

“Deve ser um recorde: duas instituições da música popular brasileira contra mim. Primeiro, Roberto Carlos, a MPB popular; agora, a MPB clássica. Querem acabar comigo, e nem eu mesmo sei porque”, lamentou (citando música de Roberto Carlos) Araújo, em entrevista ao Estado. Sua biografia, editada pela Planeta,



AGÉRIO PESSOAL

Em 1992.
Paulo César Araújo conversa com Chico

foi recolhida das livrarias em 2006 após decisão judicial.

Paulo César disse que não tem intenção de estremececer a credibilidade de Chico Buarque, mas precisava vir a público. “O importante era restabelecer a verdade. O mundo vai ver que ele se enganou: me acusou de ter usado o nome dele sem tê-lo entrevistado. Era a minha credibilidade que estava em jogo”, afirmou. “Acredito que ele esqueceu. No artigo, ele mesmo diz que eu fiquei 15 anos pesquisando. É verdade, entre 1990 e 2005. Eu o entrevistei em 1992. Sobre Roberto, especificamen-

te, perguntei sobre os conflitos com a Jovem Guarda, se ele tinha participado da guitarra elétrica. Essa conversa está no meu livro”, contou o autor.

“Entrevistei todo o Procure Saber (grupo que é capitaneado pela empresária Paula Lavigne e reúne Caetano, Gil, Chico e Djavan, entre outros). Eu sou um cara que faz pesquisa histórica sobre a MPB. É um projeto de vida. Não fui até ele para fazer só uma entrevista. Ficamos quase quatro horas conversando, gravei duas fitas de VHS. Já fiz dois livros, vou fazer outros, acredito que ele esqueceu (da entrevista)”, disse.

ANEXO 50

Escritores ameaçam desistir de biografias

Se a lei não mudar, Lira Neto e Mário Magalhães prometem deixar o gênero



Lira Neto. Para ele, sua classe está em extinção

Julio Maria

O escritor e pesquisador Lira Neto – autor de uma obra em três volumes sobre a vida do ex-presidente Getúlio Vargas – tomou sua decisão: se a lei que obriga autores a terem autorização de biografados e herdeiros não mudar, sua carreira de biógrafo termina aqui. O livro de Lira, *Getúlio: Dos Anos de Formação à Conquista do Poder*, ficou em terceiro lugar na categoria biografias do Prêmio Jabuti, anunciado ontem (*leia matéria na página 7*). Lira é autor ainda de biografias como a do ex-presidente Castello Branco, *Castello: A marcha para a ditadura*; da cantora Maysa, *Maysa – Só Numa Multidão de Amores*; e de Padre Cícero, *Padre Cícero:*

Poder, Fé e Guerra no Sertão.

A decisão de Lira vem dias depois de o biógrafo Mario Magalhães, anunciado ontem como o vencedor do Prêmio Jabuti pela biografia que fez do guerrilheiro Carlos Marighella, dizer que não vai mais escrever livros do gênero se a lei não for modificada: “Desisto de biografias, enquanto perdurarem os ameaçadores garrotes da censura. Maluquice como a que eu cometi, somente uma vez, na vida, e olhe lá, *Marighella* foi minha primeira e, se nada mudar, última biografia”, escreveu em seu blog.

Lira Neto acredita que os biografados são uma “espécie” prestes a entrar em extinção. “Ruy Castro já disse que não faz mais biografias enquanto tudo não es-

tiver resolvido. Fernando Moraes contou que vai pelo mesmo caminho.” Ele diz que, para além das biografias, o que a não alteração da lei coloca em risco é a narrativa histórica do País. “Os artistas desse movimento (Procure Saber) precisam entender que, mais do que biografias, a história do Brasil deixará de ser contada. Eles estão inviabilizando isso.”

Seu próximo projeto seria a biografia de Filinto Müller, chefe da polícia política nos anos de ditadura, acusado de práticas de tortura. “Eu me recuso a fazer uma biografia do Filinto Müller para que um representante de sua família venha à minha porta buscar sua participação nos lucros. Não vou pagar direitos para um torturador.” Lira é contri-

66

Desisto de biografias, enquanto perdurarem os ameaçadores garrotes da censura”

Mário Magalhães
BIOGRAFO EM SEU BLOG

rio à prática de pagamento de porcentagens a familiares. “Você no jornal paga para entrevistar alguém?”, pergunta ao repórter. Diante da negativa, continua: “Como vou pagar para minha fonte? Não posso me tornar sócio dela.”

Lira acredita que o que está em questão por trás da polarização que se faz entre liberdade de

expressão versus direito à privacidade são intenções financeiras. Djaván, um dos integrantes do grupo Procure Saber, escreveu há uma semana que o biógrafo tem de compartilhar parte do que ganha com o artista, postura compartilhada pelos integrantes de seu grupo (Chico, Caetano, Gil, Milton, Marisa Monte, Roberto e Erasmo, que tem Paula Lavigne como líder). “Nem acho que queiram tanta participação nos lucros dos livros, eles sabem que é pouco. Mas estão de olho no que isso pode render quando seus direitos forem vendidos para produções cinematográficas e de TV. Esse é o alvo”, diz Lira.

Há duas frentes tentando hoje modificar o artigo 20 do Código

Civil: um projeto de lei a servotado na Câmara dos Deputados, de autoria do deputado federal Newton Lima (PT), e uma ação direta de inconstitucionalidade movida pela Anel (Associação Nacional dos Editores de Livros) no STF. Ao perceber o impacto do tema na sociedade, a ministra Cármen Lúcia pediu uma audiência pública (reunião aberta à sociedade) para os dias 20 e 21 de novembro. Só depois a ação será votada.



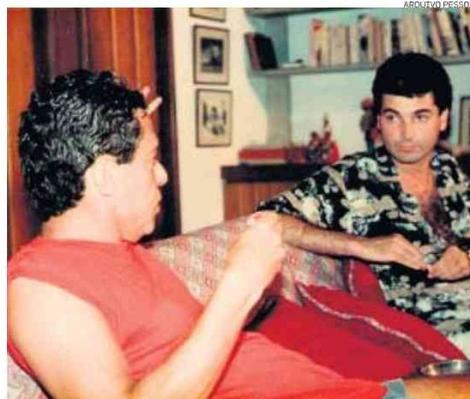
NA WEB
Biografias. Veja toda a cobertura do caso estadão.com.br

ANEXO 51

Chico Buarque pede desculpas a Paulo César de Araújo

Chico Buarque pediu desculpas ao biógrafo de Roberto Carlos, Paulo Cesar de Araújo, depois que o escritor provou, por meio de imagens de vídeo e foto, que entrevistou sim o cantor, há 20 anos. Em artigo publicado no jornal *O Globo* de quarta-feira, Chico defendia a postura do grupo Procure Saber (que luta pela manutenção da lei que obriga a autorização prévia de uma biografia) e abriu seu artigo disparando: “Pensei que o Roberto Carlos tivesse o direito de preservar sua vida pessoal. Parece que não. Também me disseram que sua biografia é a sincera homenagem de um fã. Lamento pelo autor, que diz ter empenhado 15 anos de sua vida em pesquisas e entrevistas com não sei quantas pessoas, inclusive eu. Só que ele nunca me entrevistou.”

No mesmo dia, Paulo Cesar divulgou na internet a gravação da entrevista que fez com Chico Buarque em vídeo. Chico então divulgou o seguinte texto: “Eu não me lembrava de ter dado entrevista alguma a Paulo Cesar de Araújo, biógrafo de Roberto Carlos. Agora fico sabendo que sim, dei-lhe uma entrevista em 1992. Pelo que ele diz, foi uma entrevista



Encontro. Músico e biógrafo conversaram em 1992

de quatro horas onde falamos sobre censura, interrogatórios, diversas fases e canções da minha carreira. Ainda segundo ele, uma das suas perguntas foi sobre a minha relação com Roberto Carlos nos anos 60. No meio de uma entrevista de quatro horas, vinte anos atrás, uma pergunta sobre Roberto Carlos talvez fosse pouco para me lembrar que contribuí para sua bio-

grafia. De qualquer modo, errei e por isto lhe peço desculpas.”

Paulo aceita as desculpas. “Da minha parte, isso está resolvido”, diz. O assunto rendeu nas redes sociais. Muitos questionavam a memória de Chico, de como ele, que pouco dá entrevistas, seria capaz de se esquecer de uma com quatro horas de duração. Paulo não considera o lapso má fé. “Foi esquecimento.”

Desde que o debate das biografias foi aberto, integrantes do Procure Saber usaram o episódio da “entrevista que Chico Buarque não deu” como argumento para o atual clima de desconfiança perante os biógrafos. Durante sua participação no programa *Saia Justa*, do GNT, Paula Lavigne citou o caso. O advogado de Roberto Carlos, durante debate no *Estado*, também.

Chico disse ainda, em seu pedido de desculpas, que não deu entrevista ao jornal *Última Hora*, de São Paulo, conforme aparece no livro de Araújo, *Eu Não Sou Cachorro Não*. “Quanto à matéria da *Última Hora*, mantenho o que disse. Eu não falaria com a *Última Hora* (de São Paulo) de 1970, que era um jornal policial, supostamente ligado a esquadrões da morte. Eu não daria entrevista a um jornal desses, muito menos para criticar a postura política de Caetano e Gil, que estavam no exílio. Mas o biógrafo não hesitou em reproduzi-la em seu livro, sem se dar o trabalho de conferi-la comigo. Só se interessou em me ouvir a fim de divulgar o lançamento do seu livro. Não, Paulo Cesar Araújo, eu não falava com repórteres da *Última Hora* em 1970. Para sua informação, a entrevista que dei ao Mário Prata em 1974 foi para a *Última Hora* de Samuel Wainer, então diretor de redação, que evidentemente nada tinha a ver com a *Última Hora* de 1970, que você tem como fonte.” / J. MARIA

ANEXO 52

Projeto de lei que veta autorização de biografado vai ser discutido por líderes na terça

Julio Maria

O presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), quer urgência na votação do projeto de lei de autoria do deputado federal Newton Lima (PT-SP), que pede a modificação da atual legislação relativa à publicação de biografias no País. A ideia central do projeto é derrubar a autorização obrigatória do biografado antes que uma biografia sua seja lançada no mercado. Alves disse ao Estado, por meio de sua assessoria de imprensa, que vai colocar o tema na pauta da reunião de líderes da semana, na próxima terça-feira. A ideia é apressar a votação de um assunto que na última semana deixou de ser de grupos (biógrafos versus biografados) para ganhar o País.

Depois de passar com votação unânime pela Comissão de Educação e Cultura da Casa e por votação quase unânime, não fosse uma abstenção, pela Comissão de Constituição e Justiça, já seguindo para a votação no Senado e, enfim, para a apreciação da presidente Dilma, 74 deputados federais, dentre eles Paulo Maluf (PP-SP), Jair Bolsonaro (PP-RJ), Anthony Garotinho (PP-RJ), Ronaldo Caiado (DEM-GO) e Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), entraram com um recurso para que o projeto voltasse à Câmara, onde seria debatido novamente. Newton Lima considerou a reação uma estratégia para barrar a aprovação. "Ao fazer isso, eles enterraram as mudanças. Há uma fila com mais de 1,500 projetos a serem votados. É praticamente impossível que o presidente da Casa coloque este, que a princípio não tem mobilização social, em discussão antes que termine seu prazo de validade", disse Lima, em julho, antes que a polêmica tomasse a sociedade.

Ontem, o presidente da Casa informou ao Estado que considera "a Câmara dos Deputados o foro mais adequado ao debate, onde todas as correntes estão representadas". Ao mesmo tempo em que o Congresso patina na votação do tema, o Supremo Tribunal Federal (STF) caminha na

apreciação da Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) movida pela Anel (Associação Nacional dos Editores de Livros), que pede basicamente as mesmas modificações nos artigos do Código Civil. A ministra Cármen Lúcia marcou para os dias 20 e 21 de novembro uma audiência pública antes de colocar o Adin em votação.

Tanto a Adin no STF quanto o projeto na Câmara corriam de forma morosa até que Paula Lavigne anunciou a existência de um grupo do alto escalão da música brasileira, formado para barrar as modificações. O Procurador Sabar, com integrantes como Gilberto Gil, Caetano Veloso, Milton Nascimento, Chico Buarque, Marisa Monte, Djavan, Erasmo e Roberto Carlos, luta para manter a legislação como está, alegando o direito à privacidade. Por sua vez, os biógrafos e editores evocam a liberdade de expressão. "Eles fizeram um grande serviço à democracia quando falaram sobre isso", ironizou Newton Lima, durante debate sobre o tema realizado no Estado, na última quarta-feira.

Em entrevista ontem ao site da *Revista Veja*, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio Mello, praticamente antecipou seu voto quando respondeu à pergunta sobre sua opinião relativa à publicação de bio-

grafias não autorizadas? "A pessoa que tem notoriedade não pode pretender ter a mesma privacidade do cidadão comum. Claro que, se houver abuso, a questão se resolve em outro campo, no campo indenizatório." No início da semana, o presidente do STF, Joaquim Barbosa, também deixou claro de que lado estava. "O ideal seria liberdade total de publicação, com cada um assumindo os riscos. Quem causar dano deve responder financeiramente", disse Barbosa. Cármen Lúcia mostrou-se preocupada. Além de ouvir os artistas do Procure Sabar, ela quer a opinião de juristas e cidadãos comuns.

Reação. Depois dos biógrafos Lira Neto e Mário Magalhães, respectivamente terceiro e primeiro lugar no Prêmio Jabuti deste ano, anunciaram que não farão mais biografias se a lei se seguir como está, ontem foi o escritor Fernando Morais quem falou com a reportagem sobre sua posição: "Eu também vou parar,



Henrique Alves. Projeto voltou à Câmara após passar por comissões

Câmara deve apressar votação

Com a Lula (que não é uma biografia stricto sensu) penduro minhas chuteiras e vou vender caju na praça Buenos Aires", escreveu, por e-mail. Atualmente, Morais faz um recorte da vida do ex-presidente Lula, com autorização do biografado.

Daniel Filho, diretor de TV da Globo, escreveu sobre sua posição no Facebook: "Pra não dizer que não falei de flores: está sendo escrita pela Regina Zappa minha biografia, que será editada pela Objetiva. Assumi o compromisso de que ela será tratada como 'não autorizada'. Eles (os biógrafos) têm o direito de escrever o que quiserem."

Regina Zappa falou sobre o assunto: "Acho que proibir biografias não autorizadas é fazer o justo pagar pelo pecador. Por outro lado, acredito que a liberdade de escrever sobre a história de alguém, seja pessoa de vida pública ou não, requer o mesmo senso de responsabilidade que se exige nas relações sociais a bem da civilidade. Da mesma forma que acredito no jornalismo responsável, criterioso, mas não me interessa pela notícia mal apurada, sensacionalista ou mentirosa, creio que os bons biógrafos (na minha opinião) conquistam seu espaço naturalmente e é bom que respirem livremente para fazer seu trabalho".

PARALEMBRAR

Os caminhos de um projeto

2011 O Sindicato Nacional dos Editores de Livros decide entrar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no STF contra o artigo 20 do Código Civil, que prevê a autorização prévia do biografado.

Março de 2013 Depois de aprovado pela Comissão de Educação e Cultura da Casa e pela Comissão de Constituição e Justiça, já seguindo para a votação no Senado e para a apreciação da presidente Dilma, o projeto volta à Câmara após 74 deputados federais, entre eles Paulo Maluf (PP-SP), Jair Bolsonaro

(PP-RJ), Anthony Garotinho (PP-RJ), Ronaldo Caiado (DEM-GO) e Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), entrarem com recurso para que ele fosse debatido novamente.

Setembro de 2013 Antes que a Adin seja julgada, Chico Buarque, Gilberto Gil, Caetano Veloso, Milton Nascimento, Erasmo Carlos, Roberto Carlos e Djavan, além de Paula Lavigne, formam o bloco Procure Sabar para evitar a modificação da lei

Outubro de 2013 O presidente do STF Joaquim Barbosa defende a publicação de biografias não autorizadas. A ministra Carmen Lúcia marca para novembro uma audiência pública para que se discuta o tema.

ANEXO 53

Roberto Carlos admite discutir biografias

Pela primeira vez, cantor afirma ser favorável à mudança na legislação, 'com certos ajustes', mas avisa que já está preparando um relato próprio

Fábio Grellet / RIO

Mais famoso artista a recorrer a uma regra do Código Civil para proibir a comercialização de uma biografia não autorizada por ele, o cantor e compositor Roberto Carlos afirma agora que concorda com o projeto de lei que muda essa norma. No entanto, destaca que está preparando uma autobiografia.

Se for aprovado pelo Congresso, o projeto vai permitir a publicação de biografias sem necessidade de autorização da pessoa biografada. Questionado se é a favor ou contra o projeto, ele foi enfático: "Sou a favor". A entrevista foi veiculada ontem pelo *Fantástico*, da TV Globo.

Em 2007, Roberto Carlos recorreu à Justiça para exigir a

proibição da venda de *Roberto Carlos em Detalhes*, escrita por Paulo Cesar de Araújo. Ele se baseou no artigo 20 do Código Civil, que prevê: "Salvo se autorizadas (...), a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais". Roberto Carlos foi atendido pela Justiça, e o livro está fora do mercado até hoje.

Questionado durante a entrevista se atualmente liberaria a publicação do livro, Roberto impôs condições. "Isso tem de ser discutido. Há algum tempo, para a gente proteger o direito à

● Crítica

"O biógrafo pesquisa uma história que está feita pelo biografado. Ele não cria a história, narra aquela história que não é dele, que é do biografado, mas a partir de quando escreve, ele passa a ser dono daquela história. Isso não é certo"

Roberto Carlos,
CANTOR

privacidade, só existia uma forma: não permitir uma biografia não autorizada", disse.

Segundo ele, caso o autor da biografia faça afirmações mentirosas, a reparação posterior feita pela Justiça "não funciona". "O resultado é um pouco tardio. Todo mundo já leu, já viu."

Roberto defendeu que seja criada uma lei mais flexível sobre as biografias. "(Que permita a publicação) Sem autorização, porém com certos ajustes", afirmou. O músico não esclareceu quais seriam esses "ajustes". "Isso tem de se discutir, são muitas coisas, tem de haver um equilíbrio. Que não fira a liberdade de expressão nem o direito à privacidade", ressaltou.

Gravações. Roberto Carlos anunciou também que está gravando depoimentos sobre sua vida para serem usados em uma biografia. "Vou contar tudo o que eu acho que tem sentido contar em relação ao que vivi", afirmou. Questionado sobre quem daria a forma final ao livro, ele respondeu: "Eu". No entanto, Roberto estaria procurando um escritor, segundo afirmou para a TV Globo.

O cantor disse que em sua biografia vai narrar o acidente que sofreu quando ainda era criança e morava em Cachoeira de Itapemirim (ES), cidade natal. Atropelado por um trem, perdeu parte da perna direita. Roberto teria se aborrecido com a narração dessa história por Paulo Cesar de Araújo e por isso teria proibido a obra. Ontem, Roberto negou que esse tema seja



Roberto. 'Vou contar o que acho que tem sentido contar'

tabu e disse que vai descrevê-lo. "Só eu sei o que senti", disse.

A polémica. Além do projeto de lei, em trâmite no Congresso Nacional, a proibição da publicação de biografias não autorizadas também é discutida na Justiça. Em 2011, o Sindicato

Nacional dos Editores de Livros impetrou uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal contra o artigo 20 do Código Civil. Biógrafos e editores evocam a liberdade de expressão para justificar a mudança dessa regra.

ANEXO 54

O efeito Roberto

Ao mudar de posição, Roberto Carlos facilita aprovação da Lei das Biografias

Julio Maria

A fala de Roberto Carlos ao programa *Fantástico* deve influenciar na votação do projeto que muda a publicação de biografias no País, em trâmite na Câmara dos Deputados. Na fila para ser votada entre esta e a próxima semana, a Lei das Biografias, como estão sendo chamadas as mudanças propostas na Câmara pelo deputado federal Newton Lima (PT-SP), ganhou força depois que Roberto declarou que, agora, é a favor das publicações sem autorização prévia. "O Congresso trabalha sujeito aos humores da sociedade. A posição do Rei ajuda a criar um clima mais positivo para a aprovação", diz Lima.

O deputado afirma que já conta com a assinatura de todos os líderes de partidos para a aprova-



Fim do silêncio. O rei fala ao 'Fantástico'

ção das mudanças. Se passar pela casa, o projeto segue para o Senado. O preço para o consenso foi a aceitação de uma proposta de Ronaldo Caiado (DEM-GO), que incluiu na lei o rito sumário, um dispositivo que agiliza as deliberações por danos morais em curto espaço de tempo. Por outro lado, em vez da censura prévia, a retirada de trechos considerados ofensivos à honra do biografado esperariam por uma pró-

xima tiragem.

Evasivo na maior parte do tempo em que esteve diante da repórter Renata Vasconcellos, Roberto surpreendeu ao dizer que é a favor das publicações sem autorização, postura radicalmente contrária à qual defendia até então. Mas, logo depois, completou com um "porém, com certos ajustes". Questionado sobre quais seriam tais ajustes, voltou ao vazio. "Isso aí tem que se dis-

cutir. São muitas coisas. Tem que haver um equilíbrio e alguns ajustes para que essa lei não venha prejudicar nem um lado nem o outro. Nem o lado do biografado nem o lado do biógrafo. E que não fira a liberdade de expressão e o direito à privacidade."

Sem especificar o que de fato queria dizer com "ajustes", deixou brechas para interpretações. "Os ajustes aos quais ele se refere, eu imagino, é o que já esta-

PARA LEMBRAR

Três passos de uma batalha

2011

Ofensiva silenciosa

O Sindicato Nacional dos Editores de Livros entra com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no STF contra o artigo 20 do Código Civil, que prevê a autorização prévia.

Março de 2013

Vai e vem

Depois de aprovado pela Comissão de Educação e Cultura da Casa e pela Comissão de Constituição e Justiça, seguindo para votação no Senado, o projeto de lei do deputado Newton Lima (PT-SP) volta à Câmara após 74 deputados entrarem com recurso para que ele fosse debatido novamente em plenário.

Setembro de 2013

Reação

A favor da autorização prévia, Chico, Gil, Caetano, Milton, Erasmo e Roberto formam o grupo Procure Saber.

ção prévia da parte do biografado. Certamente, é um avanço. Melhor ainda seria se ele retirasse a proibição sobre a publicação da excelente biografia escrita pelo Paulo Cesar Araújo (*Roberto Carlos em Detalhes*), um trabalho da maior seriedade."

Ao ser questionado sobre a biografia de Paulo Cesar pelo *Fantástico*, Roberto disse: "Isso aí tem que ser discutido." Uma postura sua que ainda diverge dos biógrafos e a respeito da propriedade da história. "O biógrafo também pesquisa uma história que está feita pelo biografado. Então, na verdade, ele não cria uma história, ele faz um trabalho e narra aquela história que não é dele, que é do biografado. E, a partir do que ele escreve, ele passa a ser dono da história. Isso não é certo." Feith comentou: "O depoimento do Roberto expressa uma convicção de que ele é o único legítimo 'dono' da sua trajetória de vida. Ele parece não aceitar o conceito de que, como um grande protagonista da vida brasileira, sua história se mistura com a nossa, pertence um pouco a cada um de nós."

Como antecipado por Sonia Racy, a divulgação de um vídeo com depoimentos dos artistas da associação Procure Saber (Gilberto Gil, Caetano Veloso, Chico Buarque, Milton Nascimento, Erasmo Carlos e Djavan), gravado ontem, é esperada para hoje. A reportagem procurou Paula Lavigne, presidente da associação. Não houve respostas até o fechamento desta edição. A assessoria de Milton Nascimento informou que, "agora, ele só fala de projetos artísticos." O assessor de Chico Buarque disse que Paula é quem fala pelo grupo. A de Djavan afirmou que o músico está em viagem de turnê, com a agenda lotada. Não houve respostas da assessoria de Gilberto Gil.

ANEXO 55

Para biógrafo, Roberto Carlos não mudou de opinião

Paulo César de Araújo diz que, ao propor 'conversas e ajustes', músico ainda defende autorização para biografia

João Luís Sampaio

O jornalista e biógrafo Paulo César de Araújo questionou ontem depoimento dado no domingo pelo cantor e compositor Roberto Carlos, que se disse favorável à publicação de biografias não autorizadas. Para ele, não houve mudança na opinião do cantor e compositor.

"O que entendi é que, para ele, tudo deve ficar como está. Ele só colocou suas opiniões de maneira mais branda", disse no programa *Roda Viva*, da TV Cultura, o autor de *Roberto Carlos em Detalhes*, biografia lançada em 2007 e proibida pelo cantor.

No domingo, em entrevista ao *Fantástico*, da TV Globo, Roberto Carlos se disse a favor das publicações sem autorização, mas "com ajustes". Ele, no entanto, foi evasivo quando perguntado sobre que ajustes seriam esses. "Isso aí tem que se discutir. São muitas coisas. Tem que haver um equilíbrio e alguns ajustes para que

essa lei não venha prejudicar nem um lado nem outro. Nem o lado do biografado nem o lado do biógrafo", disse.

Para Araújo, o projeto de lei atualmente no Congresso, que tira a necessidade de autorização para que uma biografia seja publicada, é "claro". "Você é contra ou a favor. Agora, quando ele diz que é a favor, mas com conversa, está sugerindo, como antes, que o livro só pode sair se for do jeito dele. E isso não é uma mudança de opinião", disse Araújo que, no entanto, reconheceu que pela primeira vez o cantor mostrou-se "menos radical" com relação a seu livro.

• Mais brando
"Quando ele diz que é a favor de biografias não autorizadas, mas só com conversa, sugere, como antes, que o livro só pode sair se for do jeito dele. E isso não é uma mudança de opinião. Ele só a colocou de modo mais brando"

Araújo também se colocou contra a ideia do biografado receber parte dos lucros obtidos com a venda de um livro. "Eu quando escrevo sobre Roberto Carlos, estou escolhendo ele co-

mo tema, assim como ele escolheu Jesus Cristo para fazer uma canção. Mas ele não vai ter que pagar à Igreja por isso."

Segundo Araújo, escrever uma biografia não é invadir a privacidade de um artista. "Não existe biografia que não fale de vida pessoal. Mas meu livro não invade a privacidade de Roberto Carlos. Todos os episódios que narro eram públicos, muitos relatados por ele próprio, em canções ou em entrevistas. Nos anos 60, ele já falava em entrevista do episódio do acidente em que perdeu parte da perna." Após o lançamento do livro *Paulo Roberto em Detalhes*, os ad-

vogados do cantor entraram com duas ações contra Araújo e a editora Planeta e, após um acordo judicial, os editores retiraram do mercado os livros. Ainda assim, Araújo acredita na possibilidade de relançar a obra. "Das três partes, eu fui o único que protestei contra este aberrante acordo antes que ele fosse homologado. E, sendo assim, há muitos juristas que afirmam que o acordo perde sua validade. E isso, se a lei for alterada, faz com que qualquer editora que não a Planeta possa relançar o livro."

Mais informações sobre a Lei das Biografias
Caderno 2/ Pág. C8

ANEXO 56

Câmara e Senado, unidos pelas biografias

Presidentes das duas casas prometem apressar votação do projeto que acaba com a necessidade de autorização prévia

Débora Álvares
Daiene Cardoso
BRASÍLIA

Os presidentes da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), e do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), saíram ontem em defesa do projeto que acaba com a necessidade de autorização prévia para a publicação de biografias. A proposta aguarda votação na Câmara, onde deve ser analisada na próxima semana,

e segue em seguida para o Senado.

Para Renan, é preciso garantir a liberdade de manifestação e seu partido, que preside as duas Casas, tem o dever de garantir esse direito. "Temos que cumprir esse papel no sentido da liberdade de expressão. Sou contra qualquer censura em relação às biografias", disse, na manhã de ontem, antes da sessão solene em homenagem aos constituintes que homenageou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O presidente do Senado acredita ser preciso buscar um acor-

do para garantir o direito à privacidade e também à liberdade de expressão, mas apenas se isso for possível. "Se possível um acordo nesse sentido, melhor. Se não, temos que defender a liberdade de expressão."

Henrique Alves defende a mesma postura. "A matéria é controversa, a privacidade é tema que requer cuidado, mas na dúvida eu fico com a liberdade de expressão e de pensamento", afirmou o presidente da Câmara.

"A PRIVACIDADE É TEMA QUE REQUER CUIDADO", DISSE HENRIQUE ALVES

A proposta de autoria do deputado Newton Lima (PT-SP) autoriza a divulgação de filmes e livros sem autorização

da pessoa biografada ou de sua família. Para conseguir votá-la, os líderes da Câmara concordaram em apresentar uma emenda prevendo uma análise mais acelerada pela Justiça em casos de questionamentos de trechos por parte do biografado. Proposta pelo líder do DEM, deputado Ronaldo Caiado (GO), a emenda vai estabelecer um "rito sumário" para que passagens de uma biografia que conte-



Renan Calheiros. "Sou contra qualquer censura em relação às biografias", afirmou

nham trechos considerados caluniosos ou ofensivos sejam retirados. Decisões sobre eventuais reparações ou indenizações seguiriam o rito normal da Justiça.

O projeto das biografias já foi aprovado em caráter terminativo na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), mas um recurso pediu a apreciação em plenário. Em seguida, é a vez dos

senadores analisarem a proposta. Ontem, era esperada a divulgação de um vídeo com depoimento de artistas que apoiam um controle mais rigoroso nas biografias.

PARA LEMBRAR

Três passos de uma batalha

2011

Ofensiva silenciosa
O Sindicato Nacional dos Editores de Livros entra com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no STF contra o artigo 20 do Código Civil, que prevê a autorização prévia.

Marco de 2013

Vai e vem

Depois de aprovado pelas comissões de Educação e Cultura da Casa, e de Constituição e Justiça, seguindo para votação no Senado, projeto de lei do deputado Newton Lima (PT-SP) volta à Câmara após recurso de 74 deputados.

Setembro de 2013

Reação

A favor da autorização prévia, Chico, Gil, Caetano, Milton, Erasmo e Roberto formam o grupo Procure Saber.

